

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO:
CONHECIMENTO E INCLUSÃO SOCIAL

MARIA LACERDA DE MOURA
E O “ESTUDO CIENTÍFICO DA CRIANÇA PATRÍCIA”
EM MINAS GERAIS (1908-1925)

Paula Cristina David Guimarães

Belo Horizonte, MG

2016

Paula Cristina David Guimarães

MARIA LACERDA DE MOURA
E O “ESTUDO CIENTÍFICO DA CRIANÇA PATRÍCIA”
EM MINAS GERAIS (1908-1925)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Educação.

Linha de pesquisa: História da Educação

Orientadora: Profa. Dra. Maria Cristina Soares de Gouvea

Belo Horizonte, MG

2016

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Estação de trem de Barbacena no início do século XX	41
Figura 2: Maria Lacerda de Moura (em pé), e sua irmã mais nova, s/d	43
Figura 3: Maria Lacerda de Moura. Formatura na Escola Normal de Barbacena, 1904	47
Figura 4: Escola Normal Municipal de Barbacena, início do século XX	48
Figura 5: Maria Lacerda de Moura e Carlos Ferreira Moura, Barbacena, 1905	49
Figura 6: Nota sobre as comemorações dos 11 anos da Escola Normal de Barbacena, 1904 ..	51
Figura 7: Instalação da escola noturna para adultos analfabetos, janeiro de 1919	56
Figura 8: Jornal <i>A Pétala</i> , n. 4, de 5 de dezembro de 1918	59
Figura 9: Nota sobre o feminismo no jornal <i>A Pétala</i> , 5 de dezembro de 1918	60
Figura 10: Carta de agradecimento a Belisário Penna, fevereiro de 1919	64
Figura 11: Carta de Maria Lacerda de Moura a Belisário Penna, fevereiro de 1919	65
Figura 12: Nota sobre a recepção a Belisário Penna em Barbacena, setembro de 1919	66
Figura 13: Carta de Maria Lacerda de Moura a Albininha, março de 1938	74
Figura 14: Requerimento de Maria Lacerda de Moura, 1919	79
Figura 15: Pareceres n.1 e 2, jun. e jul. 1919, SI / MG	87
Figura 16: Parecer n. 3, out. 1919, SI / MG	88
Figura 17: Encaminhamento do relatório do Inspetor Regional à Secretaria do Interior	90
Figura 18: Parecer n. 5, nov. 1920, SI / MG	106
Figura 19: Capa do livro <i>Em torno da educação</i> , 1918	120
Figura 20: Contra capa do livro <i>Em torno da educação</i>	121
Figura 21: Dedicatória para o pai	122
Figura 22: “Juízo” de leitura de Olavo Bilac sobre o livro <i>Em torno da educação</i>	124
Figura 23: Contra capa do livro <i>Lista de bons livros</i> , de Alexina Magalhães Pinto	125
Figura 24: Sapatos femininos nas primeiras décadas do século XX	129
Figura 25: A imagem da mãe na <i>Revista Feminina</i>	130
Figura 26: Capa do livro <i>Renovação</i> , 1919	152
Figura 27: Terceira e quarta páginas do livro <i>Renovação</i>	154
Figura 28: Capa do livro <i>Lições de Pedagogia</i> , 1925	181
Figura 29: Publicações de Maria Lacerda de Moura	182
Figura 30: Dedicatória de <i>Lições de Pedagogia</i>	184
Figura 31: Relação mútua entre a pedagogia e a educação	189
Figura 32: A formação da Pedagogia Científica	193
Figura 33: Ciências, artes e teorias auxiliares da pedagogia	195
Figura 34: Medidas de estatura e peso de alunos franceses	200
Figura 35: Modelos de espirômetros	209

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de trabalhos sobre a psicologia aplicada à educação nos <i>Congressos Brasileiros de História da Educação</i> (CBHE) e nos <i>Congressos de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais</i> (COPEHE), (2000 - 2013).....	23
---	----

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Teses e dissertações sobre Maria Lacerda de Moura. Banco de teses da Capes..	18
Quadro 2: Cronologia do requerimento de Maria Lacerda de Moura e seus pareceres.....	29
Quadro 3: Documentos da Escola Normal Municipal de Barbacena consultados.....	30
Quadro 4: Jornais consultados para a pesquisa.....	31
Quadro 5: Fontes consultadas da <i>coleção Miriam Lifchitz Moreira Leite</i>	33
Quadro 6: Distribuição horária dos cursos normais em Minas Gerais, 1908	52
Quadro 7: Cronologia da documentação enviada e emitida pela SI de Minas Gerais.....	85
Quadro 8: Títulos/temas do livro <i>Em torno da educação</i>	119
Quadro 9: Capítulos e subcapítulos do livro <i>Renovação</i>	150

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHENM	Arquivo Histórico da Escola Normal Municipal de Barbacena
AHMAJS	Arquivo Histórico Municipal Altair José Savassi
APM	Arquivo Público Mineiro
CAC	Congresso Americano da Criança
CMML	Coleção Miriam Lifchitz Moreira Leite
CEDEM	Centro de Documentação e Memória da UNESP
CBPI	Congresso Brasileiro de Proteção à Infância
CBHE	Congresso Brasileiro de História da Educação
COPEHE	Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais
LBCA	Liga Barbacenense de Combate ao analfabetismo
LBCA	Liga Brasileira de Combate ao analfabetismo
PRM	Partido Republicano Mineiro
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSJ	Universidade Federal de São João del-Rei
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida e pela força constante para cumprir os desafios que me coloco a cada dia.

A Cris, pela orientação generosa, responsável e respeitosa. Por ser uma presença amiga, serena e motivadora nesta caminhada. Meu carinho é para você!

Aos professores Regina Helena de Freitas Campos e Carlos Monarcha, pela atenção e ajuda, que se tornaram constantes desde o momento da qualificação. Obrigada pelas sugestões de leituras e empréstimos de obras raras, confiadas a mim com tamanho desprendimento. Minha admiração sincera é por vocês!

A Miriam Lifchitz Moreira Leite (*in memoriam*), pela disponibilidade e interesse em ajudar nesta pesquisa desde o primeiro contato realizado. Agradeço imensamente a indicação do arquivo que organizou em São Paulo quando da sua pesquisa de doutoramento, na década de 1980, em que o feminismo em Maria Lacerda de Moura foi seu objeto de pesquisa. Arquivo se que equipara a um diamante precioso, mas ainda pouco lapidado. Sei que ficaria feliz com este trabalho! Ele também é seu!

Às professoras Mirian Jorge Warde e Mônica Yumi Jinzenji, um agradecimento especial por aceitarem participar da banca de avaliação deste trabalho e pela avaliação atenta e valiosa do texto da tese. Agradeço também as professoras Alessandra Shueler, Carla Chamon e Andrea Moreno pela participação como suplentes.

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Educação da FaE/UFMG agradeço a ajuda constante e atenciosa durante esses quatro anos. Parabéns pelo empenho e profissionalismo. O meu respeito é por vocês!

A todos os amigos que conquistei nesta jornada acadêmica na UFMG e que sempre estarão presentes em minha vida. A Eliezer e Cláudia, um agradecimento especial, pela acolhida em BH, pelas conversas descontraídas e pela orientação para a vida!

Aos funcionários dos tantos arquivos que visitei em Barbacena, São Paulo e Belo Horizonte, obrigada pela paciência e pela ajuda na localização das fontes históricas deste trabalho, imprescindíveis para que ele se concluísse.

Aos novos amigos de Diamantina e aos sempre amigos de São João del-Rei, expresso minha gratidão pelos momentos de união e partilha. Um especial agradecimento para Eliane, presença constante e incansável nos últimos oito anos. A Laerthe, o primeiro a acreditar no meu trabalho e o principal responsável pelas minhas conquistas profissionais. A Bárbara, pela paz,

tranquilidade e companhia em um momento de angústias e distâncias que afligiam o meu coração.

Aos colegas da UFVJM pelo apoio neste processo de pesquisa. Agradeço, com especial carinho, aos professores, funcionários e alunos do Curso de Pedagogia. Obrigada pela acolhida em Diamantina!

Ao meu maior incentivador, meu amor! Elder, obrigada pela cumplicidade e companheirismo desde o primeiro momento. Esta conquista é nossa!

Aos muitos anjos da guarda que atravessaram o meu caminho nesta trajetória, familiares e amigos, apontando oportunidades e possibilidades para que esta pesquisa se tornasse possível, levantando-me em momentos de incertezas e tristezas e me incentivando nos momentos de descobertas. Nada em nossa vida é por acaso...

RESUMO

Maria Lacerda de Moura e o “estudo científico da criança patrícia” em Minas Gerais
(1908-1925)

Este trabalho investiga o projeto de estudo científico da criança idealizado por Maria Lacerda de Moura entre os anos de 1908 e 1925. Este recorte se estabelece tendo em vista o início de sua trajetória como professora da Escola Normal Municipal de Barbacena, MG (1908), e a última publicação que direcionou para a educação da infância (1925). Para a pesquisa, foram elencadas fontes históricas diversas, como o requerimento enviado por Maria Lacerda de Moura à Secretaria do Interior de Minas Gerais, solicitando autorização para realizar experiências de psicologia experimental com as crianças das escolas de Barbacena; os pareceres emitidos por esse órgão sobre o pedido da professora; parte da produção intelectual de Maria Lacerda de Moura, que reúne livros, artigos e conferências; documentos da Escola Normal em que trabalhou, como os livros de fiscalização e as atas da congregação; além de jornais e da legislação educacional do período. Com os dados colhidos o interesse foi: 1) Conhecer a formação de Maria Lacerda de Moura, verificando em que medida ela contribuiu para a formação de suas ideias sobre a ciência aplicada à educação da infância; 2) Descrever e analisar o pedido da professora mineira juntamente com os pareceres emitidos, identificando como foi a recepção das experiências da psicologia experimental no estado de Minas Gerais naquele momento; 3) Localizar o contexto intelectual no qual Maria Lacerda de Moura pensou o seu projeto de “estudo científico” da infância; 4) Identificar as experiências que pretendeu desenvolver em Barbacena, bem como os autores e os estudos que nortearam seu trabalho. Para a análise dos dados, o entendimento sobre as “relações de poder” e sobre a “produção de saber e de verdade” foi importante para a compreensão de um projeto que gerou uma série de discursos sobre a inserção dos saberes científicos nas escolas mineiras. Os resultados apontam que a formação de Maria Lacerda de Moura influenciou diretamente o seu projeto de estudo científico da criança. Apontam também que a recepção de seu projeto em Minas Gerais foi permeada por suspeitas que recaiam ora sobre a nascente psicologia experimental, ora sobre a condição de mulher de sua idealizadora. Ainda indicam que a possibilidade de escrita desse projeto se deu em meio a diálogos diversos com diferentes ciências, como a medicina, a fisiologia, a pedologia e a psicologia.

Palavras-chave: Maria Lacerda de Moura, estudo científico, criança, educação.

ABSTRACT

Maria Moura Lacerda and the 'scientific study of the patrician child' in Minas Gerais (1908-1925)

This work investigates the project of child scientific study conceived by Maria Lacerda de Moura between the years 1908 and 1925. This interval is established taking into consideration the beginning of her career as a teacher of the Normal School of Barbacena, MG (1908) and her last publication directed to the education of children (1925). For the research, several historical sources were listed, such as the application sent by Maria Lacerda de Moura to the Secretary of the Interior of Minas Gerais, requesting authorization to conduct experimental psychology experiences with children from Barbacena schools; the opinions issued by that body on the request of the teacher; part of the intellectual production of Maria Lacerda de Moura, which includes books, papers and conferences; documents from the Normal School where she worked, such as inspection books and minutes of the congregation; as well as newspapers about educational legislation published in that period. With the data collected, the interest was: 1) to know the formation of Maria Lacerda de Moura, checking to what extent she contributed with her ideas about science applied to education of children; 2) to describe and analyze the application of the teacher along with the views expressed, identifying how was the reception of the experiences of experimental psychology in the state of Minas Gerais at the time; 3) to locate the intellectual context in which Maria Lacerda de Moura thought her project of 'scientific study' of childhood; 4) to identify the experiences she sought to develop in Barbacena, as well as the authors and studies that guided her work. For data analysis, the understanding of the 'power relations' and the 'production of knowledge and truth' was important to understand a project that has generated a series of discourses on the insertion of scientific knowledge in Minas Gerais schools. The results indicate that the formation of Maria Lacerda de Moura directly influenced her project of child scientific study. They also point out that the reception of her project in Minas Gerais was pervaded by suspicion concerning, sometimes, the nascent experimental psychology, and, other times, the womanly condition of her creator. They indicate, moreover, that the possibility of writing of this project took place amid various dialogues with different sciences, such as medicine, physiology, soil science and psychology.

Keywords: Maria Lacerda de Moura; scientific study; child; education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1: MARIA LACERDA DE MOURA: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE UMA EDUCADORA.....	39
1.1 - Educação e religião: um contexto de tensões	40
1.2 - A professora e a educadora	50
1.3 – A atuação social em Barbacena.....	56
1.4 - A escritora e a intelectual engajada	61
1.5 - Ciência e educação da infância	63
CAPÍTULO 2 – O “PROJETO DE ESTUDO CIENTÍFICO DA CRIANÇA PATRÍCIA” E SUA RECEPÇÃO EM MINAS GERAIS.....	77
2.1 – O requerimento: um projeto para estudar cientificamente a criança.....	78
2.2 – Os pareceres: aceitar ou não a psicologia experimental nas escolas?.....	84
2.2.1 – “Inócuo e louvável”: Os pareceres favoráveis ao projeto	86
2.2.2 – “Abstrata e analítica”: a crítica sobre a inserção dos estudos de psicologia aplicados à educação nas escolas de Minas Gerais	104
2.3 – Alceu de Souza Novaes: um dos interlocutores	111
CAPÍTULO 3 – <i>EM TORNO DA EDUCAÇÃO E RENOVAÇÃO</i> : INDÍCIOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE MARIA LACERDA DE MOURA	117
3.1 - <i>Em torno da educação</i> : a criança, a mulher, a ciência e a república.....	118
3.1.1 - O livro e sua materialidade: primeiras aproximações	118
3.1.2 - A educação e a ciência: a formação da mãe e da professora.....	127
3.1.3 - O estudo científico da criança: proposta de salvação da Pátria .	137
3.2 - <i>Renovação</i> : feminismo, infância, ciência e sociedade libertária	150
3.2.1 - O livro e sua materialidade: outras aproximações	150
3.2.2 – O feminismo: possibilidade real para a educação da mulher....	160
3.2.3 – Educação nova: racionalidade e ciência da criança	169
CAPÍTULO 4 – <i>LIÇÕES DE PEDAGOGIA</i> : A POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DO ESTUDO CIENTÍFICO DA INFÂNCIA	178
4.1 – Um manual para a formação de normalistas	180
4.2 – O estudo da criança: condição para uma pedagogia científica.....	188

4.3 – Os sentidos, o desenvolvimento físico e as condições do meio: o estudo científico da criança para Maria Lacerda de Moura	199
4.3.1 - Alguns experimentos: O exame dos sentidos	203
4.3.2 - Outros experimentos: as medidas do crescimento físico.....	208
4.3.3 – A observação das condições do meio	216
4.3.4 - O registro dos experimentos, das medidas e das observações...	219
CONSIDERAÇÕES FINAIS	223
REFERÊNCIAS	229
FONTES DOCUMENTAIS	244
APÊNDICE	247
ANEXO	251

INTRODUÇÃO

Desejando encetar uma série de experiências de psicologia experimental aplicada à pedagogia [...] venho solicitar de V. Excelência permissão para trabalhar 2 ou 3 horas por semana no máximo no Grupo Escolar, Escola Normal, escolas isoladas, Colégio Imaculada Conceição de Barbacena

Maria Lacerda de Moura, *Requerimento*.

O interesse em pesquisar os discursos e práticas direcionados à educação da infância se faz presente em minha trajetória desde a graduação. Teve início ainda na Iniciação Científica, quando a investigação sobre a relação entre rendimento escolar e condição social dos alunos matriculados em um grupo escolar da cidade de São João del-Rei, Minas Gerais, entre as décadas de 1930 e 1940, revelou práticas específicas para a educação da infância pobre, sobretudo a reserva de salas de aulas diferenciadas para os alunos provenientes de classes menos favorecidas.

Com o objetivo de compreender essas práticas, a pesquisa de mestrado que precedeu esta tese se voltou para a investigação dos discursos sobre a educação da infância em Minas Gerais no início do século XX, através de documentos oficiais que direcionavam a atuação de professores sobre a formação da infância nas escolas do estado. Destacaram-se nessa investigação três discursos: o médico, o moral e, sobretudo, o da psicologia, sendo este último discurso responsável por grande parte dos direcionamentos dados à educação da infância dentro das instituições escolares (Cf. GUIMARÃES, 2011a, 2011b e 2011c, 2013a, 2013b e 2014).

Observando a influência dos discursos científicos sobre a formação e desenvolvimento da criança nas escolas de Minas Gerais, o objetivo primeiro para o projeto de doutorado consistiu em aprofundar as investigações sobre esses discursos. Assim, o **projeto de pesquisa inicial**, apresentado e aprovado no processo seletivo do *Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social*, da Universidade Federal de Minas Gerais, para ingresso no primeiro semestre do ano de 2012, previa a investigação dos discursos científicos direcionados à educação da infância mineira e veiculados pela *Revista do Ensino* de Minas

Gerais¹ em seus 15 primeiros anos de circulação, ou seja, entre os anos 1925 e 1940. Tinha-se como objetivo identificar em que medida esses discursos propiciavam a criação de espaços específicos, como sala de aulas, para a educação da infância pobre dentro das escolas de Minas Gerais². Para isso, seriam analisados: 1) os fundamentos teóricos e metodológicos que amparavam esses discursos, 2) seus autores, e 3) os lugares da sociedade de onde falavam esses sujeitos. No caso específico dessa primeira proposta de investigação, alguns discursos já se destacavam pelo seu envolvimento com as questões científicas aplicadas à educação, como é o caso dos proferidos e divulgados por Helena Antipoff, psicóloga e educadora russa que veio para Minas Gerais, em 1929, a fim de dirigir o Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte³. O resultado do trabalho de Antipoff, que envolvia a pesquisa e a aplicação de testes de inteligência em alunos das escolas da capital de Minas Gerais, foi amplamente divulgado pela *Revista do Ensino* desde a sua chegada até o ano de 1941, quando o governo do estado rompeu o seu contrato⁴. A afirmação da importância da investigação dos discursos de Helena Antipoff nesse projeto se dava não só pela intensa publicação de seus textos no referido periódico naquele momento, mas também pela posição pioneira que ocupa nos estudos e pesquisas sobre psicologia aplicada à educação em Minas Gerais, destacada por muitos trabalhos que compõem a historiografia da psicologia no Brasil (Cf. CAMPOS, 1992a, 1992b; GOULART, 1985; VIEIRA, 2008).

Entretanto, em meio aos trabalhos iniciais da pesquisa, que envolviam a revisão da literatura e o levantamento de novos dados no Arquivo Público Mineiro, uma fonte histórica inédita foi descoberta, fato que colocou em dúvida algumas certezas do projeto inicial, mas que, por outro lado, potencializou novos problemas de investigação, sobretudo no que diz respeito às questões da psicologia experimental⁵ aplicada à educação da infância nas escolas de Minas Gerais⁶. Tal descoberta gerou mudanças significativas no projeto inicial, revelando novas informações para a compreensão do discurso e das ações científicas direcionadas à educação

¹ Periódico educacional oficial do estado de Minas Gerais que circulou entre 1925 e 1971, embora tenha havido interrupções nesse período.

² Algumas pesquisas (GUIMARAES, 2011a, 2014) indicam que, para a educação da criança pobre, eram destinadas salas de aulas específicas dentro das escolas primárias nas primeiras décadas do século XX.

³ Responsável por formar os professores de Minas Gerais, a Escola de Aperfeiçoamento, criada pela Reforma do Ensino de 1927, foi responsável por propagar discursos científicos direcionados à educação da infância. Dirigidos para a prática docente, tais discursos buscavam legitimar os métodos científicos aplicados à educação, disseminando as “modernas” ideias educacionais produzidas pelo movimento da escola nova (PRATES, 2000).

⁴ Apesar do rompimento do contrato por parte do governo de Minas, Helena Antipoff permaneceu no Brasil. Foi para o Rio de Janeiro, onde trabalhou com a pesquisa e a educação da criança excepcional e retornou a Minas Gerais, onde se dedicou à educação rural para a formação de professores.

⁵ A metodologia experimental caracterizava-se por investigar um objeto publicamente acessível, controlável e quantificável para posterior “produção de um conhecimento científico rigoroso” (MONARCHA, 2009, p. 250).

⁶ A fonte em questão foi localizada em setembro de 2012, seis meses depois do ingresso no doutorado.

da infância nas escolas de Minas Gerais. Como bem coloca o historiador Evaldo Cabral de Mello, “existe uma espécie de anjo da guarda intelectual, que leva as pessoas às leituras certas nas horas certas” (MORAES, 2002, p. 148).

A nova fonte que possibilitou **o surgimento desta investigação** foi um requerimento escrito por uma professora de escola normal da cidade de Barbacena, Minas Gerais, no ano de 1919, em que solicitava à Secretaria do Interior deste estado a permissão para realizar “experiências de psicologia experimental aplicada à pedagogia” nos alunos das escolas de sua cidade.

Junto a esse requerimento foram encontrados também seis pareceres emitidos por diferentes autores: indivíduos que trabalhavam junto à Secretaria do Interior, os quais expressaram em seus textos posições tanto favoráveis quanto contrárias à realização de tais experiências, o que fez com que o processo de análise da solicitação da professora durasse um ano e seis meses. Além de elucidarem sobre o projeto de trabalho com a psicologia experimental em Minas Gerais no ano de 1919, dez anos antes da chegada de Antipoff, tal conjunto de documentos nos permite, ainda, esclarecer sobre o processo de recepção dos testes psicológicos no estado, já que os pareceres apresentam diferentes discursos de governantes e educadores daquele momento sobre a validade do uso de tais testes no processo educacional.

Ainda a partir da documentação encontrada, é possível trazer à tona variados discursos sobre a possibilidade de realização de experiências científicas aplicadas à educação da infância em Minas Gerais, em um período em que se desconhecem notícias sobre a realização de tais experimentos no estado. Como já colocado, as primeiras questões ligadas à psicologia experimental aplicada à educação da infância em Minas Gerais são bem situadas cronologicamente pela historiografia existente, precisamente a partir de 1929, ano da chegada, ao estado, de Helena Antipoff, a quem é atribuído o pioneirismo da realização de tais investigações. Entretanto, com a descoberta da nova fonte, tem-se a possibilidade de compreender as questões da psicologia aplicada à educação dez anos antes da chegada da psicóloga, percebendo em que medida educadores e políticos mineiros pensavam a condição da educação aliada à ciência para a formação da infância em um momento anterior à profusão de testes aplicados no âmbito das diretorias de instrução pública de todo o Brasil como detecção dos problemas de aprendizagem e panaceia para sua superação⁷.

⁷ Em Minas Gerais, isso se deu no final da década de 1920 e em toda a década de 1930, fruto da chamada Reforma Francisco Campos, que, dentro de suas várias determinações, criou a Escola de Aperfeiçoamento de Minas Gerais e seu Laboratório de Psicologia Experimental, dirigido por Antipoff.

Também em função desse conjunto de fontes encontradas, um novo nome se destaca nesta pesquisa, vindo a compor, junto ao de Helena Antipoff, o quadro dos primeiros personagens que se voltaram para questões da inserção da psicologia experimental nas escolas mineiras. Trata-se da responsável por iniciar toda a documentação e debate citados acima: a professora que solicitou autorização do estado para a aplicação de experiências da psicologia experimental aplicadas à pedagogia na cidade de Barbacena: **Maria Lacerda de Moura**.

Maria Lacerda de Moura nasceu em Manhuaçu, Minas Gerais, em 1887, e morreu aos 58 anos de idade, no Rio de Janeiro, então capital do Brasil. É personagem ainda pouco conhecida no campo de pesquisa da História da Educação, o que gerou, para esta pesquisa, a necessidade primeira de identificá-la em meio ao contexto de produção da documentação encontrada. As primeiras pesquisas, realizadas de forma mais abrangente em *sites* de busca, trouxeram uma surpresa ao revelar Maria Lacerda de Moura em um contexto de atuação bem diferente daquele imaginado através da leitura de seu requerimento. Distante da figura de professora de escola normal de uma cidade do interior de Minas Gerais, ela é apresentada como importante líder feminista e uma das primeiras mulheres anarquistas do Brasil. Rapidamente, foi possível perceber que ela possui duas trajetórias bastante diferenciadas: uma em Barbacena, como professora que atuava na formação de professores primários; e outra em São Paulo, onde passou a viver a partir de 1921, envolvendo-se em movimentos de lutas em prol da mulher e da liberdade social⁸.

Apesar do pouco ou quase nenhum destaque dado à trajetória anterior, a de Barbacena (a não ser como explicação para a sua atuação em São Paulo), as informações apontam que Maria Lacerda de Moura foi professora da cadeira de Pedagogia e Higiene da Escola Normal Municipal da cidade de Barbacena. Nessa mesma escola também se formou, em 1904, e começou a atuar como professora em 1908, ano em que também iniciou as atividades do *Pedagogium*, instituição anexa à Escola Normal. Também nesse período, participou da fundação da Liga Barbacenense de Combate ao Analfabetismo, sendo uma das suas principais colaboradoras. Além disso, sua atuação em Barbacena incluiu a fundação de um Lactário⁹ e de uma vila para abrigar pessoas pobres da cidade. Escreveu artigos sobre educação para os jornais locais e realizou palestras na região, o que possibilitou a composição do primeiro livro, *Em torno da educação*, publicado em 1918. Já em 1919, publicou seu segundo livro, intitulado

⁸ Apesar de menos expressiva no que diz respeito à sua atuação, ainda é possível falar de uma terceira trajetória em Maria Lacerda de Moura, a do Rio de Janeiro, onde viveu os anos finais de sua vida de forma mais solitária e menos atuante no meio social.

⁹ Instituição de assistência à lactante pobre, a quem era feita a distribuição gratuita de leite.

Renovação, no qual ressignifica a educação da mulher naquele período histórico, demonstrando a importância de uma formação científica para aquela que seria a principal personagem na missão de educar a infância para a sociedade, na condição de mãe ou de professora.

Maria Lacerda de Moura foi atuante no espaço escolar e social de Barbacena. De formação espírita e anticlerical, já destacava em seu discurso a opressão que mulheres e pessoas pobres sofriam em meio a uma população burguesa e católica existente em sua cidade. Naquele momento, demonstrava interesse em conscientizar esse público e esclarecê-lo sobre o importante papel que ele tinha na transformação da sociedade.

Como é possível perceber, Maria Lacerda se colocava não somente enquanto professora atuante na escola em que trabalhava, mas também como militante das minorias desfavorecidas da sociedade. De acordo com Miriam Lifchitz Moreira Leite (1984), suas ideias passaram a ser hostilizadas em Barbacena, sendo consideradas impróprias naquela época, sobretudo quando se direcionavam para a defesa dos direitos da mulher, amparada nos ideais propostos pelo movimento feminista, mas também nas ações de cunho espírita e no discurso anticlerical¹⁰. É nesse contexto que, no ano de 1921, Maria Lacerda de Moura se mudou para São Paulo, lugar onde buscou encontrar maior espaço e apoio para os seus ideais, participando de movimentos feministas e sindicalistas diversos (LEITE, 1984). A afirmação da conquista desse espaço em São Paulo veio através dos vários convites que recebeu para realizar palestras, da veiculação de seus artigos em jornais e da publicação de livros sobre o assunto¹¹, o que gerou um reconhecimento de sua atuação não só no Brasil, mas também em outros países, como Argentina, Uruguai e Espanha¹². Nesse momento, destacou-se também pelos seus ideais libertários, o que a levou a fixar moradia em uma comunidade anarquista em Guararema (SP), período durante o qual desenvolveu intensa produção intelectual¹³.

Apesar de ter tido uma atuação significativa na cidade de Barbacena, sobretudo no que diz respeito à educação da infância, não há estudos que explorem essa fase da educadora. Quase toda a **produção existente sobre Maria Lacerda de Moura** e as suas ações exploram o período de sua vivência em São Paulo, especificamente da sua condição de feminista e anarquista. Sobressaem, nesse sentido, os estudos de gênero, seguidos dos estudos sociais e políticos sobre Maria Lacerda de Moura, conforme demonstra o quadro abaixo.

¹⁰ Filha de pai espírita e maçom, Maria Lacerda de Moura iniciou uma trajetória de combate à influência da Igreja católica sobre o ensino e as relações sociais na sua cidade, tornando-se assumidamente anticlerical (LEITE, 2005).

¹¹ Maria Lacerda publicou mais de quinze livros e publicou diversos artigos e conferências.

¹² Maria Lacerda realizou palestras na Argentina e Uruguai, e teve sua literatura reconhecida na Espanha.

¹³ Em 1937, com o advento do Estado Novo, Maria Lacerda se refugiou em Barbacena. Novamente hostilizada na cidade, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde viveu até a sua morte, em 1945, aos 57 anos de idade (LEITE, 1984).

QUADRO 1: Teses e dissertações sobre Maria Lacerda de Moura. Banco de teses da Capes

Ano de publicação	Tese / Dissertação	Título	Autor	Programa /área e instituição
1984	Tese	<i>Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura</i>	Miriam L. Moreira Leite	Pós-Graduação em História. USP.
1998	Dissertação	<i>O pensamento feminista de Maria Lacerda de Moura</i>	Mônica L. Gomez	Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. UFRJ.
1998	Dissertação	<i>Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura</i>	Liane Peters Richter	Pós-Graduação e História. Unicamp.
1999	Dissertação	<i>O Espírito da educação: Maria Lacerda de Moura (1918-1935)</i>	Maria Aparecida Lima Dias	Pós-Graduação em Educação. USP.
2006	Dissertação	<i>“Recuso-me”!: Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura</i>	Jussara V. de Miranda	Pós-Graduação em História Social. UFU.
2009	Dissertação	<i>Tecnologias políticas do gênero no Brasil: a contribuição de Maria Lacerda de Moura</i>	Tatiana Souza	Pós-Graduação em Tecnologia. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
2010	Dissertação	<i>O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea</i>	Joice O. Pacheco	Pós-graduação em Educação e processo de exclusão social. Unisinos.
2010	Dissertação	<i>As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930</i>	Samanta C. Mendes	Pós-Graduação em História e Cultura Social. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”.
2012	Dissertação	<i>Educação e sociedade: lições pedagógicas de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)</i>	Denise C. Ferreira	Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

O primeiro trabalho desse quadro é o estudo pioneiro da professora Miriam Lifchitz Moreira Leite, *Outra face do feminismo: Maria Lacerda de Moura*, resultado da sua pesquisa de doutorado realizada na Universidade de São Paulo e publicada em livro no ano de 1984. Leite traz à tona a trajetória ainda desconhecida de Maria Lacerda de Moura, ressaltando a contribuição de seu “pensamento/ação” para a história do feminismo no Brasil. Com o foco na produção de Maria Lacerda como conferencista e jornalista, Leite pretendeu delinear o perfil de alguém que refletiu sobre os diversos aspectos da condição feminina de seu tempo, como o direito ao voto, à educação igualitária para homens e mulheres, a valorização do trabalho feminino, a emancipação sexual e a liberdade intelectual.

Nessa mesma linha de pesquisa, também estão os trabalhos desenvolvidos por Gomez (1998), Richter (1998), Miranda (2006) e Pacheco (2010), que evidenciam o pensamento e a postura feminista de Maria Lacerda em sua trajetória em São Paulo.

Na dissertação de mestrado desenvolvida por Mônica Liliana Gomez, *O pensamento feminista de Maria Lacerda de Moura*, o objetivo foi traçar o particular feminismo construído por Maria Lacerda de Moura, que, para a pesquisadora, só pode ser compreendido a partir das suas diferentes posições sociais ocupadas na trajetória de São Paulo: como anarquista (concebendo a mulher como sujeito de destaque para uma verdadeira libertação social) e como religiosa (evidenciando a importância da participação feminina para a construção de uma humanidade mais fraterna).

Já na dissertação de mestrado de Liane Peters Richter, *Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*, a proposta foi mostrar a aproximação entre as ideias feministas de Maria Lacerda de Moura e Emma Goldman¹⁴. Destacam-se nessa aproximação os ideais de apoio ao movimento dos trabalhadores libertários, da liberação sexual exercida através do amor livre, da maternidade voluntária e da inspiração em escritores libertários como Francisco Ferrer e Sebastien Fouré, sobretudo no que dizia respeito à coeducação e à educação sexual.

Em outra dissertação de mestrado, agora de Jussara Valéria de Miranda, *“Recuso-me”!: Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura*, o interesse consistiu em compreender as ideias de emancipação feminina e objeção de consciência em Maria Lacerda de Moura. Para a pesquisadora, tais ideias seriam complementares na medida em que tanto o discurso libertário como o feminista estavam presentes na obra de Maria Lacerda de Moura.

¹⁴ Emma Goldman (1869-1940) foi uma anarquista lituana reconhecida por seu ativismo em seus escritos políticos e conferências que reuniam milhares de pessoas nos Estados Unidos. Foi uma das principais representantes do desenvolvimento do anarquismo na América do Norte na primeira metade do século XX.

Ainda na linha do estudo sobre o feminismo na trajetória de Maria Lacerda de Moura está a dissertação de mestrado produzida por Joice Oliveira Pacheco, *O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina: contribuições e desafios para a educação contemporânea*, em que a problemática da emancipação feminina nos dias atuais é colocada em discussão através da leitura de algumas produções escritas de Maria Lacerda de Moura. Para a pesquisadora, a feminista produziu um pensamento que, muitas vezes, ainda é pertinente para a educação da mulher da atualidade, que abrange aspectos ligados não somente à educação, mas também à economia, ao corpo e à sexualidade.

Já os trabalhos de Souza (2009) e Mendes (2010) destacam a trajetória política de Maria Lacerda de Moura no estado de São Paulo, muito ligada aos movimentos anarquistas na década de 1920.

Com relação à dissertação de Tatiana Souza, *Tecnologias políticas do gênero no Brasil: a contribuição de Maria Lacerda de Moura*, o objetivo foi atribuir uma originalidade ao discurso de Maria Lacerda de Moura voltado para a crítica da política do país, mais especificamente sobre a moral sexual pregada na época, bem como os valores atribuídos à maternidade e o trabalho na vida das mulheres. Segundo a autora, a construção dessa crítica em Maria Lacerda de Moura se fez a partir do seu ideário político desenvolvido durante a década de 1920 em São Paulo, que esteve ligado aos movimentos libertários e anarco-feministas. Outra dissertação, de Samanta Colhado Mendes, *As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930*, apresenta as teorias e práticas de mulheres anarquistas atuantes no movimento operário paulistano durante a Primeira República (1889-1930). A autora revela que tais mulheres, entre elas Maria Lacerda de Moura, tinham práticas comuns, como o envolvimento com movimentos operários, a defesa das causas da mulher na sociedade e a busca de direitos para as pessoas pobres.

Por fim, os dois últimos trabalhos, realizados também em pesquisas de mestrado, apontam a análise de algumas obras escritas de Maria Lacerda de Moura voltadas para o cenário educacional do país.

Na pesquisa desenvolvida por Maria Aparecida Lima Dias (1999), *O espírito da educação: Maria Lacerda de Moura (1918-1935)*, o intento foi destacar a temática religiosa como um importante elemento de compreensão da escrita de Maria Lacerda de Moura voltada para a educação. Destaca-se que o objetivo em seus escritos era transformar a sociedade do ponto de vista moral, visando o aprimoramento do espírito humano para que fosse possível a aproximação entre homem e mulher. Para a pesquisadora, isso se deu através de sua trajetória

de aproximação com a Maçonaria e com a Teosofia, vistas como possibilidades de aperfeiçoamento humano através da realização de ações sociais.

Já o trabalho de pesquisa de mestrado de Denise Cristina Ferreira (2012), *Educação e sociedade: lições pedagógicas de Maria Lacerda de Moura (1887-1945)*, analisa o livro *Lições de Pedagogia*, publicado em 1925 por Maria Lacerda de Moura. Seu interesse foi apontar as reflexões da autora inseridos num campo multidisciplinar perpassando diversos saberes, como a sociologia, a antropologia, a filosofia, a geografia, a política, entre outros. Acrescenta a pesquisadora que o pensamento educacional de Maria Lacerda de Moura ainda é importante para a reflexão sobre as questões da educação nos dias atuais, como o papel do educador e do educando no processo educacional, bem como o da família e de toda a sociedade.

É importante destacar que outros trabalhos relevantes também foram produzidos, como os de Margareth Rago, que buscam apresentar e comparar a atuação feminista e anarquista de Maria Lacerda de Moura com a de outras mulheres de lugares e tempos distintos, traçando aproximações e distanciamento entre elas. São exemplos desses trabalhos o capítulo de livro “Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura, de 2007; e o artigo “Entre o feminismo e o anarquismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri”, publicado em 2012.

Como é possível observar, nenhum dos trabalhos citados acima se direciona à proposta de estudo científico da infância formulado por Maria Lacerda de Moura em sua trajetória enquanto educadora na cidade de Barbacena. Também não encontramos nenhuma referência ao seu projeto de trabalho com a psicologia experimental nas escolas de sua cidade, no ano de 1919.

Neste sentido, **o objetivo central desta pesquisa** consiste em identificar e analisar o “projeto”¹⁵ de estudo científico da criança idealizado por Maria Lacerda de Moura ao longo da sua trajetória e da sua produção como educadora na cidade de Barbacena entre os anos de 1908 e 1925.

Esse “projeto” é entendido, nesta investigação, como produção mais ampla, que envolve não só o requerimento que elaborou sobre o pedido de aplicação de experiências de psicologia experimental nas escolas de sua cidade, mas também os seus estudos e sua atuação na Escola Normal de Barbacena, bem como a produção bibliográfica que contempla o assunto. Para isso, alguns objetivos específicos foram elencados: 1) Identificar a formação de Maria Lacerda de Moura, tanto familiar quanto institucional, verificando em que medida ela contribuiu para as suas ideias e propostas sobre a ciência aplicada à educação da infância; 2) Descrever e analisar

¹⁵ Palavra usada pela própria Maria Lacerda de Moura em seus escritos.

o pedido da professora mineira juntamente com os pareceres emitidos sobre ele pela Secretaria do Interior de Minas Gerais, identificando em que medida a psicologia experimental, bem como outras experiências científicas, foram propostas e recebidas, naquele momento, no estado de Minas Gerais; 3) Localizar o contexto intelectual no qual Maria Lacerda de Moura pensou o seu projeto de “estudo científico” da infância, verificando quais foram as possíveis permanências e rupturas, em sua trajetória, que permearam essa produção; 4) Analisar, na produção intelectual de Maria Lacerda de Moura, a concepção de estudo científico para a professora mineira, as experiências que pretendia desenvolver, bem como os autores e os estudos que as ampararam.

Além de esclarecerem sobre o projeto de estudo científico da criança de Maria Lacerda de Moura, os objetivos específicos buscam elucidar questões diversas que surgiram durante a pesquisa, a saber: Como uma professora de Escola Normal, mulher, espírita e anticlerical pôde pensar e construir um projeto de estudo científico da criança em um momento histórico e lugar em que predominava forte tradição católica e domínio masculino na sociedade?

Para atender a esses objetivos, o **recorte temporal definido** se inicia no ano de 1908, quando Maria Lacerda de Moura começou a atuar como professora na Escola Normal de Barbacena e iniciou sua escrita sobre a educação da infância. Esse período se estende até 1925, ano em que publicou seu último livro voltado para as questões educacionais da infância, *Lições de Pedagogia*¹⁶. Neste sentido, a periodização dessa investigação se constrói no diálogo com o objeto/problema de pesquisa. Por isso extrapola o recorte espacial da cidade de Barbacena e avança na trajetória inicial de Maria Lacerda de Moura em São Paulo, momento em que ainda se voltava para as questões científicas aplicadas à infância¹⁷.

A realização desta pesquisa se justifica pelo ineditismo tanto de algumas das fontes investigadas quanto pelas informações nelas contidas, que revelam novas perspectivas de análise e entendimento das questões científicas aplicadas à educação da infância para a historiografia da educação em Minas Gerais. Também se justifica pela possível contribuição para a produção sobre o assunto dentro do campo de pesquisas da história da educação¹⁸, que apresenta pequena expressão de pesquisas sobre o tema se comparada às realizadas no campo

¹⁶ Apesar de Maria Lacerda se mudar para São Paulo no ano de 1921, rompendo declaradamente com a educação na forma institucionalizada, ela publicou, em 1925, o que seria a sua última obra voltada para a educação da infância, *Lições de Pedagogia*. Acredita-se que o livro foi pensado na sua condição de educadora, na Escola Normal de Barbacena. Ainda é preciso deixar claro que Maria Lacerda não abandonou a temática educacional em seus escritos futuros, mas deslocou o seu foco da infância para outros sujeitos, como a mulher e o operário.

¹⁷ Ainda em 1919, na abertura de *Renovação*, Maria Lacerda anunciava a produção do livro *Lições de Pedagogia*.

¹⁸ A maior parte da produção sobre as relações entre psicologia e educação está vinculada ao campo de pesquisa da História da Psicologia, e, conseqüentemente, analisada mais em relação aos conceitos e métodos advindos da psicologia do que aos da esfera educacional.

da História da Psicologia. Tal afirmação se fundamenta no levantamento dos trabalhos apresentados nos principais congressos da área de História da Educação promovidos no Brasil e em Minas Gerais entre os anos de 2000 e 2013, a saber: o *Congresso Brasileiro de História da Educação* e o *Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*. Como também nos artigos publicados por expressivas revistas do campo, como a *Revista Brasileira de História da Educação*, publicação oficial da Sociedade Brasileira de História da Educação; o periódico *Cadernos de História da Educação*, publicação do Núcleo de Estudos e Pesquisas em História e Historiografia da Educação da UFU; e a *Revista História da Educação*, mantida pela associação Sul-Rio-Grandense de Pesquisadores em História da Educação. Para a apresentação das publicações nos Congressos, segue a tabela 1:

TABELA 1: Número de trabalhos sobre a psicologia aplicada à educação nos *Congressos Brasileiros de História da Educação* (CBHE) e nos *Congressos de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais* (COPEHE), (2000 - 2013).

Congressos de História da Educação	Ano	N. de trabalhos aceitos	N. de trabalhos sobre a psicologia aplicada à educação	%
I CBHE	2000	231	2	0,86
II CBHE	2002	428	*	*
III CBHE	2004	418	0	0
IV CBHE	2006	457	1	0,24
V CBHE	2008	932	1	0,10
VI CBHE	2011	876	5	0,57
VII CBHE	2013	698	3	0,43
I COPEHE	2001	61	0	0
II COPEHE	2003	151	0	0
III COPEHE	2005	86	1	1,16
IV COPEHE	2007	170	*	*
V COPEHE	2009	107	0	0
VI COPEHE	2011	130	0	0
VII COPEHE	2013	170	4	2,35
Total		4915	17	0,34

Fonte: Resumos e Anais dos Congressos Brasileiros de História da Educação e dos Congressos de Pesquisa e Ensino de História da Educação de Minas Gerais (2000 - 2013).

* Os Anais desse congresso não foram localizados para consulta.

Através da tabela acima, verifica-se que a maior produção de trabalhos sobre a psicologia aplicada à educação, nos dois *Congressos de História de Educação*, não passa de 2,5%. Essa maior incidência ocorreu em 2013, no *VII Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*. Já a menor produção, 0%, situa-se nos *Congressos V e VI de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais*, realizados em 2009 e 2011, e no *III Congresso Brasileiro de História da Educação*, realizado em 2004.

Dos 17 trabalhos localizados, grande parte aborda a psicologia aplicada à educação como tema secundário de pesquisa, isto é, seja para auxiliar na explicação de práticas e métodos de ensino existentes em determinados períodos, seja para subsidiar a análise de movimentos educacionais que tiveram destaque no país, como o movimento da “Escola Nova”, por exemplo. Com relação aos períodos investigados, verificou-se que a maioria dos trabalhos contempla as décadas de 1920 e 1930, justamente por se tratar de um período em que o debate sobre a renovação do ensino ganhou mais espaço no país com a produção de estudiosos como Anísio Teixeira¹⁹, Ulisses Pernambucano²⁰, Artur Ramos²¹, Helena Antipoff²², Lourenço Filho²³, dentre outros. É importante destacar, ainda, que, entre os 17 trabalhos elencados, não há nenhuma menção a Maria Lacerda de Moura, ou seja, não há nenhuma pesquisa que relacione a sua atuação às questões dos estudos científicos da infância²⁴.

Com relação aos trabalhos que abordam a psicologia aplicada à educação na *Revista Brasileira de História da Educação*, essa porcentagem também é pequena. Dentre os 255 artigos, resenhas e notas de leitura publicados pela revista em todo o seu período de circulação (2001-2014), apenas seis veiculam informações sobre o tema.

Nesse pequeno conjunto de textos, o primeiro é o Jorge Ramos do Ó, *Poder-saber-querer: os terrenos disciplinares da alma e do autogoverno no primeiro mapa das ciências da educação (1879-1911)*, publicado no ano de 2006, que busca mostrar a influência do discurso científico nas ações direcionadas ao autocontrole do indivíduo, denominado “governo de si”.

¹⁹ Além de importante agente do movimento escolanovista no Brasil, Anísio Teixeira (1900-1971) foi responsável por apresentar diversos aspectos da psicologia para se pensar a educação nas décadas de 1920 e 1930, como, por exemplo, a importância da mensuração para o processo de ensino/aprendizagem.

²⁰ Ao criar, em Recife, o Instituto de Psicologia em 1925, Ulisses Pernambucano (1892-1943) estabelece institucionalmente as suas investigações sobre o nível mental e aptidões de escolares.

²¹ Com um trabalho voltado para a formação de normalistas, o médico Artur Ramos (1903-1949) lecionou e publicou obras em torno da aplicação dos testes psicológicos.

²² Com o trabalho realizado no Laboratório de Psicologia experimental da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte, Helena Antipoff (1892-1974) se voltou para pesquisas diversas sobre a psicologia aplicada à educação na década de 1930, entre elas a construção das classes homogêneas.

²³ Lourenço Filho (1897-1970) foi responsável pela tradução, publicação e difusão de obras sobre a psicologia da educação no Brasil, com a criação da Biblioteca de Educação na década de 1920, além de criar e adaptar testes para escolares, como os Testes ABC, em 1933.

²⁴ O levantamento dos 17 trabalhos mencionado está no **APÊNDICE** desta tese.

Já o segundo texto, *A Escola de psicologia de Genebra em Belo Horizonte: um estudo por meio da correspondência entre Edouard Claparède e Hélène Antipoff (1915-1940)*, publicado em 2008, de autoria de Martine Rucha, procura apreender a influência da escola de psicologia de Genebra, representada na pessoa de Claparède sobre a psicologia brasileira, mais especificamente no trabalho desenvolvido por Helena Antipoff. O terceiro texto, *Ensino secundário e psicologia na década de 1930: a perspectiva de Antônio Carneiro Leão*, publicado em 2012, de Odair Sass e Maria Angélica Pedra Minhoto, analisa a organização do ensino secundário em duas obras de Antônio Carneiro Leão (1887-1966), explorando a hipótese de que a recorrência à psicologia associa-se às exigências da industrialização na década de 1930. No quarto texto, *"Tudo presta a quem tudo precisa": os discursos sobre a escolarização da infância pobre presentes na "Revista do Ensino" de Minas Gerais (1925-1930)*, publicado no ano de 2013c, de minha autoria, aponta a psicologia experimental como uma das difusoras dos discursos voltados para a educação da infância pobre no início do século XX, direcionando métodos e espaços para a sua aprendizagem nos ambientes escolares. No quinto texto, *A recepção da obra de Binet e dos testes psicométricos no Brasil: contra faces de uma história*, publicado em 2014, de minha autoria em conjunto com Maria Cristina Gouvea e Regina Helena de Freitas Campos, são apresentados três diferentes tipos de recepção da obra de Alfred Binet no Brasil: a primeira através do trabalho de Manuel Bomfim, que demonstrou certa resistência aos testes, mesmo tendo buscado junto a Binet o modelo de laboratório para o *Pedagogium* do Rio de Janeiro. A segunda através dos embates travados sobre o projeto de Maria Lacerda de Moura em Minas Gerais, no ano de 1919²⁵. E a terceira, na valorização e adaptação dos testes realizados por Helena Antipoff, também em Minas Gerais, na década de 1930. Já o sexto e último texto, *G. Stanley Hall e o child study: Estados Unidos de fins do século XIX e começo do século XX*, publicado por Mirian Jorge Warde em 2014, trata da formação do campo dos estudos da criança nos Estados Unidos – o *child study* – a partir do trabalho de G. Stanley Hall, entre o final do século XIX e início do século XX. A autora centra-se na luta dos discursos que disputavam a legitimidade para falar da criança, abordando um momento importante para a psicologia, que buscava se afirmar como nova ciência.

Com relação ao periódico *Cadernos de História da Educação*, apenas três artigos sobre a psicologia aplicada à educação foram publicados durante os 12 anos de sua circulação. O primeiro deles, *A psicologia educacional e o ensino da paixão, do prazer e da dor (Minas Gerais – 1920-1960)*, de Maria Madalena Silva de Assunção, publicado em 2008, analisa os

²⁵ Foi nesse artigo que apresentei os primeiros dados e análises desta pesquisa de doutorado.

livros didáticos utilizados na disciplina Psicologia Educacional, no curso normal, entre as décadas de 20 e 60 do século XX, buscando compreender as questões concernentes aos sentimentos e afetividade apresentadas às futuras professoras. Já o segundo texto, *A Coleção Biblioteca de Educação e a concepção de criança e desenvolvimento infantil: uma análise das obras escritas por Claparède, Pièron, Binet e Simon e por Lourenço Filho*, de Priscila Marília de Oliveira e Alessandra Arce, publicado em 2012, aponta que a concepção de criança e desenvolvimento infantil presente nas obras parte do pressuposto de que o educador, para realizar uma educação plenamente verdadeira e eficiente, deve conhecer seu aluno. Esse conhecimento é garantido pelas ciências base da biologia e da psicologia. O terceiro e último artigo, *Manuais de Psicologia – instrumentos de trabalho utilizados na formação dos professores paulistas (1920-1940)*, de Samira Saad Pulchério Lancillotti, publicado em 2013, busca identificar e caracterizar as teorias psicológicas para a formação de professores presentes em dois manuais de psicologia em São Paulo na primeira metade do século XX: *Psychologia*, escrito por Antonio Sampaio Dória, na década de 1920; e *Introdução à Psychologia Educacional*, de Noemy da Silveira Rudolfer, publicado em 1938.

Por fim, com relação à *Revista de História da Educação*, observa-se que essa produção é ainda menor. Nos nove anos em que tem circulado, 2007-2015, apenas dois artigos sobre a psicologia e sua relação com a educação foram publicados. O primeiro, *Conhecimentos especializados sobre os problemas de rendimento escolar: um estudo de manuais de psicologia e da Revista de Educação*, de autoria de Ana Laura Godinho Lima e Luciana Maria Viviani, caracteriza os discursos da pedagogia e da psicologia veiculados por manuais de psicologia e pela *Revista da Educação* sobre os problemas do rendimento escolar no período de difusão da Escola Nova. Os resultados indicam que a melhoria de tal problema estaria condicionada à possibilidade de produzir conhecimentos científicos sobre o aluno. Já o segundo artigo localizado, *Anísio Teixeira e a psicologia: um diálogo com a psicanálise*, de Karen Fernanda da Silva Bortoloti e Marcus Vinícius da Cunha, analisa as ideias e a atuação de Anísio Teixeira com relação ao valor da psicanálise para a renovação educacional do Brasil. É destacado que a interação de Teixeira com os conceitos da psicanálise em 1930 se deu no contexto do movimento higienista e da partilha das ideias de Arthur Ramos.

Em um universo mais amplo, como o dos livros e capítulos de livros, podemos citar as produções de Carlos Monarcha, referência para a compreensão da relação entre psicologia e educação durante a história da educação brasileira. Entre os muitos trabalhos do autor, podemos destacar os livros *Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes* e *Brasil Arcaico, Escola*

*Nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930*²⁶, em que Monarcha evidencia a emergência e o coroamento do saber científico como alicerce para as práticas educacionais e sociais no Brasil²⁷. Com a apresentação e análise de variada documentação histórica, sobretudo a da Escola Normal da Praça de São Paulo, tais obras revelam a inserção da experimentação da psicologia dentro do contexto da formação de professores e da educação da infância nas primeiras décadas do século XX.

Também podemos citar outras obras, como o livro organizado por Marcos Cezar de Freitas, *História social da infância no Brasil*, em que alguns autores, como o já citado Carlos Monarcha, José Geral da Silveira Bueno, Gilberta Jannuzzi, Marta Chagas de Carvalho e Mirian Jorge Warde apresentam capítulos sobre a temática em questão, dando mostras, através de suas pesquisas, de aspectos ligados, direta ou indiretamente, ao movimento histórico de inserção e atuação da psicologia no campo da educação²⁸.

Apesar das significativas contribuições apresentadas, ainda é possível observar certa carência de estudos sobre a psicologia aplicada à educação no campo da História da Educação brasileira contemporânea, como se depreende da produção nos Congressos de História da Educação, na *Revista Brasileira de História da Educação*, no periódico *Cadernos de História da Educação* e na *Revista História da Educação*. Contudo, isso não significa que tais estudos não existam nessas esferas de produção. Pelo contrário, eles são bastante presentes, porém em outro campo de investigação: o da história da psicologia, com os trabalhos desenvolvidos, por exemplo, por Antunes (2001, 2002, 2005, 2008, 2011), Campos (1989, 1992, 1997, 2002, 2003, 2010, 2011, 2014) e Massimi (2000).

Com relação aos trabalhos de Mitsuku Antunes e Marina Massimi, o direcionamento principal consiste em historiar a psicologia no Brasil, tecendo, em alguns trabalhos, possíveis relações com a educação e a pedagogia, sobretudo no início do século XX. Isso tem sido realizado através da investigação de periódicos históricos, instituições de ensino, produções históricas diversas e de alguns autores que foram personagens de destaque na construção de uma ciência da psicologia aplicada à educação, como, por exemplo, Maria Montessori. Referências nos estudos da história da psicologia em sua relação com a educação no Brasil são as pesquisas de Regina Helena de Freitas Campos, que se direcionam mais ao estado de Minas

²⁶ Livro ganhador do Prêmio Jabuti 2010, na categoria Educação, Psicanálise e Psicologia.

²⁷ Cf. Monarcha (1999, 2009).

²⁸ Os capítulos produzidos pelos autores citados foram: *Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança* (MONARCHA, 2011), *A produção social da identidade do anormal* (BUENO, 2011), *As políticas e os espaços para a criança excepcional* (JANNUZZI, 2011), *Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas* (CARVALHO, 2011), *Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia* (WARDE, 2011). Cf. Freitas (2011).

Gerais, sobretudo ao trabalho desenvolvido por Helena Antipoff no Laboratório de Psicologia da Escola de Aperfeiçoamento de Professores de Belo Horizonte. São bases de suas pesquisas as produções de Antipoff, como os textos escritos para periódicos da época, os resultados das pesquisas realizadas por ela e por suas alunas nas escolas de Belo Horizonte, além da análise de seu pensamento sobre a educação e as influências que recebeu ao longo da sua formação na Rússia²⁹. Entre outras informações, seus estudos revelam a recepção da psicologia aplicada à educação na década de 1930, em Minas Gerais, que se deu respaldada em reformas de ensino que previam a efetivação desses estudos nas escolas do estado. Revelam, também, o trabalho de Antipoff na adaptação dos testes para a realidade dessa região e na valorização de informações de cunho social na análise do desenvolvimento escolar da criança.

Os trabalhos citados acima são primordiais na composição da historiografia que se tem sobre o assunto e, também, elucidam grande parte das informações que temos hoje sobre as questões da psicologia aplicada à educação no Brasil. Por outro lado, apontam, também, que o campo de pesquisa da História da Educação ainda contribui pouco nesse assunto, o que pode limitar análises importantes, especialmente aquelas que esclarecem sobre a construção das práticas pedagógicas no interior das instituições educativas.

Outro fator de relevância para a realização desta pesquisa diz respeito à possibilidade de (re)conhecimento das questões da psicologia aplicada à educação em Minas Gerais dez anos antes da chegada de Helena Antipoff ao estado. Ou seja, de compreender como o assunto era tratado por educadores e pelo governo do estado mineiro antes da chegada e da validação desse trabalho pela psicóloga e educadora russa. De acordo com o levantamento bibliográfico realizado, nenhum trabalho se direciona ao entendimento da psicologia aplicada à educação em Minas Gerais na década de 1910.

As fontes desta pesquisa foram reunidas a partir da busca e seleção de documentos históricos localizados em lugares e arquivos diversos: 1) *Arquivo Público Mineiro* (APM), em Belo Horizonte; 2) *Arquivo Histórico Municipal Altair Savassi* (AHMAS), em Barbacena; 3) *Arquivo Histórico da Escola Normal Municipal* (AHENM), em Barbacena; 4) *Centro de Documentação e Memória da Unesp* (CEDEM), em São Paulo, entre outros locais em que pistas e informações importantes foram encontradas, como, por exemplo, na Academia Barbacenense de Letras, em Barbacena.

²⁹ A autora também preside o Centro de Documentação e Pesquisa Helena Antipoff (CDPHA), local de preservação da memória e de divulgação de Helena Antipoff (1892-1974), situado no prédio da biblioteca da Universidade Federal de Minas Gerais e com convênio com a Fundação Helena Antipoff (Ibirité, Minas Gerais).

Como anunciado anteriormente, a construção desse *corpus* documental partiu da localização de um requerimento escrito e enviado por Maria Lacerda de Moura à Secretaria do Interior, em 1919, e dos seis pareceres emitidos por esta instituição, **fontes localizadas no Arquivo Público Mineiro**. Tal documentação, inédita até o momento, foi produzida ao longo de um ano e seis meses, como mostra o quadro abaixo.

QUADRO 2: Cronologia do Requerimento de Maria Lacerda de Moura e de seus pareceres

Data	Documento	N. de folhas	Formato
11/05/1919	Requerimento enviado pela professora Maria Lacerda de Moura à Secretaria do Interior de MG.	1	Manuscrito
28/06/1919	1º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG.	1	Manuscrito
26/07/1919	2º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG.	1	Manuscrito
03/10/1919	3º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG.	1	Manuscrito
14/01/1920	4º parecer , expedido pela Secretaria do Interior de MG	12	Manuscrito
07/11/1920:	5º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG.	1	Datilografado
09/11/1920	6º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG.	1	Manuscrito

Fonte: Fundo da Instrução pública do Arquivo Público Mineiro

O conjunto de documentos apresentados se tornou o “fio condutor” da pesquisa e possibilitou a captura de novas fontes históricas que ajudam a compor um conjunto de informações para a compreensão do projeto de estudo científico da criança pensado por Maria Lacerda de Moura.

Nesse contexto estão as **fontes do arquivo da Escola Normal Municipal de Barbacena**, lugar em que Maria Lacerda de Moura atuou como professora da cadeira de Pedagogia e Higiene no curso de formação de professoras entre os anos de 1908 e 1921 e onde

trabalhava quando redigiu o requerimento solicitando permissão para realizar experiências de psicologia experimental aplicada à pedagogia. Parte do material do período pesquisado foi encontrada, apesar da precária condição de armazenamento. Trata-se de livros e documentos de registros diversos da Escola naquele período, como listado no quadro abaixo:

QUADRO 3: Documentos consultados no Arquivo da Escola Normal Municipal de Barbacena

N.	Documento	Data/período de produção
1	Livro de Registro de Diplomas das Normalistas (1)	1909-1918
2	Livro de Registro de Diplomas das Normalistas (2)	1917-1918
3	Livro de Matrículas	1913-1961
4	Livro de Atas de Exames (1)	1906-1909
5	Livro de Atas de Exames (2)	1909-1912
6	Livro de Atas de Exames de admissão	1893-1899
7	Livro de Ofício da Diretoria	S/N
8	Livro Registro de Visitas de Fiscalização	1904-1941
9	Livros de Atas das Reuniões da Congregação	1893-1912

Fonte: Arquivo da Escola Normal Municipal de Barbacena

Através das fontes históricas encontradas na Escola Normal e, sobretudo, do entrecruzamento de suas informações, foi possível perceber o lugar dado ao estudo da psicologia dentro da instituição, tanto no período em que Maria Lacerda de Moura lá estudou como no período em que atuou como professora da escola. Essa informação se torna importante, principalmente, para compreendermos como foi possível uma professora do interior de Minas Gerais formular um projeto de estudo científico da criança naquele momento. Outros dados sobressaem nesse material, como os da atuação de Maria Lacerda como diretora do *Pedagogium* da Escola Normal, que são encontrados no *Livro de Atas da Congregação*. Quanto à sua atuação como professora de normalistas entre os anos de 1908 e 1921, faz-se importante investigar quais conteúdos lecionou, que autores citava em suas aulas e como pensava a educação das crianças. Essas informações foram identificadas nos relatórios realizados pelos fiscais do ensino nas visitas que realizavam periodicamente à Escola Normal e que compõe o *Livro de registro de fiscalização*.

Os **jornais** são outro conjunto de fontes que também auxiliaram na captura de dados sobre a atuação de Maria Lacerda de Moura no período em que pensou seu projeto de estudo científico da criança³⁰. Estes trazem informações importantes sobre os trabalhos sociais que desenvolvia em sua cidade, como a construção de um lactário e de uma vila com moradias para pessoas desabrigadas, conforme noticiado pelo *Cidade de Barbacena*, em 1914. Além disso, os jornais também revelam indícios sobre a aceitação ou não de suas ideias naquele período, ao veicularem críticas sobre suas ações e publicações. Além dos jornais que discorriam sobre Maria Lacerda, foi encontrado, também, um jornal idealizado por ela, o *A Pétala*, de 1918, que era editado por algumas alunas da Escola Normal de Barbacena, sob sua supervisão³¹. Nesse jornal, ainda inédito nas pesquisas que abordam a obra de Maria Lacerda de Moura, foi possível observar algumas das influências que exercia na educação das normalistas para além do espaço escolar. Os textos publicados, em grande parte sobre educação e higiene, também revelam um posicionamento das alunas com relação aos ideais feministas que circulavam pelo país e pelo mundo naquele momento histórico.

QUADRO 4: Jornais consultados para a pesquisa

N.	Jornal	Período pesquisado
1	Cidade de Barbacena ³²	1898-1921
2	O Planalto de Minas ³³	1903-1909
3	O Sericicultor ³⁴	1906-1921
4	A Noite ³⁵	1913-1917
5	A Pétala ³⁶	1918-1919
6	O Lábaro ³⁷	1919
7	A Folha ³⁸	1910
8	O Paladino ³⁹	1918-1919

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair José Savassi, de Barbacena

³⁰ Vale ressaltar que foram identificados mais de 20 títulos de jornais que circularam em Barbacena no período em que Maria Lacerda lá atuou.

³¹ É importante destacar que o referido jornal também é uma fonte inédita de pesquisa. Nenhum dos trabalhos sobre Maria Lacerda de Moura aponta a existência dessa publicação.

³² Jornal inaugurado em 1898 e ainda em circulação na cidade de Barbacena. No período investigado, tinha edições semanais e noticiava acontecimentos sociais da cidade e região.

³³ “Jornal Republicano consagrado à lavoura, comércio e indústria”, que circulou entre 1903-1909.

³⁴ Jornal agrícola, comercial e industrial, com edições mensais, que circulou entre 1916 e 1923.

³⁵ Jornal combativo, propriedade de sociedade anônima, circulou entre 1913-1917 (SAVASSI, 1991, p.71).

³⁶ Jornal das alunas da Escola Normal Municipal de Barbacena, com publicações mensais [...]. Tratava de assuntos educativos, sociais, e de higiene, literatura e humor. Circulou entre 1918 e 1919.

³⁷ Jornal sobre o “comércio, lavoura, indústria e notícias”, com publicação semanal, publicado somente em 1919.

³⁸ “Orgam do Partido Republicano Brasileiro”, com publicação semanal, editado somente em 1910.

³⁹ Jornal redigido por alunos do Ginásio Mineiro.

Ainda durante o levantamento de possíveis fontes para esta pesquisa, ou seja, dos possíveis materiais que poderiam esclarecer ainda mais sobre projeto de estudo científico da criança idealizado por Maria Lacerda de Moura, sobre a possibilidade de sua construção e execução naquele momento, pelos enfrentamentos pelos quais passou e o que permaneceu desses ideais em sua futura atuação, deparei-me com a **Coleção Miriam Lifchitz Moreira Leite** (CMML). Essa coleção é um legado da professora da Universidade de São Paulo, que, durante os seus estudos de doutorado, foi a primeira a realizar pesquisas sobre Maria Lacerda de Moura, reunindo diferentes fontes sobre a sua vida e obra⁴⁰. Tal investigação resultou na publicação, em 1984, do livro *Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura*. Apesar de o trabalho de Miriam Leite ter se voltado para os estudos sobre o feminismo na trajetória de Maria Lacerda de Moura, os materiais reunidos e armazenados por ela são fontes importantes também para a presente pesquisa⁴¹.

São documentos históricos diversos, como cartas, livros, recortes de jornais fotografias, entre outros. Sobre as correspondências enviadas por Maria Lacerda de Moura, foi possível identificar as pessoas com quem manteve contato durante a sua trajetória em Barbacena, analisando de que forma elas podem ter influenciado em seu pensamento e ideais de educação científica para a infância nas escolas. Dentro desse conjunto de cartas estão as endereçadas, por exemplo, a Belisário Penna, importante médico sanitário do período, que foi a Barbacena realizar uma série de palestras sobre higiene a pedido da professora e conterrânea⁴².

Com relação aos livros publicados por Maria Lacerda de Moura⁴³, foi possível identificar os discursos científicos que preconizavam a educação da infância, as representações que alicerçaram tais discursos e os pressupostos teóricos que os norteavam.

⁴⁰ Miriam Lifchitz Moreira Leite (1926-2013) foi professora da Universidade de São Paulo, atuando nas áreas de Ciências Sociais, História e Antropologia.

⁴¹ O arquivo está localizado no CEDEM (Centro de Documentação e Memória da UNESP) e me foi indicado pela própria Miriam Lifchitz Moreira Leite, em um contato por e-mail em janeiro de 2013, pouco antes do seu falecimento. Mais uma vez, destaco a importância da professora para esta pesquisa. Sem as informações cedidas por ela, tão gentilmente, não seria possível localizar este arquivo e, tampouco, realizar este trabalho.

⁴² Belisário Penna foi um importante médico sanitário do início do século XX no Brasil. Nascido na cidade de Barbacena em 1868, mudou-se para o Rio de Janeiro em 1904, passando a trabalhar na Diretoria Geral de Saúde Pública, onde colaborou no combate à febre amarela, malária e outras doenças no território nacional.

⁴³ Na produção escrita de Maria Lacerda destacam-se: *Em torno da Educação* (1918), *Renovação* (1919), *A fraternidade na escola* (1922), *A mulher hodierna e o seu papel na sociedade* (1923), *A mulher é uma degenerada?* (1924), *Lições de Pedagogia* (1925), *Religião do amor e da beleza* (1926), *De Amundsen a Del Prete* (1928), *Civilização, tronco de escravos* (1931), *Amai-vos e não vos multipliqueis* (1932), *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me, denuncio* (1933), *Han Ryner e o amor no plural* (1933), *Clero e Fascismo, horda de embruteceadores* (1933), *Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital* (1933) e *O Silêncio* (1944), além de diversos artigos publicados em jornais nacionais e estrangeiros. Alguns desses títulos foram traduzidos e publicados no exterior, como *A mulher hodierna e o seu papel na sociedade* e *A mulher é uma degenerada?*, na Argentina. Também no Uruguai seus livros e seu trabalho foram reconhecidos.

QUADRO 5: Fontes consultadas na *Coleção Miriam Lifchitz Moreira Leite*

N.	Fonte	Data
1	Carta de Maria Lacerda de Moura para Belisário Penna	03/02/1919
2	Carta de Maria Lacerda de Moura para Belisário Penna	14/02/1919
3	Carta de Maria Lacerda de Moura para Belisário Penna	19/07/1919
4	Carta de Maria Lacerda de Moura para Belisário Penna	04/09/1919
5	Carta de Maria Lacerda de Moura para Belisário Penna	21/10/1919
6	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	- /01/1926
7	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	16/03/1938
8	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	29/04/1938
9	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	11/05/1938
10	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	11/06/1938
11	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	20/05/1938
12	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	08/10/1938
13	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	31/12/1938
14	Carta de Maria Lacerda de Moura para a amiga Albininha	22/09/1943
15	Livro <i>Em torno da educação</i> , de Maria Lacerda de Moura	1918
16	Livro <i>Renovação</i> , de Maria Lacerda de Moura	1919
17	Livro <i>Lições de Pedagogia</i> , de Maria Lacerda de Moura	1925
18	Depoimentos de Anita Coutinho sobre Maria Lacerda de Moura	s/d
19	Depoimento de D. Graciema Bertoleti sobre Maria Lacerda de Moura	19/07/1979
20	Depoimento de Octávio Brandão sobre Maria Lacerda de Moura	-/08/1979
21	Depoimento de Carlos Mário Machado sobre Maria Lacerda de Moura	19/07/1970
22	Depoimento de Hideuzuita Guimarães sobre Maria Lacerda de Moura	19/07/1979
23	Depoimento de Hideuzuita Guimarães sobre Maria Lacerda de Moura	19/07/1979
24	Memória encaminhada por Maria Lacerda ao I Congresso de Proteção à Infância: <i>O actual regimen social solucciona o problema da proteção à infância</i>	1922
25	Memória encaminhada por Maria Lacerda ao I Congresso de Proteção à Infância: <i>Educação laica</i>	1922
26	Memória encaminhada por Maria Lacerda ao I Congresso de Proteção à Infância: <i>A educação feminina</i>	1922
27	Memória encaminhada por Maria Lacerda ao I Congresso de Proteção à Infância: <i>Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida pratica das sociedades</i>	1922
28	Fotografias diversas	s/d
29	Jornal <i>O Combate</i> , São Paulo, n. 5	1929
30	Jornal <i>A Lanterna</i> , São Paulo, n. 388	1935

Fonte: *Coleção Miriam Lifchitz Moreira Leite* – CMML, Centro de Documentação e Memória da Unesp – CEDEM.

Saindo da tessitura desse arquivo, outras fontes, sobretudo aquelas que tratam de um contexto mais amplo da pesquisa, também são analisadas. Trata-se da legislação mineira do período investigado e de livros sobre a psicologia experimental aplicada à educação, publicados dentro e fora do Brasil naquele momento⁴⁴.

Dentro desse *corpus* documental elencado, o interesse consistiu em capturar o maior número de informações possível para atender ao objetivo central desta investigação: identificar e analisar o projeto de estudo científico da criança pensado por Maria Lacerda de Moura, trazendo à tona as condições de elaboração do projeto naquele momento, bem como os debates que foram produzidos sobre ele. A respeito da captura de variados documentos históricos para pesquisa, Cellard aponta que:

Uma pessoa que deseje empreender uma pesquisa documental deve, com o objetivo de constituir um *corpus* satisfatório, esgotar todas as pistas capazes de lhe fornecer informações interessantes. Se nossos predecessores deixaram vestígios documentais, eles raramente o fizeram com vista a possibilitar uma reconstrução posterior, tais vestígios podem, se encontrar, portanto, em toda a sorte de locais, os mais heterogêneos (CELLARD, 2008, p. 298).

O exame do contexto social global no qual foram produzidas as fontes e no qual mergulhavam seus autores foi tratado com prioridade em todas as etapas da análise documental. Ainda segundo Cellard, o analista não poderia prescindir de conhecer satisfatoriamente a conjuntura política, econômica, social e cultural que propiciou a produção de um documento determinado. Tal conhecimento possibilita apreender os esquemas conceituais de seu ou de seus autores, compreender sua reação, identificar pessoas, grupos sociais, locais, fatos aos quais se faz alusão, etc. “Pela análise do contexto, o pesquisador se coloca em excelentes condições até para compreender as particularidades da forma, da organização, e, sobretudo, para evitar interpretar o conteúdo do documento em função de valores modernos” (CELLARD, 2008, p. 300).

Para a **análise das informações** obtidas nesta investigação, o entendimento sobre as “relações de poder” e a “produção de saber e de verdade” foram importantes, sobretudo para a compreensão de um projeto que gerou uma série de discursos sobre a inserção do saber advindos da ciência experimental dentro das escolas mineiras.

⁴⁴ Dentro desse conjunto de livros/estudos podemos citar os de Binet e Claparède, no contexto europeu, e os de Manoel Bomfim, no contexto brasileiro.

Com relação às “relações de poder”, estas são identificadas nos embates travados entre a educadora mineira e a Secretaria do Interior durante o período em que seu requerimento esteve em processo de análise, sendo alvo de aceitações e refutações naquele momento.

Pensar a educação da infância amparada em métodos científicos significa reconhecer que diferentes “saberes” foram produzidos sobre a criança, sobretudo através dos testes de psicologia experimental. Tais saberes funcionaram como estratégias capazes de subjetivar, ou seja, de construir/fabricar os alunos, criando novos espaços, tempos e métodos para a sua educação. Assim, o aluno passou a ser um sujeito constituído e não constituinte na forma escolar. Podemos identificar, no projeto de Maria Lacerda de Moura, um desejo de produção de saberes sobre a infância que, segundo ela, seriam bases da “educação do futuro”.

Por sua vez, ao pesquisar os “saberes” produzidos pela psicologia experimental no período em tela, é preciso pesquisar, também, os “efeitos de verdade” gerados por eles, ou seja, em que medida esses discursos foram aceitos ou não pela sociedade daquele momento? Para Foucault, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12). Sabe-se que, no período em questão, os estudiosos e conhecedores dos procedimentos ditos “científicos” aplicados à educação, como os citados pela própria Maria Lacerda de Moura (como Binet, Simon, Claparède, entre outros), eram vistos como possuidores de “discursos de verdade” sobre a educação. Isso se dava, sobretudo, por serem representantes de instituições notadamente reconhecidas, que exerciam certo domínio sobre as relações de verdade e poder no meio educacional. E Maria Lacerda? Qual era o seu lugar nesse contexto?

Assim como os pesquisadores citados acima, a professora mineira defendia as “verdades científicas”, pois acreditava na realização dos testes, nas observações e registros psicológicos dos escolares como garantia de melhoria da educação da infância e de sua condição social. Ocupava um espaço notadamente reconhecido pela sociedade, o de uma Escola Normal, onde o conhecimento poderia ultrapassar os muros da instituição, como foi o caso da professora com suas publicações em livros e jornais.

Entretanto, para o entendimento da produção desses saberes e verdades gerados pelos discursos científicos é preciso compreender as “relações de poder” que a cerca, afinal, como assevera Foucault (1979), o exercício do poder cria objetos de saber, os faz emergir, leva a um modo institucionalizado de acumular informações e de fazê-las circular. Na interpretação de

Araújo (2007, p. 29), o exercício do poder, para Foucault, cria saber e esse saber acarreta efeitos de poder. O poder opera por meio de discursos, especialmente os que veiculam e produzem verdades. Assim, existem interfaces entre verdade e poder, saber e poder, discurso e poder.

Foi essa relação entre “poder”, “saber” e “verdade” que produziu determinados discursos e ações que se dispersam durante a atuação de Maria Lacerda de Moura, mas que compuseram um projeto que é, justamente, o de caracterizar a infância para, depois, lidar com ela, seja delimitando seu alcance, seja definindo medidas para atuar sobre ela dentro do espaço escolar.

Para compreender a inserção e atuação de Maria Lacerda de Moura no cenário das pesquisas científicas é preciso conhecer a sua trajetória nesse período, não no sentido de caminho percorrido linearmente, mas como entendimento de sua composição com o espaço social, de suas multiplicidades, criadas e recriadas na relação com o outro, com o espaço, com o social e o cultural (BOURDIEU, 1996). É compreender que seu projeto foi construído por meio de muitas e diferentes experiências: religiosas, políticas, de gênero, entre outras, que foram produzidas dentro de um determinado contexto histórico, que envolveu diferentes sujeitos, ou seja, sua rede de sociabilidades. Para Sirinelli (2003), os indivíduos se organizam em grupos que partilham uma “sensibilidade ideológica ou cultural comum” e afinidades difusas, sendo necessário ao historiador restituir o indivíduo não ao seu contexto geral e abstrato, mas à sua rede de relações concretas. Essas relações são estruturadas em redes nas quais se estabelecem vínculos afetivos e se produzem sensibilidades que constituem a marca desse grupo. De acordo com Faria Filho (2009), o estudo das redes de relações dos intelectuais nos convida a tomar como problema os lugares por onde eles circularam, onde estudaram ou trabalharam, as pessoas com as quais conviveram, seus interlocutores fundamentais. Isso impede com que nós os tomemos como “parteiros de si mesmos, instigando-nos e remetê-los às condições sociais que os constroem e a perceber que esses constrangimentos se impõem aos indivíduos por meio de grupos específicos” (FARIA FILHO, 2009, p. 3).

Como aponta Bourdieu (1990), não há delimitações para o campo intelectual, o que torna difícil identificar quem é intelectual e quem não é, quem são os verdadeiros intelectuais, aqueles que verdadeiramente realizam a essência do intelectual. Maria Lacerda de Moura era identificada como intelectual de seu tempo, fato identificado em alguns jornais de Barbacena. Entretanto, a identificação de intelectual para a professora mineira não pode ser entendida, apenas, como um indivíduo que, teoricamente, destaca-se em um determinado meio e a partir de um determinado objeto de atuação, mas como um sujeito que se arrisca ao debate, que considera natural e útil misturar sua voz aos grandes debates da cidade, que busca dar voz aos

que não a possuem, como também se manter em silêncio para não ceder às exigências cegas da sociedade (LÉVY, 1998, CHAUI, 2006).

Como anuncia Faria Filho (2009), o interesse atual dos estudos sobre os intelectuais está em colocar em cena o que esses sujeitos pensaram e como puderam pensar. Nessa perspectiva, o intelectual passa a ser localizado em um ambiente social, em que são focalizadas as condições de produção, circulação e recepção das suas ideias, assim como, e principalmente, as condições históricas de produção do próprio sujeito como intelectual de seu tempo (FARIA FILHO, 2009).

A partir do exposto, esta tese objetiva trazer à tona o projeto de estudo científico da criança pensado por Maria Lacerda de Moura durante sua trajetória enquanto educadora, que envolve o período da sua vivência em Barbacena e o início e parte da sua publicação inicial em São Paulo, que finda com a produção do livro *Lições de Pedagogia*, publicado em 1925.

Destaca-se o comprometimento na compreensão de que tal projeto parte de um sujeito que fala de um lugar específico, o de educadora e mulher, que tem, na ciência, a referência principal para a construção de saberes sobre a infância e, também, para a afirmação da escola graduada, caracterizada pelo agrupamento de alunos da mesma faixa etária (GOUVEA, 2008).

Nessa perspectiva, **a escrita da tese** foi organizada em quatro capítulos. O primeiro, *Maria Lacerda de Moura: formação e atuação de uma educadora*, tem por objetivo apresentar a trajetória de Maria Lacerda, sobretudo em Barbacena, que envolve a sua vivência na infância, sua formação familiar e institucional, suas ações profissionais e sociais naquela cidade, bem como a sua produção escrita. Tal trajetória é percebida em meio ao contexto regional e nacional marcado por ações republicanas para a efetivação da educação da infância em uma escola graduada, com a qual Maria Lacerda de Moura buscou colaborar com a proposta de aplicação de “experiências de psicologia experimental”. Também nessa trajetória a professora foi colocada, muitas vezes, no papel de intelectual em sua cidade, na medida em que pensava e expressava os seus ideais através de jornais e de seus livros, chegando a receber vários convites para realizar palestras em Barbacena e também em outras cidades de Minas Gerais e de São Paulo.

Já no segundo capítulo, *O “projeto de estudo científico da criança patricia” de Maria Lacerda de Moura e a sua recepção em Minas Gerais*, o objetivo é descrever e analisar o requerimento escrito pela professora em 1919, buscando destacar as possibilidades de sua construção naquele momento. Também é analisada a recepção desse projeto pela Secretaria do Interior de Minas Gerais, através dos pareceres que foram emitidos ao longo de um ano e seis meses de análise do pedido de Maria Lacerda de Moura.

No terceiro capítulo, *Em torno da educação e Renovação: indícios sobre a construção do projeto de estudo científico da criança na obra de Maria Lacerda de Moura*, são analisados os dois livros publicados por Maria Lacerda de Moura no período de produção de seu projeto: *Em torno da educação*, de 1918, e *Renovação*, de 1919. O objetivo foi identificar o contexto de ideias no qual Maria Lacerda de Moura esteve inserida no período em que escreveu o requerimento enviado à Secretaria do Interior de Minas Gerais.

Por fim, o quarto e último capítulo, *Lições de Pedagogia: a possibilidade de efetivação do estudo científico da infância*, analisa o último livro de Maria Lacerda de Moura voltado para a educação da infância: *Lições de Pedagogia*. Apesar de ter sido publicado em 1925, já em São Paulo, ele foi pensado a partir da sua trajetória anterior, a de Barbacena, no contexto de formadora de normalistas para o trabalho com a infância. Assim, o interesse na análise desse livro foi trazer à tona os direcionamentos de Maria Lacerda de Moura para a efetivação da sua proposta de estudo científico da infância, ou seja, as pesquisas e as experiências que pretendeu realizar com as crianças das escolas de Barbacena.

CAPÍTULO 1: MARIA LACERDA DE MOURA: FORMAÇÃO E ATUAÇÃO DE UMA EDUCADORA

[...] a vida sedentária de estudos livrescos, desde a mais tenra idade, provocou cedo a “surmenage” no meu temperamento vibrante, exaltado, refreado por uma timidez doentia que me isola de tudo e de todos. Que esforço, mais tarde, para lutar comigo mesma!

Maria Lacerda de Moura, *Autobiografia*⁴⁵.

É difícil enquadrar Maria Lacerda de Moura entre as coordenadas sociais, políticas e históricas previamente conhecidas. Seu pensamento plural e multifacetado foi presente em toda a sua vida. Foi defensora da República Brasileira, mas foi também sua crítica, quando aderiu ao anarquismo como forma de resistência ao governo existente. Valorizou a escola como propulsora da civilização para, logo depois, identificá-la como instituição de domínio e cerceamento humano.

Por ter tido e publicado diferentes ideias, Maria Lacerda de Moura foi e, ainda é, considerada por muitos pesquisadores como uma intelectual contraditória e, até mesmo, rebelde⁴⁶.

Como já apontado, sua trajetória na cidade de Barbacena, sobretudo como educadora, ainda é pouco conhecida, mesmo considerando a produção já existente sobre ela ou sobre suas ações. Isso ocorre porque as pesquisas realizadas até o momento contemplam, em grande parte, a sua trajetória como feminista e anarquista no estado de São Paulo, período em que teve grande destaque em nível nacional e até mesmo internacional. Assim, informações sobre Maria Lacerda de Moura no contexto mineiro, suas ações como educadora e o alcance que elas tiveram naquele momento e naquele contexto histórico ainda são bastante incipientes.

Ao aprofundar no contexto de Barbacena, deparamo-nos com uma Maria Lacerda de Moura bastante diferenciada daquela líder feminista e anarquista, sempre presente nos trabalhos que tiveram como propósito investigar suas ações e seu pensamento em São Paulo. O que se encontrou foi a filha de pais espíritas, que, na infância, sofreu momentos de tensão em sua educação por estudar em uma instituição católica, único lugar onde poderia frequentar sem os

⁴⁵ Nesta, assim como nas demais transcrições de trechos das fontes utilizadas para esta pesquisa, foram atualizadas a ortografia e a pontuação.

⁴⁶ Cf. Leite e Ferraz (2003).

custos das mensalidades, já que sua família passava por uma difícil situação financeira. Descobriu-se, também, uma mulher que se casou cedo, aos 17 anos, por amor, mas que logo percebeu que as amarras impostas à mulher casada partiam não só do marido, mas também da sociedade. Percebeu-se, ainda, uma professora de Escola Normal que iniciou seu pensamento e suas ações amparada fortemente no discurso nacionalista da época, mas que logo apresentou admiração pela Escola Moderna, fundamentada pelos ideais anarquista de Ferrer. Conheceu-se uma estudiosa e pretensa pesquisadora das questões da experimentação científica aplicada à pedagogia, da qual se considerava pioneira na proposição de um projeto de estudo científico da criança no Brasil. Por fim, constatou-se a presença de uma reformadora social que buscava a melhoria das condições de vida das pessoas menos favorecidas de sua cidade e uma incipiente escritora que, identificada como uma intelectual, começou a difundir ideias bem diferenciadas daquelas autorizadas pela tradição de uma cidade católica no interior do estado de Minas Gerais.

A possibilidade de apresentação dessa Maria Lacerda de Moura “anterior” à da imagem de feminista e anarquista foi possível através das informações contidas nas fontes do arquivo da Escola Normal em que estudou e lecionou, disponível na atual Escola Estadual Embaixador José Bonifácio, na cidade de Barbacena, nos jornais que circularam em nessa cidade no período, nas cartas que a professora enviou e nos depoimentos de alguns conhecidos e parentes.

Assim, este capítulo se volta para a apresentação de Maria Lacerda de Moura, sobretudo na sua trajetória inicial, em Barbacena, que envolve a sua vivência na infância, sua formação familiar e institucional, as ações sociais e profissionais que empreendeu como educadora dentro e fora da Escola Normal, seus ideais para a formação da infância e, ainda, sua produção escrita e discursiva. Essa trajetória será exposta dentro do contexto em que se constituiu, apontando para as marcas regionais e nacionais de uma política republicana para a efetivação da escola graduada, com a qual Maria Lacerda de Moura buscou colaborar com a proposta de aplicação de experiências de psicologia experimental.

1.1 - Educação e religião: um contexto de tensões

Maria Lacerda de Moura nasceu na cidade de Manhuaçu, Minas Gerais, no ano de 1887. Aos quatro anos de idade, mudou-se para a cidade de Barbacena, também no interior do estado, juntamente com a sua família: pai, mãe, irmã e irmão, mais novos do que ela. Na nova cidade, a condição econômica da família não era fácil; seu pai conseguiu um emprego de Oficial no Cartório de Órfãos, já sua mãe fazia doces para vender e ajudar na renda familiar.

Barbacena, no final do século XIX, era passagem estratégica para todos os que se dirigiam da capital brasileira – o Rio de Janeiro – ao interior de Minas, tornando-se importante rota comercial⁴⁷. Com população pequena, 8.663 habitantes registrados pelo censo de 1900, o município já se destacava em diversos setores sociais e econômicos com a Estação Sericícola, indústria-escola destinada à disseminação da cultura da seda natural no Brasil, com a chegada do cinematógrafo e as experiências com o cinema sonoro, e também com a consagração da região como pioneira da indústria de laticínios no país (RIBEIRO, 2012).

Foi comandada por grandes fazendeiros, guardando ares tradicionais e modernos, ao mesmo tempo (SAVASSI, 1991). Ramais ferroviários estratégicos, como os da Estrada de Ferro Dom Pedro II, a ligava à capital brasileira, transportando pessoas e produtos diversos entre os dois estados e impulsionando o crescimento da cidade⁴⁸.



Figura 1: Estação de trem de Barbacena no início do século XX

Fonte: Bárbarascenas.com

⁴⁷ A cidade está situada no alto da serra da Mantiqueira, e integra a mesorregião do Centro-Leste Mineiro (Zona das Vertentes).

⁴⁸ A Estrada de Ferro Dom Pedro II começou a ser construída em 1855. Ligava a capital, o Rio de Janeiro, ao estado de Minas Gerais e, assim como outras ferrovias, esteve relacionada ao processo de modernização do Império, alavancando a economia e a urbanização do Brasil. A ferrovia alcançou Barbacena em 1880, e Ouro Preto, então capital da província, em 1888 (MATOS, 1990).

Barbacena teve participação ativa na política brasileira, como na movimentação pela independência do país, por exemplo. Seus governantes chegaram a remeter carta a D. Pedro I, ofertando a cidade como capital do Brasil em caso de ataques ao Rio de Janeiro. Já em meados do século XIX, começava a ganhar visibilidade nacional com a atuação do ramo mineiro dos Andradas e dos Bias Fortes, famílias que se alternaram no comando municipal e estadual durante décadas.

A cidade se destacou ainda no campo médico, com o Sanatório de Barbacena, receptáculo de pessoas com “doenças nervosas” que vinham de vários lugares do Brasil, aproveitando-se da comodidade do ramal da Estrada de Ferro D. Pedro II. Com a instalação da primeira sede da Assistência aos Alienados de Minas Gerais, em 1903, a pequena estação ferroviária do Sanatório começou a receber grande quantidade de pacientes, na maioria indigentes vindos de todos os cantos do estado⁴⁹.

Na área da educação, a cidade se tornou importante polo com a instalação de escolas privadas de renome, como o Colégio Abílio; e também estabelecimentos públicos, como o Ginásio Mineiro, o Colégio Militar, o Colégio Imaculada Conceição, criado por religiosas francesas, além da Escola Normal Municipal de Barbacena, referência na formação de professores na região e que recebia alunos vindos de vários locais do estado (SAVASSI, 1991).

Como bem pondera Pimenta (2015), apesar de se configurar como uma cidade interiorana e de hábitos tradicionais, cujos costumes da população se pautavam pela religiosidade e conservadorismo, Barbacena foi berço de importantes lideranças políticas, cuja influência trouxe grande desenvolvimento urbano para a cidade.

Foi nesse contexto que a família de Maria Lacerda de Moura inicia a sua trajetória em Barbacena. Apesar de a cidade ter oferecido oportunidade de trabalho ao pai, sua situação financeira era precária, o que fez com que matriculasse suas duas filhas, Maria Lacerda e sua irmã mais nova, Clarieta, no Externato de Freiras do Asilo de Órfãos da Igreja do Sagrado Coração de Jesus e Maria, de Barbacena, instituição católica de educação comandada por freiras, que mantinha um setor de atendimento às crianças carentes da região (DIAS, 1999)⁵⁰. Como apontou a própria Maria Lacerda de Moura, a inserção em uma instituição católica de ensino gerou algumas tensões em sua educação, já que seu pai era espírita e anticlerical e só

⁴⁹ A superlotação, o frio, os maus tratos e os insuficientes recursos provocaram um cenário de horrores no Hospital Colônia de Barbacena, abastecido continuamente pelos “trens de doído”.

⁵⁰ O Asilo mantinha, também, um internato, destinado aos alunos mensalistas.

teria colocado as filhas naquela escola porque não teria condições de pagar as mensalidades cobradas por outras da cidade⁵¹.



Figura 2: Maria Lacerda de Moura (em pé), e sua irmã mais nova, s/d
 Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

Sobre essa passagem em sua vida, Maria Lacerda de Moura relatava que foi obrigada, desde cedo, a conviver com o sectarismo. De um lado, a Igreja Católica e o medo do pecado; de outro, a família e o medo dos espíritos. Dizia que, durante os quatro anos em que esteve em contato com a religião católica, quis ser irmã de caridade e sonhava com todo aquele misticismo dogmático que via diariamente na escola. Entretanto, analisava que o que sentia era mais medo do inferno do que uma tendência religiosa estrita. “Lembro-me mesmo que nas minhas concentrações infantis, em torno das torturas do inferno, eu imaginava que, si lá fosse ter, imediatamente passaria para o lado dos demônios” (MOURA, 1929, p. 3). Da religião católica, imposta pela educação que recebia no externato de freiras, passou a frequentar as sessões

⁵¹ De acordo com Dias (1999), as demais escolas existentes na cidade de Barbacena, naquele período, eram: O Ginásio Mineiro, escola exclusiva para homens, assim como o Colégio São Francisco de Paula, o Colégio Abílio, o Colégio Gonçalves, e o Liceu, estes últimos particulares. Os colégios para meninas: Imaculada Conceição, o Colégio Braga e o Externato, todos pagos e, assim, impossíveis de serem frequentados por Maria Lacerda de Moura devido à condição financeira de sua família.

espíritas promovidas pela família, envolvendo-se com as leituras e ensinamentos daquela doutrina.

Li, conheci de perto o que é o Espiritismo religioso de sessões e preces e o mediunismo, sob todos os aspectos. O medo do inferno foi substituído pelo pavor dos espíritos! Criei-me apavorada, numa atmosfera de horror e crença. Em breve, uma mistura de catolicismo e Espiritismo bailava no meu espírito de criança. Mas, predominava em tudo – o medo (MOURA, 1929, s/p).

Do catolicismo, Maria Lacerda de Moura dizia não ter herdado muita coisa, já que, mais tarde, seria como o seu pai, anticlerical e crítica tenaz da Igreja Católica. Iria criticar, sobretudo, a imposição que o Clero Católico fazia sobre as instituições escolares e a opressão que exercia sobre as mulheres. Já ao espiritismo, Maria Lacerda de Moura atribuiu a sua forma de ver o mundo, o hábito pela leitura e a busca pelo conhecimento. Os estudos espíritas, sempre incentivados pelo pai, gerariam ações futuras de ajuda aos mais necessitados de sua cidade, e também a valorização da ciência enquanto condição de entendimento da vida, da morte e da educação.

Influenciado pelo cientificismo, ou seja, pela crença de que a ciência conhece e explica tudo (CHAUI, 2000; GOUVEA e GERKEN, 2010)⁵², o espiritismo se colocava no quadro das ciências positivas naquele momento, pois buscava explicar fatos sobre a condição humana às nações do mundo (DEL PRIORE, 2014). Entre o final do século XIX e o início do XX, o cientificismo marcou profundamente o estudo da natureza, com o evolucionismo de Darwin, com o positivismo de Comte e o darwinismo social de Spencer, com a antropologia criminal de Cesare Lombroso e Enrico Ferri, e, também, com o espiritismo de Kardec. Tais correntes buscavam romper com as explicações abstratas e metafísicas do mundo através da observação empírica, buscando provar que a ciência e a técnica poderiam resolver os problemas básicos da humanidade (SCHMIDT, 2001).

O espiritismo era definido por Allan Kardec⁵³ como uma ciência que tratava da natureza do espiritual, do destino dos espíritos e das relações desse mundo como o mundo material.

⁵² De acordo a centralidade do conhecimento científico, a visão de um saber triunfante, capaz de produzir a verdade sobre os mais diferentes fenômenos, redundou no chamado cientificismo, em que a defesa da ciência como única fonte de conhecimento legítimo resultou na negação de qualquer forma de saber que não fosse exposto em termos científicos, bem como na crença de que qualquer conhecimento formulado nesses termos seria epistemologicamente verdadeiro (GOUVEA e GERKEN, 2010, p. 20-21).

⁵³ Allan Kardec (1804-1869), ou Hippolyte Denizard Léon Rivail, nome de batismo, foi o fundador da doutrina espírita. Nasceu em Lyon, na França, foi discípulo de Pestalozzi e iniciou sua participação nas sessões de mesas girantes na década de 1850, quando começou a se interessar pelo aperfeiçoamento do registro dos fatos mediúnicos que, segundo ele, era muito imperfeito (KARDEC, 2008). De 1854 até seu falecimento, Kardec escreveu (ou codificou) cinco obras básicas: *O livros dos Espíritos*, *O livro dos Médiuns*, *O Evangelho segundo o Espiritismo*,

O Espiritismo é, ao mesmo tempo, uma ciência de observação e uma doutrina filosófica. Como ciência prática ele consiste nas relações que se estabelecem entre nós e os espíritos; como filosofia, compreende todas as consequências morais que dimanam dessas mesmas relações (KARDEC, 2011, p. 56).

Segundo Colombo (2001), mais do que uma religião, o espiritismo foi considerado ciência por adotar métodos científicos em sua prática. A observação do fenômeno mediúnico, que consistia na utilização de metodologia experimental, traduzia-se em **observar** atentamente os fenômenos da mediunidade, **comparar** diferentes tipos de manifestações, **analisar** o conteúdo das mensagens por diferentes médiuns, **controlando**, na medida do possível, as condições em que se davam para garantir-lhes autenticidade⁵⁴. Como é possível observar, o espiritismo revestiu-se de uma linguagem muito próxima da ciência, apropriando-se do discurso científico presente no período.

Foi aí que fiz os meus primeiros estudos sérios em Espiritismo, menos ainda por efeito de revelações que por observação. Apliquei a essa nova ciência, como até então o tinha feito, o método da experimentação; nunca formulei teorias pré-concebidas; observava atentamente, comparava, deduzia as consequências; dos efeitos procurava remontar às causas pela dedução; pelo encadeamento lógico dos fatos, não admitindo como válida uma explicação, senão quando ela podia resolver todas as dificuldades da questão (KARDEC, 2011, p. 17).

Apesar da busca por certa estabilidade através do discurso da ciência, o movimento espírita, sobretudo no Brasil, sofreu muitas tensões que marcaram sua trajetória inicial. Anticlerical de início e associado ao pensamento progressista, aos maçons, aos livres-pensadores e liberais com passagens pelo movimento operário anarquista, o espiritismo conferia aos seus seguidores ideais diferenciados com relação à política, à vida social e à religião vigente.

Foi nesse contexto que o pai retirou Maria Lacerda de Moura e sua irmã da escola católica. Percebendo que tal educação poderia influenciar na formação espiritual e social de suas filhas, o pai logo as afasta do externato de freiras, deixando-as longe de toda ação que a Igreja Católica poderia exercer, e inserindo-as, cada vez mais, em um contexto de constantes indagações e críticas sobre a Igreja Católica.

O Céu e o Inferno, A Gênese, além das obras *O que é o Espiritismo* e uma série de opúsculos e 136 edições da *Revista Espírita*.

⁵⁴ Foram inúmeros os “homens da ciência” que decidiram estudar os fenômenos espíritas ou psíquicos, aplicando metodologia experimental. Exemplo de um deles foi o médico criminalista Cesare Lombroso, (1835-1909), que relacionava o ato criminoso às condições hereditárias de quem o praticava.

Meu pai, anticlerical, espírita convicto, quando sentiu, talvez, que essa educação teria influência sobre o nosso espírito (meu e de minha irmã, mais moça do que eu) tirou-nos do colégio, onde também, apesar da minha pouca idade (dos 6 aos 10 anos) percebi o espírito de classe, de casta e a injustiça com que os católicos estabelecem a diferença econômica e de dominismo entre os colegiais e respectivas famílias, no trato aos ricos, aos potentados, e, no desprezo e exploração para com os pobres, os humildes e os de cor (MOURA, 1929, s/p).

Por esse ato, Maria Lacerda considerava o pai o grande responsável pela sua formação intelectual e o principal incentivador da construção do seu caráter. “Passei a admirá-lo cada vez mais. Ele era uma pessoa de alma grande e incompatível com a vida social” (MOURA, 1929, p. 3).

Tal incompatibilidade seria gerada justamente pelo fato de seu pai ser espírita e anticlerical, características bastante opostas daquelas que eram valorizadas e reconhecidas no contexto local e temporal no qual viviam: o de uma cidade do interior de Minas com forte tradição católica e também política em finais do século XIX⁵⁵.

Nesse período, Barbacena era comandada pelos grandes proprietários de terra e criadores de gado. Imersa no modelo oligárquico de governo, era representada pelos “Bias Forte” e pelos “Andradas”, que se revezavam na política da cidade e do estado de Minas Gerais (CARVALHO, 1966). Da aliança entre as duas famílias resultaram características próprias do coronelismo, como as trocas de favores e o mandonismo local, que colocava a população sob o controle político em todas as esferas sociais, como na religião e na educação, por exemplo⁵⁶ (SAVASSI, 1991).

Ao completar 12 anos de idade, Maria Lacerda de Moura foi matriculada, novamente pelo pai, na Escola Normal Municipal de Barbacena, única instituição da região em que poderia prosseguir seus estudos, já que ofertava vagas gratuitas para alunos pobres. Na referida instituição cursou, dos 12 aos 14 anos, o Curso Complementar e, dos 15 aos 17, o Curso Normal (DIAS, 1999).

⁵⁵ Não há informações sobre o processo de formação intelectual do pai de Maria Lacerda de Moura, se foi formal ou autodidata, este último muito comum naquela época.

⁵⁶ Mesmo considerado laico após a Constituição de 1891, o Estado Brasileiro manteve estreitas relações com a Igreja Católica. Em Minas Gerais, tais relações ficaram mais evidentes no campo da educação, sendo um dos primeiros estados brasileiros a aceitar a volta do ensino religioso nas escolas públicas ainda nas primeiras décadas do século XX.



Figura 3: Maria Lacerda de Moura em sua formatura na Escola Normal de Barbacena, 1904

Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

A Escola Normal Municipal de Barbacena foi inaugurada no ano de 1893, pela Lei Municipal de 17 de fevereiro de 1883, sendo reconhecida oficialmente pelo governo do estado de Minas Gerais em julho de 1895 (OFÍCIOS DA DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA, 1937). Mantida pela Câmara Municipal, ofertava gratuidade em seus cursos para os estudantes reconhecidamente pobres, sendo os demais mensalistas⁵⁷.

No ano em que Maria Lacerda de Moura ingressou na Escola Normal Municipal de Barbacena, 1898, o seu currículo era regido pelas determinações da Reforma Silviano Brandão⁵⁸, que direcionava para as escolas normais do estado de Minas Gerais o trabalho com as seguintes disciplinas: 1) Português e Literatura Nacional; 2) Francês; 3) Aritmética e Álgebra; 4) Geografia e princípios de História Geral e do Brasil; 5) Geometria e Desenho; 6) Ciências Física e Naturais; 7) Pedagogia e 8) Aula Prática Mista.

⁵⁷ Segundo Massena (1985), a Constituição de 1891 delegava aos estados e municípios a criação das Escolas Normais. Cabia às Câmaras Municipais criarem tais escolas governo do estado reconhecê-las e equipará-las (MOURÃO, 1962).

⁵⁸ Silviano Brandão foi eleito presidente do estado de Minas Gerais pelo PRM (Partido Republicano Mineiro) e exerceu seu mandato entre os anos de 1898 e 1902.

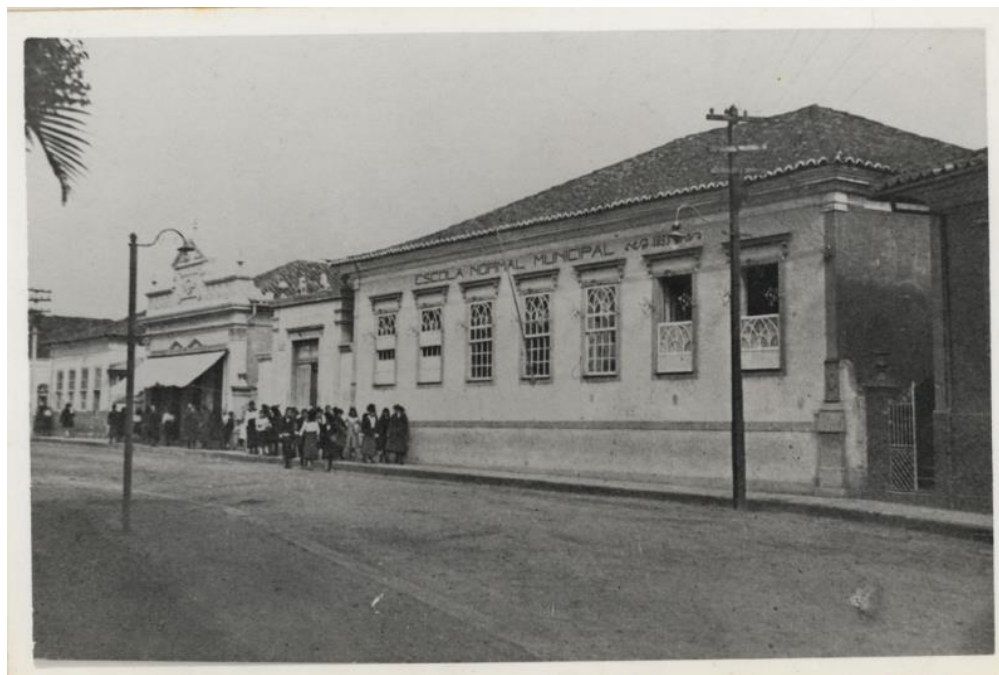


Figura 4: Escola Normal Municipal de Barbacena, início do século XX

Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

De acordo com Mourão (1965), esse era um currículo de escola normal bastante simplificado, resultado de uma crise financeira pela qual passava o governo do estado de Minas Gerais em todos os setores da administração, incluído o da educação. Por causa desse contexto de “simplificação”, não foram publicados, no Regulamento dessa Reforma do Ensino, os respectivos programas das disciplinas citadas acima. Tal fato nos impede de saber, de forma mais específica, a qual conteúdo Maria Lacerda teve acesso em cada uma das disciplinas cursadas. Entretanto, a partir do currículo apresentado e do breve histórico da psicologia no Brasil traçado por Lourenço Filho em 1955, é possível afirmar que, até 1900, não constava a psicologia como disciplina especial em nossas escola normais, como não constava nas da maioria dos países”⁵⁹ (LOURENÇO FILHO, 1955).

Aos 17 anos de idade, Maria Lacerda se formou professora. Nesse mesmo ano, casou-se com Carlos Ferreira de Moura, um “pequeno funcionário⁶⁰” da cidade de Barbacena. Apesar do fim do casamento alguns anos mais tarde⁶¹, Maria Lacerda deixava claro que se casou por amor e que o seu marido era o seu maior amigo, um homem muito dedicado, “a pessoa que

⁵⁹ Anos mais tarde, as disciplinas de Higiene e Psicologia iriam se incorporar aos currículos dos cursos normais.

⁶⁰ Não há informações exatas sobre a profissão do marido de Maria Lacerda de Moura.

⁶¹ Não há informações sobre em qual ano Maria Lacerda e Carlos Moura se separaram.

mais vibrava e, também, a que mais sofria” com a sua evolução intelectual⁶² (MOURA, 1929, s/p).



Figura 5: Maria Lacerda de Moura e Carlos Ferreira Moura, Barbacena, 1905
Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

O sofrimento de Carlos Moura estaria associado ao contexto de uma sociedade que não via com bons olhos o sucesso profissional da esposa suplantar o do marido. Diante dessa situação, Maria Lacerda de Moura e o marido optaram pela separação, vista como a melhor forma de se livrarem de um estado e de uma sociedade injustos, e de se manterem amigos.

O “marido” da escritora perde a sua individualidade [...], até o tró-ló-ló classificou-o de “vira-lata”. [...], que sorte está reservada ao marido da escritora, ao marido da poetisa ou da pianista? Assim, meu marido, pelo seu nobre caráter, e eu, defendendo a minha dignidade de ser livre, talvez acabemos nos divorciando dessa comédia do casamento legal. Para sermos amigos, não precisamos de selo do Estado (MOURA, 1929, s/p).

Mesmo após a separação, Maria Lacerda de Moura e o marido permaneceram amigos e mantiveram a cumplicidade que os uniu no casamento. Grande parte dos livros que a professora escreveria no futuro seria dedicada àquele que teria sido um dos grandes incentivadores do seu pensamento e de suas ações.

⁶² É interessante observar que a própria Maria Lacerda de Moura destaca que houve uma evolução intelectual na sua trajetória em Barbacena.

1.2 - A professora e a educadora

Em 1908, Maria Lacerda de Moura começou a atuar como professora na mesma escola em que estudou, a Escola Normal Municipal de Barbacena. Nesse período, a instituição era considerada exemplar dentre as suas congêneres.

Situada no centro dessa grandiosa cidade e, por isso mesmo, acessível a todos; vem beneficiando, há muitos anos, grande número de alunos pobres (mais de 5% sempre gratuitos) [...]. Conta com onze professores, dignos dos mais altos elogios, por se acharem em perfeitas condições de dar, aos respectivos trabalhos, um cunho verdadeiramente conveniente à profícua difusão do ensino normal (TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO INSPETOR REGIONAL DE ENSINO ANTÔNIO ORSINI, 26 DE DEZEMBRO DE 1915, s/p).

Nas visitas realizadas pelos inspetores de ensino, as “excelentes condições” da escola nas suas diferentes esferas sempre eram destacadas. Seu prédio foi elogiado com relação ao atendimento das indicações médicas do período, sobretudo no que diz respeito à iluminação e à ventilação dos ambientes, inclusive com relação ao “asseio” dos espaços e dos alunos. Já os materiais didáticos eram considerados exemplares, sempre em sintonia com os métodos pedagógicos em voga naquele momento, que preconizavam a aprendizagem pelos sentidos e pela experimentação.

A transformação por que passou o prédio, sob o ponto de vista da apropriação de suas salas e os fins a que são destinados, com excelente distribuição de luz e de ar, apresentando um mobiliário completo e adequado às necessidades do estabelecimento; a profusa e artística distribuição de quadros, mapas, sentenças morais; as coleções de objetos para as lições pelos sentidos, os meios de experimentação ao alcance das alunas, falando-lhes aos olhos, provocando-lhes os instintos de observação e despertando-lhes a espontaneidade; o asseio observado, prova de que a higiene das educandas merece a devida atenção por parte da diretoria. Tudo isto fala eloquentemente e produz impressão tal, que os louvores partem espontâneos dos lábios dos visitantes (TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO INSPETOR REGIONAL ARTHUR NAPOLEÃO PEREIRA - INSPETOR TÉCNICO, 18 DE ABRIL DE 1910, s/p).

As condições materiais e higiênicas do prédio são excelentes sob o ponto de vista da apropriação de suas salas aos fins a que são destinadas com a conveniente distribuição de luz e de ar, apresentando um mobiliário adequado às necessidades do estabelecimento (TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO INSPETOR REGIONAL LUIZ ERNESTO CERQUEIRA – INSPETOR TÉCNICO, 16 DE SETEMBRO DE 1912, s/p).

Os jornais da cidade também noticiavam a importância da Escola Normal para a região, chamando atenção para o uso de “excelentes” materiais pedagógicos e para a boa formação de seu corpo docente, como ilustra a figura a seguir.

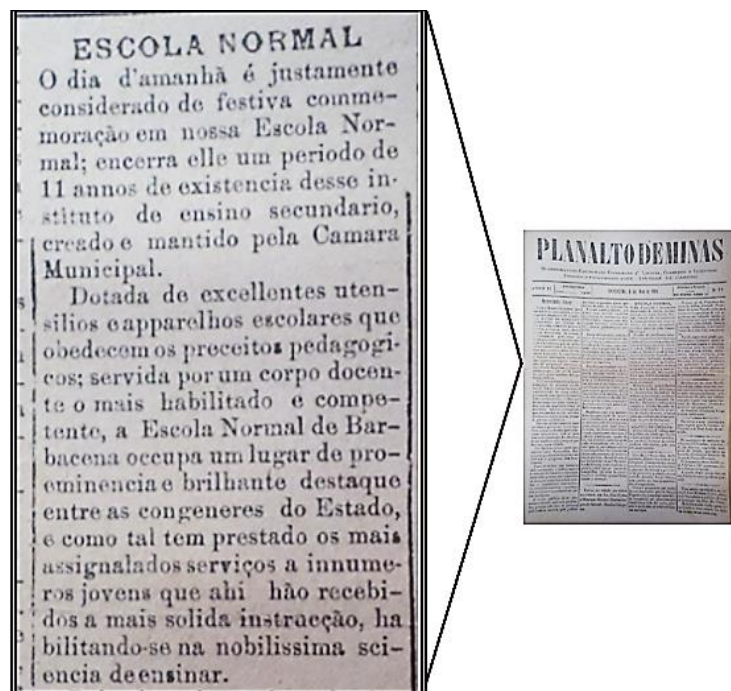


Figura 6: Nota sobre as comemorações dos 11 anos da Escola Normal de Barbacena, 1904
 Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair José Savassi

Do mesmo modo, eram elogiados os programas de ensino adotados pela Escola Normal de Barbacena, sempre pautados pelas determinações dos regulamentos emitidos pelo governo do estado de Minas Gerais.

O Estado baixou um novo regulamento para as Escolas Normais, através do Decreto n. 4.524 de 21 de fevereiro de 1919. O Diretor dessa Escola fez ciente à Congregação por lhe terem suscitadas algumas dúvidas sobre a adaptação desta Escola ao novo regime (ATA DE REUNIÃO DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE BARBACENA, 19 de fevereiro de 1919, s/p).

Diferentemente da época em que Maria Lacerda de Moura se formou, os currículos das Escolas Normais a partir de 1908 eram bem mais completos, contemplando uma carga horária relevante de atividades teóricas e práticas, que deveriam ser desenvolvidas ao longo de quatro anos de curso, como detalhado no quadro abaixo.

QUADRO 6: Distribuição da carga horária dos cursos normais em Minas Gerais, 1908

Cadeiras	Anos do curso				Prática Profissional	Total das horas
	I	II	III	IV		
Português	3	3	2	-	2	10
Aritmética	3	3	2	-	2	10
Geografia Geral e Corografia do Brasil	3	3	2	-	2	10
Música	4	3	-	-	1	8
Desenho e Caligrafia	4	3	-	-	1	8
Costura e Trabalhos de agulha	4	3	-	-	1	8
Trabalhos Manuais	4	3	-	-	1	8
Ginástica	2	2	2	1	1	8
Geometria e desenho linear	-	4	4	-	1	9
Noções de história natural	-	-	4	2	1	7
Noções de Física e Química	-	-	4	2	1	7
História Geral e do Brasil e Educação Moral e Cívica	-	-	4	2	1	7
Francês	-	-	5	3	-	8
Pedagogia e Higiene	-	-	-	2	5	7
Aulas por semana	27	27	29	12	20	

Fonte: MOURÃO, 1962, p. 293.

Maria Lacerda de Moura foi responsável pela cadeira de *Pedagogia e Higiene* na Escola Normal Municipal de Barbacena, que envolvia as atividades de ensino e as atividades de direção do *Pedagogium*. Atuava no 4º e último ano do curso, com uma carga horária semanal de sete horas, sendo duas horas dedicadas à parte teórica e cinco à parte prática. Trabalhava com os conteúdos que envolviam a história da educação, os métodos gerais do ensino, a organização e a legislação escolar, a psicologia infantil e higiene, além das noções sobre os cuidados médicos práticos para com as crianças⁶³.

⁶³ De acordo com Mourão (1962), tais conteúdos faziam parte do programa de ensino da cadeira de *Pedagogia e Higiene*, prescrito pelo Regulamento da Instrução Normal do estado de Minas Gerais dos anos de 1910-1911.

Sobre as suas aulas teóricas, sabe-se que Maria Lacerda de Moura era sempre elogiada pelos inspetores regionais de ensino, responsáveis pela fiscalização da Escola Normal Municipal de Barbacena⁶⁴. A professora era vista como uma pessoa atualizada com o que havia de mais recente dentro dos estudos sobre a educação, conhecedora dos vários cientistas educacionais que estudavam a formação da infância naquele período.

Dona Maria Lacerda de Moura é uma estudiosa: lê constantemente. Sua aula de Pedagogia, conforme verifiquei por ocasião dos exames, é excelente, conhecendo as alunas, teoricamente, as principais experiências, referidas principalmente por Claparède e Pizzoli (TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO INSPETOR REGIONAL ALCEU DE SOUZA NOVAES, MAIO DE 1917, s/p).

Sobre as aulas práticas, não se tem maiores informações sobre a atuação de Maria Lacerda de Moura; sabe-se que elas aconteciam no *Pedagogium* da Escola Normal de Barbacena.

Os *Pedagogiuns* foram cursos primários criados por determinação da Reforma do Ensino Bueno Brandão/Delfim Moreira (1910-1911). Nessas instituições, que deveriam ser anexas às Escolas Normais, o objetivo era oferecer a possibilidade da “prática” aos “alunos-mestres” e também proporcionar educação física, intelectual e moral às crianças, sem distinção de sexo. O curso do *Pedagogium* tinha duração de quatro anos e se compunha a partir das seguintes disciplinas: Leitura, Português, Aritmética, Geometria, Geografia, História Pátria, Ciências Físicas e Naturais, Higiene, Deveres Morais e Cívicos, Escrita, Desenho, Trabalhos Manuais, Canto em coro e Ginástica. Ainda de acordo com as determinações do Regulamento, os *Pedagogiuns* deveriam ser dirigidos pelo professor da cadeira de Pedagogia da escola normal (MOURÃO, 1962). No caso da Escola Normal de Barbacena, a responsável pelo *Pedagogium* foi Maria Lacerda de Moura, que foi sua diretora desde sua inauguração, em 1914.

Os registros sobre as atividades no *Pedagogium* da Escola Normal de Barbacena são bastante escassos⁶⁵. Eles aparecem somente como parte de um termo de fiscalização sobre a Escola Normal, no qual é relatado um acontecimento festivo.

⁶⁴ Tais elogios podem ser encontrados no *Livro de termos de fiscalização da Escola Normal Municipal de Barbacena*, onde os inspetores registravam suas impressões sobre as instalações da escola, sobre as aulas dos professores e também sobre a disciplina dos alunos e das suas condições de higiene.

⁶⁵ Não foram encontrados nos arquivos da Escola Normal de Barbacena documentos sobre as atividades do *Pedagogium*.

Com uma bela festa – verificada a 19 de corrente – e assistida por muitas pessoas do escolar barbacenense e diversos professores do Colégio Militar, cuja impressão, no geral – muito e justamente honra a Exma. Diretora do mesmo, D. Maria Lacerda de Moura, e as suas dignas auxiliares, incansáveis todas em provar o desvelo que votam aos respectivos cargos – solenizou-se a distribuição de certificados e prêmios, a que fizeram jus aos alunos nesse departamento matriculados. Constou tal festa de comédias, poesias, hinos – tudo muito bem executado pelos alunos e da leitura – pelo paraninfo da turma do 4º ano, Sr. José Cypriano Soares Ferreira – de um discurso, em que a par da maestria na direção da pena se manifestou tal orador um erudito de primeira ordem (TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO INSPETOR REGIONAL ALCEU DE SOUZA NOVAES, 26 de dezembro de 1915, s/p).

Além das atividades de ensino na cadeira de *Pedagogia e Higiene* e da direção do *Pedagogium*, Maria Lacerda de Moura também acumulava outras atividades dentro da Escola Normal de Barbacena. Participava como membro efetivo da Congregação, comissão permanente constituída pelo diretor da Escola Normal e mais quatro professores, que tinha como função deliberar sobre as atividades administrativas e pedagógicas da escola. Tais deliberações iam desde a definição do melhor modelo de uniforme para os normalistas – escolha fundamentada na boa moral e nos preceitos higiênicos da época –, até a indicação dos professores que participariam das bancas de avaliações de cada época (ATAS DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA). Entre os anos de 1912 e 1914, Maria Lacerda de Moura secretariou as reuniões da Congregação, organizando as pautas e redigindo as atas dos encontros.

Nos registros encontrados no antigo arquivo da Escola Normal de Barbacena, verificou-se que Maria Lacerda de Moura compunha as bancas de avaliação dos normalistas a cada época. Participava com maior frequência das bancas de avaliação das disciplinas de “Francês” e de “Trabalhos manuais” destinadas às alunas, que envolviam atividades de costura e bordado⁶⁶ (LIVRO DE ATAS DE EXAMES DA ESCOLA NORMAL DE BARBACENA).

Concomitantemente à sua atuação como professora na Escola Normal, Maria Lacerda de Moura iniciou as suas atividades como escritora, enviando crônicas para os jornais locais a partir de 1912. O tema central de seus primeiros escritos era a educação, apontada por ela como

⁶⁶ É importante destacar que a disciplina “Atividades Manuais” era diferenciada para alunos e alunas. Para as alunas se ensinava a costura e o bordado. Já para os alunos as atividades seriam as de modelagem de argila e ceras. A cada final de época, os trabalhos manuais dos alunos e das alunas eram exibidos em exposições realizadas dentro do espaço escolar e organizadas por Maria Lacerda de Moura. Além da comunidade interna da instituição, os familiares e os amigos eram convidados a conhecer os trabalhos, assim como inspetores e professores eram convidados para avaliar os mesmos (ATA DA CONGREGAÇÃO DA ESCOLA NORMAL DE BARBACENA, 1912).

possuidora de limites e também de possibilidades para o avanço na formação da nação brasileira⁶⁷.

Naquele momento, Maria Lacerda de Moura estava imersa na realidade de uma cidade que foi considerada a “meca dos políticos brasileiros” e uma das líderes da campanha republicana brasileira. Assim, como muitos de seu tempo, também compartilhava da propaganda de difusão da civilização e do progresso, a serem desencadeados, sobretudo, pela instituição escolar reformada, ou seja, aquela que, redefinindo sua administração, modernizando seu espaço e racionalizando seus procedimentos de ensino, efetivaria a mudança tão sonhada para a população brasileira. (VEIGA, 2011). Nesse contexto, a educação foi vista como um problema e uma solução para as causas republicanas. No campo dos “problemas”, representava o grande índice de analfabetismo do povo brasileiro. No campo das soluções foi considerada, sobretudo na sua forma escolarizada, o eixo mais eficiente de ação na busca por uma transformação do futuro cidadão brasileiro e como “o caminho mais importante para a superação dos males do país” (SHUELER e MAGALDI, 2009, p. 47).

Os ideais republicanos pautaram as ações e os discursos de Maria Lacerda de Moura durante quase toda a sua trajetória em Barbacena. Assim como grande parte dos intelectuais e educadores daquele período, ela pensou e criou possibilidades reais de transformação da sociedade, utilizando como eixo a educação escolarizada. Prova disso foi a criação, por ela, em 1915, da Liga Barbacenense Contra o Analfabetismo, considerada a primeira a se organizar no Brasil em apoio ao projeto nacional da LBCA (Liga Brasileira de Combate ao Analfabetismo).

Essa liga foi fundada também em 1915 “por homens de letras, médicos, advogados, militares e contando com a colaboração de diversos setores da sociedade” (NOFUENTES, 2008, p. 12). A LBCA tinha por objetivo atuar junto aos poderes públicos federais, estaduais e municipais e, sobretudo, junto à população, para comemorar o centenário da Independência do Brasil, declarando o país livre do analfabetismo, considerado a grande mazela nacional. Qualquer pessoa poderia pertencer à associação, desde que se comprometesse a atuar em prol de seus objetivos, cabendo a essas pessoas se reunirem semanalmente para definir estratégias diversas para as ações a serem realizadas e também para buscar apoio e coordenar as Ligas Estaduais e seções fundadas nas respectivas localidades como, por exemplo, a de Barbacena (NOFUENTES, 2008).

A cerimônia de inauguração da Liga Barbacenense contra o Analfabetismo contou com uma conferência proferida por Maria Lacerda de Moura, intitulada *Uma campanha patriótica*,

⁶⁷ Esses primeiros escritos foram reunidos e publicados em seu primeiro livro: *Em torno da educação*, de 1918, que será tratado no Capítulo 3 desta tese.

que logo depois foi publicada no jornal *A Noite*, da cidade de Barbacena. Mais uma vez, sua fala foi pautada pelos ideais republicanos de construção e defesa de uma identidade nacional, tão difundidos pelo governo no período. Já no jornal *O Lábaro*, foi possível verificar que a liga contava com doações diversas, que ajudavam na manutenção de suas atividades como, por exemplo, as realizadas na escola noturna para adultos analfabetos, como no trecho apresentado na figura abaixo:

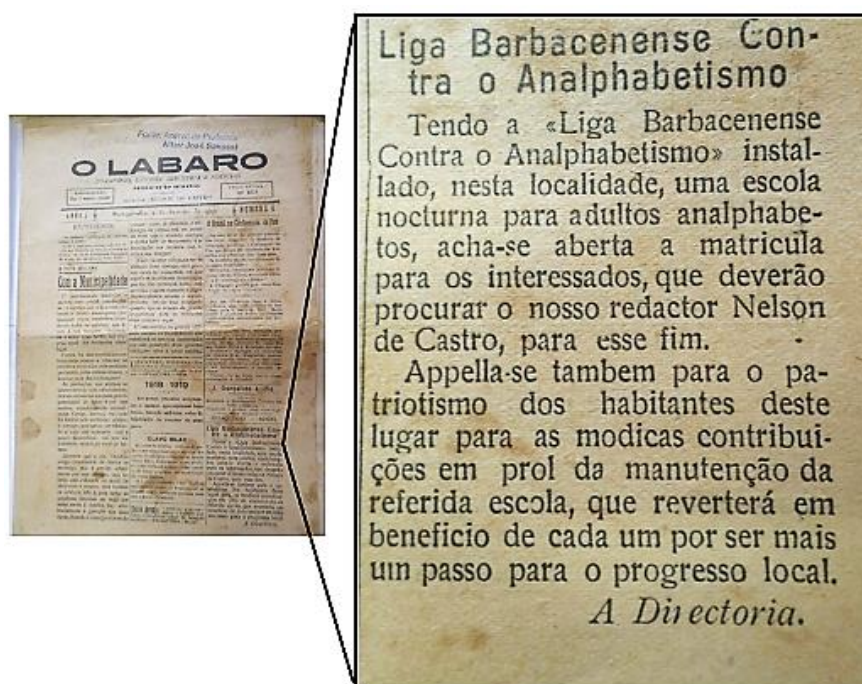


Figura 7: Nota sobre a instalação da escola noturna para adultos analfabetos, janeiro de 1919

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair José Savassi

1.3 – A atuação social em Barbacena

Em um contexto voltado mais para as causas sociais, Maria Lacerda de Moura também teve participação ativa em sua cidade, extrapolando os muros da Escola Normal em que trabalhava. Uma delas foi para a construção, em 1912, de casas para pessoas pobres de Barbacena, a chamada Vila Dom Viçoso. De acordo com os jornais da época, para angariar fundos para a construção das casas, Maria Lacerda de Moura organizou diversas atividades culturais na cidade: apresentações teatrais e musicais com as alunas da Escola Normal, exposições e venda dos trabalhos manuais também realizados pelas alunas, leilões de objetos diversos que conseguia por doações de pessoas da sociedade barbacenense, entre outras. Segundo uma de suas ex-alunas, Maria Lacerda de Moura escrevia e ensaiava muitas

apresentações de teatro quando era professora da Escola Normal. Os ensaios aconteciam na sua própria casa, e muitas das peças eram comédias que a própria Maria Lacerda escrevia de “forma muito engraçada”, “falando das pessoas da cidade” (DEPOIMENTO DE DONA ANITA COUTINHO, BARBACENA, 1979, s/p)⁶⁸.

Outra ação social da qual Maria Lacerda de Moura esteve à frente, ainda no ano de 1912, foi a criação do Lactário de Barbacena. O objetivo era o de dar assistência às lactantes pobres através da distribuição gratuita de leite. Apesar de não terem sido encontradas maiores informações sobre o funcionamento do lactário, sabe-se que sua criação esteve inserida no contexto das ações médicas sobre a infância e seu desenvolvimento. Em nível nacional, os “lactários” tiveram início com as ações do Dr. Fernandes Figueira, médico que iniciou o serviço de puericultura sistematizado, em 1905, no Rio de Janeiro⁶⁹. Segundo Sanglard e Ferreira (2014), os Lactários tiveram grande expansão em todo o Brasil durante toda a primeira metade do século XX.

Na vida pessoal, Maria Lacerda de Moura também tomou importantes decisões no ano de 1912. Apesar de não ter tido filhos no casamento, adotou Jair, um sobrinho, e Carminda, uma órfã carente. Sobre a criação de seus filhos, poucas informações foram encontradas, apenas pequenos registros em suas publicações. A primeira se faz em seu segundo livro publicado, *Renovação*, no qual faz uma dedicatória aos filhos. O segundo registro se dá em um artigo publicado no jornal *A Lanterna*, em 1935, quando relata o rompimento que teve com o filho Jair, por ter se tornado integralista durante a década de 1930.

Criei uma criança, um sobrinho, eduquei-o ao meu lado, com o meu exemplo, em meio anticlerical, entre revolucionários autênticos – operários, intelectuais livres. Tomei-o aos quatro anos de idade, morou na minha casa, sem interrupção, durante quinze anos. Era meu filho. Chama-se Jair Lacerda Cruz Machado. Por motivos de saúde, saiu de São Paulo, em busca do seu clima natal. [...] Entreguei-o apto a lutar pela vida, com oito preparatórios. Passaram-se anos. A sua atitude de algum tempo me fez desconfiar que Jair entrara para as fileiras integralistas. Ha meia dúzia de dias eu tive a confirmação: não só Jair é integralista como já é tenente. Pois bem: meu filho adotivo morreu. [...] Ele é soldado da Igreja, do Despotismo, do Terror, da Violência pela Violência. [...]. Se amanhã uma “expedição punitiva vier em minha busca, Jair pode sossegadamente fazer parte do bando, não o reconhecerei no meio dos seus pares (MOURA, 1935, p. 151).

⁶⁸ Esse, assim como outros depoimentos de ex-alunos e conhecidos de Maria Lacerda de Moura, foi registrado por Miriam Lifchitz Moreira Leite, para a sua pesquisa de doutorado em finais do anos 1970. Seu objetivo era descobrir quando se deu o envolvimento de Maria Lacerda de Moura com os ideais feministas. A depoente, Dona Anita Coutinho, era filha de uma amiga de Maria Lacerda de Moura, segundo a transcrição realizada por Miriam Lifchitz Moreira Leite.

⁶⁹ A puericultura seria a ciência que reuniria todos os conhecimentos que proporcionasse o desenvolvimento físico e mental das crianças: entre eles os da fisiologia, da higiene e da sociologia.

No registro, é possível perceber que Maria Lacerda de Moura ofereceu aos filhos uma educação voltada para o seu posicionamento político e religioso no momento, antifascista e anticlerical. Para Maria Lacerda de Moura, a guerra sempre foi algo injustificado. Em algumas de suas publicações, tais como *Guerra a guerra!*, de 1928, *Serviço obrigatório para a mulher? Recuso-me! Denuncio!*, de 1933, e *Clero e fascismo: horda de embrutecedores*, s/d, ela se deteve à crítica a esse mal que considerava a pior das ações humanas⁷⁰. Afirmava ter se alistado no exército da paz, e defendia, pela razão e pelo coração, a liberdade (MOURA, 1935).

Foi ainda no ano de 1913 que Maria Lacerda de Moura começou a enfrentar o que chamou de “luta de ideias” contra uma pessoa de sua família. Ao mencionar o fato em sua autobiografia, ela não revelou de quem se tratava, mas enfatizou que tal pessoa dizia que ela precisava “de mais moderação”. “Que expressões são essas?” “Certas verdades não se dizem!”. “Mais cuidado!”. “Não fica bem!”. “Você vai mal!”. Diante dessa situação, Maria Lacerda confessava que não havia muito que fazer: “que luta interior e que luta que mantive com o que poderão dizer” (MOURA, 1929). Sua autobiografia não revela tais ideias, mas alguns indícios apontam que a professora mineira já possuía leituras anarquistas naquele momento⁷¹, além de uma formação espírita e anticlerical muito forte, herdada de seu pai. Esse contexto pode ter repercutido negativamente sobre a posição de Maria Lacerda de Moura em Barbacena, a de professora normalista, figura de destaque em uma cidade do interior de Minas Gerais.

É preciso considerar que esse lugar de destaque – o da Escola Normal –, extrapolava os limites espaciais dessa instituição e avançava para outros lugares, como a própria sociedade barbacenense. Suas ideias chegavam à população por vários meios, entre eles os jornais. Um deles foi o *A Pétala*.

Criado pela professora mineira em 1918, o jornal *A Pétala* era editado por quatro de suas alunas, que se apresentavam por pseudônimos: Resedá, Magnólia, Orchídea, e Moyosotis⁷². A escrita desse jornal voltava-se para os temas educacionais, de informações sobre higiene e sociedade, como também sobre conhecimentos de literatura e de humor. Assim, muitos textos tratavam da Liga Barbacenense contra o analfabetismo, noticiando seus avanços e a participação de sua diretoria em eventos dentro e fora de Barbacena. Outros textos eram direcionados às descobertas da higiene, como, por exemplo, os males gerados pelo alcoolismo

⁷⁰ Cf. Moura (1928 e 1933).

⁷¹ No próprio relato sobre o rompimento que teve com o filho Jair, Maria Lacerda de Moura assinala que lhe deu formação revolucionária, de pensadores livres. Além disso, menciona em *Renovação* o interesse pela educação anarquista promovida pela *Escola Moderna*, criada pelo anarquista Ferrer e Guardia, na Espanha.

⁷² Nos cinco meses em que circulou, o jornal teve apenas seis números publicados: n.1, em 15 de setembro de 1918; n. 2, em 29 de setembro de 1918; n. 3, em 12 de outubro de 1918; n. 4, em 5 de dezembro de 1918; n. 5, em 25 de dezembro de 1918; e o n. 6, de 30 de janeiro de 1919.

e a hereditariedade dos vícios. Sobre o tema “sociedade”, grande parte da escrita se voltava para o movimento feminista, mostrando seu avanço em países como a Inglaterra e a França e, em contrapartida, o seu atraso no Brasil⁷³ (A PÉTALA, n. 4, p. 1).



Figura 8: Jornal *A Pétala*, n. 4, de 5 de dezembro de 1918
 Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair José Savassi

É preciso ressaltar que, em nenhum dos números publicados pelo *A Pétala*, foi divulgado o nome das alunas responsáveis pelo jornal, como também não foi mencionado o nome de Maria Lacerda de Moura como orientadora desse trabalho. Tais informações só foram descobertas a partir do entrecruzamento de informações contidas no Livro de Atas da Escola Normal Municipal de Barbacena – onde foi anunciada a criação de um jornal por Maria Lacerda de Moura –, e de notícias de outros jornais da cidade de Barbacena, que anunciavam a chegada de *A Pétala* como trabalho das normalistas da referida escola.

É necessário avaliar que tal situação pode ter se dado pelo contexto de uma cidade de tradição católica, onde o casamento e a submissão da mulher perante o marido eram comuns. Naquele cenário, o debate sobre o feminismo não era visto com bons olhos, sobretudo quando

⁷³ Nesses textos destaca-se, por exemplo, a eleição de quatro mulheres para a câmara da Inglaterra e do movimento em favor do voto feminino na França.

partia de normalistas que teriam como função educar as crianças da cidade e região. A hipótese é de que os pseudônimos utilizados pelas alunas e a orientação discreta de Maria Lacerda de Moura tenham se dado em função desse contexto.

Cabe destacar que a produção desse jornal mostra que a atuação Maria Lacerda em prol das causas feministas por surgiu bem antes da sua ida para São Paulo, que se deu em 1921. No ano de 1918, ela já defendia as causas do sufrágio feminino, movimento social e político que tinha por objetivo estender o direito ao voto às mulheres, como fica claro no texto *Vitórias do feminismo*, publicado em dezembro de 1918.



Figura 9: Nota sobre o feminismo no jornal *A Pétala*, 5 de dezembro de 1918
Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair José Savassi

1.4 - A escritora e a intelectual engajada

Foi também no ano de 1918 que Maria Lacerda de Moura lançou o seu primeiro livro, *Em torno da Educação*. Publicado pela Livraria Teixeira, de São Paulo, o livro reúne artigos, conferências e discursos produzidos pela professora ao longo das suas atividades na cidade de Barbacena, principalmente como professora da Escola Normal Municipal⁷⁴. Como anunciava a própria Maria Lacerda de Moura, “este livro será uma introdução a outros livros que desde alguns anos elaboro, e que, tratarão mais largamente do problema de educação, da psicologia infantil, da psicologia feminina” (MOURA, 1918, p. 6).⁷⁵

Na publicação, os referidos temas são trabalhados em sintonia com o discurso nacionalista da época, que desejava construir uma identidade patriótica para o país a partir da educação da infância.

É tempo de trabalharmos. Não podemos esperar pelas crianças que andam a cantar hinos e a aprender civismo nas escolas oficiais. Si é certo que elas vêm operar a reforma do caráter nacional, mesmo porque o patriotismo que se vae infiltrando nos seus corações é um patriotismo diferente, porque, é adquirido dia a dia, na calma regular das 4 horas de estudos, nas festas cívicas, nas reuniões escolares; diferente porque é mais seguro, refletido, adquirido pelo habito; não é menos certo que, sem o patriotismo dos moços e exemplo lhes não pode ser transmitido (MOURA, 1918, p. 69-70)⁷⁶.

As críticas ao primeiro livro de Maria Lacerda de Moura, em grande parte positivas, vieram logo após a sua publicação e dos mais diferentes lugares do Brasil. Elogiavam a produção da autora mineira e a elevavam à condição de intelectual, com grande contribuições para a educação e uma das mais brilhantes defensoras das causas da nação⁷⁷ “[...] Foi muito bem recebido pela crítica, aplaudidíssimo” (MOURA, 1929, s/p).

Já em 1919 publicou *Renovação*, considerado pela autora uma produção que rompia com algumas ideias defendidas no livro anterior. O novo livro já indicava, pelo título, a mudança do pensamento de Maria Lacerda de Moura, que começava a ver a educação e a sociedade com outro olhar.

A “renovação” de Maria Lacerda de Moura se deu no momento em que passou a direcionar o seu olhar para a educação da mulher e para a crítica ao modelo tradicional e burguês

⁷⁴ Entre eles, podemos citar o discurso proferido na instalação solene da Liga Barbacenense Contra o Analfabetismo, em 1915, e o discurso de paraninfa da turma de formandos da Escola Normal de Barbacena, em 1917.

⁷⁵ Como já anunciado, o capítulo 3 se deterá sobre a análise desse livro.

⁷⁶ Texto sobre a passagem do dia 7 de setembro e de suas comemorações na cidade de Barbacena.

⁷⁷ Tal adjetivo aparece com recorrência nos jornais da cidade de Barbacena.

do sistema escolar. Com relação à mulher, destacava que esta carecia de uma melhor educação, que seria útil tanto para a sua evolução pessoal como para o progresso da família e do país. Contudo, apontou que faltava literatura feminina para tal. Faltavam livros que pudessem educar a mulher com relação aos seus direitos e deveres, sobretudo com relação à maternidade e à formação da infância. Foi pensando nesse contexto que Maria Lacerda de Moura apresentou *Renovação* como possibilidade de suprir essa demanda. Entretanto, anunciava que o livro talvez não fosse bem visto em uma sociedade conservadora e tradicionalista, pois versava sobre o feminismo e o sufrágio, como também sobre a religião, apontando o catolicismo como um dos maiores empecilhos para o progresso da mulher.

Através do livro *Renovação* é possível perceber que, diferentemente do que se tem veiculado nas pesquisas sobre Maria Lacerda de Moura, já se fazia presente a atuação feminista e anarquista na trajetória da professora em Barbacena⁷⁸.

A partir da publicação de seus dois primeiros livros, das suas ações sociais em Barbacena e da sua atuação na esfera educacional, Maria Lacerda de Moura passou a ser considerada uma intelectual pelos jornais e críticos de seu tempo, que noticiavam e comentavam seus ideais.

Seus posicionamentos se faziam em relação ao contexto no qual vivia, em que o governo e a religião católica buscavam certo controle social, em que a mulher e os mais pobres tinham poucos direitos, e a educação da infância não se efetivava diante de uma formação limitada e atrasada. Maria Lacerda de Moura se colocava não apenas como alguém que se destaca em um determinado meio e a partir de um determinado objeto de estudo ou pesquisa, mas como alguém que se arriscava ao debate, que ousava sair de sua disciplina e que, fortalecida por uma autoridade adquirida, no caso a de professora de Escola Normal, considerava natural e útil misturar sua voz aos grandes debates da cidade.

Uma coisa difícil era, em Minas Gerais, ser anticlerical, contra a padralhada, contra a Igreja Católica, muito difícil, muito raro em Minas. Ela era professora de escola normal e era anticlerical, e é claro que era uma mulher mal vista [...]. Em Minas ela era criticada pelo anticlericalismo. Ela era elogiada pela gente do povo, que conhecia apenas a professora de Barbacena, ela era amada (DEPOIMENTO DO SR. OCTÁVIO BRANDÃO, 1979)⁷⁹.

Era uma pessoa, assim, de ideias um pouco avançadas para a época, porém muito criteriosa [...]. Por exemplo, achava que não havia necessidade propriamente de um casamento. Desde que a pessoa gostasse da outra, poderia

⁷⁸ *Renovação*, assim como *Em torno da educação*, será analisado no capítulo 3 desta tese.

⁷⁹ O Sr. Octávio Brandão foi entrevistado pela professora Miriam Lifchitz Moreira Leite em 1979. Não há, na transcrição da entrevista, referência sobre qual era a relação entre o entrevistado e Maria Lacerda de Moura.

viver com aquela outra [...] vivia muito bem com o marido (DEPOIMENTO DE DONA GRACIEMA BERTOLETTI, 1979)⁸⁰.

Além do trabalho intelectual voltado para as causas sociais, de defesa de uma nova posição política diante dos direitos das mulheres e dos mais pobres, Maria Lacerda de Moura também esteve imersa nos debates sobre a melhoria da educação no país, principalmente da educação da infância. Nesse contexto, apontava as contribuições das novas ciências aplicadas à pedagogia, sobretudo a psicologia experimental.

1.5 - Ciência e educação da infância

Em fevereiro de 1919, Maria Lacerda de Moura começou a se corresponder com Belisário Penna (1868-1939), importante médico sanitaria do período, que colaborou no combate à febre amarela, à malária e a outras doenças no território nacional. Natural de Barbacena, Penna foi um dos introdutores, no Brasil, da teoria da eugenia, sendo membro ativo da Comissão Central Brasileira de Eugenia, da qual se originou a Liga Pró-Saneamento. Também escreveu o livro *Saneamento do Brasil*, publicado em 1918.

Ao que tudo indica, foi Maria Lacerda quem iniciou a troca de correspondências com Belisário Penna⁸¹. Ela teria enviado o seu primeiro livro, *Em torno da Educação*, logo após a sua publicação e, em troca, recebeu do médico *Saneamento do Brasil*.

Apesar de não terem sido encontradas, é possível afirmar que as cartas que Maria Lacerda de Moura escrevia para Belizário Penna eram prontamente respondidas. Isso fica evidente quando a professora agradece o recebimento de um livro, de cartões e folhetos enviados pelo sanitaria e, principalmente, por ter atendido ao convite da professora e ir a Barbacena realizar palestras sobre educação e higiene.

⁸⁰ Graciema Bertolletti, ou Dona Zizi, foi professora e diretora da Escola Normal de Barbacena e trabalhou junto com a irmã de Maria Lacerda, Clarieta Barcelos.

⁸¹ Com relação às cartas enviadas pelo médico à professora mineira, estas não foram localizadas. Talvez isso tenha se dado pelo fato de o arquivo pessoal da professora ter sido queimado, a seu próprio pedido, logo após a sua morte. De acordo com alguns familiares ainda residentes na cidade de Barbacena, esse pedido foi prontamente atendido logo após o seu falecimento no Rio de Janeiro, em 1945.

Proprietário
Amigo

Dr. Belisário Penna

O envio de hoje trouxe-me o prazer do seu gentil cartão, acompanhando os folhetos sobre "Epitáfios", que vou distribuir imediatamente.

Sigo com o máximo interesse o seu tão patriótico trabalho e dou parabéns a Barbacena pelo distinto filho que tem na sua pessoa.

Quando remetti o saída o meu primeiro livroinho, não imaginava que o Dr. fosse o mesmo - Belisário Penna que me conheceu menina, que conheceu meu Pai, amigo de seu Pai, e, com.

Figura 10: Carta de agradecimento a Belisário Penna, fevereiro de 1919
Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

A correspondência de Belisário Penna também pode ser confirmada neste trecho da carta em que Maria Lacerda de Moura o agradece pelo recebimento da encadernação do livro *Saneamento do Brasil*:

Nesse momento cumprimento o Dr. Tyndaro. Veio visitar-nos em seu nome trazendo-me o seu presente régio. Belíssima a encadernação de *Saneamento do Brasil*: digno trabalho de tão nobre empreendimento; lindo efeito de arte com invólucro de magnífico pensamento em prol de futuro mais belo e mais são. Agora sim: fico devendo-lhe e muito carinhosamente -, manifestações de meu grande reconhecimento pela dádiva tão gentil quanto útil. Recomendações ao Dr. Renato Kehl e favor dizer a ele que espero o livro prometido (CARTA DE MARIA LACERDA DE MOURA À BELISÁRIO PENNA, 21 de outubro de 1919).

Como demonstra a figura abaixo, o convite, feito por Maria Lacerda de Moura a Belisário Penna, em fevereiro de 1919, seguia em tom de admiração: “Porque não vem à nossa terra fazer algumas conferências sobre higiene? Seria um motivo a mais de orgulho para Barbacena” (CARTA DE MOURA A PENNA, 1919).

dad.
 Porque não vem à nossa terra
 fazer algumas conferências sobre
 higiene?
 Seria um motivo a mais de
 orgulho para Barbacena.
 Sinto uma saudades
 ao The - visitando-o e ao Sr.
 Vinício Cavalcanti, Arapuçá - The
 as minhas saudações.
 Maria Lacerda de Moura
 Barbacena - 3-2-1919.
 R.S. Já havia

Figura 11: Carta de Maria Lacerda de Moura a Belisário Penna, fevereiro de 1919

Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

Todos os jornais da cidade noticiaram a visita de Belisário Penna, que aconteceu em setembro de 1919. Sua “ilustre” presença foi vista como um grande acontecimento na cidade, assim como as palestras que realizou sobre saneamento, higiene e educação. Para receber o importante “filho da terra”, foram organizadas várias homenagens com apresentações musicais e teatrais. Em sua comitiva também esteve presente sua filha, Eunice Penna, e Renato Kehl

(1889-1974), reconhecido médico e influente eugenista brasileiro do início do século XX que, junto com Belisário Penna, proferiu algumas palestras sobre eugenia⁸².

Em Barbacena, o Dr. Belisário Penna, uma filha, a senhoria Eunice Penna, e o Dr. Renato Kehl desembarcaram debaixo de uma salva de palmas e ao som de belos dobrados, sendo-lhes atiradas flores por senhoras e senhorinhas. Duas bandas de música – a Correira de Almeida e Lira Barbacenense tocavam, alternadamente, várias peças, dando assim um tom festivo à recepção do Dr. Penna. [...] Em curta alocução, recordou a sua ação, como discípulo de Oswaldo Cruz, dizendo que tem trabalhado e que continuará trabalhando pelo saneamento do Brasil, visando com isso salvar a população doente que se espalha pelo território pátrio (CIDADE DE BARBACENA, n.1535, 28 de setembro de 1919).

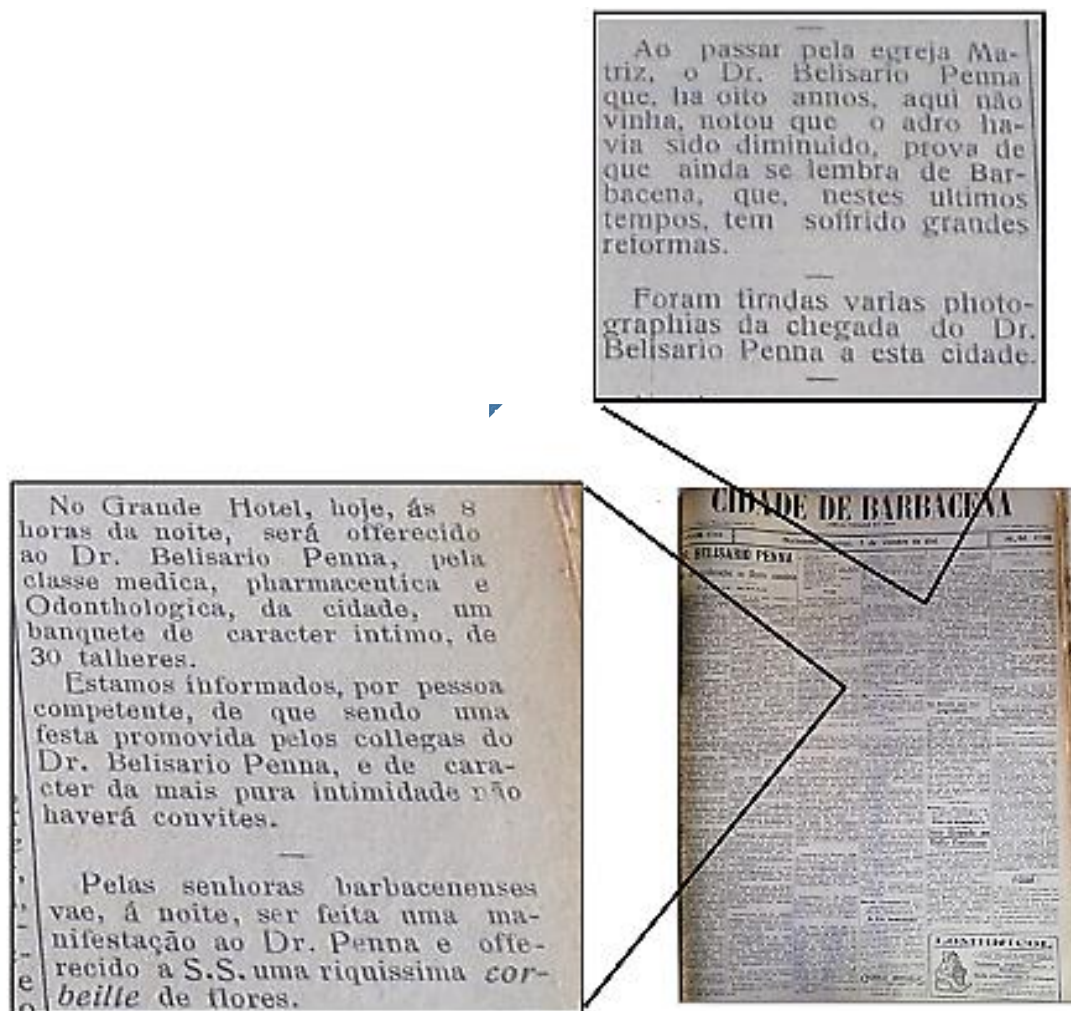


Figura 12: Nota sobre a recepção a Belisário Penna em Barbacena, setembro de 1919

Fonte: Arquivo Histórico Municipal Altair José Savassi

⁸² Renato Kehl atuou sobre o saneamento rural e a educação higiênica e sanitária no Brasil. Ficou conhecido pela dedicação à eugenia, que chamava de "religião da humanidade", tendo fundado em 1918, com a colaboração de um grupo de médicos brasileiros, a Sociedade Eugênica de São Paulo, instituição que contou com mais de uma centena de associados, entre eles Belisário Penna.

Belisário Penna e Renato Kehl proferiram palestras no Teatro Municipal, na Escola Normal Municipal de Barbacena, no Colégio Militar, na Associação do Comércio, Indústria e Lavoura e encerram a passagem por Barbacena com uma conferência pública na praça da Igreja Matriz que, de acordo com os jornais da época, se deu “com projeções luminosas”. Os temas tratados nas palestras e conferências foram: higiene geral, higiene infantil no lar e nas escolas e eugenia no Brasil. Nos pequenos resumos das falas dos dois médicos, divulgados também pelos jornais da cidade, fica claro o importante papel que a mulher teria no direcionamento das ações higiênicas e eugênicas para a população: “terminando apelou para as mulheres brasileiras, em cujas mãos colocou a defesa da nossa raça, decadente pela falta de meios profiláticos contra os mais perigosos inimigos da nossa saúde” (CIDADE DE BARBACENA, n.1535, 28 de setembro de 1919).

A iniciativa de Maria Lacerda de Moura em convidar Belisário Penna para falar de seu trabalho em Barbacena pode ter surgido de um interesse pelo movimento higiênico e eugênico, que teve grande destaque no Brasil no início do século XX. Contudo, pode ter nascido, também, de um interesse pessoal, imerso na vontade de saber mais sobre as questões científicas que poderiam ser aplicadas na educação da mulher e da infância.

O interesse em desenvolver investigações científicas do ser humano, de conseguir conhecimentos “objetivos” e “verdadeiros” sobre sua vida e seu desenvolvimento, não foi característica exclusiva da educadora mineira. Muitos estudiosos, amparados, sobretudo, no positivismo do século XIX, tiveram o interesse de libertar a humanidade das explicações de cunho metafísico e teológico sobre o mundo e buscaram novas informações que fornecessem compreensão mais convincente sobre a origem e evolução da vida.

Antes mesmo da publicação da famosa obra de Darwin, *A origem das espécies*, em 1859, muitos pesquisadores buscavam explicar as particularidades da vida através de metodologias científicas, caracterizadas, naquele momento, pela utilização de abordagens quantitativas da anatomia. Como bem acentua Gould (1999), naquele momento, a ciência afirmava que somente os números constituíam a prova máxima da objetividade.

Exemplo das abordagens quantitativas no ser humano foram os estudos da craniometria. Iniciados ainda na primeira metade do século XIX, esses estudos têm como representante mais destacado o médico americano Samuel George Morton (1799-1851), que buscou comprovar a hipótese de que uma hierarquia racial poderia ser estabelecida objetivamente através das características físicas do cérebro, principalmente no que se refere ao seu tamanho. Em seus estudos, Morton media e colecionava crânios humanos, em sua maioria de índios que habitavam a América, chegando a reunir mais de mil entre 1820 e 1851, ano de sua morte (GOULD, 1999).

“Morton foi aclamado o grande objetivista e coletor de dados da ciência americana: o homem que ergueria uma empresa ainda imatura do atoleiro da especulação fantasiosa” (GOULD, 1999, p. 39).

Na época, a crença nos estudos científicos gerou algumas correlações entre seus resultados e as condições da vida da humanidade, inclusive na esfera social. Esse fato ficou conhecido como “determinismo biológico”, ou seja, a ideia de que as pessoas de classes sociais mais baixas possuíam um “material intrinsecamente inferior”, como cérebros mais pobres, genes de má qualidade etc. (GOULD, 2003, p. 17). Essa correlação, que permeou grande parte das investigações científicas sobre o homem em finais do século XIX e início do XX passou a ser, cada vez mais buscada, pois o interesse era descobrir formas de intervir e modificar a vida, principalmente na esfera social. Nesse sentido, tais investigações e seus resultados passaram a interessar a médicos, fisiologistas, políticos, educadores e a todos aqueles que acreditavam no uso da ciência em prol de uma sociedade melhor. Era como se tais pesquisas pudessem diagnosticar a futura vida social de uma pessoa e, ao mesmo tempo, prescrever intervenções para a mudança ou aprimoramento dessa vida.

Com o passar dos anos, a confiança nos discursos e práticas científicas foi aumentando e, cada vez mais, possibilidades para a sua efetivação foram vislumbradas. A escola e a educação, vistas como condição de melhoria da sociedade futura, tornaram-se campo dessa possibilidade, tendo em vista o seu alcance sobre um grande número de pessoas ainda em fase de formação. A partir desse contexto, a ciência passou a questionar e intervir na forma de educação e na escola que existia, propondo mudanças para a sua melhoria e aperfeiçoamento.

No contexto de valorização dos discursos e práticas científicas, algumas “ciências” tiveram grande destaque no terreno da educação, colocando-se como os “novos saberes pedagógicos” (CARVALHO, 2011). É o caso da **medicina**, considerada a ciência que elevaria a escola e a educação como possibilidades de cura para os males de uma sociedade representada sob os signos da incivilidade, da desordem e do curandeirismo. A escola foi considerada pela medicina como o melhor local para se promover a cura orgânica do povo brasileiro, como também o espaço privilegiado para a modificação de seus hábitos e costumes. Foi nesse contexto que toda uma racionalidade médica se voltou para a instituição escolar, estabelecendo “indicações e contraindicações” de costumes e condutas, além de regras que incidiam sobre cada detalhe da estrutura e do sujeito escolar (GONDRA, 2004). Nesse contexto sobressai a higiene escolar, que se apresentava de diferentes formas: na formulação de projetos para construção de edifícios escolares, nos problemas de sua localização, no planejamento de edificações próprias para seu funcionamento, no ingresso dos alunos, no tempo destinado às

atividades escolares, na alimentação, no sono, na roupa, no banho, nos recreios, na ginástica, enfim, em todos os âmbitos voltados para a manutenção ou melhoria da saúde dos alunos (GONDRA, 2000). Para isso, era diversa a sua difusão, realizada através de programas radiofônicos, do cinema educativo, de cartazes ilustrados, de livros específicos para as crianças, das propagandas sanitárias, das revistas de educação, e também nos demais impressos voltados para a formação de professores. Neste último podemos citar o livro *Lições de Pedagogia*, escrito em 1915 pelo médico e educador Manuel Bomfim e reeditado em 1917 e 1926. No livro, destinado à formação de professores em Escolas Normais, é clara a presença do discurso médico e de suas prescrições para a educação brasileira. Destaca-se no livro o capítulo sobre a “Higiene Escolar”, que viria a ser “o conjunto de regras e indicações que presidem a vida escolar quanto à defesa da saúde”, e que deveria ser praticada em todas as escolas do Brasil (BOMFIM, 1926, p. 59).

Outra ciência que teve forte incursão no terreno educacional foi a **psicologia**, que se aproximou da escola a partir de uma demanda do próprio campo entre finais do século XIX e início do século XX: a de tornar a pedagogia científica.

A pedagogia, em finais do século XIX, passava por diversos questionamentos, sobretudo por se amparar em uma filosofia especulativa e metafísica, que condicionava métodos de ensino a modelos rígidos e distantes das necessidades dos alunos. Já a psicologia, conhecida naquele momento por adotar metodologias científicas em seus estudos e pesquisas, seria a ciência que traria à educação certa renovação, definindo as variações psicológicas dos alunos de acordo com a idade, identificando as diferenças individuais e organizando as classes de acordo com as capacidades das crianças para a aprendizagem (CAMPOS, ASSIS & LOURENÇO, 2002, p. 32).

Para Warde (2011), foi Claparède que desempenhou um papel decisivo na afirmação da psicologia como ciência de referência para a pedagogia. Já em 1905, o psicólogo compreendia que a educação seria uma técnica que só poderia ser fundada a partir dos conhecimentos advindos da observação e da experiência. A partir disso, passou a elaborar cursos especiais para professores, objetivando iniciar os futuros educadores nos métodos da psicologia experimental e na psicologia da criança. A partir desses trabalhos, criou, em 1912, o Instituto J. J. Rousseau, em Genebra. Além de tentar desmembrar a pedagogia da égide filosófica, o Instituto tinha como objetivo oferecer uma formação científica aos professores.

Exatamente como a arte médica, a educação é uma técnica, só podendo ser fundada sobre conhecimentos que unicamente a observação e a experiência podem fornecer. Mas o psicólogo está mal colocado para edificar, sozinho, esta ciência da criança, tão necessária à pedagogia, pois não tem à sua disposição as crianças de que precisaria. Os educadores deveriam ser preparados, portanto, para recolher os dados necessários à psicologia genética (CLAPARÈDE *apud* WARDE, 2011, p. 320).

Apesar de as ciências apresentadas acima terem suas especificidades, as fronteiras entre os seus discursos e ações, quando voltadas para a educação, não eram muito definidas. Entre a medicina e a psicologia, por exemplo, podemos ressaltar a importante contribuição e participação da **biologia**⁸³, ciência que forneceu, para ambas, informações importantes sobre o organismo humano, que permitiram traçar relações deste com o meio. Exemplo disso foi a carteira biográfica escolar, documento de prática científica utilizado na escola para reunir informações diversas sobre o alunos: seus aspectos físicos, seu nível de inteligência, o ambiente familiar no qual vivia, seus traços hereditários, entre outras informações que envolviam conhecimentos da medicina, da psicologia, além da biologia e da antropologia (CARVALHO, 2011).

Foi nesse terreno de diferentes saberes científicos que surgiu a psicologia experimental, que teve grande destaque na instituição escolar no início do século XX. Seu objetivo, ainda ao final do século XIX, era a investigação objetiva dos fenômenos psicológicos. Caracterizada pelo uso do método de observação do comportamento em relação a estímulos externos, como, por exemplo, registrar e medir a velocidade de reação do indivíduo ao pressionar uma determinada tecla ao ouvir um estímulo sonoro, a psicologia experimental se ramificou basicamente em duas direções: a dos estudos dos processos psicológicos elementares, de caráter

⁸³ É importante destacar que grande parte dos estudiosos das questões científicas aplicadas à educação tinha formação biológica: Alfred Binet, Maria Montessori, Ovídio Decroly, Edouard Claparède, Theodore Simon, entre outros (LOURENÇO FILHO, 2002).

mais fisiológico⁸⁴, e a dos estudos dos processos psicológicos superiores, associados, principalmente, à investigação da inteligência⁸⁵.

Considerado o primeiro a aplicar a medida às funções psicológicas superiores, Binet foi figura de destaque no estudo da inteligência humana. Decepcionado com os resultados de suas primeiras pesquisas, que buscavam associar a inteligência ao tamanho do crânio⁸⁶, Binet iniciou seus estudos em direção ao campo que denominou psicologia individual, dedicado às investigações das funções psicológicas superiores e das diferenças individuais. Como recurso metodológico, lançou mão, inicialmente, de observações e entrevistas realizadas com crianças de escolas primárias de Paris e também com suas duas filhas, investigando seu processo de desenvolvimento (CAMPOS; GOUVEA; GUIMARÃES, 2014). Foi dentro desse contexto que Binet, juntamente com seu colaborador e sucessor, o médico psiquiatra Théodore Simon (1872-1961), avançou nas pesquisas sobre o desenvolvimento da inteligência, tendo seu trabalho reconhecido pelo governo francês, que o chamou para identificar crianças em situação de fracasso escolar e propor intervenções educacionais para as mesmas. Para atender a essa demanda, criou as escalas métricas de desenvolvimento da inteligência⁸⁷.

⁸⁴ As investigações dos processos psicológicos elementares constituíram as primeiras pesquisas inseridas no campo da psicologia experimental e são atribuídas ao médico alemão Wilhelm Wundt (1832-1920) e se inserem no contexto de criação de seu laboratório de psicologia fisiológica, na Universidade de Leipzig, na Alemanha, no ano de 1879. Para Wundt, a psicologia seria um ramo das ciências naturais, devendo utilizar-se de seus métodos de experimentos, que consistiam na interferência proposital do pesquisador sobre o início, a duração e o modo de apresentação dos fenômenos investigados (ARAUJO, 2009a). Por esse método, seria possível investigar processos psíquicos mais simples, chamados de “processos psicológicos elementares”, que envolviam pesquisas ligadas às sensações (com relação a um conteúdo objetivo: luz, som, etc.) e sentimentos mais simples (com relação a um conteúdo subjetivo: prazer, desprazer, etc.). Wundt afirmava que a psicologia estaria intrinsecamente ligada à fisiologia, devendo investigar os fenômenos psíquicos em relação a uma medida física. Afirmava que somente os fenômenos mentais acessíveis às influências físicas poderiam ser tomados como objetos de experimento, sendo impossível investigar a mente propriamente dita (MARCELLOS & ARAUJO, 2011).

⁸⁵ A investigação dos processos psicológicos superiores (memória, imagens mentais, imaginação, atenção, compreensão, sugestibilidade, sentimentos morais, força de vontade, habilidade), constitui a segunda incursão da psicologia experimental na investigação científica dos aspectos psicológicos humano. São atribuídas a Alfred Binet (1857-1911), que desenvolveu no Laboratório de Psicologia da Sorbonne, fundado em 1889, pesquisas que mostraram novas possibilidades experimentais em psicologia.

⁸⁶ Acompanhando o contexto de valorização das investigações científicas baseadas em metodologias quantitativas do final do século XIX, Binet desenvolveu seus primeiros estudos sobre a inteligência a partir da craniometria, ou seja, a partir da medição da cabeça de seres humanos, buscando uma correlação entre o tamanho do crânio e o grau de inteligência do indivíduo. Entretanto, os resultados de seus estudos, que envolviam a medição de cabeças de alunos, não revelaram uma diferença significativa em suas medidas, o que levou Binet a encerrar os seus estudos nessa área (GOULD, 1999).

⁸⁷ O trabalho desenvolvido por Binet e Simon foi amplamente divulgado e reconhecido, sendo desenvolvido por outros estudiosos em vários países do mundo. Passou por processos de adaptações e modificações em seu conteúdo e objetivos, que chegavam a extrapolar e, até mesmo, a contrariar os objetivos de Binet, que não era a mensuração da inteligência propriamente dita, mas a criação de instrumentos de diagnóstico de alunos com dificuldade de aprendizagem, compreendidas como relacionadas a uma defasagem entre sua idade mental e cronológica (CAMPOS, GOUVEA, GUIMARÃES, 2013). Robert M. Yerks, por exemplo, aplicou seus testes mentais em 1,7 milhões de recrutas durante a Primeira Guerra. Já em 1917, reuniu os principais hereditaristas da psicologia estadunidense com o objetivo de elaborar testes mentais para o exército, cujo interesse foi classificar e designar cada recruta para as funções que poderiam desempenhar com maior êxito.

A psicologia experimental desenvolvida por Binet através dos testes de inteligência e seus desdobramentos não fugiram aos ideais do período: do uso da ciência como meio mais seguro para a transformação social. O interesse da psicologia aplicada de Binet era diagnosticar uma determinada realidade social – no caso, as crianças que apresentavam dificuldade de aprendizagem –, oferecendo possibilidades de intervenções que pudessem transformar esse quadro. Através das pesquisas desenvolvidas por Binet e Simon com as escalas métricas da inteligência, a infância passou a ser, cada vez mais, alvo das investigações científicas desejosas de transformação do social. O direcionamento para a infância partia de duas premissas básicas: a de que era nesse período do desenvolvimento humano que o cérebro seria mais plástico, ou seja, mais suscetível de modificações; e a de que a infância seria a possibilidade real de constituição de uma sociedade futura, baseada nos ideais que buscavam construir nações prósperas e civilizadas.

No Brasil, os estudos da psicologia experimental buscaram contribuir para o sonho de constituição de uma república que ainda não se apresentava nos moldes de seus idealizadores. A crítica maior era que o país não possuía uma população que lhe desse o *status* de nação civilizada, como as do continente europeu, e por isso enfrentava problemas de todas as ordens, mas, que, ao final, eram atribuídos a um só responsável: o povo brasileiro. Foi nesse processo que a criança, tida como possibilidade real de transformação do Brasil através de seus processos de escolarização, foi tomada por discursos diversos como a esperança maior para a salvação da república.

Tais possibilidades de intervenção no desenvolvimento e educação da infância foram vislumbradas pelas descobertas que partiam, principalmente, da psicologia experimental e da higiene mental, movimentos que se reuniram a partir do início do século XX, no campo da psicologia aplicada, especialmente na área da psicologia educacional:

Tratava-se de colocar à disposição das instituições educativas e das famílias os novos conhecimentos produzidos nos laboratórios e hospitais psiquiátricos, visando, ao mesmo tempo, intervir no planejamento e na gestão dos sistemas de ensino ampliados e prevenir os distúrbios mentais e desvios psicossociais provocados pelas intensas mudanças culturais que as modernas sociedades urbano-industriais vinham experimentando (CAMPOS, 2008, p. 129).

No Brasil, esse movimento tomou força na década de 1920, sobretudo dentro das reformas educacionais ocorridas em vários estados do país. Foi o caso da Reforma Francisco Campos, de Minas Gerais, que, em 1927, criou a Escola de Aperfeiçoamento de Professores e

seu Laboratório de Psicologia, onde Helena Antipoff pôde, junto com suas alunas, desenvolver estudos e pesquisas com as crianças das escolas de Belo Horizonte.

É preciso considerar que o projeto de estudo científico da infância de Maria Lacerda de Moura foi proposto 10 anos antes da chegada de Helena Antipoff a Minas Gerais, e se apresentava de forma isolada de reformas educacionais maiores, promovidas pelo estado. Pode ser considerado um projeto autônomo, que buscava contribuir para o contexto de ideais republicanos. Por outro lado, o mesmo projeto gerou debates importantes durante os 18 meses em que esteve em análise na Secretaria do Interior (1919-1920), mostrando o quanto as questões da psicologia experimental aplicada à educação ainda eram incipientes e desconhecidas em Minas Gerais⁸⁸.

É possível afirmar que o projeto proposto pela professora mineira não foi efetivado, já que seu requerimento foi autorizado pela Secretaria do Interior somente em 1920, poucos meses antes de sua ida para São Paulo, lugar onde abandonou a carreira docente em sua forma institucionalizada e começou a se dedicar às causas feministas e anarquistas.

Sua trajetória em São Paulo envolveu trabalhos diversos, como a direção da *Revista Renascença*, em 1923, a escrita de artigos para jornais do Rio Grande do Sul, Santos, Rio de Janeiro e também São Paulo no jornal *O Combate*; traduções e um posfácio à *Apologia de Sócrates*. Com o surto de industrialização em São Paulo passou a escrever para os jornais operários anarquistas e comunistas, escreveu grande parte da sua produção: *A Mulher é uma degenerada* (1923), *Lições de Pedagogia* (1925), *Religião do Amor e da Beleza* (1926), e *De Amundsen a Del Prete* (1928).

Entre 1928 e 1937, viveu em uma comunidade em Guararema, formada por anarquistas e desertores espanhóis, franceses e italianos da Primeira Guerra Mundial, que viviam de seu trabalho agrícola e comercializavam os excedentes da produção. Com a repressão política do governo Vargas, a comunidade se desfez, levando Maria Lacerda de Moura a refugiar-se em Barbacena, onde permaneceu por pouco tempo devido à recepção na cidade, que, de acordo com Leite (1984), foi hostil. Mudou-se, então, para o Rio de Janeiro, onde fez parte da Rosa Cruz, mas se distanciou desta publicamente, após saber que sua sede em Berlim havia sido cedida aos nazistas.

Em seus últimos anos de vida, publicou *Português para os cursos comerciais*, de 1940, abandonou o jornalismo e as conferências, dedicando-se à teosofia, às ciências ocultas e à

⁸⁸ O próximo capítulo tratará do requerimento em que Maria Lacerda de Moura anuncia o seu projeto de estudo científico da criança.

astrologia, lendo horóscopo em uma rádio local. Morava sozinha na Ilha do Governador, onde se correspondia regularmente com sua amiga de Barbacena, Albininha. Desde a sua saída da cidade mineira, era a amiga quem lhe enviava notícias sobre sua mãe e lhe era confidente.

Minha Albininha
 Comoveu-me profundamente o seu gesto delicado de me escrever uma cartinha em nome de Mamãe, a gesto dela e com o recado do seu. Tenho tantas saudades e tanta pena da situação de velhice da minha querida Velhinha!
 Esses gestos, minha Albininha, cativam a gente infinitamente.
 Você, minha grande amiga, já é uma parte do meu coração.

Figura 13: Carta de Maria Lacerda de Moura a Albininha, março de 1938

Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

Em sua última palestra, em 1944, um ano antes de morrer, chamada “O silêncio”, onde parecia justificar sua situação de isolamento, falando sobre a importância da solidão como um despertar para o nascimento do ser espiritual, com o cortejo de alegrias interiores. Como bem afirma Leite (1984), os rompimentos que Maria Lacerda de Moura teve com a sua família, com as feministas, com os comunistas, com os anarquistas e até com os Rosa-Cruzes revelam a sua coragem de pensar por si mesma e de fazer sua escalada espiritual sem se submeter às opressões externas.

É importante observar que, mesmo longe da escola em sua trajetória em São Paulo, a professora não abandonou as questões da educação com as quais esteve envolvida em Barbacena. No ano de 1922, enviou quatro “memórias” para o 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI), que aconteceu no Rio de Janeiro⁸⁹. Elas tratavam de abordagens

⁸⁹ O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância (CBPI) se deu em conjunto com o 3º Congresso Americano da Criança (CAC), no Rio de Janeiro, em 1922, durante a Exposição Internacional comemorativa do

diferenciadas sobre a educação da infância, como na memória “O actual regimen social soluciona o problema da proteção à infância?”, em que Maria Lacerda de Moura contestava a ideia da proteção e da caridade existentes naquele momento, dizendo que não se tratava de dar à criança o que se acumulou à custa do trabalho alheio, mas, sim, de restituir por meio do combate sistemático às causas da miséria. Já na memória, “Educação laica”, argumentava a favor da liberdade da criança, inclusive sobre as suas escolhas espirituais. Para ela, a escola não poderia ter preocupação religiosa, embora os professores devessem conhecer os fundamentos das religiões para pregar o espírito de tolerância, sem sectarismo. A terceira e a quarta memórias: “A educação feminina e Das vantagens da educação intellectual e profissional da mulher na vida prática das sociedades”, discutiam a educação da mulher, criticando a formação assimétrica que era dada aos gêneros masculino e feminino. Na sua visão, a educação da mulher deveria ser tratada com grande responsabilidade, já que a ela era confiada a infância, futuro do país⁹⁰.

Após o envio das memórias para o Congresso, Maria Lacerda ainda se dedicaria a uma última publicação voltada para as questões educacionais da infância, o livro *Lições de Pedagogia*, de 1925⁹¹. Ao que tudo indica, o livro foi idealizado ainda na fase de Barbacena, já que foi anunciado como publicação a ser impressa ainda em 1919, no livro *Renovação*. A nova publicação se direcionava à formação de normalistas para o seu trabalho com a criança na instituição escolar. Nele, afirmava a pedagogia enquanto ciência, amparada, sobretudo, pela psicologia e pela higiene, discorrendo às normalistas sobre as características psicológicas dos jogos e da ginástica escolar, da educação dos sentidos e do crescimento físico da criança.

Esse último livro, que será analisado no capítulo quatro, se volta para a educação da infância, refletindo o desejo de Maria Lacerda de Moura em estudar cientificamente a criança. Como veremos, isso pode indicar que, apesar de seu projeto não ter sido realizado em Barbacena, seu interesse pelo assunto permanecia, tendo sido um dos que mais lhe chamou atenção, mas que, por outro lado, o que menos tem sido associado à sua trajetória e atuação.

centenário da Independência do Brasil (CAMARA, 2006). O Congresso se organizou a partir de comunicações, “à época denominadas *memórias*”, que foram publicadas na seção de Pedagogia, Sociologia, Legislação, Assistência e Higiene (KUHLMAN JR, 2002).

⁹⁰ Ainda no ano de 1922, Maria Lacerda de Moura publicou uma conferência intitulada *A mulher e a Maçonaria*, na qual demonstrou domínio da história da maçonaria, de seus ritos e da sua ação social, defendendo, também, a co-maçonaria, ou seja, a aceitação de mulheres nas lojas maços (DIAS, 1999).

⁹¹ As futuras publicações de Maria Lacerda de Moura se voltariam mais para as questões anarquistas, feministas e religiosas. Pode-se citar como exemplo os livros *Religião do amor e da beleza* (1926), *De Amundsen a Del Prete* (1928), *Civilização, tronco de escravos* (1931), *Amai-vos e não vos multipliqueis* (1932), *Serviço militar obrigatório para a mulher? Recuso-me, denuncio* (1933), *Han Ryner e o amor no plural* (1933), *Clero e Fascismo, horda de embrutecedores* (1933), *Fascismo – filho dileto da Igreja e do Capital* (1933), entre outros.

Nesse contexto, a análise do projeto científico de educação da criança idealizado por Maria Lacerda de Moura se torna o foco desta pesquisa, e parte, no próximo capítulo, do requerimento que escreveu à Secretaria do Interior em 1919, bem como dos seis pareceres emitidos por essa instituição.

CAPÍTULO 2 – O “PROJETO DE ESTUDO CIENTÍFICO DA CRIANÇA PATRÍCIA” E SUA RECEPÇÃO EM MINAS GERAIS

Convencida de que Vossa Excelência está na altura de compreender o meu projeto, – estou certa de que me auxiliará no estudo científico da criança patrícia. É possível que caiba a Minas a primazia da ideia – se eu conseguir o que desejo

Maria Lacerda de Moura, *Requerimento*.

Escrever para o órgão máximo de gestão e fiscalização da educação do estado requerendo licença para realizar experimentos recém divulgados por estudiosos de outros países não era ação comum para uma professora normalista do interior de Minas Gerais no início do século XX. Ao contrário, para essas educadoras cabia, na grande maioria das vezes, somente o papel de seguir o que indicava a legislação educacional e o que direcionavam os inspetores regionais do ensino em suas visitas de fiscalização às instituições escolares⁹². Entretanto, apesar de inesperado, tal fato aconteceu com uma professora de Escola Normal da cidade de Barbacena, no ano de 1919.

Na época, Maria Lacerda de Moura, com 32 anos de idade, já atuando há 11 anos na Escola Normal Municipal de Barbacena, escreveu um requerimento direcionado à Secretaria do Interior de Minas Gerais, mais especificamente ao diretor da instrução, pedindo permissão para realizar experiências de psicologia experimental com as crianças das escolas de sua cidade.

Como órgão deliberativo do governo do estado de Minas Gerais, inclusive no setor educacional, a Secretaria do Interior teria o papel de analisar tal pedido e emitir um parecer sobre a solicitação de Maria Lacerda de Moura, autorizando ou não a execução do seu projeto. Contudo, algo que nos parece ser de simples definição, se tornou alvo de uma produção discursiva diversa dentro da Secretaria do Interior de Minas Gerais, gerando divergências entre os pareceres emitidos sobre a inserção da psicologia experimental nas escolas de Minas Gerais.

⁹² É preciso deixar claro que, assim como Maria Lacerda de Moura, muitas professoras se destacaram como intelectuais em finais do século XIX e início do XX, como foi o caso de Maria Guilhermina, estudada por Chamon (2005); e Júlia Lopes, estudada por Vidal (2004), entre outras. Ainda assim, nesses estudos, essas mulheres são tratadas como sujeitos “singulares” de seu tempo, que se destacaram por uma trajetória e atuação diferenciadas e que, por isso mesmo, foram e estão sendo pesquisadas em vários campos de investigação, entre eles, o da História da Educação.

Nesse sentido, tanto o requerimento como os pareceres emitidos se tornam importantes chaves de leitura sobre a inserção da psicologia experimental nas escolas do estado, bem como sobre a sua recepção pelo governo mineiro. Além disso, demonstram que o estado não era monolítico, mas, sim, permeado por relações de poder, advindos de discursos de autores e de espaços diferentes (FOUCAULT, 2009a)⁹³.

Entre outras questões que serão tratadas neste capítulo, destacam-se: Quais eram os objetivos de Maria Lacerda de Moura com o seu requerimento? Quais foram as justificativas que o embasaram? Como foi a recepção do requerimento pela Secretaria do Interior de Minas Gerais? O que constava nos seis pareceres que foram emitidos sobre seu pedido? Quais os pontos favoráveis e contrários à realização de experimentos da psicologia em crianças das escolas de Minas Gerais?

2.1 – O requerimento: um projeto para estudar cientificamente a criança

No dia 23 de maio de 1919, chegou à Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais, situada na capital mineira, Belo Horizonte, o seguinte encaminhamento:

Está junto, devidamente informado, um requerimento de Dona Maria Lacerda de Moura, pedindo permissão para fazer estudos de psicologia experimental aplicada a pedagogia nos alunos das escolas isoladas, Grupos Escolares, Colégio Imaculada Conceição e Escola Normal Municipal de Barbacena (ENCAMINHAMENTO, Secretaria do Interior de Minas Gerais, 1919).

Manuscrito com letra legível e bem desenhada pela professora, o documento consiste em apenas uma lauda pautada, como ilustra a figura abaixo. Traz um texto breve, porém claro e formal para o trato com a autoridade a quem era dirigido, o Secretário do Interior de Minas Gerais, Afonso Penna Junior, tratado pela professora mineira como “Excelentíssimo Senhor Doutor”. Tal texto busca destacar, sobretudo, o objetivo da professora mineira naquele requerimento, assim como as justificativas para que fosse aceito.

⁹³ Diferentemente da análise marxista, que vê o poder de forma maciça, de dominação de uma classe sobre a outra, Foucault mostra a existência das relações múltiplas de poder, que funcionam como redes. Segundo Araújo (2007), é o cruzamento dessas relações de poder que permite a dominação de uma classe sobre a outra.

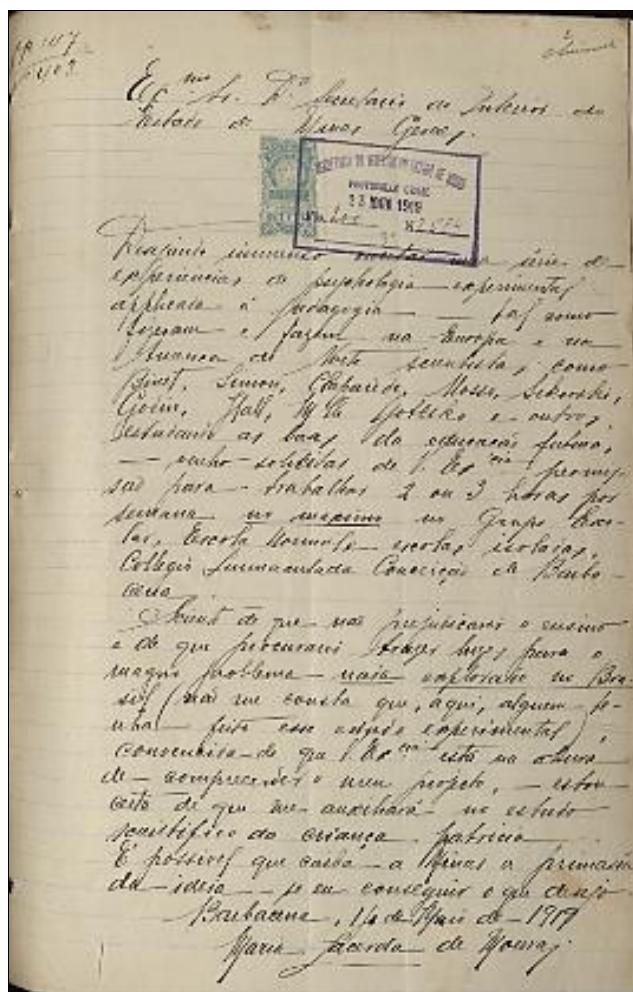


Figura 14: Requerimento de Maria Lacerda de Moura, 1919
 Fonte: Fundo da Instrução Pública de Minas Gerais. Arquivo Público Mineiro.

Como já apontado, o objetivo explícito no requerimento de Maria Lacerda de Moura era realizar experiências de psicologia experimental aplicada à pedagogia nas escolas da cidade de Barbacena. Para isso, solicitava o tempo máximo de três horas semanais com as crianças que estudavam no Grupo Escolar de Barbacena, na Escola Normal Municipal⁹⁴, nas escolas isoladas existentes na cidade⁹⁵, e no Colégio Imaculada Conceição⁹⁶.

Para justificar seu pedido, a proponente evidenciou, em sua escrita, o pioneirismo do seu projeto. Afirmava que procuraria “trazer luzes para o magno problema nada explorado no Brasil, [...] não me consta que, aqui, alguém tenha feito um estudo experimental” (MOURA,

⁹⁴ Como mencionado no capítulo 1, a Escola Normal Municipal de Barbacena mantinha em seu prédio classes anexas de ensino primário.

⁹⁵ Não há informações, no requerimento, sobre quais seriam essas escolas isoladas.

⁹⁶ Instituição educacional católica da cidade de Barbacena.

1919a). Tal justificativa se repetia ao final do requerimento, quando, mais uma vez, a professora creditava a si a primazia da ideia:

[...] convencida de que V. Excelência está na altura de compreender o meu projeto, - estou certa de que me auxiliará no estudo científico da criança patrícia. É possível que caiba a Minas a primazia da ideia se eu conseguir o que desejo (MOURA, 1919a).

Ainda com o interesse de justificar a realização do que chamou de “projeto de estudo científico da criança”, Maria Lacerda de Moura destacava em seu requerimento o nome de alguns estudiosos que, segundo ela, seriam os “responsáveis por construir as bases da educação do futuro” e referências para o trabalho que pretendia desenvolver. Cita Binet, Simon, Claparède, Mosso, Sikorski, Godin, Hall e Mlle. Yoteiko” (MOURA, 1919a).

Ao apresentar esse conjunto de autores, a professora demonstrava que possuía conhecimentos sobre os estudos e produções mais recentes sobre as pesquisas experimentais, sobretudo da psicologia aplicada à infância em seu processo de educação. Alfred Binet (1857-1911), por exemplo, foi o responsável por desenvolver pesquisas sobre o funcionamento das funções psicológicas superiores e sobre as diferenças individuais na inteligência e nos estilos de pensamento das crianças. Tais estudos, que tiveram seu coroamento em 1904⁹⁷, resultaram na elaboração de um conjunto de instrumentos de avaliação e medida da inteligência e na proposição do conceito de idade mental⁹⁸.

Coube a Binet, na construção da memória da ciência psicológica, o lugar de inventor dos testes quantitativos e comparativos da inteligência, aplicados em larga escala, o que constituiu apenas parte de seu projeto científico. Os testes de nível mental foram criados como instrumento de diagnóstico das dificuldades de aprendizagem de escolares, entendidas como decorrentes de dificuldades cognitivas (CAMPOS, GOUVEA e GUIMARÃES, 2014, p. 58).

⁹⁷ Em 1904, Binet foi convocado pelo Ministério da Educação da França para desenvolver técnicas de identificação de crianças cujo fracasso escolar sugerisse a necessidade de alguma forma de educação especial. Foi nesse contexto que selecionou uma série de tarefas breves, relacionadas com problemas da vida cotidiana, mas que implicavam certos procedimentos racionais básicos (direção, compreensão, invenção e crítica) (GOULD, 1999, p. 152).

⁹⁸ O conceito de *idade mental* partia da razão entre os resultados nos testes de inteligência escalonados pela idade cronológica, e a idade real do sujeito. Assim, uma criança de 6 anos de idade real que fosse capaz de responder as questões típicas de uma criança de 8 anos teria a idade mental de 8 anos. O conceito foi posteriormente definido como *quociente intelectual* (QI) pelo psicólogo alemão William Stern (1871-1938), que propôs dividir a idade mental (8) pela idade cronológica (6), obtendo assim o quociente intelectual de 1,5. Multiplicando-se por 100, o QI seria de 150 (CAMPOS; GOUVEA; GUIMARÃES, 2014). Ainda de acordo com as autoras, a mensuração da inteligência não constituiu o objeto de investigação principal do autor, mas, sim, a criação de “instrumentos de diagnóstico de alunos com dificuldades de aprendizagem, compreendidas como relacionadas a uma defasagem entre sua idade mental (conceito introduzido posteriormente) e cronológica” (CAMPOS; GOUVEA; GUIMARÃES, 2014, p. 221)

Já Théodore Simon (1872-1961), ficou conhecido por sua colaboração com Alfred Binet na construção da primeira escala de medida de inteligência, em 1905. Mais tarde, em 1912, tornou-se presidente da *Société Libre pour L'Étude de L'Enfant*, hoje *Société Alfred Binet*, tendo sido editor do *Bulletin*, periódico dessa Sociedade (ANTUNES *et al.*, 2007).

Édouard Claparède (1873-1940), por sua vez, ficou conhecido pelos estudos que realizou sobre o desenvolvimento infantil, sendo considerado o pioneiro nas investigações da psicologia da criança na Suíça. Em 1909, publicou uma de suas obras mais conhecidas sobre os processos psicológicos da infância sob o ponto de vista funcional: *Psychologie de l'enfant et pédagogie expérimentale*. Já em 1912, fundou o Instituto Jean-Jacques Rousseau, que seria uma das mais importantes instituições de formação de educadores para a realização de pesquisas nas áreas de psicologia e pedagogia (ANTUNES *et al.*, 2007).

Granville Stanley Hall (1844-1924), também citado pela professora mineira, foi um dos principais responsáveis pela inserção da infância como objeto dos estudos científicos nos Estados Unidos, ainda no final do século XIX. Suas pesquisas frutificaram em ações diversas, como a criação e afirmação do *child study*, “que estabeleceria o nexo entre os estudos (científicos) da criança e a educação a ela destinada”⁹⁹ (WARDE, 2014, p, 247).

Os outros nomes citados por Maria Lacerda de Moura, apesar de pouco conhecidos atualmente, também são de estudiosos da fisiologia e da psicologia aplicada à infância naquele período histórico. Angelo Mosso (1846-1910), por exemplo, foi um médico italiano que se interessou pelos estudos experimentais dos fenômenos fisiológicos, tendo desenvolvido um estudo sobre a fadiga, que influenciou muitas das posteriores análises sobre a fadiga escolar. Já Paul Godin (1857-1935), médico militar francês, foi o fundador da ciência do crescimento da criança, tendo também sido professor no Instituto Jean-Jacques Rousseau, em Genebra, entre os anos de 1912 e 1924. Sikorsky (1842-1919) foi um psiquiatra russo e professor na Universidade de Kiev que se dedicou aos estudos sobre a patologia mental em crianças, tendo fundado uma instituição para crianças com retardo mental. Por fim, Mlle. Joteyko que, segundo a própria Maria Lacerda de Moura, desenvolvia diversos estudos sobre fadiga, na Bélgica (MOURA, 1919a).

Ao analisar a relação de nomes citados por Maria Lacerda de Moura em seu requerimento, percebe-se que a professora elencou pesquisadores de diferentes países que, ao realizar estudos sobre as funções fisiológicas e mentais da infância, elegeram a fisiologia e a

⁹⁹ Sobre o *child studys* ver o texto de Mirian Jorge Warde, “G. Stanley Hall e o *child study*: Estados Unidos de fins do século XIX e começo do século XX”, publicado na *Revista Brasileira de História da Educação* de n. 2, em 2014.

nascente psicologia experimental como método de investigação. Ainda é preciso destacar que, no momento em que escreveu o requerimento, tais estudos eram recentes e ainda de incipiente difusão, sobretudo no Brasil e em Minas Gerais. Na década de 1910, o estado não tinha uma revista educacional ou alguma outra publicação pedagógica voltada para a formação e informação dos professores, o que levanta a hipótese de que Maria Lacerda de Moura teve acesso diferenciado aos estudos e pesquisas desenvolvidos pelas pessoas que cita em seu requerimento¹⁰⁰.

Também é importante observar no requerimento que, mesmo se propondo a realizar um estudo quantitativamente significativo, envolvendo crianças dos mais diferentes espaços escolares da cidade, a professora manteve certa cautela ao estipular um tempo de três horas semanais com a alternância entre as turmas a serem trabalhadas. Isso fica evidente quanto utiliza a expressão “no máximo” para se referir ao tempo em que atuaria nas escolas, e quando deixa claro que procuraria “não prejudicar o ensino”. Tais ressalvas denotam que, naquele período, aquele tipo de experimentação não era comum em Minas Gerais e, conseqüentemente, não seria algo de fácil aceitação pelo estado.

Outro aspecto que deve ser observado e analisado no requerimento de Maria Lacerda de Moura é o pioneirismo que credita ao seu projeto em Minas Gerais e até mesmo no Brasil. Sabe-se que nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro já existiam trabalhos sobre as questões da psicologia experimental aplicada à pedagogia, especificamente na Escola Normal da Praça e no *Pedagogium*, respectivamente. Entretanto, Maria Lacerda de Moura parece desconhecer ou, até mesmo, ignorar tais ações de forma a sustentar o seu pioneirismo.

Com relação à Escola Normal da Praça, de São Paulo, lá foi desenvolvido o trabalho de Clemente Quaglio, que, a partir de 1914, esteve à frente de estudos e experimentos de cunho psicológicos com os alunos das classes anexas.

Utilizando-se de várias técnicas de medida, dentre elas a escala métrica de inteligência de Alfred Binet e Theodore Simon – provavelmente a primeira aplicação da escala no âmbito escolar brasileiro -, Quaglio chega a resultados numéricos expressivos e produtores de uma imagem fixa e ampliada, que funciona como pretensa reprodução fiel da realidade dos grupos escolares (MONARCHA, 1999, p. 252).

¹⁰⁰ É importante lembrar que a *Revista do Ensino*, publicação voltada para a formação dos professores do estado de Minas Gerais, foi originalmente criada em 1892; porém, circulou por um curto período do tempo, tendo apenas três números publicados, sendo em seguida desativada. Em 1925 que a revista voltou a ser editada de forma definitiva e duradoura, permanecendo em circulação até o ano de 1971 (BICCAS, 2008).

Assim como Maria Lacerda de Moura fez em seu requerimento, Quaglio citava, ainda em 1914, os nomes de “insignes pedagogistas” como Claparède, Pizzoli, Binet, Simon, Flournoy, Santori, Compayré, Vasconcellos e outros, para “referendar juízos de valores” ao trabalho que desenvolvia (MONARCHA, 1999). O ápice de seu trabalho se deu com a instalação do Gabinete de Psicologia e Antropologia Pedagógica da Escola Normal da Praça, inteiramente reorganizado por Ugo Pizzoli (1863-1934), médico psicologista Italiano.

Já no *Pedagogium* do Rio de Janeiro, foi abrigado, a partir de 1906, o laboratório de Psicologia Experimental, onde as ações de cunho experimental foram amplamente desenvolvidas por Manoel Bomfim¹⁰¹, que foi buscar, na França, em 1905, um modelo de trabalho no laboratório de Alfred Binet. Naquele momento, o médico brasileiro procurou conhecer os testes desenvolvidos pelo estudioso francês e suas possíveis contribuições para a organização da escola graduada no Brasil¹⁰².

Diante do exposto, que esclarece que os estudos e experiências advindos da psicologia experimental já eram realizados no *Pedagogium* do Rio de Janeiro e na Escola Normal da Praça de São Paulo, em 1906 e 1914, respectivamente, a presunção da professora sobre um suposto pioneirismo em seu trabalho pode ser analisada a partir de duas hipóteses. A primeira se refere ao desconhecimento de Maria Lacerda sobre a existência das ações desenvolvidas por Clemente Quaglio e Manuel Bomfim. Já a segunda hipótese se ampara em uma possível diferença entre o que Maria Lacerda propunha em seu projeto e aquilo que vinha sendo desenvolvido em São Paulo e no Rio de Janeiro.

Com relação à primeira hipótese, é pouco provável que Maria Lacerda de Moura desconhecesse os trabalhos desenvolvidos no *Pedagogium* do Rio de Janeiro e na Escola Normal da Praça de São Paulo. Primeiramente, porque ela era uma estudiosa das questões da psicologia aplicada à infância, como afirmava o inspetor regional responsável pela fiscalização da Escola Normal em que lecionava, e acompanhava o trabalho realizado por diferentes pesquisadores, inclusive de outros países, como os de Ugo Pizzoli¹⁰³, responsável por implantar o laboratório de Psicologia experimental na Escola Normal da Praça. Em segundo lugar, porque

¹⁰¹ O *Pedagogium* do Rio de Janeiro foi criado em 1896 e tinha como objetivo impulsionar reformas e melhorias no ensino nacional pela oferta dos meios de instrução profissional. Seu regulamento objetivava: organizar uma exposição permanente de um Museu Pedagógico; oferecer conferências e cursos científicos; abrigar gabinetes e laboratórios de ciências físicas e naturais; realizar concursos e exposições escolares anuais; dirigir uma escola primária modelo; instituir uma classe-tipo de desenho e de oficinas de trabalhos manuais; organizar coleções-modelo para o ensino científico concreto nas escolas públicas e publicar uma revista pedagógica. Suas atividades foram encerradas em 1919, e acervo teve destino desconhecido, perdendo-se muitas informações importantes sobre esta instituição e o que ela desenvolveu em torno da educação (JACÓ-VILELA, 2011).

¹⁰² De acordo com Freitas (2005), Manoel Bomfim foi apontado como um dos precursores do encontro entre psicologia e educação no Brasil.

¹⁰³ Maria Lacerda de Moura cita os estudos de Ugo Pizzoli em seus livros *Em torno da educação e Renovação*.

fica claro, em seus dois primeiros livros, que ela tinha conhecimento das muitas ações, estudos e pesquisas para a educação e proteção da infância que estavam sendo desenvolvidos em diferentes lugares do Brasil.

Com relação à segunda hipótese, a de que Maria Lacerda de Moura propunha um trabalho diferenciado dos realizados por Bomfim e Quaglio, é necessário chamar atenção para o fato de que ela ampara o seu projeto nos mesmos estudos e pesquisas que serviram de base para os experimentos realizados por Clemente Quaglio e Manoel Bomfim em seus respectivos laboratórios, sobretudo os de Alfred Binet e Ugo Pizzoli.

Também se pode inferir que o suposto pioneirismo que Maria Lacerda de Moura creditava ao seu projeto estaria associado mais a uma estratégia discursiva para dar visibilidade ao seu trabalho perante a Secretaria do Interior do que a um desconhecimento dos trabalhos desenvolvidos por Quaglio e Bomfim, ou mesmo a uma diferenciação, epistêmica ou metodológica, entre o que eles realizaram e o que pretendia fazer.

2.2 – Os pareceres: aceitar ou não a psicologia experimental nas escolas?

Penso que a autorização pedida por D. Maria Lacerda de Moura deve ser francamente concedida, e até mesmo elogiada a professora que, antes de qualquer outra, rompe com o tradicionalismo ronceiro e comodista das nossas escolas e procura fazer Pedagogia verdadeiramente científica

(2º PARECER, SI, 26/07/1919).

Sobrecarregados que vivem os professores, é como inimigos da educação que devemos encarar aqueles que lhes deitem o menor peso no seu já pesado fardo. Ora, uma consciência má agrava o peso de todos os fardos e eu sei que o estudo da criança, como o de outras partes da psicologia, tem lançado em mais de um peito inocente os desassossegos de uma consciência perturbada.

(6º PARECER, SI, 09/11/1920).

A Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais foi criada pela lei nº 6, de 16 de outubro de 1891. Tinha como principais atribuições os negócios referentes à justiça, segurança, estatística, saúde pública, magistratura, instrução pública, eleições e leis. Além disso, cuidava

das relações do estado de Minas Gerais com os governos dos outros estados e com o Governo Federal (GUIA DE FUNDOS E COLEÇÕES DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO).

Logo que o requerimento de Maria Lacerda de Moura chegou à Secretária do Interior de Minas Gerais, em maio de 1919, pareceres sobre a sua solicitação começaram a ser emitidos dentro dessa instituição.

Como especificado no quadro abaixo, foram seis pareceres, produzidos ao longo de um período de um ano e cinco meses, nos quais são expostos motivos para a aceitação, e também para a negação da entrada da psicologia experimental nas escolas do estado mineiro.

QUADRO 7: Cronologia e especificação da documentação enviada e emitida pela SI de MG

Data	Documento	N. de folhas	Formato
11/05/1919	Requerimento enviado pela por Maria Lacerda de Moura à Secretaria do Interior de MG, solicitando a realização de experiências de psicologia experimental aplicada à pedagogia.	1	Manuscrito
28/06/1919	1º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG, que condiciona à avaliação do requerimento à aceitação da direção das referidas escolas.	1	Manuscrito
26/07/1919	2º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG, que afirma ser “inócuo” a solicitação da requerente, não havendo motivos para impedimentos.	1	Manuscrito
03/10/1919	3º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG, que solicita um parecer do inspetor regional sobre o pedido da professora.	1	Manuscrito
14/01/1920	4º parecer , em que o Inspetor Regional, Alceu de Souza Novaes, discorre sobre os pontos positivos e negativos do projeto da professora.	12	Manuscrito
07/11/1920	5º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG, em que é tecida uma crítica à influência da psicologia na educação.	1	Datilografado
09/11/1920	6º parecer expedido pela Secretaria do Interior de MG, que autoriza parcialmente o projeto da professora.	1	Manuscrito

Fonte: APM

A partir do quadro acima, que organiza a produção documental e discursiva iniciada com o requerimento de Maria Lacerda de Moura – que perdurou mais de um ano e meio e abrigou uma diversidade de opiniões sobre as questões da psicologia aplicada à educação – é possível constatar que o estado não era uma instituição monolítica, mas constituída por sujeitos em diferentes instâncias e espaços de poder, o que explica esse longo fluxo documental e temporal na avaliação do pedido. Ao mesmo tempo, é possível inferir que Maria Lacerda ocupava o lugar mais frágil dessa cadeia, como professora e mulher. Seu saber dotava-a de uma posição de poder que era destaque e, até mesmo, uma surpresa em todos os pareceres. Nesse sentido, é interessante a análise de Foucault (2009a), para quem os discursos têm um peso social diferenciado, fruto do lugar, dos autores e dos espaços de circulação do conhecimento.

2.2.1 – “Inócuo e louvável”: Os pareceres favoráveis ao projeto

O **primeiro parecer** sobre o pedido de Maria Lacerda de Moura foi emitido no dia 28 de junho de 1919 e ocupa pouco mais que uma lauda. Nele, recomenda-se que a aprovação do projeto deveria ser dada, primeiramente, pelas diretorias das próprias escolas onde a requerente pretendia realizar os seus estudos. O parecerista justifica sua posição tendo em vista que alguns dos estabelecimentos, elencados por Maria Lacerda, eram particulares e que, embora equiparados às escolas mantidas pelo estado e municípios com relação aos programas de ensino, regiam-se por estatutos especiais, muitos desses pertencentes a ordens religiosas. Assim, o governo não poderia “obrigá-los a receber pessoas estranhas a sua comunidade”.

Nesses institutos a ação do governo não vai além da parte que se refere ao ensino, sob a sua direta fiscalização. A diretoria dos referidos estabelecimentos, acedendo ao pedido de D. Maria Lacerda devem, porém, submeter o seu ato a apreciação de V. Excelência para ser aprovado (PARECER n. 1, SI, junho de 1919).

Depois da aprovação dada pelas diretorias das escolas particulares, o requerimento deveria ser encaminhado à Secretaria do Interior com o simples objetivo de cientificar a instituição do estado sobre o trabalho que seria desenvolvido.

Ainda no parecer em questão, não são definidas as deliberações sobre o trabalho nas demais escolas em que a proponente pretendia aplicar seu projeto: escolas isoladas, Grupo

Escolar e Escola Normal de Barbacena; apenas remete o texto à apreciação de outras instâncias, intitulado pelo parecerista de “5ª e 6ª seção”¹⁰⁴ da Secretaria do Interior.

Nas seções indicadas acima, um **segundo parecer** foi emitido quase um mês após o primeiro, no dia 26 de julho de 1919. Nele, o parecerista responsável, Firmiano Pereira¹⁰⁵, destaca a “ingenuidade” do pedido, que deveria ser prontamente atendido, até mesmo com relação às escolas equiparadas, por se tratar de um trabalho necessário e a ser realizado por uma professora reconhecidamente competente.

É tão inócuo o pedido que faz Dona Maria Lacerda de Moura, que não vemos motivo para a secretaria criar-lhe embaraços até mesmo nos colégios equiparados; pelo contrário, tratando-se, como se trata, de uma observação útil e gratuita e, demais, a ser feita por uma senhora de inteligência culta e inteiramente devotada às causas do ensino entre nós, parece-nos que o governo deve até interessar-se pelos estudos que ella pretende fazer. 26-8º-1919. Firmiano Pereira

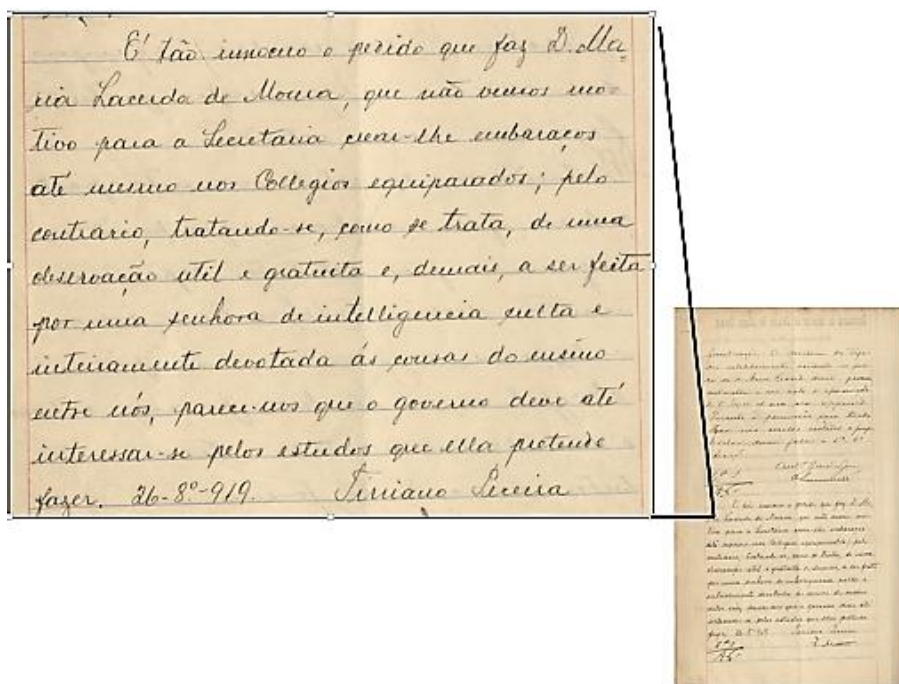


Figura 15: Pareceres n.1 e 2, jun. e jul. 1919, SI / MG

Fonte: Fundo da Instrução Pública de Minas Gerais. APM

Apesar do primeiro e do segundo pareceres terem sido favoráveis ao pedido, no dia 3 de outubro de 1919 o diretor da Instrução emitiu um **terceiro parecer**, no qual solicitava que,

¹⁰⁴ A assinatura desse documento não é legível, o que impossibilitou a identificação do parecerista.

¹⁰⁵ Após ampla pesquisa no Arquivo Público Mineiro, no *Dicionário Histórico Biográfico da Primeira República em MG* e em sites de busca, não foram encontradas informações sobre o parecerista Firmiano Pereira.

sobre o assunto, se manifestasse o inspetor regional do ensino, responsável pela fiscalização da zona a que pertencia o município de Barbacena, onde residia a requerente. “Sobre esse pedido parece que se deve ouvir o Sr. Inspetor Regional, pois só ele poderá dizer se há inconveniente para o ensino no deferimento desse pedido”.

Secretaria do Interior do Estado de Minas Geraes
 Belo Horizonte, 3 de outubro de 1919
 Sobre o presente pedido parece que se deve ouvir o Sr. Inspetor Regional pois só elle poderá dizer si ha inconveniente para o ensino no deferimento desse pedido.
 De acordo; ouça-se o inspector regional.
 3-10-1919.
 Du-se nota a 6.ª Secção, Insp. para ser feito o expediente.
 6-1-1919

Figura 16: Parecer n. 3, out. 1919, SI / MG

Fonte: Fundo da Instrução Pública de Minas Gerais. APM

Assim, no dia 30 de dezembro foi encaminhado ao inspetor regional Alceu de Souza Novaes¹⁰⁶, responsável pela região em que Maria Lacerda atuava¹⁰⁷, o pedido para que fizesse um relatório sobre o requerimento da professora.

¹⁰⁶ Alceu de Souza Novaes (1886-1962) nasceu em Uberaba, Minas Gerais, e atuou na Secretaria do Interior desse estado como inspetor regional de ensino. Interessa ressaltar que Novaes era espírita e esteve à frente da associação espírita de Uberaba, como será evidenciado ainda neste capítulo.

¹⁰⁷ De acordo com Gonçalves (2004), o inspetor se traduzia na figura do profissional remunerado que, como previsto na reforma de 1899, era um agente de confiança do governo, encarregado da fiscalização das escolas e, sobretudo, investido de poderes e atribuições que faziam dele um elo entre as escolas isoladas e o governo do estado.

Alceu Novaes de Souza foi inspetor técnico do governo de Minas e professor de escola normal durante as primeiras décadas do século XX. Como inspetor, sua principal missão era fiscalizar as escolas e orientar o ensino¹⁰⁸ (GONCALVES, 2004).

Visitar as escolas, para averiguação do seu estado de funcionamento e de regularidade das suas funções educativas, era uma das tarefas dos inspetores que, além disso, relatavam o cumprimento dessa sua função utilizando, pelo menos, dois expedientes de registro: o Termo de Visita, que ficava registrado no “Livro de Termo Visitas”, na própria escola visitada, e cuja cópia era enviada para a Diretoria de Instrução da Secretaria do Interior; e um relatório minucioso, que deveria ser enviado à Secretaria, contendo o seguinte detalhamento, conforme o art. 198, § 16, do Regulamento da Instrução (GONÇALVES, 2004, p. 100).

Nas escolas normais equiparadas, o inspetor técnico deveria assistir às aulas dos diversos anos a fim de verificar como era ministrado o ensino, a capacidade dos professores e o adiantamento dos alunos. Deveria, também, atuar diretamente na formação prática dos professores no seu lugar de trabalho, a sala de aula, modelando suas práticas por meio de uma ação constante sobre a prática docente (ISOBE, 2011).

Atendendo prontamente a solicitação da Secretaria do Interior de Minas Gerais, o inspetor regional entregou seu relatório 27 dias depois do pedido ter sido realizado. Foi no dia 27 de janeiro de 1920 que chegou à 6ª seção da Secretaria do Interior o relatório do inspetor regional Alceu de Souza Novaes, responsável por emitir um parecer mais aprofundado sobre o requerimento da professora Maria Lacerda de Moura.

Está junto, devidamente informado, um relatório em que o regional Alceu de Souza Novaes emite o seu parecer a respeito do pedido que à Secretaria dirigiu a professora D. Maria Lacerda de Moura para fazer uma série de experiência de psicologia experimental aplicada à Pedagogia com os alunos das escolas da cidade de Barbacena (SI/MG, 1919).

¹⁰⁸ De acordo com Gonçalves (2004), foi na Reforma João Pinheiro, de 1906 que a Inspeção Técnica foi criada. Ela deveria ser realizada por profissionais remunerados para exercerem o serviço da inspeção escolar, configurando-se em um corpo de funcionários independente de qualquer outra função.

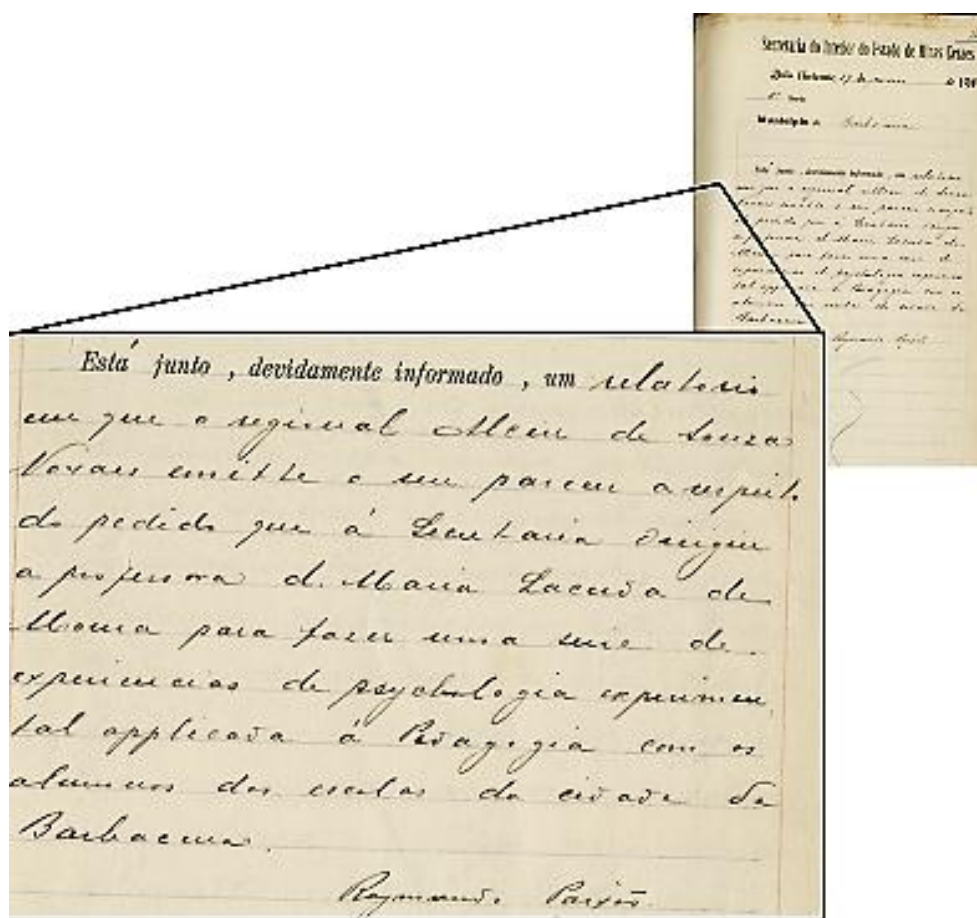


Figura 17: Encaminhamento do relatório do Inspetor Regional à Secretaria do Interior
 Fonte: Fundo da Instrução Pública de Minas Gerais. APM

O referido relatório se apresenta em 12 folhas de papel pautado, que foram manuscritas pelo inspetor regional de ensino, Alceu de Souza Novaes, e encaminhadas ao “Exmo. Sr. Diretor da Secretaria do Interior de Minas Gerais”.

Tenho em mãos o ofício n. 299, de 30 de dezembro do passado, em que V. Ex. me científica de que a Exma. Sra. D. Maria Lacerda de Moura, digna professora de Pedagogia da Escola Normal Municipal de Barbacena, pedi autorização para fazer com os alunos das escolas públicas daquela cidade, experiências da psicologia aplicada a Pedagogia, trabalhando duas ou três horas por semana. Acha aquela professora que o deferimento do seu pedido não prejudica o ensino, e V. Exmo. manda que eu me manifeste a respeito (PARECER n. 6, SI, julho de 1919).

O conteúdo do relatório escrito pelo inspetor regional é extenso. Isso se dá, em grande parte, pelos muitos exemplos de experimentos que acompanham suas análises sobre as questões que envolvem a solicitação da professora mineira.

De forma geral, as análises realizadas pelo inspetor regional em seu parecer podem ser divididas em três partes. Na primeira, é apresentado o valor do projeto de Maria Lacerda de Moura, onde se destaca o sucesso dos estudos experimentais em outros países, como os de Binet, na França. Já na segunda parte do relatório, o inspetor apresenta direcionamentos para o trabalho que a professora pretendia desenvolver, do que poderia ou não realizar. Para isso, cita exemplos de experimentos autorizados e também aqueles que não recomendava que fossem feitos. Já na terceira parte, o inspetor apresenta a trajetória de professora mineira, evidenciando seu trabalho na Escola Normal de Barbacena e as publicações dos seus dois primeiros livros.

Alceu de Souza Novaes inicia a primeira parte de seu relatório afirmando que, antes mesmo de qualquer consideração que pudesse fazer, fosse ela de qualquer espécie, gostaria de manifestar o seu entusiasmo e a sua satisfação pelo pedido da professora, “que representa a primeira tentativa, em Minas, no terreno de tais investigações que deram, entretanto, origem as grandes modificações porque passou a escola moderna” (NOVAES, 1920).

Apenas o grande Estado de São Paulo se preocupou, no Brasil, com as experiências que põem à luz fatos mais importantes da instrução – isto é, o aluno. Os dois outros fatores: o que se ensina (programas) e como se ensina (métodos), estão necessariamente subordinados ao primeiro: a quem se ensina (NOVAES, 1920).

O inspetor não deixou claro em sua escrita, mas ele se referia à experiência de Quaglio, na Escola Normal da Praça. Nesse caso, pode-se inferir que o próprio Alceu Novaes comparou o projeto de Maria Lacerda com as experiências desenvolvidas em São Paulo, o que, mais uma vez, indica que a professora não estaria propondo um trabalho diferenciado em relação às experiências de psicologia aplicada à educação.

O inspetor segue essa primeira parte do relatório creditando valor à proposta de Maria Lacerda de Moura. Segundo ele, seria “a falta de um melhor conhecimento dos alunos” que estaria resultando na ineficácia do ensino e da educação, tão comum naquele momento:

[...] de forma geral da em resultado haver em todas as classes os primeiros e os últimos¹⁰⁹, coisa considerada inevitável pelos professores, quando si estes apropriassem as suas explicações a cada tipo de aluno, conseguiriam um progresso mais ou menos uniforme da classe (NOVAES, 1920).

¹⁰⁹ Grifo do documento original

Ainda ressaltava que “as causas de ficarem certos alunos presos indefinidamente nas classes primárias” eram muitas, e podiam, quase todas, ser observadas e reconhecidas “pelo professor inteligente, dedicado e estudioso” (NOVAES, 1920). Para ele, a base desses professores seriam as experiências e os estudos já realizados nas escolas públicas “por sábios de grande renome e que deram resultados tão excelentes para a pedagogia, conformando seus métodos e processos com o modo de ser de cada aluno”.

Novaes destacava que grande parte desses problemas, que considerava a causa do atraso de certos alunos, poderia ser “facilmente removível e alterável”, desde que identificada rapidamente pelo professor. Como exemplo, cita a “miopia”, a “surdez parcial”, as “vegetações adenoides”, o “não funcionamento das glândulas de secreções internas”, “anemia”, a “deficiência de alimentação” e os “trabalhos exaustivos (nas classes pobres)”, causas fundadas nos estudos fisiológicos da época. Apesar de tal afirmação, o inspetor não deixa claro a quem caberia a “remoção” ou “alteração” desses “problemas”¹¹⁰.

O conhecimento desses problemas era de grande importância para Novaes. Sem ele, o professor correria o risco de cometer injustiças no ato de educar, tornando a criança a maior vítima de suas ações.

Binet, descrevendo uma criança pálida, magra, pouco disposta aos jogos, etc., diz que si mostra preguiçosa ou mesmo insubordinada, deve o professor procurar saber se a causa não é, por exemplo, o seu tubo digestivo, que funciona mal, um estômago dilatado, um sangue pobre, um sistema nervoso mal equilibrado, uma respiração prejudicada pelas vegetações adenoides do fundo da garganta, um período de formação, que origina sempre crises morais. Talvez que o verdadeiro culpado se esconda das iras do mestre e a criança se torne duplamente uma vítima (NOVAES, 1920).

Nesse caso, o conhecimento deveria ser sobre os estudos de Binet, sobretudo àqueles que mostravam a influência de problemas de ordem fisiológica na ação de um indivíduo. Para o inspetor, o castigo, além de uma má ação, gerada por um erro de interpretação da condição de uma criança, era também “contraproducente”, ou seja, não transformava aquela realidade para melhor: “não é a punição que modifica as secreções do estômago e corrige a anemia do sangue”. É importante destacar que, até aqui, o inspetor não menciona os testes psicométricos, mas somente as experiências de ordem fisiológica.

¹¹⁰ Nesse caso, não seria suficiente pensar somente em médicos e suas diversas especialidades na resolução dos problemas de ordem fisiológicas, mas também em agentes ou instituições capazes de intervir na realidade social desse aluno, tendo em vista que a sua rotina de trabalho também poderia interferir negativamente na sua escolarização.

Segundo Gouvea (2008), a fisiologia ocupou um lugar de destaque nas ciências da educação, sendo o saber médico – juntamente com o higienismo e a antropometria – eleito para determinar as condições de desenvolvimento da criança, alterando-se a percepção da análise dos processos de desenvolvimento humano e de organização do campo pedagógico.

Com o avanço dos estudos fisiológicos, foi-se delineando uma perspectiva diferenciada, de cunho empiricista, voltada para a construção de estratégias de investigação centradas no estudo da criança concreta, através da mensuração dos seus caracteres anátomofisiológicos, definidos por seu pertencimento sócio racial (GOUVEA, 2008, p. 108).

Para não cometer erros, os professores deveriam conhecer os períodos de crescimento e formação de seus alunos, que, segundo Novaes, eram classificados em crises: “crise de nascimento”, “crise da entrada para a escola” e crise da puberdade¹¹¹. Para ele, essas “crises” influenciavam poderosamente as crianças em seu processo de educação, “enfraquecendo-lhes as faculdades de aprender, pois que todas as forças do organismo são violentamente solicitadas para o seu reparo necessário”.

É assim que de 6 a 9 anos e de 12 a 15 as crianças se mostram indisciplinadas, pouco atentas, etc., sem que o professor possa acusá-las de faltas voluntárias de cumprimento do dever. Tais fatos e outros podem ser conhecidos dos professores e muito contribuirão para que organizem e rejam as suas classes de maneira proveitosa (NOVAES, 1920).

É necessário observar que a primeira parte do texto revela que, nesse período, a conformação de uma escola centrada no aluno, em seu processo de desenvolvimento, dava-se a partir de um referencial da fisiologia. Ao mesmo tempo, o inspetor deixava claro que reconhecia o trabalho de Maria Lacerda enquanto tentativa pioneira, em Minas Gerais, de realização de estudos da psicologia experimental aplicada à educação. No entanto, cita a existência de outra experiência desse tipo no estado de São Paulo, possivelmente na Escola Normal da Praça.

Também é possível observar que o inspetor atribuía aos professores um papel de confiança diante do trabalho com tais experimentos: o de diagnosticar possíveis problemas de seus alunos, incluindo os de ordem fisiológica. Mas, deixava claro que, para que isso acontecesse, o interesse do professor em conhecer os estudos sobre o assunto seria primordial.

¹¹¹ As crises mencionadas pelo inspetor regional remetem aos estudos desenvolvidos por Stanley Hall, nos Estados Unidos, embora essa informação não esteja explícita no relatório,

Ao creditar o pioneirismo a Maria Lacerda de Moura em sua proposta de trabalho e ao atribuir aos professores o papel de diagnosticar a criança em sala de aula, Novaes deu visibilidade às diferentes relações de poder existentes no espaço e nas práticas escolares naquele período histórico. Como anunciado anteriormente, o poder, aqui, é entendido não como algo que está centrado em um único lugar, como no Estado, por exemplo, mas que se exerce em níveis variados e em pontos diferentes na educação em Minas Gerais. Da mesma forma que o governo, a família e a Igreja, a escola também exerceria sua própria parcela microfísica do poder (FOUCAULT, 1979).

A segunda parte do relatório se volta para o esclarecimento das experiências possíveis de serem realizadas por Maria Lacerda de Moura dentro das escolas em que pretendia desenvolver o seu projeto.

O inspetor deixava claro que as experiências sobre os “sentidos” seriam as de mais fácil execução e as que trariam melhores resultados para o processo educacional a partir do momento em que direcionariam uma melhor organização das classes. Essas experiências estariam relacionadas, sobretudo, à visão e à audição, sentidos considerados essenciais para o processo educativo. Buscando elucidar o quanto os problemas relacionados a esses sentidos estavam presentes no cotidiano escolar, o inspetor citava alguns números gerados por experiências realizadas em outros países:

Mottais chega a fixar em 46% as crianças de visão anormal. Verificações feitas na Alemanha mostraram que 25% dos alunos das escolas têm a audição defeituosa. Cheatte examinou 1000 alunos, em Londres, e descobriu defeitos de audição em 520; entre eles, muitos eram surdos mais ou menos acentuadamente, sem que os pais suspeitassem. Esses algarismos variam muito segundo o meio em que se coloca o observador, mas é evidente que a percentagem é de molde a impressionar (NOVAES, 1920).

A partir desses dados, Novaes reforçava que o ensino era “todo visivo-auditivo, isto é, o aluno deve poder ver no quadro negro e nas cartas murais o que escreve ou mostra o professor, e deve ouvir diretamente a sua voz” (NOVAES, 1920). Assim, em primeiro lugar, o professor deveria realizar o exame dos órgãos visuais e auditivos dos alunos, sob o ponto de vista escolar, o que significava que tal experiência não seria absoluta, mas, sim, relativa àquele meio, ou seja, à sala de aula. Nesse caso, o professor deveria, por exemplo, escolher os lugares na sala de aula para os seus alunos em função da acuidade visual de cada um.

Nas nossas escolas, em geral, as salas medem 6 metros por 8 metros: a colocação dos alunos não se fará arbitrariamente, pelo adiantamento, pela altura, pela ordem cronológica da matrícula, e sim de conformidade com a acuidade visual e auditiva dos mesmos. Muitas vezes um aluno que copia mal os exercícios do quadro negro, errando ou mutilando o modelo, é tido como estourado, mal atento, e é por isso castigado, quando não é de repressão e sim de lunetas que ele precisa (NOVAES, 1920).

Segundo o inspetor, as crianças, por timidez, não se queixariam de tais dificuldades e procurariam, pela própria imaginação e auxílio dos colegas, suprir a sua deficiência visual ou auditiva. Assim, o professor seria, mais uma vez, o grande responsável por detectar tais problemas.

É importante observar que, mais uma vez, fica claro que os saberes que guiavam a análise da aprendizagem dos alunos, nesse período histórico, davam-se pela fisiologia, talvez pela fato de a psicologia ainda estar em fase de concretização no contexto educacional.

De acordo com Antunes (1999), foi justamente o trabalho desenvolvido nas Escolas Normais e seus laboratórios de psicometria que ajudaram a psicologia experimental a encontrar seu lugar “para fora” das ciências médicas, que se concretizou a partir do momento em que se transformou em ciência instrumental para a pedagogia, sobretudo nos ciclos de reformas que se deram mais tarde, já na década de 1920, em muitos estados do país.

Mas, como tais professores poderiam, na prática, realizar tais experimentos e conseguir, de fato, apontar possíveis problemas relacionados à audição e à visão, por exemplo?

No caso de problemas relacionados à visão, Novaes apontava os estudos de Binet como possibilidade real de ação do professor. Ele comentava sobre a “escala optométrica” organizada por Binet, que seria de fácil manejo para os professores e de resultados seguros para esse fim. Tal escala teria um objetivo único, porém prioritário: “a colocação do aluno na sala da escola, pois que a má colocação servirá para lhes aumentar os defeitos” (NOVAES, 1920).

De acordo com a explicação do inspetor em seu relatório, a escala optométrica era produzida a partir dos resultados de leituras de letras realizadas pelos alunos. Estes deveriam ler corretamente três letras em sete possibilidades, escritas em caracteres de impressão colocadas a cinco metros de distância. O aluno deveria ser colocado distante, sobre uma linha graduada, e ir se aproximando aos poucos, até que pudesse ler as três letras. Em seguida, media-se a distância, e a fórmula que deveria ser usada era a seguinte: V (acuidade visual) = d/D (distância média sobre distância normal).

A indicação de Binet era que o professor fizesse a medição da acuidade visual do olho direito e depois a do esquerdo. Se a diferença não fosse grande, o que era comum, não haveria

motivos para receios por parte do professor. Porém, se fosse “além de um certo limite”, a criança deveria ser entregue a um especialista.

Em relação ao exame da audição, Novaes destacava a facilidade e comodidade na sua realização pelo professor. Também amparado nos estudos de Binet, sugere o teste do relógio, cujo “tic-tac” deveria ser ouvido a certa distância pela criança. Outro recurso seria o ditado, que deveria ser executado pelo professor com diferentes variações de voz para que ele pudesse identificar quais alunos possuíam problemas na audição e colocá-los em carteiras mais à frente na sala de aula.

Novaes não cita em seu relatório os textos e pesquisas de Binet que orientaram a suas indicações para Maria Lacerda de Moura. No entanto, é possível inferir que se trata não somente das investigações que o psicólogo francês desenvolveu sobre os famosos testes de inteligência, com primeira publicação em 1904, mas também de estudos anteriores, mais ligados a uma psicofisiologia. De acordo com Nicolas e Ferrand (2002), as escalas métricas da inteligência são apenas parte do escopo do trabalho desenvolvido por Binet, sendo a grande maioria das suas pesquisas pouco relacionadas aos testes de inteligência. Ao longo da década de 1880, Binet iniciou seus estudos em ciências naturais na Sorbonne e se dedicou às pesquisas experimentais sobre o hipnotismo. Também escreveu numerosos artigos e livros sobre o magnetismo animal à medida que ia se familiarizando com os rigorosos procedimentos da pesquisa biológica¹¹². Com o nascimento de suas duas filhas, Madeleine (em 1885) e Alice (em 1887), começou a se interessar pela psicologia da criança, sobretudo pelas diferenças individuais. Apesar disso, em 1890 se voltou para outros campos, como a atuação no Laboratório de Psicofisiologia da Sorbonne, criado no ano anterior. Lá defendeu a tese “sistema nervoso subintestinal dos insetos”, publicou uma introdução à psicologia experimental, que foi o primeiro manual do laboratório francês, e outro sobre a psicologia dos grandes calculadores e jogadores de xadrez. Com o avançar do tempo, Binet se interessou cada vez mais pela medição das diferenças da inteligência, enfatizando complexos processos mentais como o principal lócus de diferenças. Investigava sinais físicos de emotividade, mudanças na circulação capilar, no ritmo cardíaco, na respiração, publicando entre 1896 e 1898 vários artigos sobre os efeitos fisiológicos das emoções no trabalho intelectual. Em 1898, dedicou-se à pesquisa sobre a fadiga mental, com

¹¹² Em uma breve consulta às obras de Binet, em grande parte digitalizadas e disponibilizadas pela Sociedade Binet-Simon, da França, no *site* <https://sites.google.com/site/alfredbinet18571911/home> percebe-se que a maioria se volta para a medição fisiológica como meio de interpretação da inteligência dos indivíduos. Entre elas estão as pesquisas sobre a história da relação entre inteligência e tamanho e forma da cabeça, de 1889; e estudos preliminares sobre cefalométricas de 59 crianças de diferentes graus de inteligência de escolas primárias em Paris, de 1901, entre outras.

publicações sobre a fisiologia e seus efeitos psicológicos do trabalho mental. Em 1900, Binet, juntamente com Ferdinand Buisson, organizou a *Société libre pour l'étude de l'enfant*, que reunia psicólogos, professores e diretores preocupados com os problemas práticos das escolas (NICOLAS, SANTIOSO, 2011)¹¹³.

De acordo com Freitas (2005), o objeto de estudo da nascente psicologia era o objeto de estudo da fisiologia, ou seja, o organismo e suas reações. Isso se deu porque os primeiros psicologistas experimentalistas eram fisiologistas por formação, como Wundt e Binet. Assim, seus primeiros estudos se voltaram, primeiramente, para as sensações, as percepções e atenção, para, depois, concluir sobre seus derivados: aprendizagem, motivação e influências sociais, denominadas funções mentais superiores.

Apesar de indicar experimentos e ações para serem realizados na sala de aula, o inspetor deixava claro que a atuação do professor deveria ir muito além da reorganização dos alunos no espaço escolar. Ele deveria chamar atenção dos pais ou responsáveis daquelas crianças que tivessem miopia ou surdez mais severas, a fim de que fossem submetidas a tratamento médico conveniente:

O papel do professor é saber até que ponto esses defeitos influem sobre o ensino e remediá-los, na medida do possível, por uma colocação melhor dos mesmos nas classes e por meio de exercícios apropriados ao desenvolvimento dos sentidos (NOVAES, 1920).

Após discorrer sobre os experimentos ligados mais à fisiologia da criança, o inspetor regional se direcionou às análises das experiências sobre a inteligência e as aptidões. Para ele, tais experiências seriam menos positivas, pois traziam apenas os resultados das classes, ou “as verdades de médias”, em contraposição aos resultados individuais, ou “às verdades de aplicação individual”.

Mais uma vez, os estudos realizados por Binet foram referência para Novaes em sua escrita, que apontava a “tabela com as médias normais”, como a mais indicada para calcular o grau de inteligência do aluno. Contudo, o inspetor alertava que seus resultados não poderiam ser tomados como verdade absoluta pelos professores, já que fatores diversos poderiam

¹¹³ Alfred Binet não foi o primeiro a buscar uma técnica para medir habilidades mentais. No final do século XIX, o antropólogo inglês Francis Galton se baseou na teoria da evolução formulada por seu primo, Charles Darwin, e concluiu que a inteligência é uma característica hereditária. Em 1884, montou um laboratório de testes psicofísicos (comparação de pesos, acuidade auditiva e reação a estímulos) porque acreditava que quanto maior o nível intelectual, maior a coordenação motora e capacidade de percepção sensorial. Apesar de essa teoria ter se mostrado, mais tarde, reducionista, o trabalho de Galton espalhou a ideia de que era possível medir a capacidade intelectual.

interferir na realização do teste, como, por exemplo, o maior ou menor costume do aluno de se submeter a esse tipo de avaliação.

De acordo com o relatório de Novaes, o aluno poderia apresentar atrasos de um, dois ou três anos, em relação à média normal estabelecida pela tabela. O atraso de três anos para mais, desde que não explicado por uma falta sensível de assiduidade às aulas, constituiria uma anormalidade e deveria merecer atenção do médico e, talvez, do governo, de quem se esperava determinação para a criação de classes especiais para a educação dos atrasados mentais.

Apesar do receio que tinha quanto à realização de tais testes, Novaes citava alguns exemplos de experiências que poderiam ser realizadas em torno do trabalho intelectual da criança. Nesse sentido, mencionava algumas faculdades que deveriam ser trabalhadas, tais como: “direção, compreensão, invenção e censura”.

Com relação à **direção**, o inspetor sugeria que o professor pedisse à criança que repetisse cinco algarismos ou que colocasse em ordem decrescente cinco caixas de pesos diferentes. Para ele, esses exercícios exigiriam dela algum senso de direção, o qual deveria ser observado atentamente pelo professor.

Para observar o grau de **compreensão** da criança, a solicitação era que ela fosse desafiada a comparar duas figuras e dissesse qual seria a mais bela. Ou que respondesse perguntas como as seguintes: antes de tomarmos uma decisão sobre um negócio importante, que devemos fazer? Porque devem as pessoas ser julgadas pelos seus atos e não pelas palavras?

Já a **invenção** poderia ser observada no ato de a criança definir objetos, descrever gravuras, organizar sentenças em que entrassem três nomes dados pelo professor. “Tais exercícios mostrariam o grau de invenção do aluno”.

Com relação à **censura**, o inspetor destacava que esta poderia ser apreciada pela atitude geral do aluno durante o seu trabalho escolar. Mais uma vez, o professor teria de ser um bom observador das ações de seus alunos dentro de sala de aula.

O inspetor regional deixava claro que todas as atividades citadas por ele, como exemplo de possíveis experimentos, eram aconselhadas por Alfred Binet. Em seus estudos, o psicólogo francês apontava que “enumerar, descrever e interpretar seriam as fases ascensionais da evolução da inteligência” e que, se algum aluno em idade em que deveria interpretar uma gravura apenas fizesse a enumeração dos personagens e objetos, poderia ser considerado “retardado na sua evolução, tendo permanecido ao nível intelectual dos meninos de sete anos” (NOVAES, 1920).

Destaca, também, como síntese da sua escrita sobre as experiências, que várias delas, se não todas, poderiam ser realizadas pelo professor:

[...] as que se relacionam com o crescimento físico das crianças – saber se elas possuem o desenvolvimento correspondente para a sua idade cronológica, por meio de força; da balança, para o peso; do dinamômetro¹¹⁴ para a força muscular; o compasso de espessura para a largura das espaldas¹¹⁵; e do spirometro¹¹⁶, para a capacidade vital. Experiências sobre os sentidos da vista, ouvido, olfato, paladar, tacto, direção e equilíbrio, sobre a memória momentânea e retentiva, aptidões, atenção, fadiga, tipos de inteligência (visivos, auditivos, motores), etc. Também podem ser feitas a desse conjunto de resultados se organizará a carteira biográfica, da qual Ugo Pizzoli nos dá um modelo minucioso.

Com relação às experiências sobre a inteligência, o inspetor deixa claro que estas poderiam ser as mais simples possível, e que, ainda assim, deveriam ser realizadas pelo professor que tivesse grande poder de observação:

Um lápis e um pedaço de papel são os principais e quase únicos aparelhos necessários às experiências sobre a inteligência das crianças. Assim, a sua execução é possível e, dentro de certos limites, fácil: tal é o primeiro ponto (NOVAES, 1920).

Ao finalizar a exemplificação dos experimentos, o inspetor deixava registrado em seu relatório o valor dos experimentos da psicologia aplicada à educação, sobretudo os relacionados à avaliação dos sentidos, pois seria através deles que o professor poderia organizar racionalmente as classes e solicitar o auxílio do médico especialista nos “casos de desvios graves da normalidade”.

Ao se analisar a segunda parte do relatório do inspetor técnico do ensino, pode-se destacar pelo menos duas informações importantes. A primeira diz respeito ao conhecimento que ele possuía sobre as experiências da psicologia experimental aplicada à pedagogia, as quais Maria Lacerda de Moura pretendia desenvolver. No momento em que enumera diferentes tipos de testes e começa a exemplificar os seus usos em sala de aula, Alceu de Souza Novaes demonstra um amplo conhecimento sobre o que estava sendo pesquisado sobre o assunto na Europa, sobretudo na França, com Alfred Binet. A partir disso, chegava mesmo a inferir sobre tais estudos, indicando os testes que poderiam ser desenvolvidos e aqueles que não recomendava para a prática docente dos professores.

A segunda informação importante que pode ser retirada dessa parte do relatório diz respeito aos tipos de testes que Maria Lacerda, assim como os demais professores Mineiros e brasileiros poderia realizar. Novaes deixa claro que havia dois tipos de experimentos: os ligados

¹¹⁴ Aparelho usado para medir a força muscular, através do elástico.

¹¹⁵ Mesmo que escápulas.

¹¹⁶ Aparelho que faz spirometria, medição da capacidade inspiratória e expiratória do indivíduo.

às questões da medição das capacidades fisiológicas do aluno (visão, audição, etc.); e os ligados à medição da inteligência, que seriam os menos indicados pelo pouco preparo dos professores brasileiros. De acordo com Marcellos e Araújo (2011), as pesquisas direcionadas às sensações (com relação a um conteúdo objetivo: luz, som, etc.) e sentimentos mais simples (com relação a um conteúdo subjetivo: prazer, desprazer, etc.) produziram resultados sobre os processos psíquicos mais simples, chamados de “processos psicológicos elementares”, que envolviam pesquisas ligadas às sensações¹¹⁷. Já as pesquisas centradas nas funções cognitivas, como a inteligência, produziram resultados sobre os processos psicológicos superiores.

Já na última parte de seu relatório, Novaes direcionava sua análise para a trajetória e atuação de Maria Lacerda de Moura na Escola Normal de Barbacena a fim de verificar se a professora teria ou não condições de realizar os experimentos que propunha. Para tal análise, ele lança duas perguntas iniciais: “1ª) Teria a professora aptidão para fazer e dirigir tais experiências? 2ª) Até que ponto podem elas causar prejuízo às escolas públicas?” (NOVAES, 1920).

Buscando responder à primeira questão, Novaes esclarecia que Maria Lacerda de Moura, para desenvolver suas experiências, deveria possuir “um grande tato” e “conhecimentos claros de psicologia”. Esses conhecimentos, segundo ele, poderiam ser adquiridos pelo estudo das obras de Binet, Claparède e Pizzoli, “como de alguns outros sábios” que vinham pesquisando o assunto. Novaes afirmava que “Dona” Maria Lacerda de Moura detinha esse conhecimento, pois era uma “estudiosa”, “leitora constante” e “adorava o magistério”.

Destacava também a competência da professora em variados assuntos, refletida, sobretudo, em suas publicações até aquele momento: *Em torno da Educação*, de 1918, e *Renovação*, de 1919, em que dava destaque às questões educacionais e “delas fazia depender até mesmo a solução do problema feminista no Brasil”. Nesse caso, o inspetor se referia ao discurso feminista de Maria Lacerda de Moura em seu segundo livro, *Renovação*, no qual creditava à mulher o importante papel de melhorar a educação da infância. Ainda destacava que tais livros foram muito bem recebidos pela imprensa, haja vista que a professora mineira fora “por vezes entusiasticamente elogiada” (NOVAES, 1920).

Na continuidade da resposta da primeira pergunta, Novaes destacava a atuação de Maria Lacerda como professora na escola Normal de Barbacena. Responsável pela fiscalização

¹¹⁷ Para o médico alemão Wilhelm Wundt (1832-1920), a psicologia seria um ramo das ciências naturais, devendo, assim, utilizar-se de seus métodos e experimentos, que consistiam na interferência proposital do pesquisador sobre o início, a duração e o modo de apresentação dos fenômenos investigados (ARAUJO, 2009a).

daquela instituição, ele conhecia bem as atividades docentes da requerente, sobretudo dentro de sala de aula. Nessa esfera, esclarecia que a aula de pedagogia da professora era “excelente” e que suas alunas conheciam “teoricamente as principais experiências, referidas principalmente por Claparède e Pizzoli” (NOVAES, 1920).

Com relação à segunda questão colocada pelo inspetor, ou seja, sobre os possíveis prejuízos que tais testes poderiam trazer às escolas públicas, o mesmo esclarece que seria indispensável que as experiências fossem circunscritas aos “casos clássicos”, como os expostos e exemplificados em seu relatório. Os modelos adotados deveriam ser aqueles “determinados pelos sábios”, sem que o desejo de investigar levasse a professora a se aventurar demais no “terreno pouco conhecido da psicologia”. De acordo com o inspetor, “isso poderia levá-la a conclusões errôneas” (NOVAES, 1920). Complementava a resposta afirmando que, no Brasil, não havia nenhum curso especial de psicologia e pedagogia, pois apenas curiosos e estudiosos conheciam um pouco do assunto. Esclarecia que o laboratório de São Paulo, único que possuía um gabinete de psicologia experimental, foi especialmente encomendado pelo governo paulista ao “sábio” Ugo Pizzoli, que deu aulas aos inspetores, diretores de grupos e professores de melhores notas. No entanto, apontava que os processos do “sábio italiano” eram demasiadamente complicados e exigiam aparelhamento tão sensível, “que é para temer que as suas experiências nem possam ser prosseguidas pelos alunos, aliás brilhantes, alguns que ali deixou” (NOVAES, 1920).

Ao concluir, o inspetor destacava que as experiências permitidas à professora mineira deveriam ser as mais positivas possíveis, visando especialmente o conhecimento do desenvolvimento físico e dos sentidos das crianças, que seria imprescindível serem estudados nas suas relações com a inteligência. Algumas experiências sobre fenômenos como a memória e a atenção também poderiam ser permitidas, ao contrário das atividades sobre a inteligência, aptidões, fadiga, tempos de reação e sentimentos, que exigiriam mais amplos conhecimentos do que poderiam ter os brasileiros, “que fazem esse estudo por si sós” e que eram, “mesmo entre os sábios”, objetos de controvérsia. Permitir esse tipo de estudo era, para o inspetor, transformar os alunos em cobaias: “Não pode o Estado permitir que se transformem as crianças das escolas públicas em indefesas cobaias do ensino” (NOVAES, 1920).

Ainda complementando às resposta à segunda questão, Novaes esclarece sobre o tempo de trabalho proposto no requerimento, que seria entre duas e três horas semanais. Para ele, o prejuízo ao ensino existiria, sobretudo nas escolas isoladas¹¹⁸. Contudo, aponta que se as

¹¹⁸ Não é apresentada uma justificativa por parte do inspetor regional para tal afirmação.

experiências não fossem feitas continuamente com os mesmos sujeitos e com as mesmas escolas, esse prejuízo não aconteceria. Para resolver tal situação, sugeria que Maria Lacerda de Moura “variasse” o campo de suas experiências, fazendo um rodízio entre as diferentes turmas e escolas a serem trabalhadas. Ainda assim, a professora estaria fornecendo um valioso subsídio aos seus alunos da Escola Normal.

As experiências, porém, não serão feitas continuamente com os mesmos sujeitos e nas mesmas escolas, de modo que variando a professora o campo de suas experiências conseguirá dar às suas alunas noções razoáveis de psicologia aplicada à Pedagogia, na medida necessária para que abandonem os velhos sistemas e entrem definitivamente para a única vereda digna de professora moderna. É preciso que, como o desejava Bolton, sejam gravadas no frontispício das escolas do Brasil estas severas palavras: Aqueles que ignoram a natureza e o desenvolvimento das crianças não podem entrar aqui (NOVAES, 1920).

Ainda com relação à realização dos experimentos da psicologia nas escolas, o inspetor aponta outra questão que deveria ser previamente considerada: a recepção dessa prática pelo estado de Minas Gerais. Para ele, esse seria um ponto “melindroso” do assunto, pois o povo mineiro teria o espírito “atrasado, rotineiro, misoneísta”¹¹⁹.

Há um outro ponto melindroso do assunto e vem a ser o espírito atrasado, rotineiro, misoneísta do nosso povo, que porá obstáculos a tais experiências, como tem feito relativamente a todas as inovações, mesmo as melhores, com a leitura pela sentencição, a ginástica, os cantos escolares, etc.

Esclarece ainda que, para garantir o não prejuízo ao ensino, a aceitação do pedido da professora ficaria condicionada à frequência às aulas dos alunos nas escolas escolhidas para a realização das experiências. Maria Lacerda deveria atestar tal frequência através de comunicados regulares à Secretaria do Interior, além de comunicar, também, qualquer alteração importante nas classes com as quais estivesse trabalhando.

Além disto, a professora deveria entrar em acordo com o diretor do grupo e com as professoras das escolas isoladas, buscando harmonia e consenso no trabalho a ser realizado. Ainda deveria escolher classes regidas por professoras capazes de se interessar pelas experiências que propunha, “professoras inteligentes e dedicadas, cujas observações sejam precisas para o bom êxito das mesmas experiências” (NOVAES, 1920).

¹¹⁹ Aquele que tem horror ao povo.

O inspetor técnico terminou seu relatório condicionando a autorização do projeto de Maria Lacerda a todas as ressalvas já apontadas por ele anteriormente. Também elogiou a iniciativa da professora, considerada por ele inovadora e de grande importância, ao trazer para a pedagogia um caráter científico.

Assim, se as experiências forem as mais simples e positivas de tipo clássico, se não se dirigirem sempre à mesma classe, para que os alunos não fiquem prejudicados em relação ao programa primário, se as experiências forem feitas para o desenvolvimento das futuras professoras e, finalmente, se a professora de Pedagogia entrar em combinação com o diretor do grupo e professoras das escolas isoladas, para a escolha do dia, hora e sujeitos para as experiências, penso que a autorização pedida por D. Maria Lacerda de Moura deve ser francamente concedida, e até mesmo elogiada a professora que, antes de qualquer outra, rompe com o tradicionalismo ronceiro e comodista das nossas escolas e procura fazer Pedagogia verdadeiramente científica.

A partir das informações da última parte do relatório é possível inferir que Maria Lacerda de Moura pode ter sido a pioneira, em Minas Gerais, no trabalho com as experiências de psicologia experimental aplicada à pedagogia nas escolas do estado.

Nessa parte do relatório, o inspetor dá a entender que o conhecimento que possuía sobre as questões da psicologia aplicada à educação e o valor que dava às suas práticas não eram comuns para a população mineira naquele momento.

Também fica marcado em sua fala que, apesar de o inspetor possuir um conhecimento amplo sobre o assunto, os estudos da psicologia experimental aplicada à pedagogia eram pouco conhecidos e até mesmo rejeitados no estado naquele momento, talvez por ser um conhecimento ainda restrito ou pouco partilhado e, conseqüentemente, de um valor pouco discutido. É nesse contexto que o inspetor valorizou a proposta de ação de Maria Lacerda de Moura, creditando-lhe a possibilidade de trazer a “prática” como complemento do ensino nas escolas normais, como forma de aplicação daquilo que era aprendido na teoria pelas normalistas. “Assim, a aplicação dos conhecimentos se impõe, como complemento do ensino de pedagogia, e diante do programa da matéria, outra não podia ser a atitude da professora” (NOVAES, 1920). Percebe-se que, para o inspetor, tal prática seria não somente permitida, mas obrigatória a todas as professoras.

Portanto, a aprovação dada pelo inspetor ao pedido de Maria Lacerda de Moura, impunha limitações. Apesar de assegurar a sua boa atuação enquanto professora e estudiosa da psicologia, Novaes reduz o seu poder de ação àquelas experiências julgadas por ele como “simples”, “seguras” e de “fácil” realização. Como o próprio inspetor mencionou, havia, de sua

parte, certa desconfiança com relação ao valor dos resultados de alguns testes, como, por exemplo, os de medição da inteligência.

Outra condição estabelecida por Novaes – a manutenção da frequência escolar dos alunos que participariam dos experimentos – também pode revelar certo cuidado na análise de uma questão que ainda se mostrava complexa à época, já que o problema da infrequência às aulas extrapolava as causas geradas na escola, envolvendo outras condições, como as de ordem social, impossível de ser resolvida pela professora da Escola Normal de Barbacena¹²⁰.

Apesar das condições impostas à realização do projeto de Maria Lacerda de Moura, grande parte do extenso relatório do inspetor técnico se voltava para a valorização tanto dos experimentos oriundos da psicologia experimental como do trabalho desenvolvido por Maria Lacerda de Moura. Isso culminou na recomendação, à Secretaria do Interior, da autorização do projeto da professora, o que não significou o fim do debate que existiu, na referida instituição, sobre o valor das experiências que Maria Lacerda pretendia inserir nas escolas de sua cidade.

2.2.2 – “Abstrata e analítica”: a crítica sobre a inserção dos estudos de psicologia aplicados à educação nas escolas de Minas Gerais

Em 28 de janeiro de 1920 chegava à Secretaria do Interior de Minas Gerais o relatório feito pelo inspetor regional Alceu de Souza Novaes:

O regional Alceu de Souza Novaes, cumprida a determinação contida no ofício n. 299, desta seção, emite o seu parecer a respeito do pedido que a Secretaria dirigiu a professora d. Maria Lacerda de Moura, residente em Barbacena para fazer experiências de psicologia aplicada à Pedagogia com os alunos das escolas públicas da referida cidade, trabalhando duas horas por semana (SI, 28 de janeiro, 1920).

Vindo da 5ª seção, outro parecer, emitido no dia 31 de janeiro de 1920, se ampara no relatório e no parecer do inspetor regional para dar seu veredito, mas, por sua vez, acrescenta uma restrição ao projeto da professora mineira: ser realizado somente nas escolas singulares.

¹²⁰ Como demonstram muitos estudos no campo da História da Educação, como os desenvolvidos por Faria Filho (2000), Vidal (2008), entre outros, a infrequência escolar – que já era um problema no século XIX – se manteve no início do século XX, o que dificultou a efetivação da instrução primária no período, se tornando alvo de ações de diferentes esferas da ordem pública.

A vista da presente informação, penso que pode ser atendido o pedido de fls.2, relativamente a permissão para fazer a requerente, nas escolas singulares¹²¹, do município de Barbacena, as experiências de psicologia aplicada a pedagogia. Se assim o decidir V. Exca, dar-se-á conhecimento da decisão à requerente e ao Sr. Inspetor Escolar do Município, para os devidos fins.

As escolas isoladas, singulares ou cadeiras primárias públicas de ensino, como foram chamadas, eram unidades não agrupadas, constituídas por um ou mais grupos de alunos, de idades variadas, sob a responsabilidade de um único docente. Elas podiam ser femininas, masculinas ou mistas e havia a possibilidade de subdivisão das turmas em classes, segundo o nível de instrução do público atendido (FARIA FILHO, 2000). Para a criação dessas escolas era preciso que um professor ou um grupo de moradores solicitasse ao governo a implantação de uma cadeira de instrução primária. No caso de Minas Gerais, a partir da promulgação da Lei nº 439, de 1906, para que uma escola isolada fosse instalada era obrigatório um número mínimo de 45 alunos para regiões urbanas e 40 para as rurais.

É preciso analisar que o espaço autorizado para que Maria Lacerda de Moura realizasse suas experiências, as escolas isoladas/singulares, era herdeiro do modelo de educação de primeiras letras vigente no século XIX e que continuava a existir no Brasil, mesmo após a implantação dos grupos escolares, considerados instituições superiores de organização para a instrução primária¹²².

Mesmo com a indicação acima, que dava autorização parcial para a realização do projeto de Maria Lacerda de Moura, foram necessários mais dez meses para que a Secretaria do Interior do estado de Minas Gerais se manifestasse definitivamente sobre o assunto. Isso se deu em um 5º parecer, que trazia, por sua vez, uma opinião contrária à do inspetor técnico.

O 5º parecer é datado de novembro de 1920, quase um ano e meio a pós o requerimento de Maria Lacerda de Moura ter chegado à Secretaria do Interior de Minas Gerais. Com autoria não identificada¹²³, o texto é breve e se apresenta em apenas duas laudas datilografadas, mas com opiniões intensas e questionadoras sobre a validade da inserção da psicologia experimental nas escolas de Minas.

¹²¹ Grifos do autor.

¹²² É preciso lembrar que um dos objetivos, com a criação dos grupos escolares, era extinguir as escolas isoladas/singulares, consideradas modelos ineficientes de educação e de organização.

¹²³ Não foi possível identificar o nome da pessoa que assinou o 5º parecer.

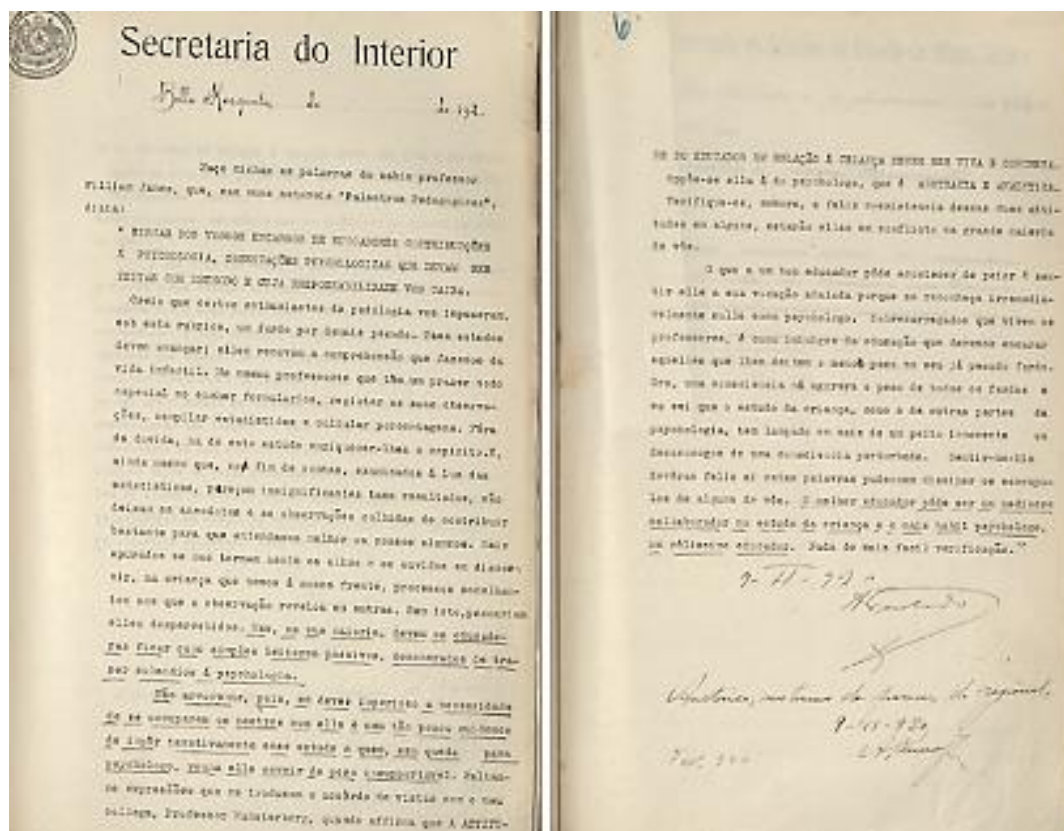


Figura 18: Parecer n. 5, nov. 1920, SI / MG
 Fonte: Fundo da Instrução Pública de Minas Gerais. APM

No referido parecer, o autor declara que irá usar das palavras do “sábio professor”, Willam James, para escrever suas análises. A primeira frase utilizada do professor seria uma das proferidas por James nas “suas notáveis palestras pedagógicas”, em que dizia: “RISCAI DOS VOSSOS ENCARGOS DE EDUCADORES CONTRIBUIÇÕES À PSICOLOGIA, OBSERVAÇÕES PSICOLÓGICAS QUE DEVAM SER FEITAS COM MÉTODO E CUJA RESONSABILIDADE VOS CAIBA”¹²⁴.

¹²⁴ William James (1842-1910), de cujo discurso o parecerista se apropria em sua fala, foi um dos fundadores da psicologia nos Estado Unidos e importante filósofo ligado ao pragmatismo. Apesar de ter defendido a efetivação da psicologia como ciência, James a considerava ainda incipiente nessa esfera no início do século XX, pois não possuía suficiente conhecimento para formular leis consistentes sobre a percepção, a sensação ou a natureza da consciência. A corrente do funcionalismo, da qual James compartilhava, compreendia que o objetivo da psicologia era o ajustamento do organismo às exigências do meio em que se vivia. Assim, ele defendia a ideia de que a mente consciente seria como um constante fluxo (cumulativa, contínua, em constante evolução), obtendo constante interação com o meio ambiente. Foi nesse sentido que James discordava do experimentalismo, que, segundo ele, não levava em conta as diferentes condições da pessoa ao fazer uma introspecção dos elementos da experiência (ARAKI, 2009).

Assim como outras que aparecem ao longo do 5º parecer, a frase foi escrita com letras maiúsculas, como se o parecerista quisesse chamar atenção do leitor para certas constatações realizadas em suas leituras, no caso, pelo professor citado, William James.

O parecerista continuava seu texto chamando de “certos entusiastas da pedologia”¹²⁵ aqueles que estavam impondo, sob essa rubrica, “um fardo por demais pesado” aos professores. Deixava claro que reconhecia a importância dos estudos da psicologia e demais ciências voltadas à compreensão do desenvolvimento da infância. Frisava que tais estudos deveriam avançar e que possibilitariam a renovação da compreensão que se fazia da vida infantil. No entanto, apontava que as práticas que tais estudos direcionavam ao cotidiano escolar e, sobretudo, à atuação docente em sala de aula, não seriam as melhores. Esclarecia que existiam professores que teriam até mesmo um prazer todo especial no “encher formulários”, “registrar as suas observações”, “compilar estatísticas e calcular porcentagens”, mas que, ao final, seriam insignificantes os seus resultados.

Deixava claro que os educadores deveriam figurar como simples leitores passivos de tais estudos, “desonerados de trazer subsídios à psicologia”.

Não arvorem, pois, em dever imperioso a necessidade de se ocuparem os mestres com ela e nem tão pouco cuidemos de impor taxativamente esse estudo a quem, sem queda para psicólogo, venha ele servir de peso insuportável (5º PARECER, SI, novembro de 1920).

Em seguida destacava, mais uma vez em letras maiúsculas, a fala de outro autor, identificado como professor Münsterberg, para validar a sua opinião: “A ATTITUDE DE UM EDUCADOR EM RELAÇÃO À CRIANÇA DEVE SER VIVA E CONCRETA. Opõem-se a ela à do psicólogo, que é ABSTRACTA E ANALYTICA”¹²⁶. Para o parecerista seria difícil coexistir essas duas atitudes em um mesmo professor e, mesmo que isso pudesse acontecer, haveria grande conflito na grande maioria dos profissionais da educação. Para ele, as consequências seriam as piores possíveis, pois o professor poderia sentir a sua vocação “abalada”, dado o reconhecimento do seu papel “nulo” como psicólogo.

¹²⁵ Estudo da vida e desenvolvimento das crianças.

¹²⁶ Hugo Münsterberg (1863-1916) foi um médico alemão formado em psicologia experimental no laboratório de Wundt. Foi convidado por William James para trabalhar nos Estados Unidos, em Harvard, onde permaneceu ligado aos departamentos de filosofia e psicologia. Pesquisou e escreveu sobre temas diversos: hipnose, jogos de azar, detecção de mentiras, comunicação com os mortos, entre outros. Contribuiu para o crescimento da psicologia experimental no país. Entretanto, interessou-se mais pela psicologia aplicada do que pela de laboratório. Nesse campo se voltou para a psicologia legal, na qual se aplicava a psicologia às questões legais, e também pela psicologia industrial, em que o conhecimento psicológico deveria ser utilizado sistematicamente em favor do comércio e da indústria (GOODWIN, 2005).

Outra análise que o diretor lança sobre a inserção da psicologia experimental nas escolas seria a sobrecarga de trabalho, com a qual os professores já conviviam. Nesse caso, era como “inimigos da educação” que deveriam ser encarados todos aqueles que lhes deitassem o menor peso no seu já pesado fardo.

Ora, uma consciência má agrava o peso de todos os fardos e eu sei que o estudo da criança, como o de outras partes da psicologia, tem lançado em mais de um peito inocente os desassossegos de uma consciência perturbada. Sentir-me-ia deveras feliz se estas palavras pudessem dissipar os escrúpulos de alguns de vós.

O diretor finalizava seu parecer com uma conclusão incisiva: “o melhor educador pode ser um medíocre colaborador no estudo da criança, e o mais hábil psicólogo, um relíssimo educador. Nada de mais fácil verificação”.

A hipótese inicial que pode ser construída com relação à opinião contrária do parecerista sobre a inserção da psicologia nas escolas através do projeto de Maria Lacerda de Moura poderia ser o seu desconhecimento em relação aos estudos e experimentos que estavam sendo produzidos, realizados e reconhecidos em muitos países, inclusive no Brasil. Contudo, ao citar nomes de psicologistas de destaque da época, como William James, o parecerista demonstrava, assim como o inspetor técnico Alceu de Souza Novaes, certo conhecimento a respeito do que estava sendo produzido sobre o assunto e até mesmo das críticas apresentadas em outros países, no caso, nos Estados Unidos.

É interessante observar que anos mais tarde, em 1935, o diretor do Serviço de Reeducação do estado de São Paulo, Cândido Motta, também se valeria da fala do professor William James para colocar em dúvida o trabalho que vinha desenvolvendo com os menores infratores através da ação laboratorial desencadeada pela psicologia:

W. James já dizia que experiência alguma de laboratório seria capaz de esclarecer uma individualidade. E acrescenta textualmente: a opinião de mestre perspicaz tem mais valor que os resultados das experiências científicas feitas fora das condições da vida real, desses cálculos pedantes da fadiga e da memória, da associação de ideias, da atenção (MOTTA FILHO, *apud* FREITAS, 2005, p. 57).

O próprio Manoel Bomfim se desfez de sua crença nos testes, que antes fora buscar junto a Binet, em seu laboratório, na França. Para ele, a psicologia jamais seria elucidada pelo “simples” critério da observação e da experimentação que mantém as individualidades isoladas (BOMFIM, 1923).

Embora tenha sido um dos precursores da aproximação entre psicologia e educação no Brasil, como já apontava Lourenço Filho, Bomfim desconfiava dos próprios dados gerados em quase doze anos de atividades laboratoriais. Para ele, não era aceitável considerar a sociedade um organismo similar ao de esferas da biologia. Lembrava que os testes criados por Binet não teriam essa função, mas, sim, deveriam ser interpretativos, com uma complexidade que atentasse para as diferentes variáveis as quais estaria suscetível o ser humano. Para isso, deixava claro que a existência de uma ciência da criança se daria mais para fora do que dentro dos laboratórios.

Também é oportuno inferir que, como fez o inspetor regional, ao colocar Binet como referência central em seu relatório, o autor do 5º parecer buscou apoiar a sua fala em constatações de uma figura de destaque e de reconhecida autoridade da psicologia. Em ambos os casos, parece que tal fato foi pensado como estratégia para conferir veracidade às análises realizadas, com o apoio de quem teria “o estatuto para falar a verdade” (FOUCAULT, 1997). Para Foucault, cada sociedade tem seu regime de verdade, sua política geral de verdade, isto é, os tipos de discursos que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros, os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro (FOUCAULT, 1979, p. 12).

A “verdade” é centrada na forma do discurso científico e nas instituições que o produzem; está submetida a uma constante incitação econômica e política (necessidade de verdade tanto para a produção econômica, quanto para o poder político); é objeto, de várias formas, de uma imensa difusão e de um imenso consumo (circula nos aparelhos de educação ou de informação, cuja extensão no corpo social é relativamente grande); é produzida e transmitida sob o controle, não exclusivo, mas dominante, de alguns grandes aparelhos políticos ou econômicos (universidade, exército, meios de comunicação); enfim, é objeto de debate político e de confronto social (as lutas ideológicas) (FOUCAULT, 1979, p. 13).

Apesar de contrárias, as posições do inspetor técnico, Alceu de Souza Novaes, e do autor do 5º parecer têm em comum uma “vontade de saber” sobre o que seria melhor sobre os sujeitos do meio escolar. Em ambos os casos, esse saber foi buscado em sujeitos e suportes institucionais distintos, mas que partiam das “verdades científicas” para exercer sobre outros discursos uma espécie de pressão, um poder de coerção. Nessa direção, Foucault destaca que a verdade do Estado passou a ser a verdade produzida pela ciência (FOUCAULT, 2008).

Assim, ao que tudo indica, o parecer contrário ao pedido se fez mais pelo conhecimento do que pelo desconhecimento do autor sobre as questões da psicologia aplicada à educação. Porém, tratava-se de um conhecimento diferenciado, no qual já se fazia uma crítica às práticas experimentais, vistas como geradoras de resultados superficiais e imediatos, que estavam aquém do entendimento do ser humano como um a entidade completa (socialmente, culturalmente, etc.). Para James, referência principal utilizada pelo parecerista contrário ao projeto, uma experiência poderia se repetir, mas jamais iriam se repetir os mesmos pensamentos e sensações em sua consciência, pois ela é cumulativa e não contínua, está em constante modificação.

Depois de quase um ano e meio de tramitação dentro da Secretaria do Interior de Minas Gerais e de passar por diferentes pareceres, o requerimento de Maria Lacerda de Moura foi autorizado pelo Secretário do Interior de Minas Gerais, Afonso Penna Junior, no dia 9 de novembro de 1920. Contudo, ao que tudo indica, Maria Lacerda de Moura não chegou a realizar o seu projeto, já que poucos meses após da autorização ela se mudou para o estado de São Paulo, deixando a carreira docente na forma institucionalizada e passando a se dedicar à lideranças de movimentos feministas e anarquista.

Alguns estudos, como os de Leite (1984) e Dias (1999), apontam que Maria Lacerda de Moura deixou de lecionar em escolas oficiais por acreditar que tais instituições eram autoritárias e perpetuavam tradições e preconceitos contra os quais a professora lutava. Entretanto, é preciso sinalizar que tal afastamento pode ter acontecido, também, pelo cerceamento que seu projeto de estudo científico da infância sofreu pela Secretaria do Interior de Minas Gerais.

Mesmo não havendo fontes e informações que possam afirmar os verdadeiros motivos pelos quais Maria Lacerda de Moura não realizou o projeto que lhe foi autorizado, pode-se pensar em pelo menos duas hipóteses para tal: a demora na avaliação e na autorização do estado para o início dos experimentos, que culminou no contexto de mudança de interesse da professora mineira em relação ao seu futuro profissional, agora voltado para a esfera feminista; e a restrição da Secretaria do Interior ao aprovar o seu projeto, prevendo a sua aplicação somente nas escolas isoladas.

2.3 – Alceu de Souza Novaes: um dos interlocutores

Mas, afinal, quem foram os responsáveis pelos pareceres emitidos sobre o pedido de Maria Lacerda de Moura? Quem foram os responsáveis pelos diferentes discursos sobre a inserção da psicologia experimental nas escolas de Minas Gerais?

Como foi destacado ao longo deste capítulo, grande parte dos autores dos pareceres emitidos não foi identificada, pois os pareceristas utilizavam a rubrica como única forma de identificação no documento produzido. Contudo, uma pequena amostra identificada, como o nome do inspetor regional responsável pelo relatório sobre o pedido de Maria Lacerda, Alceu de Souza Novaes, ajuda-nos a entender o seu posicionamento favorável ao projeto e à atuação de Maria Lacerda de Moura. Para isso, torna-se importante conhecer, mesmo que minimamente, a sua trajetória e atuação, suas inserções políticas e sociais no momento em que participou da análise do projeto de Maria Lacerda de Moura, se torna importante.

Como já mencionado, Alceu de Souza Novaes (1886-1962) foi inspetor regional do ensino no estado de Minas Gerais. Nascido em Uberaba, não encontrou na sua cidade campo de trabalho para as suas necessidades, tendo ido para Belo Horizonte ainda moço. Lá, através de amizades e cartas de recomendação, conseguiu ser nomeado inspetor técnico da 7ª Circunscrição, na gestão do Dr. Delfim Moreira, Secretário do Interior, no período entre 1910 e 1914. Aos 26 anos de idade, já começava a escrever seus relatórios de inspeção (FERREIRA, 1982)¹²⁷.

Sua atuação como inspetor se fazia em meio a longas viagens, que se davam a pé, a cavalo, por estrada de ferro, automóvel e até mesmo por barcos e canoas, na vasta zona de sua circunscrição, que envolvia diversas escolas de dezenas de cidades e lugarejos, “com malas vazias de roupas... mas cheias de livros” (FERREIRA, 1982, p. 17)¹²⁸

Quando viajo, carrego comigo um punhado de livros pedagógicos e outros, Estudo durante as viagens mas, nesse dia, não consigo ler duas páginas seguidas, porque um senhor de meia idade, gordo e bonachão, me interrompe a todo o instante. É um médico paulista, funcionário público na Capital Federal, há alguns anos, Agora, vai ao estado natal, em visita a familiares.

¹²⁷ Praticamente inexistem trabalhos sobre a vida e obra de Alceu de Souza Novaes. O único encontrado foi uma biografia produzida por um amigo e contemporâneo espírita da cidade de Uberaba, publicada no ano de 1981: *Alceu de Souza Novaes: jornalista e educador – compilação, comentários e notas por Inácio Ferreira*. Nesse livro, o amigo trabalhou com o arquivo pessoal de Alceu de Souza, que reunia suas publicações em jornais e os rascunhos das anotações e relatórios realizados nas visitas que fazia às escolas como inspetor regional.

¹²⁸ De acordo com Ferreira (1982), Alceu de Souza Novaes atuou nos seguintes lugares: Teófilo Otoni, Malacacheta, Bom Jesus, Araçuaí, São Domingos, Rio Preto, Pontal, Boa Vista do Jequitinhonha, Itinga, Comarcinho, Santa Rita, Lagoa dos Guedes, Porto Alegre, Margem do Jequitinhonha, São Miguel, Nazário, Belo Horizonte, Araxá, Jabuticabal, São José do Rio Preto, Barbacena, Porto das Flores, Araguari, Monte Alegre, Franca, Juiz de Fora, Uberlândia, Perobas, Cidade do Prata e mais dezenas de outras cidades e lugarejos.

Vamos diversas vezes ao carro-restaurante, cada um na sua mesa, para os refrescos, para o lanche, para o almoço. Já no fim do dia, atenta o esculapino viajante na pilha de livros ao meu lado e então, com um sorriso de fingida indulgência, como se me fizesse um esmola: - Vendendo os seus livrinhos, heim? ... Num país de 85% de analfabetos, que mal faz que um médico também o seja? (NOVAES *apud* FERREIRA, 1982, p. 17).

A realidade que caía às vistas do inspetor também não era das melhores. Escolas funcionando em salas exíguas para o número de alunos, com precárias condições estruturais; falta de livros, carteiras, entre outros recursos didáticos; deficiência de iluminação, ventilação, limpeza, higiene, água e, até mesmo, professores sem prática de magistério. Na tentativa de resolver alguns desses problemas, criava e incentivava as doações para as caixas escolares, que objetivava, sobretudo, manter a frequência daqueles alunos mais pobres (FRERREIRA, 1982).

Mas, para além do cargo que ocupou na Secretaria do Interior, quem foi Alceu de Souza Novaes? Como podemos compreender seu posicionamento favorável ao projeto de Maria Lacerda de Moura em seu relatório naquele momento?

Ao pesquisarmos a trajetória de Alceu de Souza Novaes, identificamos pelo menos dois fatos em comum com Maria Lacerda de Moura. Assim como a professora de Barbacena, Novaes também era espírita. Ainda nos primeiros anos do século XX, já escrevia para jornais kardecistas de Uberaba e região, revelando-se um dos maiores jornalistas espíritas de todo o Brasil (FERREIRA, 1982).

Espírita por convicção, Alceu era também um estudioso profundo das obras doutrinárias, não só do Codificador, Allan Kardec, como também dos sábios que lhe secundaram o soberbo trabalho de restaurar o Cristianismo em toda a sua pureza e simplicidade, sob o influxo do Espírito da Verdade. Sua cultura doutrinária propiciava-lhe dissertar, com admirável propriedade, sobre os mais complexos e variados assuntos desta ordem (FERREIRA, 1982).

Dentre as publicações de Novaes sobre o espiritismo em jornais estão: *Ritos: o espiritismo não tem dogmas, nem símbolos, nem rituais*, publicado no *A Flama*, em 07 de julho de 1946; *Quando se criou o lar espírita*, publicado no *A Flama*, de 10 de fevereiro de 1946; *Apresentação do codificador*, publicado no *A Flama*, em 31 de março de 1946; *O que é o espiritismo*, publicado na *Gazeta de Uberaba* de 07 de janeiro de 1941; *Médiuns, alerta!*, publicado na *Folha Espírita*, de 31 de julho de 1936; *Natal espírita*, publicado na *Folha*

Espírita, de 15 de dezembro de 1935, *O espiritismo numa tese de professoranda*, publicado no *A verdade*, de 1935, dentre vários outros¹²⁹.

Inspirado em Kardec, Alceu de Souza Novaes deixava claro em seus textos que o espiritismo era, ao mesmo tempo, uma **ciência**, uma **filosofia** e uma **religião**. Como filosofia, o espiritismo deveria indagar a origem da alma, como também o seu destino. Como religião, deveria fazer a ligação entre a criatura e o Criador, mostrando interdependência entre todos os homens e um poder soberano, o de Deus. Já como ciência, o espiritismo deveria provar a sobrevivência da alma após a morte e a possibilidade de comunicação entre os vivos e os mortos.

Como ciência, estuda os fatos da vida ultraterrena, coordena-os e os relaciona e reproduz. **Observa e experimenta**. E esse trabalho é feito conforme os **métodos científicos rigorosos**, que não se contradizem, pois, do contrário, não seria ciência. **É ciência normativa** exatamente como a Pedagogia, pois tem largo contato com a ética, a moral, traçando leis à vida dos homens. É a ciência que nos dá a certeza da sobrevivência da alma e da possibilidade de comunicar-se conosco, os encarnados (NOVAES *apud* FERREIRA, 1982, p. 128).

Mais uma vez, o espiritismo é concebido como ciência que utilizava métodos experimentais, como a observação, o registro e a comparação, para conferir autenticidade às várias mensagens mediúnicas, recebidas em todo o mundo e que buscavam anunciar para a humanidade sobre a imortalidade da alma e a comunicação entre os vivos e os mortos. Segundo Kardec (2011), seria a repetição dessas mensagens, pelos diferentes médiuns, que garantiria a verdade das informações.

Dois meios podem servir para fixar as ideias sobre as questões duvidosas: o primeiro, é submeter, todas as comunicações ao exame severo da razão, do bom senso e da lógica [...]. O segundo critério da verdade está na concordância do ensino. Quando o mesmo princípio é ensinado em muitos pontos por diferentes espíritos e médiuns estranhos uns aos outros e isentos de idênticas influências, pode-se concluir que ele está mais próximo da verdade do que aquele que emana de uma só fonte e é contradito pela maioria (KARDEC, 2011, p. 208).

Cabe observar que a aproximação entre o espiritismo e a pedagogia esteve anunciada nos escritos tanto de Novaes quanto de Allan Kardec.

¹²⁹ Grande parte da biografia feita pelo amigo Inácio Ferreira se volta para a transcrição desses textos publicados pelos jornais da época, em maioria de Uberaba, região e Rio e Janeiro.

As normalistas por Minas Gerais são obrigadas a escrever uma monografia abordando uma tese qualquer de Metodologia ou Psicologia aplicada à Educação, e devem defendê-la perante uma comissão examinadora e sob as vistas dos fiscais do governo. É, assim, muito natural que se limitem às exposições e teorias da cátedra e que não se distanciam sensivelmente da Escolástica [...]. Tal não se deu, porém, à talentosa aluna Eurythmia Cravo, filha do Capitão Nestor Cravo, do 4º B. C. M., acantonado em Uberaba. Na sua monografia sobre os anormais, estudou exaustivamente o assunto dos subnormais, tendo uma boa parte, porém, consagrada aos supernormais, à formação das elites [...]. O que porém impressiona admiravelmente é o fato e haver a senhorita - ao tratar dos supernormais, os talentosos, os gênios - depois de abordar a teoria materialista, lembrado a teoria reencarnacionista. São dela as palavras seguintes: “A hereditariedade, a que se atribui grande parte do insucesso das crianças taradas e anormais e tida também como causa principal dos gênios. Os que acreditam que os fatores hereditários são suficientes para a explicação da genialidade, que os homens geniais, os prodígios precoces, vêm quase sempre dos meios que favorecem essa eclosão do talento, assim como o meio mórbido favorece do surto dos neuróticos, dos criminosos, dos imbecis. Bem vistas as coisas, porém, acontece que relativamente ao talento musical, por exemplo, toda a vasta ascendência de Carlos Gomes não bastaria para a criação dos primeiros compasso de *O Guarani*. Há, pois, uma exageração das condições inatas do desenvolvimento excessivo de uma só aptidão. Dado, porém, que se encontre um músico genial, um cientista assombroso nos primeiros anos da infância, então já se não poderá argumentar muito solidamente com a hereditariedade [...] Quase todos os gênios precoces falam em recordar [...]. E não só recordar as experiências da raça, porém mais do que isso. Mozart, executando uma sonata ao piano, aos 4 anos e compondo uma ópera, aos 8 Pascal, aos 12 anos descobrindo a geometria plana, e tantos outros teriam herdado muito mais do que os conhecimentos dos seus antepassados lhes poderiam deixar. Algumas religiões - o Budismo no oriente e o Espiritismo, no ocidente - explicam esses casos por uma reminiscência de coisas aprendidas em anteriores estágios da vida física, auxiliadas, naturalmente, por disposições fisiológicas e pelo meio, que devem favorecer tais lembranças. O esquecimento da passada existência é dogma de todas as religiões reencarnacionistas, e o Rio Letes aí está simbolizado em todas elas. Uma experiência concludente dessa perda de memória existe nos atos praticados nos indivíduos hipnotizados, que deles não se lembram no estado de vigília e que somente lhe acudirão a consciência se novamente mergulhados na hipnose (NOVAES *apud* FERREIRA, 1982, p. 136).

Ao encerrar o artigo, publicado no jornal *A verdade*, do Rio e Janeiro, em 1935, Novaes elogiou a monografia da normalista e conterrânea, parabenizando a coragem e a inteligência da autora, que teve aprovação com distinção no julgamento da comissão examinadora.

Um segundo ponto em comum entre os dois seria a defesa da escola laica e dos ideais republicanos. Em dois dos termos de fiscalização escrito por Novaes por ocasião de uma formatura na Escola Normal de Barbacena, é possível identificar a crítica do inspetor à presença católica nas escolas, que foi identificada por ele no discurso do paraninfo. Para Novaes, houve um “desviou do tema em foco em questão - a formatura - para uma eloquente e intolerante

profissão de fé”. Alertava para a questão do Estado laico, que deveria ser respeitado pelas escolas, representantes máximas da formação de cidadãos em sintonia com os novos preceitos republicanos.

Lastimo, porém, que – sobre o objeto em foco – muito pouco ou nada dissesse o aludido orador, cujo espírito – como se generaliza nesses pobres tempos que correm-se deixou empolgar pela sua arraigada e intolerante crença católica, produzindo uma grandiosa e eloquente profissão de fé, em uma de cujas passagens melindrou a diversos incréus ou ateus, pois avançou mesmo a afirmar que – sem religião – não podia haver moral!! Para acalmar ânimos, justamente irritados por tão paradoxal asserção, eu opinei pela leitura invertida daqueles substantivos daquela frase, porquanto não se concebe que - em um cérebro tão culto quão arguto se elaborasse tamanho dislate! Confrangesse-me a alma, quando, porventura, me vejo impelido a registrar incidentes dessa ordem; faço-o, todavia, porque me orgulho de ser estrito observador das leis e secundo, porque dentro eu mesmo fora da nossa Constituição Federal – sou, absolutamente, aposto a essas propagandas religiosas, que só se justificam nos lares domésticos – ou os respectivos templos às mesmas destinados – e nunca na escola na escola pública, cuja criação colima um único – sábio e prudente escopo - a educação moral, física, intelectual e cívica do povo, que sejam católicos ou acatólicos os indivíduo que o formem (TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO INSPETOR REGIONAL ALCEU DE SOUZA NOVAES, Escola Normal Municipal de Barbacena, 26 de dezembro de 1915).

Infelizmente, porém, pequeno, mas desagradável incidente vem quebrar a harmonia, reinante durante todo o tempo dos exames, lastimando-o do intimo d’alma, tanto mais quanto, tendo ele caráter religioso, aqui não devia ser ventilado, pois este e outros institutos de instrução s publica não foram e nem podiam ser criados para uma seita ou seitas, mas para o povo educar os seus filhos! Por meu intermédio peço expedir-se cópia deste termo ao Exmo. Sr. Dr. Secretário do Interior deste Estado, em observância ao que dispõe o art. 132, n. XV, do reg. Geral da Instrução Primária, já citado pelo n.3.191. (TERMO DE FISCALIZAÇÃO DO INSPETOR REGIONAL ALCEU DE SOUZA NOVAES, Escola Normal Municipal de Barbacena, 1914).

É importante destacar que, nesse ano, 1914, Maria Lacerda de Moura já lecionava na Escola Normal de Barbacena. Assim, uma hipótese a ser levantada diz respeito à uma possível aproximação entre a professora e o inspetor no que se refere à partilha de opinião sobre a presença da religião dentro das escolas do estado.

Ferreira (1982) também relata a posição de Alceu de Souza Novaes em relação à presença da religião nas escolas do estado de Minas Gerais.

No aspecto religioso, então, era preciso agir com cautela, mas também com firmeza. Encontramos cópia de um boletim reservado que ele dirigiu os superiores e do qual transcrevermos um trecho, para exemplo: “se deve ser tolerado o fato de exibirem, pelas paredes, símbolos de religião, como crucifixos e imagens de santos, consulta motivada pelo

fato de as escolas os exibirem, gerando grande diversidade de credo religioso e produzindo retraimento das famílias protestantes, sendo leigo o Ensino” (FERREIRA, 1982, p. 9).

Ainda é preciso ressaltar que, assim como Maria Lacerda de Moura, Alceu de Souza Novaes, anos mais tarde, na década de 1930, foi perseguido politicamente, acusado pela polícia política de Minas Gerais de produzir boletins comunistas e coordenar o movimento Aliança Libertadora na cidade de Uberaba¹³⁰, Minas Gerais¹³¹.

Além dos pontos em comum citados acima, Novaes também partilhava da mesma crença que Maria Lacerda de Moura tinha na mensuração aplicada à educação. Talvez isso tenha se dado, como afirma Freitas (2005), em função do contexto da primeira metade do século XX, em que os defensores das instituições laicas apontavam as ciências da medição como a nova religião que deveria ocupar as escolas.

Apesar de Novaes ter deixado claro em seu relatório os conhecimentos que tinha sobre a psicologia experimental aplicada à educação, Maria Lacerda não o fez no requerimento que enviou à Secretaria do Interior, em 1919, o que torna difícil esclarecer o que pretendia com seu projeto de estudo científico da infância. Entretanto, sua produção escrita, como os livros que produziu sobre a educação e a infância, trazem tais esclarecimentos. É o caso dos livros *Em torno da Educação e Renovação*, de 1918 e 1919, respectivamente, os quais serão analisados no capítulo seguinte.

¹³⁰ A Aliança Libertadora de Uberaba foi criada em apoio à Aliança Nacional Libertadora (ANL), organização política composta por setores de diversas correntes ideológicas criada oficialmente em 1935 com o objetivo de lutar contra a influência fascista no Brasil.

¹³¹ Essa informação consta nos Arquivos da Polícia Política, sob a guarda do Arquivo Público Mineiro.

CAPÍTULO 3 – EM TORNO DA EDUCAÇÃO E RENOVAÇÃO: INDÍCIOS SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROJETO DE MARIA LACERDA DE MOURA

Todas as minhas ideias gravitam em torno da mulher e da criança. E este livro será uma introdução a outros livros que desde alguns anos elaboro, e que tratarão mais largamente do problema da educação, da psicologia infantil, da psicologia feminina, etc.

Maria Lacerda de Moura, *Renovação*.

O projeto de estudo científico da criança formulado por Maria Lacerda de Moura não tem seu começo, muito menos o seu fim, no requerimento que escreveu à Secretaria do Interior de Minas Gerais. Pelo contrário, percebe-se que esse projeto foi pensado, construído e reconstruído em um longo período de tempo que envolve toda a sua trajetória em Barbacena, sobretudo na sua atuação como professora de escola normal, e também parte da sua trajetória em São Paulo, especificamente em sua fase inicial.

A construção desse projeto, que envolveu variados ideais e crenças, assim como diferentes fundamentações teóricas e metodológicas, está presente em parte da sua produção escrita, a começar pelos seus dois primeiros livros: *Em torno da educação*, de 1918, e *Renovação*, de 1919, escritos ainda na sua fase de professora de escola normal em Barbacena.

No curto período de tempo que separa a primeira da segunda obra, cerca de um ano, Maria Lacerda de Moura revelou suas facetas mais diversas e controversas para a defesa de seu projeto. Defendeu as causas da infância amparada no discurso nacionalista, sobretudo aquele que defendia o aprimoramento da república através da formação do cidadão civilizado. Logo depois, voltou-se para o feminismo e para o movimento libertário, considerados, por ela, condição primordial para a verdadeira educação da criança.

Apesar das diferentes visões políticas e ideológicas de Maria Lacerda de Moura, o papel da mulher teve destacada importância para a formação efetiva da criança, assim como as descobertas científicas sobre a educação, sobretudo advindas da medicina e da psicologia, que perpassaram as suas duas obras, revelando uma crença inabalável no poder da ciência para a resolução dos males fisiológicos, psicológicos e sociais da humanidade.

Ainda nessas duas obras iniciais, é possível perceber os suportes teóricos e metodológicos com o quais trabalhou, assim como algumas das leituras com as quais dialogou

e os enfrentamentos com os quais se deparou para a construção do seu projeto de estudo científico da criança.

Assim, este capítulo tenta compreender o contexto de produção do projeto de estudo científico da criança idealizado por Maria Lacerda de Moura, que pode ser localizado em meio a rupturas e permanências, manifestadas em seus dois primeiros livros. Distante de ser uma tarefa fácil, a análise desses livros traz um emaranhado de dados e informações que se misturam e até mesmo se contradizem de um livro para o outro, revelando que a autora mobilizava variáveis diversas para a defesa e a efetivação da educação da infância.

3.1 - *Em torno da educação: a criança, a mulher, a ciência e a república*

3.1.1 - O livro e sua materialidade: primeiras aproximações

Em torno da educação foi o primeiro livro produzido por Maria Lacerda de Moura. Publicado em 1918, um ano antes de a professora ter enviado seu requerimento à Secretaria do Interior de Minas Gerais, o livro é composto por 24 diferentes textos, produzidos, ao que tudo indica, entre 1914 e 1918¹³², ou seja, na sua fase como professora da Escola Normal de Barbacena. São artigos sobre a educação da criança e da mulher, e também crônicas do dia a dia, – alguns deles publicados anteriormente em jornais, ou proferidos em conferências e discursos que a autora era convidada a realizar em formaturas, abertura de eventos, entre outros.

¹³² Apesar de nem todos os textos apresentarem a data de sua escrita ou da primeira publicação, esse período foi estimado pelos textos que apresentam tais informações.

QUADRO 8: Títulos/Temas do livro Em torno da educação

N.	Título / Tema	1ª publicação
1	Discurso na Hora Literária (mulher/mãe/educação científica da infância)	Set. 1915
2	Discurso na Liga Barbacenense contra o Analfabetismo	1914
3	Discurso paraninfa na Escola Normal Municipal de Barbacena	1917
4	A mulheres que só se preocupam com a sua aparência	-
5	O catecismo cívico	-
6	“A boa nova” (jornal carioca)	-
7	7 de setembro na cidade de Barbacena	-
8	A guerra (enaltece, ao mesmo tempo critica a guerra)	-
9	As serenatas	-
10	A psicologia e a mulher	-
11	Entrevista de Selda Potocka	-
12	Continuidade sobre a Selda Potocha e seu “Consultório de Mulher”	-
13	A necessidade de proteção aos animais	-
14	Desilusões da infância	-
15	Dignidade da mulher (mulheres ladras em Barbacena)	-
16	Liberdade feminina	-
17	Formação histórica da submissão da mulher	-
18	O livro do poeta barbacenense Honório Armond	-
19	A importância do estudo científico da criança	-
20	A relação entre escola e saúde bucal	-
21	Estudos científicos sobre o cérebro feminino	-
22	A estética feminina como algo a ser repensado	-
23	A fraqueza de vontade da mulher	-
24	Continuidade: a fraqueza de vontade da mulher	-

O livro é composto de 146 páginas numeradas, com capa e contracapa, não apresentando índice ou sumário. Na capa, o nome da autora aparece como primeira informação, seguido do

título da obra e de uma epígrafe, de Silvio Romero. Logo abaixo, aparecem o nome da editora e, por fim, o ano de publicação do livro.

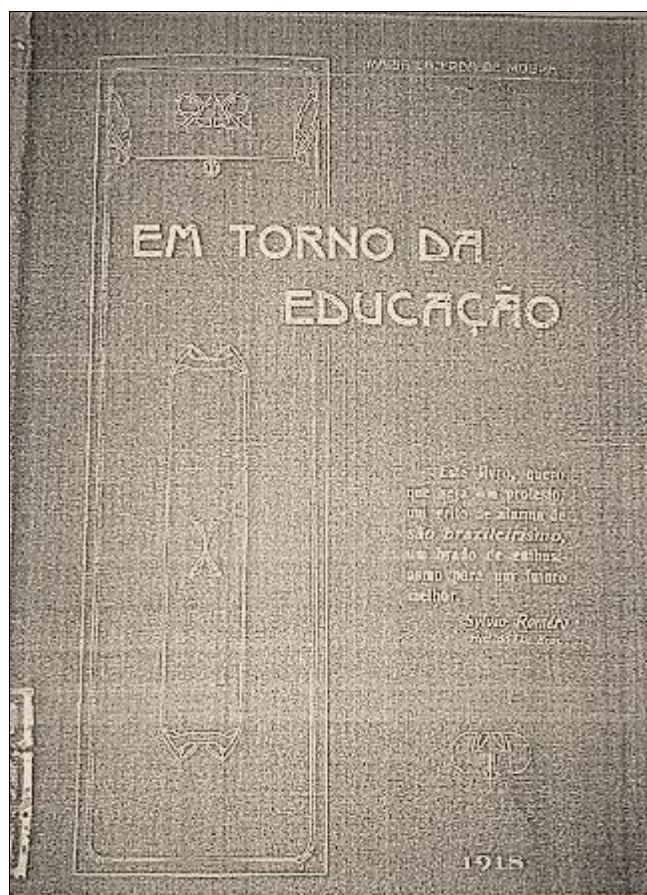


Figura 19: Capa do livro *Em torno da educação*, 1918
Fonte: Academia Barbacenense de Letras

Com relação à epígrafe de Silvio Romero, percebe-se que, com ela, Maria Lacerda de Moura já dava o “tom” do seu primeiro livro: “Este livro, quero que seja um protesto, um grito de alarma de são brasileiro, um brado de entusiasmo para um futuro melhor”. O trecho do escritor e político brasileiro¹³³ traz ideais nacionalistas, pautados na valorização da formação do cidadão do futuro, que pretendia melhorar e fazer progredir o Brasil e enaltecer a república. Como muitos de sua época, Sílvio Romero almejava a república, que ainda não teria se

¹³³ Silvio Romero (1851-1914) nasceu em Sergipe e se formou em Direito. Escreveu vários livros que abordavam diversos assuntos ligados à cultura popular, à filosofia, à sociologia, à política e à história literária. Na carreira política, foi eleito deputado provincial e depois federal, pelo estado de Sergipe.

efetivado nos moldes desejados, principalmente no que dizia respeito aos deveres e direitos do cidadão brasileiro ¹³⁴(CARVALHO, 1987).

A publicação do livro foi realizada por uma das principais livrarias de São Paulo, a Livraria Teixeira. Criada em 1876 por imigrantes portugueses¹³⁵, tornou-se editora ainda no final do século XIX, como de costume das grandes livrarias da época.

É possível inferir que o avanço das livrarias e editoras paulistas naquele período, assim como o reconhecimento da Livraria Teixeira em todo o Brasil, pode ter influenciado Maria Lacerda de Moura na escolha do local que publicaria o seu primeiro livro.

A contracapa de *Em torno da educação* traz as mesmas informações da capa. Contudo, parece que esse era o espaço escolhido por Maria Lacerda de Moura para escrever as dedicatórias para aqueles que adquiriam ou ganhavam o livro¹³⁶. No caso do exemplar pesquisado, a dedicatória se direcionava ao “Cap. Garcez e sua Exma. Senhora, com muita simpatia, com muito prazer”, na data de 18 de julho de 1918, em Barbacena. Apesar de parecer simples, essa dedicatória nos traz informações importantes, como a de que o livro foi publicado ainda no primeiro semestre de 1918, já que a datação feita pela professora era do mês de julho.

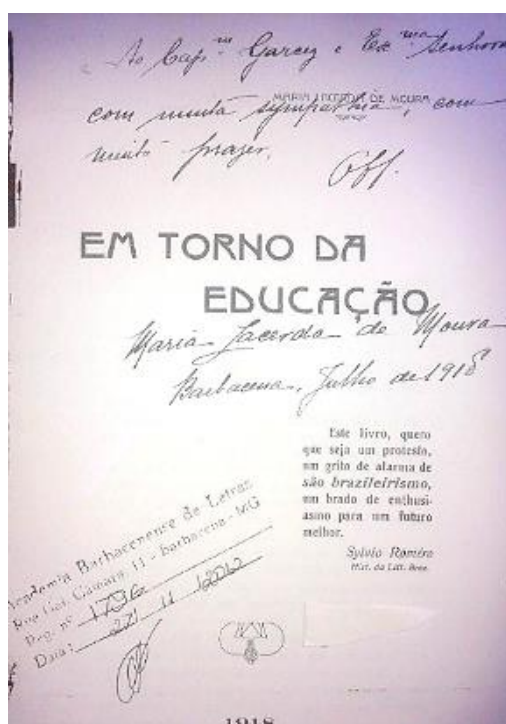


Figura 20: Contra capa do livro *Em torno da educação*

Fonte: Academia Barbacenense de Letras

¹³⁴ Uma das reivindicações para a efetivação da república daquele período era o direito político do cidadão, especialmente com relação ao voto (CARVALHO, 1987).

¹³⁵ No início de seu funcionamento a livraria recebeu o nome Teixeira e Irmão.

¹³⁶ Não há informações sobre o valor do livro ou mesmo se ele foi editado para venda.

Na página seguinte, a que segue a contracapa do livro, há impressa uma dedicatória ao pai de Maria Lacerda de Moura, Modesto de Araújo Lacerda. A ele, já falecido naquele momento, a professora agradece e credita o seu aprendizado e a sua evolução. As palavras escolhidas para compor o pequeno texto revelam a ligação de Maria Lacerda de Moura com a doutrina espírita, herança recebida do pai:

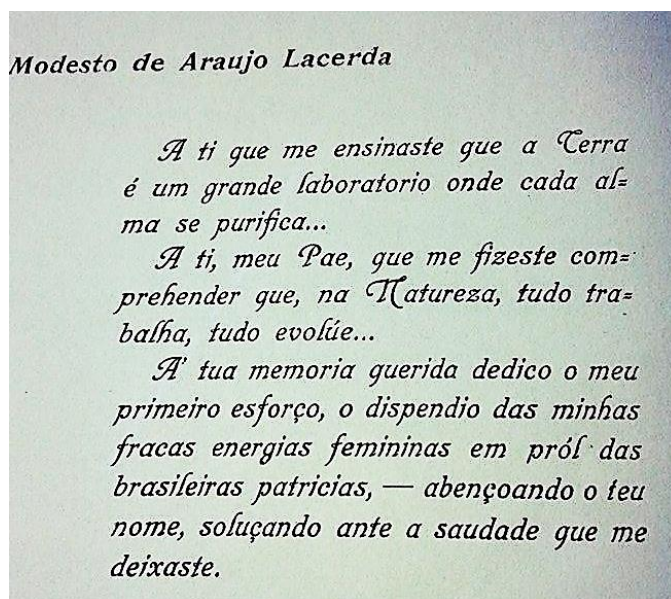


Figura 21: Dedicatória para o pai

Maria Lacerda de Moura dividiu o seu livro em duas partes, que misturam textos sobre temas distintos. De forma geral, todos eles gravitam em torno de dois grandes temas: a **criança** e a **mulher**, que, por sua vez, articulam-se através do **discurso científico**, visto por ela como possibilidade real para a melhoria da nação e, conseqüentemente, para a efetivação da **república brasileira**. Foi nesse sentido que a professora defendia as práticas científicas e o sentimento de nação como as bases para a educação da infância, que, por sua vez, só se efetivariam através da mulher, na figura da mãe e da educadora.

Ao que tudo indica, *Em torno da educação* foi um livro de pouca circulação. Conseguir um exemplar original para esta pesquisa, por exemplo, não foi possível, já que somente uma cópia do livro foi localizada, apesar da busca em diversos arquivos públicos e particulares. Isso pode indicar que o número de exemplares produzidos foi pequeno¹³⁷. Outro indicativo dessa hipótese são as falas de alguns críticos da época, que diziam ter recebido a publicação

¹³⁷ A única versão original encontrada situa-se na Academia Barbacenense de Letras, na cidade de Barbacena, onde, gentilmente, me foi cedida uma cópia. Mesmo no arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, que reúne quantidade expressiva de documentação original de Maria Lacerda de Moura, não há a versão original do livro.

diretamente da professora mineira, como um presente. Um exemplo que pode ser dado é o do médico Belisário Penna, que recebeu o livro enviado por Maria Lacerda, como ela mesma narra em uma das cartas enviadas ao conterrâneo mineiro: “Quando remeti à saúde o meu primeiro livrinho, não imagina que o Dr. fosse o mesmo – Belisário Penna que me conheceu menina, que conheceu meu pai, amigo de meu pai”¹³⁸ (CARTA DE MARIA LACERDA DE MOURA À BELISÁRIO PENNA, 3 DE FEVEREIRO DE 1919).

De acordo com Dias (1999), naquele período era comum os autores financiarem a produção de seus livros, já que o mercado editorial das primeiras duas décadas do século XX era precário, e demandava investimentos daqueles que quisessem publicar seus escritos. Além de serem escassos os pontos de vendas de varejo e praticamente limitados aos bairros mais ricos do Rio de Janeiro e de São Paulo, a maioria dos livros comercializados vinha de Portugal e da França. Nesse cenário, eram raros os autores brasileiros que se aventuravam em escrever sobre áreas que não fossem as de campos seguros para a venda, como os livros didáticos e os livros sobre a legislação brasileira. “Mesmo no caso de obras jurídicas, os clientes preferiam autoridades estrangeiras: Ruy Barbosa era o único escritor forense do país de venda garantida” (HALLEWELL *apud* DIAS, 1999, p. 22). Para aqueles que queriam publicar suas obras caberia, então, contratar os serviços de uma editora, arcando com os custos de sua produção e distribuição.

É possível supor que foi a própria Maria Lacerda de Moura quem solicitou a produção de seu primeiro livro, em poucos exemplares, já que o custo era alto e a professora não possuía muitos recursos financeiros¹³⁹. Também a distribuição dos exemplares foi realizada pela professora, entre intelectuais do período e jornais do país e do exterior¹⁴⁰. Tal atitude pode ser associada ao seu desejo de registrar e dar visibilidade à sua produção intelectual, que se perderia se não fosse transposta da linguagem oral – realizadas em conferências e palestras – para o registro impresso e formalizado de um livro, que circularia entre aqueles que lhe ofereceriam certo diálogo e prestígio intelectual. É o exemplo de Olavo Bilac, uma das pessoas presenteadas com o livro *Em torno da educação*, que teceu alguns juízos sobre a leitura realizada da obra¹⁴¹.

¹³⁸ Nos vários “juízo de leitura” realizados, por diversos sujeitos e diferentes jornais, sobre as publicações de Maria Lacerda de Moura, aparecem os agradecimentos, à autora, pelo envio dos impressos.

¹³⁹ Apesar de ter esgotado logo no primeiro ano de sua publicação, *Em torno da educação* não foi reeditado. Mais do que à escassez de recursos financeiros, tal fato está associado às mudanças conceituais pelas quais passou Maria Lacerda de Moura, que foram expostas em seu segundo livro, *Renovação*.

¹⁴⁰ Nos juízos de leitura, vários jornais portugueses, que emitiram pareceres sobre *Em torno da educação*, agradecem Maria Lacerda de Moura pelo envio de exemplares.

¹⁴¹ O interesse de Maria Lacerda por certo prestígio intelectual pode ser observado na abertura do seu livro *Lições de Pedagogia*, de 1925, no qual aparecem os “juízo de leituras” de alguns ilustres personagens de sua época sobre

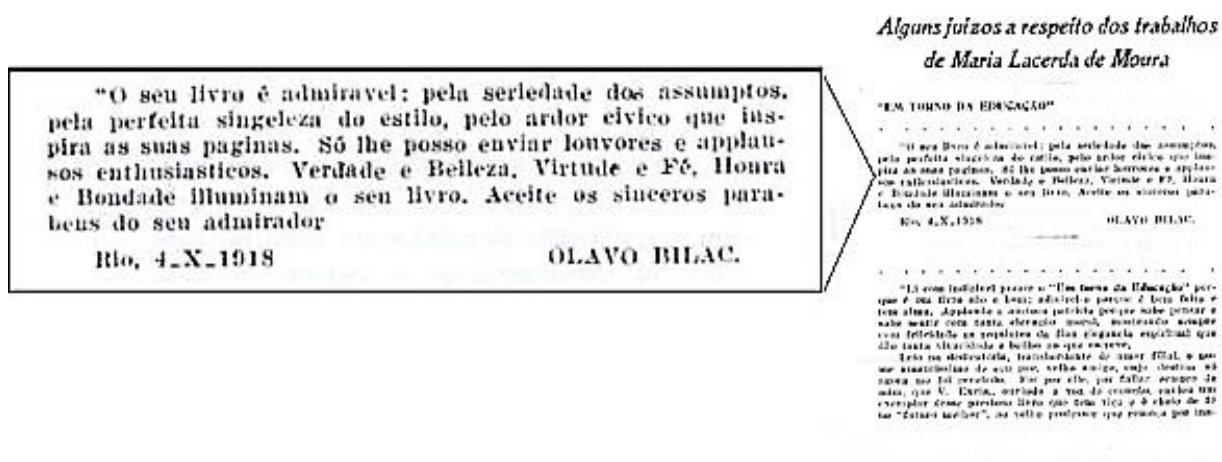


Figura 22: “Juízo” de leitura de Olavo Bilac sobre o livro *Em torno da educação*

Ao publicar e distribuir seu primeiro livro e ao dar visibilidade ao “juízo” de leitura que Olavo Bilac, e de outras pessoas que o fizeram, Maria Lacerda de Moura parecia revelar não só seu desejo de diálogo com a intelectualidade brasileira, ou conquistar certa visibilidade da sua produção, mas, também, a pretensão de se colocar enquanto intelectual, que considerava natural e útil misturar a sua voz aos grandes debates de seu tempo.

De acordo com Lévy (1998), esse tipo de intelectual é aquele que ousa sair de sua disciplina, de sua especialidade para imergir em debates necessários ao momento. Para o autor, esse ato é fortalecido, ou nasce, por uma autoridade adquirida em outra parte, em outro lugar, em outro espaço. No caso de Maria Lacerda de Moura, é possível identificar esse lugar e esse espaço: a posição de professora em uma Escola Normal, instituição notadamente reconhecida e de distinção intelectual no início do século XX.

Foi nesse mesmo espaço de atuação, o de uma Escola Normal, que outras professoras desse período também buscaram mostrar o seu trabalho intelectual. Podemos citar, como exemplo, o caso da professora da cidade de São João del-Rei, também interior de Minas Gerais, Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921), que, assim como Maria Lacerda, buscou levantar a sua voz sobre os assuntos educacionais de seu tempo. Professora da Escola Normal de São João del-Rei, escreveu o livro *Lista de bons livros*, publicado no ano de 1912, no qual, como o

os seus escritos. Contribui para essa reflexão o fato de que, possivelmente, houve, por parte da escritora, uma seleção desses juízos e até mesmo um recorte deles para obter visibilidade, como veremos mais adiante.

próprio título anuncia, buscava indicar o que julgava ser as melhores opções de leituras, em diferentes áreas do conhecimento, para alunos e professores primários¹⁴².

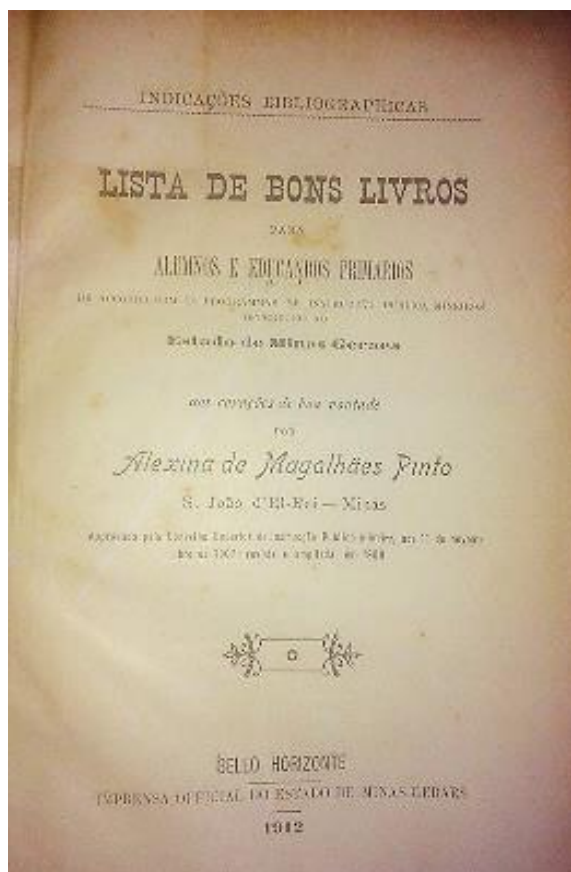


Figura 23: Contra capa do livro *Lista de bons livros*, de Alexina Magalhães Pinto

Fonte: Arquivo particular¹⁴³

Esforcei-me por mencionar sempre em primeiro ou nos primeiros lugares aqueles livros que melhores me pareçam para o diuturno preparo prévio do mestre e para o uso do educando, de modo que provendo-se apenas das duas ou três primeiras indicações de cada sessão conseguissem docentes e discentes organizar econômica e conscientemente as suas bibliotecas (MAGALHÃES, 1912, p. 5).

Assim como Maria Lacerda de Moura, Alexina também publicou outros livros, como *Contribuição do folclore brasileiro para a biblioteca infantil*, de 1907, *Os nossos brinquedos*,

¹⁴² Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921) foi professora e considerada a primeira folclorista brasileira. Obteve em concurso, em 1893, a Cadeira de desenho e caligrafia da antiga Escola Normal de São João Del Rey. Em 1896, pediu exoneração do cargo para lecionar por mais de vinte anos na Escola Normal do Rio de Janeiro (CARNEVALI, 2009).

¹⁴³ Agradeço a professora Regina Helena de Freitas Campos pela indicação e o gentil empréstimo do livro de Alexina Magalhães Pinto no momento da qualificação da tese.

1909, *Cantigas das crianças e do povo e danças populares*, 1916, e *Provérbios populares, máximas e observações usuais*, de 1917, este último escolhido para uso nas escolas primárias de Minas Gerais¹⁴⁴.

Segundo Vieira (2015), a existência de muitos intelectuais ligados a projetos educacionais no Brasil no início do século XX não se deu por acaso. A precariedade na oferta e nas condições educacionais do país fez com que essas pessoas buscassem tanto a ampliação como o aprimoramento da escola, envolvendo também a organização de empreendimentos editoriais, redes de museus, teatros, cinemas e bibliotecas, atividades artísticas, esportivas e de lazer, entre outras políticas e ações culturais (VIEIRA, 2015). O autor acrescenta ainda que, assim como variava o prestígio entre esses intelectuais, variavam, também, as suas estratégias de lutas e conquista de visibilidade.

No ano final do século XIX, na França, os intelectuais optaram pela imprensa e pelos manifestos públicos para se posicionar contra a postura do Estado, enquanto que, nos anos de 1930, no Brasil, [...] estes optaram pela ocupação de cargos de direção do Estado para implementar a sua agenda de reformas sociais (VIEIRA, 2015, p. 9).

Tanto no caso de Maria Lacerda de Moura como no caso do Alexina de Magalhães Pinto, a estratégia utilizada para dar visibilidade aos seus trabalhos foi a publicação de livros sobre os temas e desafios que a educação propunha no período em que viveram. Ainda é preciso chamar atenção para o fato de a escola e a educação serem, naquele momento, um dos poucos espaços e temas nos quais a mulher era autorizada participar.

No caso de Maria Lacerda de Moura, a publicação inicial se deu de forma fragmentada, a partir da reunião de diferentes textos previamente escritos, mas que possuíam dois eixos em comum: a educação da criança e da mulher. Sobre a criança, a educação atuaria não só com relação à instrução, mas também na sua formação mais ampla, alterando ou moldando seus hábitos e costumes. Já a educação da mulher deveria agir na sua conformação do papel de mãe, justamente para que a educação da infância pudesse se efetivar.

¹⁴⁴ Ainda segundo Carnevali (2009), foi Alexina quem usou, pela primeira vez, material folclórico na elaboração de livros didáticos, contrariando a tendência da época de excluir histórias populares e folclóricas dos livros destinados a compor a biblioteca infantil.

3.1.2 - A educação e a ciência: a formação da mãe e da professora

“Carecemos de mães”! Esse foi o desabafo de Maria Lacerda de Moura no primeiro texto do livro *Em torno da educação*¹⁴⁵. Para a professora mineira, a mulher **não** sabia representar o papel que lhe foi imposto pela natureza: o de mãe.

Para Maria Lacerda de Moura, a criação e a formação dos filhos era algo de extrema importância e exigiam responsabilidades, sobretudo da mãe, considerada a principal figura na educação dos filhos. Defendia que, em vez de mandarem os filhos à escola, “em tão tenra idade”, seria mais “belo” que a próprias mães ministrassem a eles os primeiros conhecimentos, satisfazendo a curiosidade infantil nas suas sutis e repetidas indagações. Seria a mãe, também, a pessoa mais indicada para ensiná-los atitudes saudáveis e de cuidados com o próprio corpo. Assim, era necessário que as mães se ocupassem de suas já anunciadas obrigações, que envolviam todas as primeiras instruções aos filhos. Só assim as crianças teriam plena formação moral, condição primordial para seus deveres de cidadãos para com o Brasil do futuro.

Senhoras! Quereis conhecer o valor de um povo? Ide examinar os lares e observar as mães... preocupemo-nos um pouco mais com o destino do nosso querido Brasil. Na América do Norte, onde o povo tem fé na educação e respeito pelas instituições pedagógicas, há grandes industriais que, aceitando operários adolescentes, não procuram indagar dos adolescentes dos pais, mas exigem documentos sobre o procedimento e o caráter das mães! (MOURA, 1918, p. 14).

Caberia às “queridas patrícias” levantar alto o caráter nacional, fazer o Brasil crescer em termos de civilidade e progresso através da criação de seus filhos e da educação de seus alunos. Entretanto, isso só seria possível se essas mulheres se educassem primeiro, se adquirissem conhecimentos que pudessem auxiliá-las nessa missão. Só assim poderiam fazer propagandas decisivas contra o jogo e o álcool, grandes males sociais que estariam conduzindo a população à doença, à loucura, à ruína moral e também ao suicídio. “À mulher estão reservadas, por certo, enormes responsabilidades, e grandes feitos na civilização que desponta serão praticados pelo sexo frágil, que se vai tornar forte na conquista de novos ideais para novas civilizações” (MOURA, 1918, p. 102).

Maria Lacerda de Moura esclarecia sobre o importante papel da mulher para o Brasil, com o futuro de seu povo. Nesse sentido, a verdadeira religião da mulher seria a maternidade: “minhas leitoras, vós o sabeis, melhor que eu – é a maternidade! Toda mulher nasceu para ser

¹⁴⁵ O texto foi escrito para o discurso que proferiu na Hora Literária de Barbacena, no dia 19 de setembro de 2015.

mãe” (MOURA, 1918, p. 87). É importante observar que, ao alertar a mulher sobre a importância de sua participação para a melhoria da nação brasileira através do seu papel de mãe, Maria Lacerda de Moura adota um discurso já bastante difundido pela sociedade brasileira naquele momento.

Para Maria Lacerda de Moura, a ação da mulher esclarecida deveria se iniciar em seu próprio lar, com a educação dos filhos, ainda pequenos, com seus cérebros mais maleáveis e fáceis de imprimir o desejo da sociedade: “é no berço, é em torno dos nossos filhinhos que devemos iniciá-la. O cérebro infantil, temos ouvido dizer muitas vezes, é impressionável como uma placa fotográfica” (MOURA, 1918, p. 15). Para isso, as patrícias deveriam conhecer os estudos de pesquisadores e cientistas, principalmente os da psicologia, que já indicavam métodos capazes de efetivar tal desejo.

Procuremos compreender os grandes psicólogos e pensadores que, como Aimé Martim, Spencer, Smiles, Comte e tantos outros, elevaram o nível moral da mulher. Estamos inativas caríssimas senhoras, é por isso que a Nação sofre. Senhores! Benevolência para os meus entusiasmos e para a minha ousadia, perdoai. É que o coração feminino também ama a Pátria dos seus antepassados gloriosos (MOURA, 1918, p. 15).

A professora frisava que ser mãe não era só dar a vida ao corpo da criança, mas saber ser mulher. Alegava que a mulher agia como um objeto de adorno e de gozo e só se preocupava consigo mesma, com seus enfeites, com sua beleza. A mulher, assim, estaria alheia à posição de mãe, preocupando-se mais com os últimos vestidos, com o calçado “chic”, com as joias e os *dessous*. Para ela, nunca, com tanto ardor, tinha se tratado da pele, das unhas, dos cabelos, dos calçados finos, das *toilettes* originais e da elegância dos salões. As mães procuravam educar as filhas nas artes decorativas. O homem, por seu lado, procurava demonstrar que sabia apreciar o sexo fraco nos seus gestos, nas suas atitudes plásticas, na sua fraqueza, e tudo isso concorria para o mesmo e único fim: conservar eterna e fresca a juventude da mulher.

A eletricidade presta um grande concurso neste afã interminável e as massagens, os aparelhos trabalham em contínuo ideal de aperfeiçoamento, tirando rugas, dando cores, corrigindo senões. Os anúncios de perfumarias, loções e preparados diversos tomaram os primeiros lugares nos grandes jornais, nas principais revistas e nos lugares preferidos pela gente de tratamento. Diz-se mesmo que a felicidade da mulher depende da beleza! (MOURA, 1918, p. 128).

A banalidade na qual a mulher estava inserida, segundo o olhar de Maria Lacerda de Moura, também era alvo de críticas de algumas revistas femininas daquele período, que também

comungavam do discurso comum à época, que direciona o papel da maternidade e da vida dedicada ao lar como exclusivos na vida de uma mulher.

Hoje em dia, preocupada com mil frivolidades mundanas, passeios, chás, tangos e visitas, a mulher deserta o lar. É como se a um tempo se evadisse um ídolo. É como se a um frasco se evolasse um perfume. A vida exterior, desperdiçada em banalidades, é um criminoso esbanjamento de energia. A família se dissolve e perde a urdidura firme e ancestral dos seus liames (REVISTA FEMININA DE 1920, *apud* MALUF E MOTT, 1998).



Figura 24: Sapatos femininos nas primeiras décadas do século XX

Fonte: Maluf e Mott, 1998

De acordo com Maluf e Mott (1998), a tríade mãe-esposa-dona de casa compunha o discurso sobre a mulher no início do século XX, sendo expresso em revistas femininas, ditados pela Igreja e prescrito por médicos e juristas. O próprio Código Civil da República, aprovado em 1916, deixava claro que o papel que deveria ser desempenhado pelas mulheres na sociedade seria o de esposa e mãe. Sua identidade deveria ser caracterizada como “o lar feliz”, pela subordinação ao homem, chefe da sociedade conjugal.

Vários preceitos do Código Civil de 1916 sacramentavam a inferioridade da mulher casada ao marido. Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família. Ou seja, a nova ordem jurídica incorporava e legalizava o modelo que concebia a mulher como dependente e subordinada ao homem, e este como senhor da ação (MALUF E MOTT, 1998, p. 375).

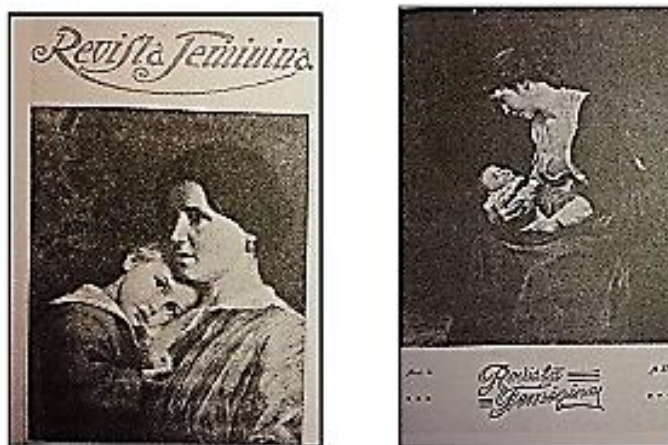


Figura 25: A imagem da mãe na *Revista Feminina*

Fonte: Maluf e Mott, 1998

Maria Lacerda de Moura defendia a beleza moral em detrimento da “frivolidade” feminina, dizendo que ela seria a única que traria à mulher a presença amável, a bondade e a pureza. “Essa é a beleza que zomba dos anos, da rugas, dos cremes e das massagens elétricas” (MOURA, 1918, p. 129).

Para a professora, já não seria mais permitido às mulheres permanecerem sob tal domínio, que as absorviam, inquietavam e impressionavam, mas que só se dava pela falta de instrução, da qual a mulher estaria carente havia muito tempo, tendo seus olhos fechados à compreensão de todos os acontecimentos humanos. Contudo, anuncia que seria possível uma emancipação da mulher diante dessas práticas, e que isso já estaria acontecendo.

A emancipação feminina se daria pela elevação das mulheres por elas mesmas. Era preciso que as mulheres se ocupassem de si e das outras, tornando-se “protetoras das suas irmãs ignorantes e infelizes”. O desejo de Maria Lacerda de Moura era ver as suas patrícias unidas para a “santa cruzada” de preparo do futuro, entregando sua inteligência à cultura, ao progresso do país.

Alguns estudos, como os de Louro (2009), Rago (2014), Fernandes (2003), Jinzenji (2010), entre outros, indicam que, ainda no século XIX, já se apontava a necessidade e a importância de uma educação mais ampla para a mulher, vinculando-a ao avanço da sociedade, à melhoria da saúde da família e à formação dos futuros cidadãos. Alguns defendiam que essa educação deveria se dar em paralelo com uma formação cristã – leia-se, católica –, considerada a mais importante fonte de formação moral da época, na qual a mulher deveria buscar para si a imagem da Virgem Maria. Para outros, inspirados nas ideias positivistas e cientificistas, a

educação da mulher, justificada pela ligação com a sua função materna, deveria se dar no sentido de afastá-las das superstições que faziam parte do cotidiano de criação dos filhos, e incorporar as novidades da ciência, sobretudo as advindas da puericultura, da psicologia e da economia doméstica.

Ao que tudo indica, Maria Lacerda de Moura seguia a segunda linha desses discursos, considerando a ciência como a chave de leitura para a formação da mulher. Entretanto, para a professora mineira, mais do que formar para a maternidade, a ciência cumpriria um papel a mais, o de libertar a mulher de uma suposta condição de inferioridade diante do homem.

Para creditar valor ao papel que queria dar à mulher naquele momento, Maria Lacerda de Moura teria de ir contra uma sociedade que ainda defendia a superioridade masculina, justificada através de dados científicos, sobretudo os antropométricos¹⁴⁶.

Para os antropologistas do final do século XIX e início do XX, os lóbulos frontais do homem eram maiores, mais ricos que o da mulher, o seu cérebro seria mais pesado, sendo a inteligência masculina proporcional ao desenvolvimento cerebral. Sobre a inferioridade da mulher: dizem que é mais medula, enquanto que o homem é mais cérebro, dizem os estudiosos, provando-o experimentalmente (MOURA, 1918, p. 123).

Para combater essas ideias, Maria Lacerda de Moura também se valia dos dados antropométricos. Argumentava que, apesar de o cérebro da mulher ter evoluído pouco em relação ao do homem, o processo educacional o estava fazendo evoluir e poderia fazer ainda mais. Para essa argumentação, utilizou as informações do livro *A mulher e a Sociogenia*, de Tito Lívio de Castro, médico brasileiro que se inseriu no debate em defesa da capacidade intelectual da mulher no final do século XX¹⁴⁷.

A mulher e a sociogenia, discutindo convincentemente a inferioridade da mulher, chega a dizer: “A mulher tem um cérebro e um psicose infantil porque e só porque foi submetida a uma seleção que procurou esse resultado”, e mais adiante “o cérebro feminino só espera o fermento da educação para evoluir” (MOURA, 1918, p. 123).

¹⁴⁶ Dentre os estudos antropométricos, destaca-se a craniometria, estudo que utilizava dados da medição do crânio.

¹⁴⁷ Tito Lívio de Castro (1864-1890) defendeu a inclusão feminina na educação, pois acreditava que esta contribuiria para a evolução mental da raça. É importante destacar que Tito era mestiço e foi considerado excepcional exemplo da apropriação das teorias das ciências biológicas sobre as diferenças humanas e da aplicação do evolucionismo darwinista à análise social. Também é oportuno mencionar que foi considerado discípulo de Silvio Romero, o mesmo que abre o livro de Maria Lacerda de Moura com uma epígrafe. *A Mulher e a Sociogenia* constitui um importante exemplar da aplicação dos ideais evolucionistas à questão da capacidade intelectual feminina. Sobre Tito Lívio de Castro Cf. Almeida (2008).

A professora mineira desacreditava nos difundidos dados antropológicos sobre a mulher, advindos, sobretudo, dos estudos da craniometria do final do século XIX e início do XX. Afirmava que a antropologia “exagerava” com seus dados quantitativos, trazendo muitos erros em suas informações¹⁴⁸:

Topinard que, tendo estudado quatrocentos crânios da África, medindo cem crânios de cada raça, nada comprovou. Flowis, Dawis, Mantegazza e outros antropologistas também asseguram que esses quadros variam e que nada se pode provar ainda, nesse terreno (MOURA, 128, p.124).

É a partir dessa fala que Maria Lacerda de Moura apoia sua defesa sobre a mulher, asseverando que tais pesquisas, além de falhas, seriam, também, tendenciosas, pois apontariam sempre a inferioridade da mulher diante daquele que não queria dividir o posto de comando na sociedade.

O homem, não satisfeito ainda de haver determinado a si próprio o primeiro lugar na sociedade, quer demonstrar que a mulher lhe é inferior morfológicamente, e que a natureza a colocou entre ele e o macaco. Com maior sinceridade contraponho eu a tais argumentos um punhado de outros, que não são discutíveis e que demonstram que o homem é mais vizinho do macaco do que a mulher. É doloroso observar como, até na anatomia, o orgulho masculino tem perturbado o sereno exame dos fatos (MOURA, 1918, p. 124).

Maria Lacerda de Moura queria demonstrar que a pretensa inferioridade intelectual da mulher teria sido consequência da falta de atividade de seu cérebro. Para ela, uma vez exercitado, o cérebro da mulher seria suscetível de desenvolvimento. Assim, seria necessário aproveitar a força dispersiva da mulher, adaptá-la e apropriá-la ao desenvolvimento físico-social, fazendo desaparecer a histeria, considerada por ela característica da decadência da ação cerebral; a sensibilidade exagerada, que seria prejudicial à força do espírito de justiça; a superficialidade; os preconceitos; a superstição e o espírito de religiosidade. Enfim, era preciso que a mulher raciocinasse de forma mais segura para que o seu cérebro chegasse a conclusões sensatas e lógicas.

Já na esfera social, a mulher só seria capaz de alcançar o homem em seus direitos se lutasse pelos seus interesses e, conseqüentemente, o interesse da sociedade futura – observando, estudando a sua estrutura íntima, conhecendo a sua natureza física, as suas taras psíquicas, a

¹⁴⁸ Em nota de rodapé, Maria Lacerda de Moura informa que retirou tais informações do livro *A mulher no Brasil*, 1916, do jurista brasileiro Manuel Francisco Pinto Ferreira (1889-1956). Sobre o livro que Maria Lacerda cita, não foram encontradas mais informações.

capacidade atual e futura da sua energia mental. Todas deveriam estudar os meios de remover os inconvenientes de sua educação “defeituosa, exibicionista e postiça”, a qual, em vez de preparar mães de família, procurava confeccionar *bibelots* vivos, cheios de vontades (MOURA, 1918, p. 126).

Ainda se valendo do discurso científico, alertava as mulheres sobre a falta de força de vontade que assolava grande parte delas. Segundo a professora, a mulher possuía um humor inconstante, uma falta de vontade característica, que impedia que fossem capazes de se dominar, perpetuando sempre um caráter de mobilidade excessiva.

Afinal, o resultado é que: “a neurastenia, a histeria e a simples nervosidade têm os mesmos fenômenos por fundamento: diminuição da produtividade e aumento da irritabilidade do sistema nervoso. Pela hipnose e pela sugestão aplicadas do indivíduo, ele adquirirá forças que se multiplicam e que lhe conquistarão novas energias (MOURA, 1918, p. 135).

É necessário observar que o posicionamento de Maria Lacerda de Moura estava em perfeita sintonia com o discurso médico/psiquiátrico do período, que apontava a histeria como uma patologia própria do sexo feminino, responsável pelos ataques nervosos das mulheres e pelo seu distanciamento dos deveres na sociedade, sobretudo como os de mãe¹⁴⁹.

A histeria foi matéria de grande interesse da medicina brasileira, principalmente a partir das últimas décadas do século XIX, quando as históricas foram descritas como verdadeiras ameaças à ordem social. Procurando minimizar tal ameaça, nossos médicos se debruçaram sobre as concepções psiquiátricas da histeria, reproduzindo os debates e as controvérsias de além-mar (NUNES, 2010, p. 11).

Como destaca Foucault (1977), ao longo da história de várias sociedades, a histórica foi sendo construída como o modelo perfeito da mulher nervosa e a negação da boa mãe, o que contribuiu para certo descrédito da figura feminina em vários ramos da atividade social, bem como para um direcionamento médico para a sua observação e tratamento.

Da mesma forma, a neurastenia, ou a falta de força de vontade, era vista por Maria Lacerda de Moura como uma doença, que poderia se manifestar ainda na primeira infância, sendo as próprias progenitoras influências negativas nesse processo. “Quantas crianças há por aí que andam a contar mentiras, a inventar que possuem brinquedos que não existem, a impingir grandezas aos companheiros e a se considerar pequeninos fidalgos?” (MOURA, 1918, p. 135). Ainda aqui, a autora demonstra conhecimento das teses médicas do início do século XX, que

¹⁴⁹ A palavra histeria vem do grego *hysterum*: útero.

levantavam a teoria da degeneração e da hereditariedade, que deu força à tese de que a histeria e a falta de força de vontade poderiam afetar todos aqueles considerados mais frágeis ou que tivessem sido excessivamente expostos às mazelas da civilização, fossem eles homens ou mulheres (NUNES, 2010). Nesse contexto, pode-se afirmar que Maria Lacerda esteve em sintonia com um processo “biopolítico” do cidadão brasileiro no início do século XX, uma espécie de gestão da população, especialmente da mulher, apontando para estas as melhores formas de se cultivar um corpo saudável e disciplinado¹⁵⁰ (FOUCAULT, 1997).

Associado ao papel de mãe, a figura da professora também ocupou lugar de destaque no primeiro livro de Maria Lacerda de Moura, como aquela que, bem formada, ajudaria as mães na educação da infância e na construção dos bons cidadãos para o futuro.

Enquanto professora de normalistas, Maria Lacerda de Moura esteve inserida em diferentes espaços onde propagava a importância da formação da professora. Em um de seus discursos, realizado enquanto paraninfa na formatura de suas alunas no ano de 1917, ela se vale de seus ideais de formação da mulher para buscar a atenção das formandas. O mesmo tom de civismo e de defesa nacional, assim como de defesa da formação da mulher para a educação de um bem maior – a criança –, fez parte de grande parte da sua fala para aquelas que, além de professoras, provavelmente, se tornariam mães e esposas.

Seria da escola, do lar e do “regaço”¹⁵¹ da mulher que sairiam os verdadeiros cidadãos. De acordo com Maria Lacerda de Moura, as professoras teriam que tomar o seu lugar em meio “aos escultores de almas”, sendo sempre jovens, alegres e cheias de esperanças em suas futuras casas e nas salas de aula. “Uma casa triste, onde a criança só veja desgosto, e desânimo será como um cemitério de ilusões” (MOURA, 1918, p. 41). Da mesma forma, apontava que o papel de mãe deveria ocupar o lugar de maior destaque na vida de uma mulher, devendo extrapolar os muros, até mesmo do próprio lar: “Sempre que passardes por uma criança atirai-lhe um olhar carinhoso. Que ela veja a nossa fisionomia a meiga doçura, a expressão cândida de um amoroso sorrir de mãe” (MOURA, 1918, p. 41). Para a professora, a criança seria o desdobramento da mulher, uma parte da sua natureza íntima. “Cada mulher, no futuro, será a mãe espiritual de todas as crianças”. Nesse sentido, pedia que suas alunas fizessem da escola não uma oficina onde se ganhava a vida, mas um lugar afetuosos e alegre.

¹⁵⁰ Para Foucault, a biopolítica foi a forma encontrada pelos governantes para racionalizar os problemas próprios de um conjunto de seres vivos constituídos em população: saúde, higiene, natalidade, raças etc. (FOUCAULT, 1997, p. 89).

¹⁵¹ Parte do corpo que vai da cintura ao joelho, colo.

A autora também anunciava que a educação tradicional iria ceder, cada vez mais, lugar a uma ciência experimental, bastante complexa, pela multiplicidade de fatores que deveria analisar, sobretudo sobre a criança. Assim, sugeria que suas alunas buscassem conhecimentos advindos da psicologia, da fisiologia, da ética e da estética, “há um vasto campo de teorias e de observações que o experimentador precisa compreender para tentar aplicar as leis da pedagogia moderna. Estudai muito!” (MOURA, 1918, p. 43). O livro seria a maior necessidade das futuras professoras, a fonte para a capacidade intelectual da mulher dependeria da sua força de vontade para realizar e alcançar seus objetivos. “Indaga, perscruta, volta a página e há de compreender por si mesma” (MOURA, 1918, p. 44).

Desenvolvi o cérebro da mulher futura, alargai-lhes as concepções intelectuais, arrancai-lhes as superstições, as fraquezas pueris, desvendai-lhe um horizonte mais amplo, - curvando-vos sobre as páginas dos grandes pensadores. Assim, contribuiremos mais poderosamente para a evolução mental e moral da espécie. Terminando eu vos peço: ao transpordes as portas deste templo, oferecendo-vos em holocausto à Pátria, inclinai-vos, dizendo: - Ave Pátria! (MOURA, 1918, p. 43).

Na escrita de Maria Lacerda de Moura sobre a mulher, há duas posturas diferenciadas. A primeira caminha no sentido oposto de grande parte do pensamento da sociedade da época, na medida em que defende uma igualdade intelectual entre homens e mulheres, buscando provar que estas também teriam capacidades intelectuais. Nessa posição, usa o discurso científico em favor do sexo feminino, para a valorização de suas ações e, sobretudo, para a defesa do seu potencial intelectual. Já a segunda postura da professora mineira se revela mais tradicionalista, posicionando a mulher em lugares já demarcados pela sociedade da época, como a casa e a escola, onde desempenharia os papéis já autorizados naquele momento: o de mãe, esposa e professora. “O limitado tempo que me sobra dos meus deveres de esposa e dos meus estudos de mulher, eu o emprego em ler a literatura do meu país” (MOURA, 1918, p. 113). Essas funções deveriam ser desempenhadas com o máximo esmero e cuidado pela mulher, numa constante modificação e melhoria de seus hábitos, de sua conduta, enfim, em um constante “cuidado de si” para o seu aprimoramento e, conseqüentemente, para o aprimoramento da sociedade (FOUCAULT, 1984).

Para Foucault, o “cuidado de si”, ou o “governo de si”, propõe uma atitude reflexiva do sujeito sobre si próprio, sobre suas ações; de modificação de si mesmo em busca de um aperfeiçoamento constante da sua vida, através do governo da própria existência. O pensador ressalta que, por sua vez, o “cuidado de si” estaria diretamente ligado aos “discursos de

verdade”, àqueles que são aceitos e difundidos pela sociedade, que funcionariam como um código pelo qual se deve construir a si mesmo como sujeito moral, agindo em referência aos elementos prescritivos que constituem tal código. A efetivação desse “cuidado de si” se daria através de determinadas técnicas, chamadas por Foucault (1985) de “técnicas de si”, que permitiriam aos indivíduos efetuar, com a ajuda de outras pessoas, um certo número de operações sobre seu corpo e sua alma, sobre seus pensamentos, suas condutas, seu modo de ser, enfim, que ajudariam na transformação desse sujeito a fim de alcançar um certo estado de perfeição. Nesse caso, trata-se de tornar o comportamento não somente conforme a uma regra dada, mas, sobretudo, de tentar transformar a si mesmo em sujeito moral de sua conduta (FOUCAULT, 1984)

Como vimos, as “técnicas de si” prescritas por Maria Lacerda de Moura para a mulher (suas leitoras e, sobretudo, suas alunas) partiam das diferentes demandas que lhes eram atribuídas: mães, esposas, professoras, patrícias¹⁵². Para desempenhar com perfeição essas tarefas, as mulheres deveriam estudar, conhecer melhor seu próprio corpo e sua capacidade intelectual, aprender mais sobre a criação dos seus filhos e a educação e instrução de seus alunos, buscar informações sobre os preceitos de higiene, de saúde, sobre a educação moderna, enfim, sobre tudo o que lhes trouxessem um conhecimento cada vez maior sobre si e sobre o outro pelo qual eram as maiores responsáveis: a criança. Esses estudos deveriam estar amparados nas pesquisas científicas da época, consideradas as mais “verdadeiras” para a lida com a grande heterogeneidade humana e social que compunha o país. Talvez por isso Maria Lacerda de Moura utilizasse uma linguagem demasiadamente científica em seus discursos e publicações, por acreditar que, assim, estaria agregando valor e efeitos de verdade a seus discursos. Como destaca Foucault (2009a), com a crescente difusão e adesão ao discurso científico, a verdade do Estado passou a ser a verdade produzida pela ciência.

Como é possível observar, o posicionamento adotado por Maria Lacerda de Moura sobre a mulher, seja sobre a sua capacidade intelectual e seus deveres de mãe, seja sobre o seu papel de professora, esteve ligado a um objetivo maior: a educação da criança, considerada o futuro cidadão, que faria melhorar e progredir a nação brasileira. Assim, o que buscava prescrever para as suas alunas e leitoras passava pela vontade de educar melhor e de forma mais eficaz a criança, seja na escola, seja no lar. Era com esse objetivo que alertava a mulher sobre a importância de se educar primeiro, de conhecer e estudar, sobretudo as pesquisas científicas que estavam sendo desenvolvidas em países da Europa e também nos Estados Unidos, que

¹⁵² Mulher compatriota, conterrânea (HOUAISS, 2009).

caminhavam no sentido de indicar os melhores passos para uma formação mais integral, efetiva e eficaz da criança. Para Maria Lacerda de Moura, os estudos e conhecimentos desenvolvidos pelas ciências de sua época, sobretudo os advindos da medicina e da psicologia, estavam promovendo verdadeiras renovações no ensino e no desenvolvimento da criança. Então, nada mais natural do que as mães e as educadoras se apropriarem desse conhecimento em benefício de seus filhos e de seus alunos. É nesse sentido que anunciava as novidades científicas então desenvolvidas no meio educacional, as diretrizes e leituras que deveriam nortear a ação das mulheres sobre a educação da infância.

3.1.3 - O estudo científico da criança: proposta de salvação da Pátria

Em outro texto do livro *Em torno da Educação*, fruto de uma conferência pronunciada na instalação solene da *Liga Barbacenense contra o Analfabetismo*¹⁵³, no ano de 1915, a professora mineira deixava claro o seu objetivo e desejo: educar a criança para a melhoria do país no futuro.

A realidade de um país adormecido, estagnado em meio a uma população incivilizada e doente se dava, segundo a professora mineira, pela falta de esclarecimento e conhecimento da grande massa do povo. O “remédio” indicado por ela passava pela Liga Contra o Analfabetismo, instituição “patriótica e filantrópica” daquela geração, a primeira e única que reuniria diferentes forças para o combate do analfabetismo, mazela que assolava cerca de 70% da população do Brasil naquele período¹⁵⁴. Para Maria Lacerda de Moura, todas as outras instituições humanitárias existentes buscavam somente os “sintomas” dos problemas nacionais, deixando de lado as suas causas. Por isso, a ocupação maior dos brasileiros foi a busca pela “cura”, algo que só se daria se os “médicos” fossem hábeis no “tratamento”, como o foram no “diagnóstico” (MOURA, 1918, p.17).

É oportuno observar que, mesmo para falar do analfabetismo de seu tempo, Maria Lacerda de Moura não se desvencilhava dos termos médico-científicos. Em sua fala sobre a grande mazela social, utilizava palavras diversas dessa área, como: sintoma, cura, diagnóstico

¹⁵³ Como já esclarecido no capítulo 1, a Liga Barbacenense contra o analfabetismo foi a primeira a se organizar no país em apoio ao movimento nacional da Liga Brasileira contra o analfabetismo.

¹⁵⁴ Segundo dados dos censos brasileiros, entre 1900 e 1920 grande parcela da população, cerca de 70%, era considerada analfabeta. A proposta, com a criação da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo, veio justamente romper com essa situação que se alastrava pelo país. Buscava extinguir o analfabetismo com a adesão da sociedade em favor da campanha e apoio dos governantes para a aprovação de leis que auxiliassem na obtenção de recursos para a educação. Buscava, ainda, o apoio da imprensa para que a campanha se popularizasse e se efetivasse.

e tratamento, levando o seu público leitor a entender o analfabetismo como uma doença, como uma espécie de vírus que não teve controle e estaria disseminado pela sociedade brasileira. A cura para esse vírus partiria do movimento pela alfabetização das pessoas, a ser realizado pelos médicos sociais, ou seja, por todos aqueles que pudessem colaborar na obra educacional da infância, principalmente os professores e as mães.

Entretanto, Maria Lacerda de Moura alegava que não seria a Liga Contra do Analfabetismo, por si só, que exterminaria o vírus e operaria a grande mudança nacional. Outras variáveis deveriam compor essa frente, sobretudo as que partiam do próprio sujeito a ser educado. Assim, apontava a “energia individual”, ou seja, a “força de vontade” de cada pessoa em aprender e a melhorar a si mesmo e, conseqüentemente, a nação. Essa, sim, seria a chave que abriria a porta para a entrada de toda e qualquer ajuda possível, inclusive a da Liga Contra o Analfabetismo. “A nossa vontade pode tudo e os hábitos se transformam e se substituem por efeito do querer” (MOURA, 1918, p. 20).

Para Maria Lacerda de Moura, adquirir e realizar o ato da autoeducação seria mais fácil do que se supunha. “Quanto mais o indivíduo quer – mais alcança, porque as energias da vontade são as forças das forças, que não se gastam nunca e se multiplicam sempre” (MOURA, 1918, p. 20). Para ela, a autoeducação seria o meio mais seguro de fazer o indivíduo são e viril, e, somente aqueles que pudessem crer no poder da vontade e na força dualista do “eu” fariam com que a massa do povo recebesse impressões boas, saudáveis ao corpo e à alma.

É oportuno dizer que Maria Lacerda de Moura se valia da autoeducação para a sua própria formação, o que denota uma valorização desse recurso como forma de fortalecimento em termos intelectuais: “Estudei sozinha. Eu mesma me indicava os livros que devia ler. Conheci-os, uns através dos outros. E lia tudo: livros de filosofia, lógica, pedagogia, psicologia, moral etc. etc. – procurando interpretar” (MOURA, 1919, p. 11).

O seu foco, ao trabalhar a autoeducação, era fornecer àqueles que iriam trabalhar ou conviver diretamente com a infância – professores e mães – meios e conhecimentos para educar as crianças dentro dos parâmetros desejados para a população vindoura do Brasil. Como não havia nenhuma formação específica direcionada à mãe e tampouco à mulher no modelo que se queria, era através da autoeducação que Maria Lacerda de Moura pretendia alcançar uma formação mais direcionada para esse público.

Senhores, não vem a esmo estas reflexões, procuro provar-vos que nada poderá fazer a geração vindoura si a atual não estiver preparada para educá-la. Tanto vale o homem que assina o seu nome como aquele que não sabe assinar. Não são as estreitas lições de leitura, escrita, aritmética, e desenho que vão salvar o país (MOURA, 1918, p. 22).

Observa-se que, para Maria Lacerda de Moura, o analfabeto não seria aquele que não sabia ler nem escrever, mas, sim, todo indivíduo que não compreendia os seus deveres e não conhecia os seus direitos, como também aquele que não respeitava os direitos dos outros, não sabendo, por isso, amar a pátria, a família e a humanidade. Tudo isso dependeria não só da instrução – entendida como aquela que parte da escola em termos de conteúdos de disciplinas –, mas também de uma educação mais ampla, que envolveria a formação da vida humana em outras esferas, como a formação moral, por exemplo. “O brasileiro é leal, é inteligente, é altivo, é patriota – O que nos tem faltado, senhores, é a educação moral” (MOURA, 1918, p. 24).

Para ilustrar a falta que faria tal educação moral, a professora relata a situação de uma criança abandonada na cidade de Barbacena, que, por não receber esse tipo de formação, estaria propensa a todos os tipos de degradação social daquele momento.

Ninguém aqui ignora que há em Barbacena uma criança dormindo ora ao relento – no cemitério, ora em casa de famílias, penalizadas pela sua triste condição. Não tem mãe. O pai abandonou-a cedo aos caprichos da sorte. Esta criaturinha é viva, é inteligente, de um talento precoce mesmo. Diversas famílias o tem acolhido; ele, porém, não se sujeita, habituado a esta vida boemia. O fato de dormir no cemitério ao lado da sepultura de sua mãe, é prova cabal de que esta criança tem sentimentos delicados capazes de grandes ações. Não tem medo de lá estar, portanto, possui em alto grau – heroísmo, tenacidade e coragem (MOURA, 1918, p. 25-26).

Sobre o fato, a professora alertava que, possivelmente, no futuro, alguém de Barbacena se colocaria como censor dos atos dessa criança, condenando-a na qualidade de jurado, promotor ou juiz. Mas, que, com certeza, ninguém se lembraria que foi o egoísmo e a incúria, gerados pela falta da formação moral, que fizeram dela um elemento perturbador da ordem pública. O problema dos menores anormais, degenerados e abandonados, segundo Maria Lacerda de Moura, não se findava devido à falta de interesse dos governantes do período, que pouco faziam para alavancar o senso moral e social da população¹⁵⁵.

¹⁵⁵ Como aponto na minha pesquisa de mestrado, no início do século XX um amplo vocabulário foi criado, por discursos diversos, para exemplificar a situação da infância pobre. O discurso moral, por exemplo, falava da infância abandonada e indigente, que necessitava da assistência caritativa da população para se manter na escola e não cair no mundo do crime; já o discurso médico produzia a imagem da infância degenerada e doente que deveria, junto à sua família, ser higienizada; e, por fim, o discurso da psicologia, que produziu a infância anormal,

A questão do abandono e da delinquência infantil, exposta por Maria Lacerda de Moura, era comum no início do século XX. Os discursos da época alertavam para o deprimente quadro da infância desamparada e para a elevada taxa de mortalidade infantil no país, indicando que somente com o apoio da medicina e da formação moral o Brasil poderia se libertar desses problemas e alcançar seu objetivo de produzir um maior número de cidadãos sadios para o futuro (RAGO, 2014). Alertavam ainda para o quadro das crianças infratoras, órfãs ou membros de famílias desfeitas e desajustadas, que deveriam ser atendidas por especialistas (assistentes sociais, médicos, educadores) considerados substitutos para cumprirem a função do lar. Esse olhar sobre a criança deixava claro que estas poderiam ser afetadas pelas circunstâncias sociais diversas (degradação familiar, contato com o vício), que as inclinariam para o crime. A correção dessa situação poderia ser encabeçada pela escola ou pela guarda da criança em instituições apropriadas, mas, principalmente, pela sua educação moral (LONDOÑO, 1996).

Regenerar a sociedade através da ciência e da formação moral, tendo como alvo principal as crianças, evitando que desde muito cedo fossem impregnadas dos muitos males que estariam disseminados entre a massa da população: esse era o objetivo dos diferentes discursos que se propunham a combater as mazelas sociais do início do século XX. Ao que tudo indica, esse também era o objetivo de Maria Lacerda de Moura.

Entretanto, no que tange à esfera científica, a professora apresentava algumas diferenças em suas análises sobre a condução da população brasileira. Ela se colocaria, ao lado de poucos, contra as muitas teorias existentes sobre a diferença entre as raças e a suposta inferioridade de algumas delas. Pedia que se combatesse o que chamava de “doutrina das raças”, apontando, mais uma vez, a educação, desde a tenra idade, como elemento transformador dessa realidade. “Não há raças, há povos. As raças se modificam pela educação. Os latinos não são inferiores aos anglo-saxônicos”.

Tudo depende da educação. A atividade é como o ar que purifica e torna sadio o meio. Não há mais razão de ser na divisão de raças, em superiores e inferiores, mesmo porque os modernos antro-po-sociologistas têm demonstrado que nas veias de cada indivíduo corre hoje o sangue de toda as raças. Dizem ainda que esse defeito de impureza é o fator principal que contribui para o progresso da evolução (MOURA, 1918, p. 27).

É importante observar que o ponto de vista expresso por Maria Lacerda de Moura sobre a mistura das raças era compartilhado por poucos naquele momento. O discurso reinante no

vista como a mais distante dos padrões de conduta determinadas pela sociedade da época, devendo ser homogeneizada pela escola para o futuro convívio em sociedade (GUIMARÃES, 2011),

Brasil era o de base eugênica, que pregava, em grande parte, a melhoria da espécie humana através da seleção das raças consideradas superiores¹⁵⁶. Um dos que compartilhavam dos mesmos ideais de Maria Lacerda de Moura foi o médico Manoel Bomfim, que, segundo Aguiar (2000), não só refutava a tese da inferioridade natural do negro e do índio como recusava a ideia de que a mestiçagem levava à degradação biológica da sociedade brasileira. Ao contrário da maioria dos antropólogos e médicos do período, ele não entendia a miscigenação como o primeiro passo para a degenerescência étnica da sociedade.

A teoria da desigualdade das raças (defendida por teóricos europeus, como Gobineau e Gustave Le Bon, e adotada por intelectuais brasileiros) era, na virada do século, uma verdade dominante, plenamente aceita, sobretudo porque baseada num suposto científico. Ao arrostá-la, Manoel Bomfim não apenas discordou: ela, na realidade, entrou em rota de colisão com um sistema de poder, cuja representação simbólica (ou arcabouço ideológico) apoiava-se justamente no regime de verdade da sociedade em que vivia (AGUIAR, 1999, p. 49).

Manoel Bomfim se colocou publicamente contra as teorias racistas e a eugenia negativa, denunciando o uso abusivo da obra de Darwin. Em seu livro *América latina: males de origem*, de 1905, contestou a tese amplamente difundida no período, de que o atraso dos países e dos continentes se dava em função das raças inferiores.

É importante dar vistas, mais uma vez, que mesmo com a reconhecida participação de Bomfim no debate sobre o assunto, Maria Lacerda de Moura não o cita em seu livro, a exemplo do que faria no caso das pesquisas de psicologia experimental aplicada à pedagogia, em que também não citaria Bomfim e sua experiência pioneira no *Pedagogium* do Rio de Janeiro.

Se, por um lado, Maria Lacerda de Moura defendia a miscigenação das raças e a valorização de todas elas para o futuro do país, por outro, pregava o culto dos “grandes” nomes da pátria e a formação militar para que a nação não passasse por um processo de desvalorização, provocada pela própria sociedade, que não reconhecia a sua importância:

Como disse um jornal carioca, na atualidade, chegamos a degradação de ouvir o nosso Hino Nacional tocado em leilões de prendas para festas religiosas, em extração de loterias, em bailes carnavalescos, e em quanto gramofone há (MOURA, 1918, p. 28).

¹⁵⁶ Segundo Maciel (1999), a teoria eugenista teve grande sucesso e se manteve por um longo período como justificativa para práticas discriminatórias e racistas em todo o mundo. No Brasil, ganhou destaque nas primeiras décadas do século XX por fornecer explicações para o atraso do país e, ao mesmo tempo, por indicar o caminho para a superação dessa situação.

Nas comemorações cívicas do dia 7 de Setembro em Barbacena, por exemplo, Maria Lacerda de Moura registrou, em texto, também publicado no livro *Em torno da Educação*, o comportamento inadequado de alguns jovens barbacenenses ao escutar o hino nacional.

Vimos mesmo que um ou outro rapazinho conservou na cabeça o seu chapéu, enquanto a música vibrava em tons patrióticos. Notamos também que algumas moças passavam indiferentes, pelo lado oposto da calçada, como se nada de anormal tivessem visto ali tão perto. É necessário começar essa obra de restauração do caráter brasileiro, sem perda de tempo. O Hino Nacional devia ter despertado entusiasmo em mais alguns moços (MOURA, 1918, p. 70).

Para esses moços, cuja educação na infância havia falhado, Maria Lacerda de Moura apontava a formação militar para lhes dar espírito de disciplina, de ordem e respeito às leis e aos chefes. Nesse contexto, defendia o serviço militar obrigatório, que deveria se dar o mais breve possível para a formação de patriotas que assumiriam a direção dos destinos do país.

Contudo, deixava claro que tal falha poderia ser evitada com a educação da criança, que deveria se dar de forma mais ampla, envolvendo todas as esferas da vida (social, familiar, moral, escolar, etc.) desde a mais tenra idade. Se seriam elas a operar a reforma do caráter nacional, o patriotismo deveria lhes infiltrar os corações no dia a dia, na calma regular das quatro horas de estudo, nas festas cívicas, de forma mais segura, refletida, adquirida pelo hábito, em casa, pela educação dada pelos pais, sobretudo pelas mães. É nesse sentido que a professora anuncia, em outro texto de seu livro, seu apoio ao concurso para a publicação de um catecismo cívico, idealizado pela Liga de Defesa Nacional¹⁵⁷. Esse impresso, depois de escolhido pelo concurso, deveria ser distribuído em todas as escolas e a todas as crianças brasileiras (MOURA, 1918).

Segundo a professora, o catecismo cívico teria como objetivo desenvolver, na criança, as ideias de moral, de forma que ela conseguisse analisar sua própria natureza.

Kant nos seus admiráveis princípios de filosofia sobre a educação, achava que: “Nossas escolas carecem quase que inteiramente de uma cousa que seria entretanto muito útil para conduzir as crianças à lealdade, quero falar de um catecismo de direito. Ele deverá conter, sob uma fórmula popular, casos concernentes à conduta a se ter na vida ordinária” (MOURA, 1918, p. 63).

¹⁵⁷ A Liga da Defesa Nacional, criada em 1916 por Olavo Bilac, Pedro Lessa e Miguel Calmon, sob a presidência de Rui Barbosa, propunha um Projeto Nacional, baseado, a princípio, no serviço militar obrigatório. Também propunha projetos de alfabetização para a população e melhoria da Instrução Primária como estratégias para o desenvolvimento do país (OLIVEIRA, 2012).

Ao apoiar a ideia da confecção e distribuição entre as crianças de um catecismo cívico, Maria Lacerda de Moura parece querer reforçar as possibilidades de educação da criança. Juntamente com as mães e os professores, a própria criança poderia tornar-se sujeito da sua boa formação através da leitura e execução dos direcionamentos contidos no catecismo cívico, promovendo um contínuo “cuidado de si”, que transformaria para melhor a sua conduta, seus hábitos e costumes. Porém, diferentemente do que seria para a mulher, as crianças teriam ao seu alcance mais aparatos para essa transformação pessoal, para esse “cuidado de si”, como, por exemplo, o catecismo cívico, “técnica de si” elencada para o seu aperfeiçoamento como cidadão do futuro (FOUCAULT, 1984).

Além da formação moral dada pelo catecismo cívico, o estudo científico seria essencial para o pleno processo educacional da criança, sobretudo dentro do espaço escolar. Nesse contexto, ressaltava a colaboração entre o médico, o educador e os pais, que constituiriam uma força essencial, “a única capaz de reerguer o caráter nacional, tornando o homem forte sob qualquer ponto de vista” (MOURA, 1918, p. 115).

Dentre os principais estudos científicos, a professora aponta os realizados pela pedologia, uma das mais importantes ciências do período e a que melhores serviços prestaria à causa do progresso universal. A partir dessa constatação, Maria Lacerda de Moura deixava claro que tal ciência não deveria ser conhecida apenas por médicos e alguns educadores teóricos, mas, sim, por todos aqueles inseridos no ambiente escolar e nos lares, sendo o seu conhecimento prático estendido às mães, mesmo àquelas mais pobres de bens materiais e intelectuais.

Ninguém educa sem conhecer a criança. Ninguém pode conhecer a criança sem que a estude em sua natureza física, natural e moral, - sem compreender que cada indivíduo contém em si os germens do bem e do mal, em escalas diversas, os quais se alteram e se modificam (MOURA, 1918, p. 115).

Segundo Ferreira (2014), a pedologia do início do século XX foi vista como uma ciência totalizante da criança, que compreendia diversas outras esferas do conhecimento científico sobre os primeiros anos da vida humana, como a biologia infantil, a psicologia infantil, a pediatria, a pedotécnica e a pedagogia experimental. Ao contribuir para o desenvolvimento da criança, a pedologia foi considerada uma ciência capaz de assegurar uma sociedade melhor, com cidadãos aptos a cumprirem o projeto de nação desejado pela república. Assim, seria de grande importância que todos os envolvidos no processo educacional e formativo da criança pudessem ter acesso aos conhecimentos desenvolvidos pela pedologia, de modo que os

professores teriam como tarefa obrigatória se atualizar sobre o que era realizado mundo afora sobre o assunto.

Segundo Maria Lacerda de Moura, teria sido a “fadiga escolar” e o problema dos “anormais” e “atrasados mentais” que elucidaram a necessidade de cooperação médico-pedagógica nas escolas, gerando muitas iniciativas pelo mundo para o debate sobre o assunto, como os congressos internacionais.

Em 1904 no congresso de Nuremberg havia mais ou menos 1.000 médicos e pedagogistas de diversas nacionalidades. No Japão, em 1905, havia 7.000 médicos escolares. Em 1906, na Alemanha, por ocasião do primeiro congresso de pedologia, houve uma exposição de aparelhos para o estudo experimental da criança e é ocioso citar nomes de tantos cientistas que vêm enriquecendo o movimento pedagógico experimental entre aquele povo (MOURA, 1918, p. 116).

Segundo Maria Lacerda de Moura, foi Binet, na França, que teria iniciado o movimento pela pedagogia científica, publicando diversas obras e cooperando para a difusão desses estudos. Também chama atenção para os trabalhos de Mlle. Yoteyko, na Bélgica, que teria divulgado pesquisas sobre a fadiga escolar. Já na América do Norte, frisa que, em todas as principais cidades, havia comitês de estudos oficiais, compostos por médicos, professores e pedagogistas, os quais se preocupavam com as investigações científicas e práticas relativas às crianças. Tais trabalhos seriam publicados pela imprensa e divulgados em conferências públicas, periodicamente. Haveria, também, instituições particulares criadas exclusivamente para o estudo dos problemas de educação, como o Teachers College e o Chicago Institute, nos Estados Unidos. Já na Suíça, na Rússia, Áustria, na Itália, na Argentina e em outros países existiriam sociedades, laboratórios e revistas nas quais a educação física, os aparelhos ortopédicos, a fadiga, os atrasos mentais, os casos dos anormais, a habilitação do professorado, a higiene, as relações entre a inteligência e o sentido muscular, a associação das funções de circulação e de respiração com o pensamento, a medição da atenção e da fadiga, assim como o sério problema da criminalidade infantil, eram objetos de estudos constantes (MOURA, 1918).

Já no caso do Brasil, Maria Lacerda de Moura esclarecia que poucos estariam se voltando para as causas da infância, entre eles Moncorvo Filho¹⁵⁸, Clemente Ferreira¹⁵⁹ e

¹⁵⁸ Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944), médico carioca, atuou sobre a situação social do Brasil no início do século XX. Criticou as instituições de amparo à infância, propondo uma atuação científica e social para elas. Defendeu a assistência médico-social da criança, sistematizou seus esforços com a criação do Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI), no qual iniciou uma ampla campanha de educação das mães e de higiene da infância (CAMARA, 2013).

¹⁵⁹ O médico Clemente Miguel da Cunha Ferreira (1857-1947) atuou sobre o serviço sanitário de São Paulo e foi incumbido de organizar uma entidade filantrópica de combate à tuberculose (BERTOLLI, 2001).

Fernandes Figueira¹⁶⁰, os quais chamava de “admiráveis sacerdotes da ciência” ao trabalharem na obra de proteção e assistência à infância.

É oportuno observar que, mais uma vez, os trabalhos desenvolvidos por Clemente Quaglio, em São Paulo, e por Manoel Bomfim, no Rio de Janeiro, não são citados por Maria Lacerda de Moura, mesmo quando ela se dedicava a exemplificar os trabalhos e estudos amparados nas ciências que eram desenvolvidos no Brasil. Ao mesmo tempo, é preciso salientar que os nomes que ela citava estavam envolvidos em trabalhos mais ligados à proteção e assistência à infância pobre do que ao estudo científico sobre a mesma. É o caso de Moncorvo Filho, que, no Rio de Janeiro, esteve à frente do Instituto de Proteção à Infância, instituição criada por ele em 1889 e que tinha por objetivo o bem estar da criança, sendo as pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas seus alvos prioritários. O Instituto pregava a difusão de noções de higiene infantil para as famílias pobres, a regulamentação do trabalho feminino e a tutela sobre as crianças maltratadas ou em perigo moral¹⁶¹ (KUHLMANN, 1998).

Contudo, para Maria Lacerda de Moura, teriam sido essas as iniciativas a darem curso ao movimento científico em alguns estados brasileiros. Já no caso específico de Minas Gerais, a professora deixava claro que “quase nada está se fazendo neste sentido” (MOURA, 1918, p. 118).

Para ela, os dirigentes mineiros não estariam preocupados em fornecer aos professores condições de acompanharem os avanços científicos na área educacional que se davam pelo mundo, preferindo deixá-los trabalhar com os métodos mnemotécnicos, por darem menos trabalho e serem mais cômodos para os alunos.

A escrita de Maria Lacerda de Moura parece corroborar a afirmação que faria em seu requerimento: a de que, em Minas Gerais, não existiam trabalhos que desenvolvessem ou considerassem os estudos científicos voltados para a educação da infância. Ao mesmo tempo, indica a falta de interesse dos governantes do estado por tais estudos, o que se confirmaria nos pareceres emitidos pela Secretaria do Interior, quando somente a aprovação parcial foi dada à professora para desenvolver o seu projeto de estudo científico da infância, como visto no capítulo 2.

¹⁶⁰ O médico Antônio Fernandes Figueira (1863-1928) atuou, no início do século XX, na assistência e filantropia da infância pobre no Rio de Janeiro, principalmente na Policlínica das Crianças da Santa Casa da Misericórdia carioca, aberta em 1909 na freguesia de São Cristóvão (SANGLARD e FERREIRA, 2014).

¹⁶¹ É importante lembrar que Maria Lacerda de Moura participou do 1º Congresso de Proteção à Infância, no Rio de Janeiro, em 1922, idealizado por Moncorvo Filho (WADSWORTH, 1999, s/p).

Ao demandar tais estudos para Minas Gerais e para o Brasil em seus primeiros escritos, Maria Lacerda de Moura já dava mostras de seu interesse em se colocar como precursora das pesquisas científicas sobre a educação da infância mineira, o que se confirmaria no ano seguinte, em 1919, quando escreveria à Secretaria do Interior do estado solicitando permissão para iniciar seu projeto de estudo científico com as crianças das escolas de Barbacena.

Ainda sobre as possibilidades de realização dos estudos científicos sobre a criança nas escolas, Maria Lacerda de Moura lançava as seguintes questões em seu livro: “Os nossos professores já compreenderam a necessidade do desenvolvimento dos sentidos? Os programas de ensino não estarão em desacordo com estas e outras teorias na moderna pedagogia?”.

Para ela, as aulas de trabalhos manuais, de desenho, de cartografia, que faziam parte do programa de ensino das escolas oficiais, eram dadas somente para preparar exposições vistosas para as comemorações e visitas de fiscalização de fim do ano, não sendo trabalhadas para o aperfeiçoamento dos sentidos das crianças. Para Maria Lacerda de Moura, esses trabalhos deveriam propiciar um constante processo de valorização do trabalho do aluno, de conhecimento sobre si e sobre o seu corpo, podendo evitar algumas moléstias escolares, causadoras do atraso escolar, como a fadiga, por exemplo.

Tais críticas podem ter se dado pelo fato de Maria Lacerda ter sido avaliadora dos exames finais da disciplina de trabalhos manuais na Escola Normal de Barbacena, o que lhe conferiu tempo de observação e possibilidade de análise dos resultados dos métodos utilizados para o ensino desse conteúdo.

Apesar de indicar os trabalhos de assistência e proteção à infância pobre como importantes para o desenvolvimento do país, seriam os estudos sobre os anormais, sobre os atrasados mentais e pedagógicos, sobre as experiências a respeito da relação entre a sensibilidade física e a inteligência, os sentidos e as dificuldades intelectuais, as quais trariam luzes para a obra educativa.

É necessário observar que Maria Lacerda de Moura atribuía maior valor aos estudos que se voltavam para a fisiologia da criança em sua relação com a inteligência, ou seja, da observação dos seus sentidos e condições de seu corpo para a análise e compreensão da sua capacidade intelectual.

Como visto, ao defender seus ideais de educação da infância, Maria Lacerda de Moura buscava amparo constante no discurso científico, sobretudo no da medicina e da psicologia experimental da época, ambas amparadas fortemente na fisiologia do corpo humano. Já em seu primeiro livro, demonstrava conhecimento sobre esses campos de saberes ao citar nomes de estudiosos, utilizar expressões da área e exemplificar situações de pesquisa.

Modernamente, fisio-psicologistas como Binet, Kraepelin, Thorndike, Sikorski, Biervliet e Demoor, têm estudado experimentalmente a sensação da fadiga das crianças na escola. As suas causas são múltiplas e complexas: - idade, sexo, inteligência, meio social, materiais de ensino, programas exigentes, horas do dia e de trabalho, estações do ano, exercícios físicos, e tantas outras que seria ocioso numerar (MOURA, 1918, p. 13).

Mesmo quando se dedicou a escrever sobre saúde bucal em seu livro, Maria Lacerda de Moura não deixou de demonstrar seus conhecimentos sobre o assunto, citando o movimento dentário escolar que se desenvolvia em vários lugares do mundo, como Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca, Alemanha, América do Norte, Suíça e Noruega, e ao enumerar os malefícios gerados pela falta de cuidados na escovação dos dentes.

Cientificamente está provado que muitas moléstias infecciosas têm sua origem em dentes mal cuidados; a piorreia alveolar, por exemplo, é a causa, às vezes, de infecção no sangue. A radiografia tem revelado que abscesso nos dentes podem produzir dores reumáticas nos braços, nos ombros, inflamação na vista, etc. (p. 129).

Ao ler as informações dadas por Maria Lacerda de Moura em seu primeiro livro, sobretudo as que dizem respeito aos conhecimentos científicos do período aplicados à educação da infância, percebe-se que a professora tinha uma leitura muito ampla sobre o assunto, chegando a citar, inclusive, diversos autores e trabalhos que se dedicaram ou que estavam se dedicando ao assunto naquele momento. É, nesse sentido, que se coloca como questão para este trabalho o seu acesso a esse extenso material, que, naquele período, era de publicação recente e de pouca circulação, principalmente no interior do Brasil.

No livro *Em torno da educação*, Maria Lacerda de Moura quase não citava autores ou leituras do Brasil, mesmo quando pareceu utilizar essas fontes para algumas de suas afirmações, como o caso da miscigenação racial no Brasil, amplamente tratada por Bomfim. Entretanto, menciona, em nota de rodapé, o livro de Faria de Vasconcellos, *Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental*, de 1910, que, ao que tudo indica, foi fonte preciosa de todas as considerações realizadas por Maria Lacerda de Moura na publicação.

Faria de Vasconcelos (1880-1939) foi um educador português responsável por várias publicações sobre o movimento da escola nova. *Lições de Pedologia e Pedagogia Experimental*, de 1910, pode ser comparado a um manual de formação de professores com relativa difusão entre o magistério português e brasileiro nas primeiras décadas do século XX (SILVA, 2013). Segundo Catani e Silva (2007), o manual de Vasconcellos foi exemplar ao

detalhar a importância de uma pedagogia nova, cujas características principais podem-se reduzir a três fatores: 1) o estudo científico da criança; 2) a associação eficaz do médico e do educador; e 3) a colaboração sincera da família e da escola na obra educativa. Seu objetivo maior era formar e informar os professores sobre os rumos científicos que a educação poderia tomar, principalmente no que dizia respeito à psicologia, que apontava para a adaptação do ensino e da educação ao desenvolvimento natural, físico e psíquico da criança.

O estudo das necessidades individuais da criança, da sua fisiologia e da sua psicologia, está na ordem do dia em todos os países. Aplicam-se ao estudo da criança os processos científicos de observação e experimentação em uso nas outras ciências, com o fim de determinar progressivamente as bases da educação nova [...]. O estudo científico da criança é, de certo, imensamente vasto [...]. Para o bom êxito do estudo físico e psíquico da criança, é indispensável a cooperação de vários fatores, sobretudo a do médico e a da família (VASCONCELLOS, 1910, p. 9).

Como é possível perceber, Vasconcellos trata de grande parte dos eixos temáticos trabalhados por Maria Lacerda de Moura, e também dos vários autores e exemplos de pesquisas citados por ela em seu livro *Em torno da Educação* e em seu requerimento. Assim, é possível levantar a hipótese de que grande parte do seu projeto de estudo científico da infância teve como suporte o livro *Lições de Pedologia e Pedagogia experimental*, de Faria de Vasconcellos, assim como o foi para outros educadores de seu tempo, como o próprio Clemente Quaglio, em São Paulo (MONARCHA, 1999)¹⁶².

É importante destacar que, através do livro *Em torno da Educação*, foi possível identificar que o projeto científico que Maria Lacerda de Moura pretendia desenvolver junto às crianças mineiras abrangia diferentes ciências, que se estendiam e se misturavam através da medicina e da psicologia, como a higiene, a fisiologia, a pediatria, enfim todo o conhecimento que pudesse gerar, através do método científico/experimental, o desenvolvimento, a formação e a educação da criança. Contudo, as experiências fisiológicas, principalmente as que investigavam os sentidos das crianças, foram as que mais chamaram atenção de Maria Lacerda de Moura, que defendia o bom desenvolvimento dos sentidos como o único meio para o desenvolvimento da inteligência da criança. Buscando dar destaque à relação íntima e indispensável entre a inteligência e os movimentos voluntários, a professora apontava que as ocupações manuais seriam as mais próprias para o cultivo da inteligência. “Quando o cérebro pensa é todo o ser que entra em ação” (MOURA, 1918, p. 116).

¹⁶² De acordo com Monarcha (1999), o livro de Vasconcellos foi uma das leituras orientadoras da obra e do trabalho desenvolvido por Quaglio na Escola Normal de São Paulo, tema tratado no capítulo 2 desta tese.

Tal análise da professora mineira vai ao encontro do relatório que o Inspetor regional Alceu de Souza Novaes realizou sobre o seu requerimento, compartilhando uma crença maior nos estudos de base fisiológica para o desenvolvimento e compreensão da inteligência humana. Mais uma vez, observa-se que, ao correlacionar inteligência e movimentos voluntários, Maria Lacerda de Moura esteve mais envolvida com um movimento que via a pedagogia integrada a uma psicologia reduzida à fisiologia, ou a um projeto educacional que reduzia a realidade psíquica à realidade fisiológica (MONARCHA, 2009, GOUVEA, 2008).

A partir das informações presentes no livro *Em torno da educação*, é possível considerar que, assim como outros intelectuais e educadores do seu tempo, Maria Lacerda de Moura incorporou o cientificismo em seu discurso e em suas propostas educacionais, elegendo-o como possibilidade real de melhoria da sociedade. Isso fica ainda mais evidente quando se verifica que a professora iniciava quase todos os textos de seu primeiro livro com alguma das expressões: “cientificamente discutem”; “cientificamente falam”, “cientificamente está provado”.

Segundo Freitas (2005), era comum a pedagogia, amparada na ação científica, indicar a direção a ser tomada pela sociedade como um todo. Dos mais variados matizes interpretativos provinham opiniões segundo as quais seria necessário fazer da ciência e da instrução instrumentos preparados para oferecer à sociedade uma direção que a distanciasse do próprio passado, inclusive político, chegando a assumir funções redentoras durante a história da república brasileira.

Em torno da educação traduziu bem esse contexto de utilização da ciência em prol da nação e da república de sua época, envolvendo personagens importantes e centrais para essa dinâmica, como a criança e a mulher, que podem ser considerados os pilares da biopolítica de seu tempo. Entretanto, parte desses ideais teve curta duração na trajetória e nos escritos de Maria Lacerda de Moura, perdurando o tempo que seguiu ao da próxima publicação, *Renovação*, na qual mudaria sua posição de defesa da república para a busca de uma sociedade libertária, na qual a mãe, a criança e a ciência assumiriam outros papéis.

3.2 - *Renovação*: feminismo, infância, ciência e sociedade libertária

3.2.1 - O livro e sua materialidade: outras aproximações

Renovação foi o segundo livro produzido por Maria Lacerda de Moura. Publicado em 1919, um ano após *Em torno da educação*, a obra é composta por seis capítulos, como mostra o quadro abaixo, distribuídos em 261 páginas numeradas. Possui capa e contracapa, e, diferentemente do primeiro livro, traz um sumário ao final da publicação.

QUADRO 9: Capítulos e subcapítulos do livro *Renovação*

Capítulo	Título do capítulo	Subtítulos
Capítulo 1	Feminismo	As grosserias femininas
		Primeiro movimento feminista no Brasil
		Brasileiras célebres
		O feminismo não desvia a mulher do lar
Capítulo 2	O sufrágio feminino	Razão do voto para a mulher
		Ligeiro histórico do voto feminino
Capítulo 3	A religião	Liga Fraternalista Intelectual
		O primeiro congresso de religiões no Brasil
Capítulo 4	Solidariedade	A infância abandonada
		Filantropia
		Maternidade
		Legislação operária
		Policiamento do costumes
		Higiene
		Guerra ao álcool, ao fumo, à morfina, à cocaína
		A hereditariedade
		Guerra ao jogo
A criança e o cinematógrafo		
Capítulo 5	Seduções	A causa da prostituição voluntária e a miséria
		Proteção masculina
		Questões sociais
		A virtude feminina não é mérito porque é dever
		Sentimentalismos
		Suicídio
Capítulo 6	Educação Nova	Maria Montessori
		Melindrosas e almofadinhas
		O ensino das línguas
		Le Bon e o socialismo
		Ferrer e a escola nacionalista

Como é possível observar nas informações do quadro acima, o novo livro apresentava uma construção temática bastante diversa, a exemplo do que já tinha acontecido em *Em torno da educação*. Apesar de alguns temas se complementarem na escrita, como os que gravitam em torno do feminismo e do sufrágio feminino, nota-se, com a leitura, que grande parte dos capítulos foram escritos como textos independentes, sem a intensão de continuidade entre um e outro. Alguns deles possuem, até mesmo, datação anterior à da publicação do livro, demonstrando que *Renovação* não teve um projeto linear de realização, mas, sim, a intenção de reunir um conjunto de reflexões sobre um tema que se tornaria caro à escritora: a construção de uma sociedade libertária. “Cada capítulo desse livro dá margem para um livro inteiro, mas, o meu intuito é apenas fazer pensar” (MOURA, 1919b, p. 111).

Para demonstrar a possibilidade de efetivação de uma sociedade igualitária em direitos e deveres, com leis de educação para todos e com atitudes de valorização do pensamento de seu povo, Maria Lacerda de Moura mobilizou os mesmos sujeitos de antes: a mulher e a criança, que também foram articulados através do discurso científico. Porém, agora, uma nova roupagem se coloca sobre esses sujeitos: o **feminismo** e a **infância**, vistos como uma nova forma de entender a mulher e a criança em meio a uma sociedade extremamente excludente, preconceituosa e injusta.

Assim como em *Em torno da educação*, *Renovação* traz em sua capa o nome da autora como primeira informação. Em seguida e de forma central, aparecem o título da obra e uma epígrafe, de Guerra Junqueiro. Logo abaixo seguem o nome e endereço da editora – Tipografia Athene, rua João Pinheiro 211–, e, por fim, o local e o ano de publicação, Belo Horizonte/MG¹⁶³.

¹⁶³ Não foram encontradas informações sobre a Tipografia Athene de Belo Horizonte.

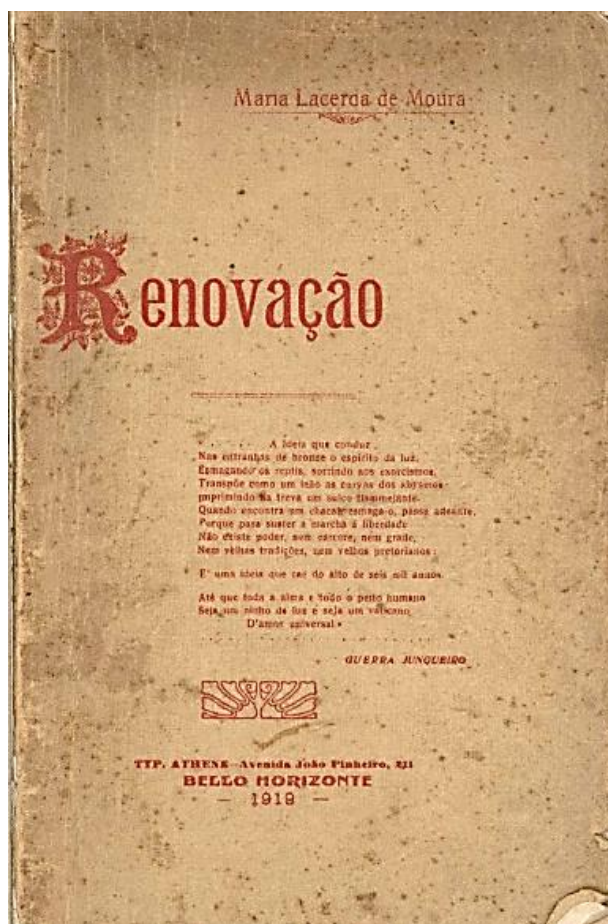


Figura 26: Capa do livro *Renovação*, 1919
 Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

Assim como aconteceu em *Em torno da Educação*, a epígrafe apresentada na capa da nova obra também anunciava os objetivos de Maria Lacerda de Moura com a referida publicação. Um trecho de um dos poemas de Guerra Junqueiro foi escolhido para indicar a “renovação” pela qual a professora mineira havia passado e que traria para os seus leitores:

A ideia que conduz
 Nas entranhas de bronze o espírito da luz,
 Esmagado os répteis, sorrindo aos exorcismos,
 Transpõe como um leão as curvas dos abismos
 Imprimindo na treva um sulco flamejante
 Quando encontra um chacal, esmaga-o, passa adiante
 Porque, para suster a marcha à liberdade
 Não existe poder, nem cárcere, nem grade,
 Nem velhas tradições, nem velhos pretorianos:
 É uma ideia que cai do alto de seis mil anos,
 Até que toda a alma e todo o peito humano
 Seja um ninho de luz e seja um vaticano D’amor Universal (GUERRA
 JUNQUEIRO *apud* MOURA, 1919b).

A escolha pelo poema de Guerra Junqueiro (1850-1923) não teria se dado por acaso. Anticlerical português que ajudou a criar o clima revolucionário que colaborou com a queda da monarquia e a ascensão da república portuguesa, o poeta era um típico representante do movimento da “Escola Nova”. Escreveu diversos poemas de crítica à escola tradicional pela qual passou e que ainda via permanecer em Portugal, como, por exemplo, o poema *Escola Portuguesa*, do qual alguns trechos são transcritos a seguir:

A Escola Portuguesa

Eis as crianças vermelhas
Na sua hedionda prisão:
Doirado enxame de abelhas!
O mestre-escola é o zangão.

Em duros bancos de pinho
Senta-se a turba sonora
Dos corpos feitos de arminho,
Das almas feitas d'aurora.

Contemplam de quando em quando,
E com inveja, Senhor!
As andorinhas passando
Do azul no livre esplendor.

Oh, que existência doirada
Lá cima, no azul, na glória,
Sem cartilhas, sem tabuada,
Sem mestre e sem palmatória!

E como os dias são longos
Nestas prisões sepulcrais!
Abrem a boca os ditongos,
E as cifras tristes dão ais! [...] (GUERRA JUNQUEIRO em *A Musa em Férias*).

Na epígrafe do livro, fica clara a ideia de passagem de um pensamento tradicionalista para um mais libertário, livre de “cárceres” e de “grades”. Entretanto, conforme demonstra a alusão escolhida pelo poeta, o caminho para a liberdade não seria fácil. Muitos “abismos” seriam encontrados e vários obstáculos, como “répteis” e “chacais”, deveriam ser enfrentados. Todo esse “exorcismo” de ideias exigiria de Maria Lacerda de Moura, e de quem mais quisesse se colocar a renovação, a força de um “leão”, e deveria servir para se alcançar a um só fim: “O amor universal”.

A contracapa de *Renovação* é idêntica à capa, mas as páginas seguintes apresentam informações diversificadas. Trazem, por exemplo, informações sobre as publicações de Maria Lacerda de Moura e uma fotografia sua, de perfil¹⁶⁴, como ilustra a figura a seguir.

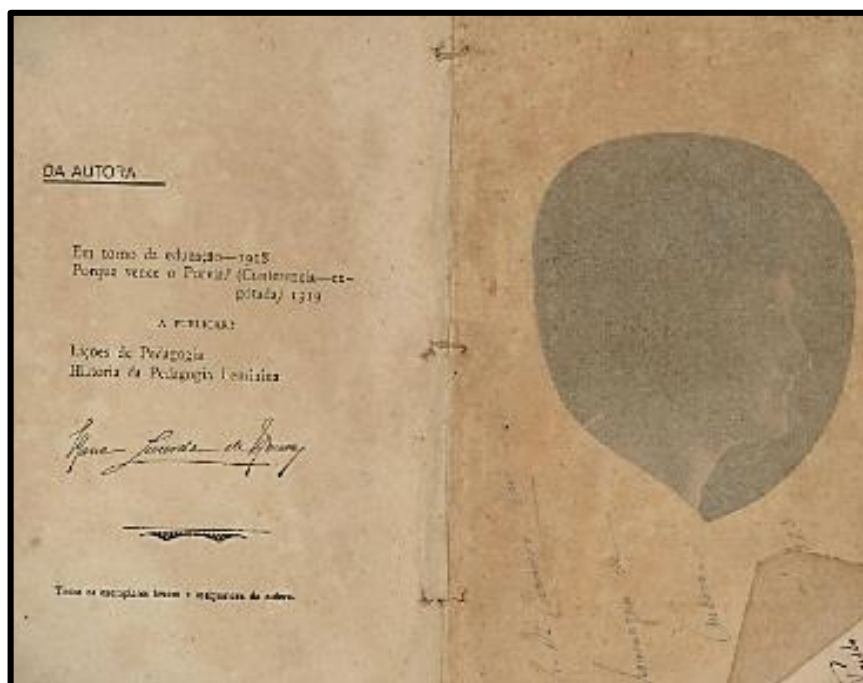


Figura 27: Terceira e quarta páginas do livro *Renovação*
Fonte: Arquivo Miriam Lifchitz Moreira Leite, CEDEM

Sobre as publicações, são descritas, primeiramente, as já realizadas por Maria Lacerda de Moura: *Em torno da educação*, de 1918, e *Porque vence o porvir?*, conferência pronunciada na sede da Liga dos Homens do Trabalho de Barbacena, em 1919¹⁶⁵. Traz, também, o anúncio dos livros que seriam publicados pela autora: *Lições de Pedagogia*, publicado somente seis anos depois, em 1925, já em São Paulo; e *História da Pedagogia feminina*, que, ao que tudo indica, não chegou a ser publicado¹⁶⁶. Ainda na terceira capa há a informação de que todos os impressos do novo livro levariam a assinatura da autora, assim como leva o exemplar pesquisado neste trabalho. Tal informação corrobora a hipótese, já levantada anteriormente, de que as primeiras publicações da professora mineira teriam sido solicitadas por ela própria, em poucos exemplares. Assim como *Em torno da educação*, *Renovação* não é um livro de fácil

¹⁶⁴ Como em outras fotografias suas que foram localizadas, a posição escolhida pela autora se dava em função de um estrabismo em um dos olhos.

¹⁶⁵ *Porque vence o porvir?* Foi publicado no formato de folheto, contendo a conferência pronunciada por Maria Lacerda Moura, em 1919, na sede da Liga dos Homens do Trabalho, em Barbacena.

¹⁶⁶ Não há, nos levantamentos realizados para esta pesquisa, bem como nas investigações realizadas por outras pessoas, indícios sobre a publicação desse livro.

localização nos dias atuais. Nos quatro anos desta pesquisa, somente um exemplar original foi localizado.

Por outro lado, *Renovação* parece ter tido circulação mais ampla do que *Em torno da educação*, como aponta os “juízos” de leitura publicados sobre o livro, que partem de lugares diversos do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, e até mesmo de fora do Brasil, como o vindo de Portugal¹⁶⁷.

Venho agradecer-lhe rendidamente a gentileza e a honra com que meu distinguiu, brindando-me com a sua notável *Renovação*. Poderão sociólogos e pediatras divergir, aquém ou além, dos conceitos de V. Exa.; o que ninguém, nem mesmo eles, poderá contestar é a nobreza e a generosidade dos intuitos. Queira pois V. Exa. aceitar com os mais vivos agradecimentos, as calorosas felicitações do servo grato e admirador (CÂNDIDO DE FIGUEIREDO, Lisboa, 1920)¹⁶⁸.

Surpresa por vários motivos: primeiro porque seu aparecimento foi repentino, não precedido de toque de caixa; segundo porque mais inesperado ainda e ver-se surgir, no Brasil, uma escritora que trate de coisas sérias, com seriedade; terceiro, porque, além de tudo, ela escreve com grande fluência e vivacidade, indo direto ao ponto, desafiando as suas razões rápida e claramente numa maneira, ao mesmo tempo, enérgica e engraçada (ESTADO DE SÃO PAULO, janeiro de 1920)¹⁶⁹.

... e sabe dizer tudo isso em um estilo cheio de clareza e de correção. No meio da nossa literatura, e, geral, incolor e insípida, o seu livro *Renovação* é um raio de sol consolador (LUIZ GUIMARÃES FILHO, Rio de Janeiro, dezembro de 1919)¹⁷⁰.

... Estou certo que o seu livro terá a repercussão que merece e um acentuado destaque na nossa literatura social. Permita que deixe em suas mãos esse tomo, único dos meus trabalhos que tenho aqui. Quisera bem submeter ao seu juízo autorizado as minhas *Lições de Pedagogia*. Falo-ei desde que a 2ª edição, tendo-se esgotado a primeira (MANOEL BOMFIM, Rio de Janeiro, janeiro de 1920).

Além de informações sobre a circulação de seu livro, os “juízos de leitura” revelam informações importantes, como o reconhecimento dado a Maria Lacerda de Moura como intelectual de seu tempo. Esse reconhecimento partia de pessoas de destacada importância,

¹⁶⁷ Como já mencionado, os “juízos de leitura” sobre o livro *Renovação* foram publicados pela própria Maria Lacerda de Moura, em 1925, na abertura de *Lições de Pedagogia*.

¹⁶⁸ Cândido de Figueiredo (1846-1925), foi um escritor português. Dentre suas obras mais conhecidas está o *Novo dicionário da Língua Portuguesa*, com primeira edição em 1899 e reeditado até os dias atuais.

¹⁶⁹ Criado por um grupo de republicanos em 1875 com o objetivo de combater a monarquia e a escravidão, o jornal *Estado de S. Paulo* noticiava diversidades, entre elas comentários de livros publicados a partir da colaboração de pessoas ilustres como Ruy Barbosa e Olavo Bilac.

¹⁷⁰ Luiz Guimarães Filho (1878-1940) foi um poeta e cronista brasileiro responsável por promover várias associações culturais entre o Brasil e Portugal.

como Manoel Bomfim, que, além de indicar o trabalho da professora como merecedor de reconhecimento dentro da literatura social, ainda valorizava a opinião que a mesma poderia emitir sobre um de seus livros mais importantes: *Lições de Pedagogia*¹⁷¹. Nesse caso, é preciso sinalizar que Maria Lacerda de Moura passou de uma posição de quem solicita leitura para a de interlocutora, o que indica o seu progressivo reconhecimento no campo. Ainda sobre as informações que os “juízos” de leitura nos trazem, pode-se considerar que, ao enviar seu livro a Bomfim, Maria Lacerda de Moura revelava não desconhecer o médico, nem mesmo o trabalho que desenvolvia, ao contrário do que pareceu demonstrar no livro anterior e em seu requerimento, ao não mencioná-lo.

Sobre os juízos de leitura do livro *Renovação*, é possível sinalizar que eles passaram por algum tipo de seleção ou recorte por Maria Lacerda de Moura antes de serem publicados, já que a maioria se inicia por parágrafos incompletos e se findam antes mesmo da posição final do autor. Nesse caso, é necessário atentar para o fato de que leituras de ordens diferenciadas podem ter sido emitidas sobre *Renovação*, sobretudo quando analisamos o conteúdo da obra, em que a própria autora indica que o seu texto poderia se tornar alvo de amores e também de ódios. Para a sua afirmação como escritora e intelectual de seu tempo, a escolha seria daqueles comentários que mais lhe atribuiriam valor, e dos personagens que mais se destacavam no cenário intelectual da época.

As páginas seguintes do livro são destinadas a expor as dedicatórias da nova publicação da professora mineira. Se em *Em torno da educação* a dedicatória se direcionou ao pai, em *Renovação* foi para a mãe: “Tu que tanto me animaste no decorrer desta obra... Resignada e boa, cujos olhos se enchem de pranto ao ouvir a leitura dessas páginas... Aceita, ó Mãe, a homenagem máxima do amor filial. É o mais carinhoso beijo que lhe posso dar” (MOURA, 1919b, p. 5). Uma segunda dedicatória é realizada no livro, agora para os seus filhos adotivos, Jair e Carminda:

Aos meus filhinhos adotivos – nascidos da maternidade espiritual do meu ser, da necessidade que sente o coração feminino de transbordar ao afeto em outros afetos. À Carminda. Para que saiba educar os filhos se os tiver. Ao Jair. Que, como os corredores da lenda, tomará, por sua vez, o facho sagrado e os transporá a uma longa distância passando-o a mais alguém que surgir, no futuro – para a Renovação (MOURA, 1919, p. 7).

¹⁷¹ *Lições de Pedagogia: teoria e prática*, de Manoel Bomfim, foi publicado pela primeira vez em 1915.

Como já indicado no capítulo 1, a formação que Maria Lacerda de Moura buscava dar aos filhos se voltava não só para a instrução escolar, mas também para a compreensão dos valores e ideais com os quais comungava, de valorização do ser humano e de sua igualdade. Esperava que, assim, seguissem o caminho que ela havia iniciado em suas vidas: o de renovação de ideais sobre a humanidade, que incluía a plena formação e a valorização de todos os povos e de todas as raças.

Logo após as dedicatórias, Maria Lacerda de Moura traz uma espécie de aviso inicial em seu livro, uma forma de alerta às leitoras da obra sobre o que muitos diriam se escolhessem por erguer o seu livro para a leitura e o que, de fato, encontrariam em seus escritos.

Moças do meu país: se alguém vos disser que este livro não pode ser folheado por uma menina – não acrediteis. É possível que o classifiquem de mil modos segundo o espírito conservador, tradicional ou reacionário. O que é certo é que eu o escrevi para vós e nada há aqui, indigno da donzela mais ingênua ou da mulher mais casta (MOURA, 1919b, p. 5).

Pela primeira vez, surge no livro uma escrita totalmente diferenciada daquela de *Em torno da educação*. Uma escrita desafiadora, com palavras vibrantes – algumas em caixa alta –, que expõe, até mesmo com certa rebeldia, um novo olhar sobre a educação, a sociedade, a religião e a política. Uma escrita destinada à mulher, que continuava sendo o alicerce da educação do futuro, porém com uma nova roupagem, a do feminismo, o único veículo capaz de elevar a figura feminina aos postos que deveria ocupar para a transformação social.

É importante observar que, ao mesmo tempo em que Maria Lacerda de Moura dedicou sua escrita à mulher, publicou somente os juízos de leitura de homens. Isso pode revelar que ela colocava os homens não na posição de leitores, mas de atestadores da qualidade da sua obra, o que pode revelar um recurso discursivo da professora/mulher para se afirmar como autora.

Já prevendo o julgamento que sofreria por essa nova forma de pensar, por essa “renovação” pela qual havia passado e que queria transferir às suas leitoras, Maria Lacerda de Moura escreveu o prefácio do próprio livro em tom de explicação, buscando justificar a sua escrita e a sua inserção em novos ideais. Contudo, antes, esclarecia a sua incursão pelo mundo do conhecimento, o que tornou possível a escrita do livro.

A razão desse livro é simples. Estudei sozinha. Eu mesma me indicava os autores que devia ler. Conheci-os, uns através dos outros. E lia tudo: livros de

filosofia, lógica, pedagogia, psicologia, moral, etc., etc. – procurando interpretar. Que soma de prazeres intensos! Páginas e páginas eu devorava ativamente. E minha alma se extasiava de tantas maravilhas e sentia turbamentos, arroubos indescritíveis (MOURA, 1919b, p. 11).

A fala de uma autoeducação é constante nos escritos de Maria Lacerda de Moura. Assim como em *Em torno da educação*, em *Renovação* a autora dá a entender que não teve direcionamentos institucionais para os estudos que realizava, que os fazia sozinha, com interesses advindos da necessidade de se educar, seja para o desenvolvimento da sua profissão, seja para a sua condição de mulher.

Conheci a fascinação deslumbradora das primeiras leituras. Extasiada diante de um Sócrates, arrebatada pela figura de um Marco Aurélio, com a alma de joelhos ante a vida augusta de Pestalozzi eu percorria as folhas da história e vivi mergulhada em todas as épocas. Quanto mais lia, mais me sentia pequenina porém com maiores forças para a grande conquista. Compreendi a grande necessidade de educar o meu espírito, aprendi a ler, a armazenar conhecimentos adquiridos, a arrostar com as dificuldades que me apareciam a cada momento (MOURA, 1919, p. 11-12).

A partir das leituras e dos conhecimentos adquiridos, dia após dia, Maria Lacerda de Moura afirmava que se sentia renascer em si mesma. Essa “renovação” se deu logo após a escrita de *Em torno da educação*, em que os primeiros aplausos e os primeiros espinhos fizeram com que traçasse um novo plano na ordem de suas publicações: “esperam de mim um livros nos moldes do que eu idealizara” (MOURA, 1919b, p. 16). No livro, revela que fez um “balanço” nas suas concepções a partir dos estímulos e das apreciações recebidos, sobretudo de José Oiticica¹⁷².

Tem ouvidos para ouvir os cochichos da Voz clamante no deserto, que ressoa, agora, nas multidões sequiosas de verdade. Um volver de olhos lhe desvendará o cortejo dos gênios malfazejos que desgraçam toda a humanidade. E então compreenderá As dúvidas se dissiparão e essa alma viva, estuante, culta e progressista retomarão da pena para elaborar o maior livro, um livro de renovação, primeiro arrojo feminino para o grande Fim, neste Brasil tão digno de outros surtos. Virá tal livro? **José Oiticica, Correio da Manhã, 9 de setembro de 1918** (MOURA, 1925)¹⁷³.

A própria Maria Lacerda de Moura observava que estava longe dos primeiros passos que havia dado. Em sua autobiografia, revelou que *Em torno da Educação* teria sido um “horror”, livro “patriótico”, “burguesíssimo”, “cheio de preconceitos e dogmatismos”:

¹⁷² José Oiticica era professor do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, sendo reconhecidamente conhecedor e propagador dos ideais anarquistas.

¹⁷³ Juízo de leitura realizado por José Oiticica sobre o livro *Em torno da Educação* (1918).

Foi muito bem recebido pela crítica, aplaudidíssimo (pudera! Se era a defesa incondicional da sociedade vigente!). José Oiticica viu nele algo que lhe interessava sob o ponto de vista de uma futura rebelde. Conheci-o através de larga correspondência. Veio para mim com as mãos cheias de literatura revolucionária. Sorvi tudo aquilo e muito mais e dei um salto na minha evolução (MOURA, 1929, p. 12).

A interlocução com José Oiticica já dá evidências do início do interesse de Maria Lacerda de Moura pelos ideais e leituras anarquistas. Entretanto, enveredar nesse novo campo de ideias era algo que a preocupava, pois, um ano antes, defendia as causas da política republicana, os ideais de nação e de civilização em moldes europeus, tão caros aos políticos do momento. Assim, para fugir à ideia de contradição em seus escritos, a professora mineira buscou justificar a nova defesa que faria através da necessidade das mudanças, seja na natureza, seja na vida humana, que acontecem no dia a dia e que servem para a manutenção e para o aprimoramento da vida:

E se alguém achar eu há contradições entre as ideias precedentes e de hoje, sem ter a pretensão de comparar, responderei como Vitor Hugo: *J'ai grandi!* (eu cresci). Todos crescem e tudo evoluciona sem haver contradições. Não se despojam os pássaros das velhas penas para encobrir-se de novo no arminho sedoso de um vestuário mais formoso e quente? As nossas células não se substituem para nos dar vida? As grandes árvores como as pequenas nascem, crescem, perdem as folhas, renascem em rebentos que dão flores e frutos. Depois, de novo, despojam-se das folhas e parece que vão mirrar (MOURA, 1919, p. 13-14).

Justificava, ainda, pelo dever que dizia ter com a mulher brasileira, em construir para elas um livro esclarecedor, “um livro forte e útil”, no qual elas pudessem conhecer o mundo em que viviam, um mundo de felicidades estranhas, indefinidas, delicadas, “o mundo dos livros bons que ensinam a viver” (MOURA, 1919b, p. 13). Só assim deixariam de ser ingênuas e acreditarem na felicidade que os homens diziam lhes oferecer. Para ela, a mulher brasileira não tinha literatura feminina e, muitas vezes, nem sequer lia. Era preciso, então, divulgar leituras fortes e úteis, fazendo compreender que elas seriam uma poderosa energia no grande contingente das energias sociais.

É oportuno deixar marcado que, em *Renovação*, Maria Lacerda de Moura deixou de usar palavras e expressões republicanas, como nação e pátria, para fazer uso de outras voltadas para a esfera social, como sociedade, “energia social” e “bem social”. Assim, mais do que forjar

uma identidade nacional, a professora demonstrava o desejo de lançar luzes sobre os problemas sociais, típico do movimento anarquista da época¹⁷⁴.

Um desses problemas seria o tratamento dado à mulher pela sociedade naquele período. Maria Lacerda de Moura apontava a submissão da mulher quase ao papel de escrava do marido. “Já ouvi um rapaz casado de poucos dias dizer que sua mulher, forçosamente, havia de abdicar da faculdade de pensar para dizer amém a todos os seus raciocínios – no caso que quisesse ser feliz!” (MOURA, 1919b, p. 22). Outro relato da realidade de Maria Lacerda de Moura ainda é trazido para elucidar a situação.

Infelizmente tive o pesar de assistir uma cena doméstica entre um casal de amigos meus no qual o marido, num momento de expansão nervosa disse à esposa: “se tivesses dignidade não estaria mais nessa casa”. A mulher, que conhece as infidelidades do marido e o aceita, ainda não merece o seu respeito. Se a mulher fosse menos sentimentalista e mais alimentasse as fibras do seu caráter, se soubesse, por si, prover honestamente as suas necessidades e trabalhasse para conseguir igual salário não teria a desgraça de ouvir frases como aquela. A pobre senhora chorou toda a sua mágoa em lágrimas inúteis. E os filhos? O nome? O escândalo? – Preconceitos!! (MOURA, 1919b, p. 25).

É dentro desse contexto que Maria Lacerda de Moura se voltou, no primeiro capítulo de seu livro, para o movimento destinado a esclarecer e fazer reconhecer os direitos das mulheres: o feminismo.

3.2.2 – O feminismo: possibilidade real para a educação da mulher

Maria Lacerda de Moura esclarecia que os homens, “nas suas exigências egoísticas”, não mais poderiam ser autoritários com uma mulher instruída e conhecedora dos seus direitos. Ao mesmo tempo, deixava claro que o homem nunca daria, por si só, lugar à mulher na sociedade. Assim, era preciso que a mulher, por si mesma, buscasse conhecimento, se inserisse nos estudos superiores, aprendesse a reclamar os seus direitos. “Se não os conhecia, como reivindicar?” (MOURA, 1919, p. 21).

¹⁷⁴ Como apontava o próprio José Oiticica, o anarquismo se caracterizava pela luta de transformação da sociedade, extinguindo as classes e combatendo a pobreza gerada pelo regime capitalista (OITICICA *apud* DIAS, 1999).

A mulher brasileira não saberá bem amar a sua bandeira enquanto essa bandeira que representa a nação, lhe não explicar as divisas: ordem e progresso. Linda divisa, mas, por ora incompreensível para a metade do povo brasileiro. Que ordem é essa que, para ser estabelecida não tentou arrancar a mulher da opressão, dos preconceitos da sociedade tola e da tirania do serviço doméstico obrigatório para o nosso sexo? Que progresso é esse que sempre quer colocar a mulher na dependência do homem e lhe não pode restituir o papel de igual e companheira e sim lhe distribui o de subalterna (MOURA, 1919b, p. 28-29).

Para ela, muitos problemas relativos aos direitos das mulheres se davam em função da sua pouca ou nenhuma instrução. As leis brasileiras, as instituições e a sociedade como um todo conspiravam contra a mulher e seus direitos. Para esclarecer tal fato, a autora faz menção às conquistas femininas na Inglaterra, onde já era permitida a formação das mulheres como médicas, professoras secundárias e primárias, banqueiras, jornalistas, literatas, presidentes de sociedades, enfim, em tudo o que se julgava capaz de realizar. Em contraposição, expõe que, no caso brasileiro, a mulher estava exposta ao poder patriarcal, que anulava a sua participação e voz na sociedade.

No Brasil, para que uma moça seja professora primária, precisa exibir documentos em seu favor, partidos do delegado de polícia local, do Juiz de Direito e o documento do marido ou pai, autorizando a nomeação, dando o seu consentimento. Que vergonha! E quase sempre é o marido ou pai quem mais deseja o miserável ordenado, quem mais anseia pela nomeação e quem vai até a coletoria receber o dinheiro e às vezes o distribui (MOURA, 1919b, p. 46).

Em meio ao longo capítulo, no qual Maria Lacerda disserta sobre o feminismo e o defende a partir do lugar que ocupava, o de mulher brasileira, a professora mostra a preocupação de esclarecer que não estaria, com o seu posicionamento, desviando a mulher do lar e do casamento. Pelo contrário, fez saber que se colocava como defensora da “felicidade completa, a felicidade doméstica” (MOURA, 1919b, p. 79). Desejava que todas, assim como ela, proclamassem a união conjugal, porém mais clara, alegre, repleta de luz e flores, “a nossa casinha modesta, um ninho a que Albertina Bertha chamou de *bonbonnière*, é uma moradia que nunca entristeceu a ninguém e faz o nosso orgulho” (MOURA, 1919b, p. 79-80).

Para ela, o feminismo, em vez de destruir os lares, deveria consolidá-los. Nada mais estaria sendo reivindicado do que a instrução, os direitos iguais e a liberdade de viver em sociedade. “Eu, para mim, nada mais desejo a não ser instrução – contribuindo com uma pequenina pedra para os alicerces do novo templo” (MOURA, 1919b, p. 80). Assim, afirmava

que nenhum homem deveriam temer o feminismo, que não deveria servir de espantalho aos que quisessem construir uma família.

Sempre cozi toda a roupa branca dos meus, e saibam leitores meus, por prazer e por economia. Quantas vezes deixo a pena para limpar os móveis, para ver a sobremesa de que gosta meu marido, para bater o bolo que faça o chá mais agradável, para dar um banho no filhinho [...]? Eu a descanso sem pesar e, nunca uma só pessoa que tenha entrado em nossa casinha deixou de admirar as flores do nosso jardim, as lindas cultivadas pelo esposo feliz [...]. Não falho as minhas aulas. Fui a primeira professora dos meus filhinhos e, até hoje, gabo-me de ser a sua melhor mestra. Desculpem-me leitores meus se tanto falo de mim, é exclusivamente para mostrar que a minha pena não fez a infelicidade de um lar, pelo contrário (MOURA, 1919b, p. 81, 82, 83).

Observa-se que a autora busca demonstrar que não queria romper com o lugar da mulher como guardiã do lar, papel fortemente defendido no livro anterior. Ao mesmo tempo, procura demonstrar seu compromisso com as condições do seu momento histórico, dialogando com os papéis sociais da época atribuídos à mulher.

Ao tratar de uma das grandes defesas do feminismo, o sufrágio, Maria Lacerda de Moura esclarecia que não partilhava da ideia de que o voto valorizaria a participação da mulher na sociedade. Para ela, não seria o direito ao voto que traria felicidade à mulher, que garantiria a ela a saída de um estado de submissão, de miséria social, mas, sim, a sua participação direta na legislação, atenuando os inconvenientes provindos de interesses masculinos, modificando-a para o benefício da coletividade. Isso só seria possível se as mulheres fossem eleitas. Nesse caso, a sua atuação política se voltaria não só para a defesa de suas causas de mulher, mas também para o combate daquilo que vinha se agravando em um contexto político de desvalorização e opressão dos mais pobres e fracos.

Eu quero a mulher com direitos políticos para combater o álcool, o jogo, a prostituição, a mendicidade exploradora, para criar escolas profissionais onde o trabalho da criança não seja explorado, para abrir asilos às crianças desamparadas, postos de socorro ou auxílio às mães, postos de saúde pública e higiene, assistência médico-dentária, associações operárias para fazer florescer as ciências e as artes, proteger a mulher criando-lhe profissões e meios que lhe permitam viver honestamente, etc. [...] O seu partido deverá ser o dos escravos modernos, dos oprimidos, dos fracos e indefesos, o partido que clama implorando apenas o direito de igualdade (MOURA, 1919b, p. 91).

Além de não querer para si o direito ao voto, a professora deixava claro que não queria ser candidata a cargo político algum: “Detesto tudo que se refere a política, muito menos penso em ser candidata futura a eleições: não tenho presença de espírito nem uso de ironias”

(MOURA, 1919b, p. 92). Para ela, a política era o lugar onde todos falavam, mas ninguém se entendia.

Segundo Pinto (2003), o feminismo no Brasil teve diferentes manifestações, que podem ser classificadas em duas tendências que tiveram início no final do século XIX e se estenderam para as primeiras décadas do século XX. A primeira tendência, conhecida como “feminismo bem comportado”, focava o sufrágio, tendo como líder mais expoente Bertha Lutz¹⁷⁵. Já a segunda tendência, o “feminismo malcomportado”, buscava, além do direito político, o direito à educação, à libertação da dominação masculina, abordando assuntos impróprios para a época, como sexualidade e divórcio. A autora ainda sinaliza para uma terceira vertente, na qual, para ela, Maria Lacerda de Moura estaria inserida, que seria o “menos comportado dos feminismos”, manifesto no movimento anarquista, que, além da busca pelos direitos já citados, defendia a construção de uma sociedade libertária, sem hierarquias, solidária, de pensamento e vivência para o bem comum¹⁷⁶.

Além da crítica ao sufrágio feminino, Maria Lacerda de Moura escreveu sobre aquela que mais concorreria para a conservação da ignorância da mulher, a religião. Em sua visão, raras seriam as mulheres que teriam coragem para ler obras condenadas por uma ou outra Igreja, obras que ensinavam a raciocinar, a seguir apenas os ditames de uma consciência esclarecida e não os dogmas de uma instituição.

Uma senhora das minhas relações fez uma promessa de ficar um ano sem ler! Que coisa horrível! E qual o resultado prático de tamanho sacrifício? Só vejo na tal promessa um meio mais seguro de cultivar a ignorância e, portanto, o mal social. Eu lhe disse que assumiria a responsabilidade do pecado infringido se ela aceitar-se desligar-se de tão absurdo compromisso – não aceitou e riu-se por achar que eu não podia ter atribuições para tanto (MOURA, 1919b, p. 116-117).

Esclarecia que sua pretensão não era condenar esta ou aquela religião: “Respeito todos os ideais, todos os cultos ou igrejas. O que penso é que a mulher não pode ficar cega diante de um homem igual aos outros, de uma opinião que pode ser errônea ou apaixonada ou ignorante, diante de livros que podem conter falsos raciocínios” (MOURA, 1919b, p. 118).

É importante ressaltar que, mesmo sendo espírita, Maria Lacerda de Moura não atribui a nenhuma religião a legitimidade para a formação moral de uma pessoa. Para ela, a moral

¹⁷⁵ Segundo a autora, o caráter “comportado” dessa vertente se dava pelo não questionamento da dominação masculina sobre a mulher, ou seja, pela aceitação das relações de gênero do período (PINTO, 2004).

¹⁷⁶ Segundo Leite (1984), foi nesse contexto que Maria Lacerda de Moura pensou e escreveu sobre o direito da mulher ao próprio corpo, em defesa do prazer sexual, do amor livre, do aborto e da maternidade consciente e voluntária.

independia das religiões, pois se constituiria a partir de uma crença comum, a fraternidade universal, de respeito mútuo e de valorização do ser humano, independentemente de sua raça.

Representada pela Teosofia¹⁷⁷, a fraternidade universal procurava congregar todos os elementos religiosos, fazendo desaparecer os ódios e as guerras, e colocando o amor como um dos sentimentos a serem cultivados.

Nada mais consolador que esse belo movimento em favor de uma religião única. Quantos crimes, quantas perseguições em nome da religião! Não seria mais belo que os homens falassem menos em fraternidade e praticassem mais o amai-vos uns aos outros (MOURA, 1919b, p. 133).

Ao discorrer sobre o tema, Maria Lacerda de Moura avaliava, ao final do capítulo, que sabia da extensão do perigo que corria o seu “pobre” livro. “Sinto os ódios que me vão acompanhar nas suas páginas ditadas pelo meu coração sensível, pelo meu caráter sincero e franco”. Dizia que seu espírito seria tolerante para com esses atos, que seus princípios não a deixariam reagir, e que a revolta só partiria do seu íntimo. “Não terei, certamente, calorosos aplausos. O que fazer?” (MOURA, 1919b, p. 137).

É oportuno observar que, ao tratar do feminismo, Maria Lacerda de Moura deixava de falar do papel de mãe, professora e esposa para atribuir à mulher uma posição social mais ampla, sobretudo como representante da defesa pelos direitos das próprias mulheres, das crianças e dos mais pobres.

Do mesmo modo, trouxe um entendimento mais amplo da condição da criança, sinalizando as múltiplas relações que a envolvia, como entre os adultos, a sociedade, a cultura, entre outros (KUHLMANN JR. e FERNANDES, 2004). Nesse sentido, é possível considerar que Maria Lacerda de Moura passou a considerar as particularidades da criança, ou seja, aquilo que a distingue do adulto e faz com que seja considerada um adulto em potencial dotada de capacidade de desenvolvimento (KRAMER, 1995).

Nessa direção, apontava os muitos projetos de assistência à infância que eram apresentados aos congressistas no Brasil. Entretanto, apontava também que nenhum deles não era colocado em prática. “Os projetos são recebidos com calorosos aplausos – bater palmas é fácil: o que é difícil é o desprendimento e a solidariedade” (MOURA, 1919b, p. 142). Maria Lacerda de Moura chamava atenção de suas leitoras para as condições das crianças abandonadas que andavam pelas ruas, da falta dos meios higiênicos para seu corpo e para a

¹⁷⁷ Conjunto de doutrinas religiosas de caráter sincrético e místico (HOUAISS, 2009).

inexistente instrução sólida que faria desaparecer a desigualdade social. Para ela, toda mulher deveria fazer da sua vida “um sacerdócio do amor e da dedicação pela causa dos fracos”, incluindo à das tristes mães que, por não terem outra saída, cometiam o infanticídio e utilizavam das rodas para abandonar os filhos (MOURA, 1919b, p. 144).

A ajuda deveria partir da criação de instituições diversas, como as Ligas Pró-Maternidade, os “Caldos às lactantes”, as “Gotas de leite” que ajudariam tanto a infância como a mulher brasileira, sobretudo aquela que trabalhava como operária e não tinha dinheiro nem lugar para deixar os filhos. “Tudo depende da mulher, e a pedra de toque é a educação feminina” (MOURA, 1919b, p. 244).

Mais uma vez, a educação é invocada por Maria Lacerda de Moura, agora como forma de tornar a mulher solidária, conhecedora dos problemas e mazelas de seu país, e possuidora de meios para ajudar. Uma mulher só poderia combater a mortalidade infantil se conhecesse os bons hábitos de higiene e soubesse ensiná-los ao povo. Assim, percebe-se que, para além de criticar a frivolidade da mulher, Maria Lacerda de Moura a chama a ocupar o seu lugar de ator social.

As moléstias do aparelho digestivo dão um coeficiente extraordinário de mortalidade entre as crianças de peito. A ignorância das mães em assuntos de alimentação, a superstição e a indolência dos *Jeca Tatu* de ambos os sexos – é a causa de tamanha perda. Depois a religião ensina que é bom morrer criança.... (MOURA, 1919b, p. 157).

Ao trazer a imagem do Jeca Tatu para a sua escrita, Maria Lacerda buscava traduzir a ignorância e a acomodação do povo brasileiro no início do século XX¹⁷⁸, ao mesmo tempo em que tentava representar o atraso do país, sobretudo no campo da saúde da criança, usando um recurso comum à época, dada a enorme difusão da obra de Monteiro Lobato.

A alimentação imprópria, as papas e farinhas seriam as mais condenadas na época, mas, utilizadas pela grande maioria das mães despreparadas e pobres: “o sofrimento apanha no berço uma vítima indefesa” (MOURA, 1919b, p. 158). Ao invés de lições memorizadas nas classes das Escolas Normais, Maria Lacerda de Moura apontava que era preciso que a mulher tivesse conhecimentos científicos sobre a criança. Defendia que as meninas e mulheres deveriam exercitar-se nas escolas maternais, em creches e maternidades, recebendo lições práticas nas escolas da vida. Para ela, toda mulher que desejasse prestar algum serviço à causa comum não cumpriria mais do que um dever ao se interessar pela propaganda higiênica nas escolas, nas

¹⁷⁸ Criada por Monteiro Lobato, a imagem do Jeca Tatu ocupou fortemente os discursos de intelectuais brasileiros que, no início do século XX, apontavam as causas dos problemas sociais e humanos do país (SCHWARCZ, 1995).

oficinas, nas cadeias, nos centros operários, contribuindo, de qualquer maneira, para que a criança pudesse ter asseio e alimentação.

De janeiro a junho de 1917 faleceram no distrito federal 1.588 crianças até 5 anos, vitimadas de infecção intestinal. Dos óbitos, 1019 até um ano de idade, 368 de 1 a 2 anos; 191 de 2 a 5 anos (p. 159). É preciso ensinar as mães preceitos de higiene e, antes disso, alimentá-las e cuidá-las antes do parto (MOURA, 1919b, p. 158).

É preciso chamar atenção para o fato de que o discurso assistencialista de Maria Lacerda de Moura parecia estar mais ligado aos seus princípios espíritas – que apontavam a caridade como caminho principal da doutrina¹⁷⁹ –, do que a um discurso mais libertário ou anárquico, até porque este último defendia o combate das causas da pobreza e não as suas consequências. Percebe-se assim, que, em *Renovação*, esses diferentes discursos se misturavam, o que demonstra uma Maria Lacerda de Moura ainda confusa em relação aos novos direcionamentos que pretendia dar à suas ideias. Mas, é preciso deixar claro, que, mais do que o assistencialismo, Maria Lacerda de Moura defendia o esclarecimento da população, sobretudo dos mais pobres, que só assim estariam livres das amarras que a sociedade insistia em lhes colocar.

No caso da mulher, era preciso que ela conhecesse as consequências do álcool e do fumo no organismo humano para reagir conscientemente contra o vício, muito presente entre as crianças. Só depois poderia intervir, criando associações de ajuda e prevenção contra tais vícios, evitando a venda indiscriminada a todos que o quisessem adquirir.

Sobre o álcool, Maria Lacerda de Moura lista seus malefícios e os estudos que eram realizados sobre a droga, mostrando grande conhecimento sobre o assunto: “as conferências, os artigos, as estatísticas provando que o álcool envenena, degenera o físico e o moral, enfraquece o organismo e a mentalidade, corrói o corpo embota o espírito, e é uma porta aberta ao hospital, ao hospício, ao lupanar, à cadeia” (MOURA, 1919b, p. 161). Para ela, as crianças mais pobres seriam as mais propensas ao vício, já que ocupavam, em grande parte do tempo, o espaço das ruas e do ócio.

De acordo com Gondra (2002), o alcoolismo infantil era uma prática comum no Brasil nas primeiras décadas do século XX, sendo apontado como uma das mais importantes questões de higiene social. O discurso médico sinalizava que o vício poderia se dar tanto em função do

¹⁷⁹ A construção de uma vila para as pessoas pobres de Barbacena e a criação de um lactário por Maria Lacerda de Moura são exemplos dessas ações de cunho caritativo.

meio em que a criança estivesse inserida como em razão dos traços hereditários herdados de pais alcoólatras.

Maria Lacerda de Moura também compartilhava das teses médicas sobre a hereditariedade dos vícios e das doenças geradas por eles sobre uma prole, apontando o cuidado que pais e mães deveriam ter ao se exporem a qualquer tipo de droga.

Fui visitar uma amiga doente. Há sete meses sofre horrivelmente [...] A senhora que estava ao meu lado, num assomo prodigioso de fé e unção, [...], chegou à cadeira para mais perto da doente e começou o seu apostolado numa linguagem fluente cuja voz denotava a super excitação do sentimento a serviço da religião: “Não, ninguém sofre senão por aquilo que faz. São faltas da sua vida passada, das suas vidas sucessivas, outras reencarnações em que a senhora se desviou do caminho traçado pelo dever, e, ade esparzir a luz por esses desvãos da alma e chegará depois à vida do além [...] Enquanto conversavam recolhi-me e quantas coisas me passaram pelo cérebro. Aquela pobre senhora era realmente vítima dos seus ancestrais. Eu soubera pela marido que, seu avô era morfínomaniaco inveterado [...] que poderia esperar aquela senhora de um berço onde os avós e os pais despejaram vícios e taras sucessivas e habituais, transmitindo no leite, na vida ... que poderia esperar da existência se a recebeu de mãos trêmulas de degenerados, de seios túmidos de veneno, de cérebros doentios? E meu espírito analisava aquela prole condenada. Pobres filhos! Pobre geração! Até onde irá corroendo aquela maldita morfina misturada no sangue, correndo nas veias daqueles inocentes (MOURA, 1919b, p. 163-164).

O excerto acima reforça a adesão de Maria Lacerda de Moura ao cientificismo da época, elegendo as teses médicas sobre hereditariedade para explicar a situação da doença da amiga, apesar de compartilhar das mesmas crenças espíritas que sua companheira de visita.

Grande parte do seu conhecimento sobre hereditariedade parece ter advindo dos estudos e pesquisas desenvolvidos pelo médico brasileiro Moncorvo Filho¹⁸⁰.

Moncorvo Filho, estudando a nefasta influência dos três grande fatores sociais de degenerescência: a sífilis, a tuberculose e o alcoolismo, assim como a influência nevrótica – entre 24.500 doentinhos dos Serviços de Pediatria da Policlínica Geral e Dispensário Moncorvo encontrou 2.005 casos de deformidades congênitas – 771 de sífilis, 38 de álcool, 25 de afecções nervosas, 15 de tuberculose. Os de resto eram influenciados por traumatismos e causas diversas (MOURA, 1919b, p. 166).

¹⁸⁰ Carlos Arthur Moncorvo Filho (1871-1944) foi um médico carioca reconhecido como o precursor das políticas de proteção à infância no Brasil, tendo criado instituições de assistência e proteção à infância como Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro e a Policlínica Geral do Rio de Janeiro, ainda no final do século XIX. Em 1919, fundou o Departamento da Criança do Brasil, que realizou o Congresso brasileiro de proteção à infância de 1922. Publicou mais de 300 trabalhos sobre os mais distintos temas relacionados à criança, entre eles o livro *Higiene Infantil*, de 1917.

Para ela, assim como para Moncorvo Filho, as convulsões, as moléstias como a meningite, a paralisia, as afecções do sistema nervoso, as emoções como o medo e a cólera provinham de causas genitoras – “de acidentes nervosos durante o período ultra interino, da aleitação, do alcoolismo dos pais”. Assim como “o retardamento cerebral dos anormais”, a tendência para a tristeza, o baixo do nível moral da geração teriam como fatores os vícios, a alimentação imprópria o herdo-alcoolismo (MOURA, 1919b, p. 167).

Demonstrando ainda maiores conhecimentos sobre tais estudos, a professora salientava que a consanguinidade era fator menos importante de deformações físicas e morais, sendo o álcool, a sífilis e a tuberculose os mais nefastos. “Se, entretanto, ao lado de um dos conjugues (parentes) houver afecções, vícios orgânicos ou transmissíveis por herança, a influência do casamente é duplamente funesta” (MOURA, 1919b, p. 167).

O texto da professora mineira revela um contexto no qual a hereditariedade, assim como outras explicações de base científica e biológica, tomou um lugar de destaque na interpretação dos diferentes males do organismo humano. Como acentua Foucault (2001), a teoria da hereditariedade estabelecia que o poder da herança poderia ser diverso, influenciando o organismo de múltiplas formas.

Na teoria da hereditariedade não apenas uma doença de certo tipo pode provocar nos descendentes uma certa doença do mesmo tipo, mas que ela também pode produzir, com idêntica probabilidade, qualquer outra doença que provoca outra, mas algo como um vício, um defeito. A embriaguez, por exemplo, vai provocar na descendência qualquer outra forma de desvio de comportamento, seja o alcoolismo, claro, seja uma doença como a tuberculose, seja uma doença mental ou mesmo um comportamento delinquente (FOUCAULT, 2001, p. 399).

Além do álcool e do fumo, outros vícios, segundo Maria Lacerda de Moura, poderiam devastar o caráter, a vontade e o físico da criança. Era o caso do cinematógrafo, considerado pela professora como um passatempo perigoso, que poderia gerar danos irreparáveis para o sistema nervoso da criança e, conseqüentemente, para a sua educação.

Repetirei aqui o que escrevi em 1918 para a *Saúde: órgão da Liga Pró-saneamento*: [...] Entretanto, estará o cinematógrafo em condições de desenvolver a nossa inteligência, fortificando-a, ornando-a de conhecimentos úteis – sem prejudicar o sistema nervoso? O cinematógrafo irrita. Logo que cessa a exibição do último fim, há pessoas que chegam quase a correr para a saída, procurando, como que, mais ar, menos luz ou uma derivativa para o físico abatido, cansado, insatisfeito. E quem nos dirá o que se passa em cada ser? (MOURA, 1919b, p. 174).

Para ela, alguns filmes poderiam produzir sensação de fadiga excessiva nas crianças, gerando músculos e nervos “gastos” quando os programas não contentassem as expectativas ou quando excediam em tamanho. As causas da irritabilidade nervosa poderiam ser provocadas, ainda, pelo efeito das luzes na retina e pela atenção prolongada ao que era exibido. Para Maria Lacerda de Moura, o cinematógrafo era agente provocador das lesões “fisiopsicológicas” ou “neuróticas” do indivíduo, e por isso competia aos pais maior vigilância, “mais cuidado ao proporcionar divertimentos aos filhos, maior zelo na formação do seu ‘eu’ fisiopsicológico” (MOURA, 1919b, p. 179).

De acordo com Gouvea (2011), alguns “males físicos” (como a miopia) e mentais (fadiga, apatia) foram atribuídos também à escola, considerada desprovida de uma organização espaço-temporal adequada às necessidades das crianças. Para a autora, esse foi um dos contextos em que médicos, psicólogos e educadores de diferentes países se voltaram para o estudo e compreensão dos fenômenos escolares, o que conferiu legitimidade a esses especialistas para influir de maneira direta na organização dessa instituição.

Além dos estudos desenvolvidos por Moncorvo Filho, a professora chama atenção para o trabalho da Liga Pró-Saneamento do Brasil, criada por Belisário Penna em 1918, cujo objetivo era melhorar as condições sanitárias do Brasil, erradicando doenças através de saneamento de zonas rurais e urbanas e da disseminação de hábitos e higiene e saúde. “Alguém teve a coragem de dizer que o Brasil é um imenso hospital” (MOURA, 1919, p. 213).

Mais uma vez é possível observar que a fala de Maria Lacerda de Moura acompanhava as discussões sobre os problemas pelos quais o país passava naquele momento, como a falta de saneamento público, por exemplo. Juntamente com outros intelectuais e governantes de seu tempo, ela esteve imersa naquilo que Hochman (1998) chamou de “era do Saneamento no Brasil”, que se iniciou com os primeiros anos da república e que buscava sanear o Brasil como forma de salvação do cidadão em relação à própria precariedade.

3.2.3 – Educação nova: racionalidade e ciência da criança

Para Maria Lacerda de Moura, as ações médicas estariam ao lado das ações pedagógicas sobre a criança, resultando na “educação nova”, tratada no último capítulo de *Renovação*. A criança, esclarecia, seria “um problema científico-moral”, sendo necessário, assim, que as mães e os educadores investissem-se da “ânsia do cientista” (MOURA, 1919b, p. 223).

A constatação de Maria Lacerda de Moura era amparada nos estudos desenvolvidos por Maria Montessori, médica italiana que, a partir do trabalho com crianças “anormais”¹⁸¹, buscou demonstrar que a pedagogia teria mais eficiência do que a medicina no tratamento e educação destas.

Segundo Antunes (2012), as ideias de Maria Montessori foram um aprimoramento dos estudos realizados pelos médicos Itard e Séguin, ainda no final do século XIX. Itard desenvolveu investigações importantes sobre outras formas de pensar e intervir nas características humanas, sobretudo no âmbito da educação. A partir da observação do comportamento e desenvolvimento de Victor¹⁸², viu que a carência de experiências civilizadoras, a falta do convívio em sociedade e das aprendizagens afetam profundamente a construção do sujeito social. Já Séguin apontava entre outros, para a necessidade de partir do conhecimento que cada criança possuía, de suas potencialidades e repertório para o planejamento de atividades de ensino (ANTUNES, 2012).

Ao defender a ideia do respeito às necessidades e interesses de cada criança de acordo com os estágios de desenvolvimento correspondentes às faixas etárias, Montessori criou estratégias de intervenção pedagógicas de solução para os problemas de ordem social, não só para aquelas que possuíam algum tipo de deficiência intelectual, mas para todas as crianças.

Maria Montessori baseou o seu processo educativo nos estudos científicos de Itard e Séguin à propósito das crianças anormais, e chegou à conclusão: naquele caso, a pedagogia tem mais razão de ser que a medicina. Séguin estudou os anormais durante 30 anos e concluiu que o mesmo processo educativo dos anormais – baseado na fisiologia e na psicologia – deve ser aplicado aos indivíduos normais, e, por isso, “abrirá o caminho para a regeneração completa da humanidade”. É claro que os anormais, (os idiotas especialmente) se desenvolvem por esses processos educativos, os normais mais facilmente se adaptam ao sistema montessoriano que a qualquer outro (MOURA, 1919b, p. 224).

Para Montessori, a relação entre a fisiologia e a psicologia era condição primordial para a efetivação da educação da criança. Através dos seus estudo e observações, a médica buscava comprovar a importância de se dar estímulos aos sentidos das crianças (tato, paladar, audição, etc.) para a efetivação da aprendizagem. Entre seus experimentos está, por exemplo, a entrega

¹⁸¹ Para Montessori, a criança anormal seria aquela que apresentava algum tipo de deficiência intelectual.

¹⁸² Victor foi um menino de 12 anos encontrado em uma floresta do sul da França em 1799. Surdo, mudo e com posturas próximas às animais, foi tratado por Itard, médico que o conduziu à sua residência, onde se propôs a educá-lo, tornando-o objeto de investigações científicas (TEZZARI, 2009).

de materiais concretos para as crianças em processo de alfabetização, como letras confeccionadas em madeira.

Sobre o trabalho de Montessori, Maria Lacerda de Moura chamava atenção para algumas de suas características principais: 1º) A necessidade de respeitar a individualidade da criança e dar-lhe máxima independência; 2º) O valor da concepção ampla da liberdade do aluno; 3º) E a importância na educação sistemática dos sentidos.

Com relação ao respeito à individualidade da criança, Maria Lacerda de Moura destacava a importância da intervenção reduzida do adulto na imaginação infantil, o que não significava uma ausência de direção das atividades. O professor deveria se comportar como um cientista, observando as atitudes infantis e calculando a melhor forma de direcioná-las. Já a concepção ampla de liberdade seria caracterizada por uma ênfase na independência das crianças nos diferentes espaços nos quais estavam inseridas, onde o trabalho de concentração e respeito ao próximo seria primordial para a sua efetivação. Por fim, a importância da educação sistemática dos sentidos caminhava na direção de oferecer às crianças o desenvolvimento sensorial e muscular como primeiro passo para a atividade mental. Os movimentos das mãos, por exemplo, auxiliariam o desenvolvimento das funções cerebrais. Nesse sentido, o instinto natural da criança de mexer em tudo deveria ser aproveitado e dirigido como exercício preparatório para a escrita.

Para Valdemarin (2000), a ideia de educação dos sentidos pode ser remontada a Rousseau, com suas indicações para a educação do corpo da infância no século XVIII. No entanto, relata que foi no final do século XIX que houve uma sistematização desse conhecimento, demandado por um contexto de transformações culturais da humanidade, em que se tornava necessário a substituição de uma educação abstrata por uma educação mais concreta, mais ativa e significativa para a criança, o chamado método intuitivo. Para isso, as atividades de ensino deveriam ser iniciadas com as operações dos sentidos, consideradas os principais instrumentos da aprendizagem. Seria no contato sensível com os objetos a serem utilizados no ensino que se teria a garantia da geração do conhecimento. Segundo a autora, foi daí que surgiu uma série de artefatos culturais e didáticos para a prática escolar, como livros didáticos, quadros, museus educativos, entre outros.

Segundo Maria Lacerda de Moura, Montessori ponderava que as bases de uma psicologia infantil não poderiam se estabelecer enquanto a criança não gozasse inteiramente de uma liberdade que lhe permitisse manifestações espontâneas e individuais. Isso só seria possível se o professor se esclarecesse sobre as novas ideias pedagógicas e se imbuísse do papel do cientista, a exemplo do que se fazia na escola idealizada por Montessori, a *Case dei Bambini*.

Para Maria Lacerda de Moura, esse modelo de escola, no qual prevalecia o cunho científico e racional nas ações dos professores, ainda estava longe de ser alcançado pelo Brasil, sobretudo pela formação que era dada aos educadores.

Os nossos colégios, as escolas normais com um programa defeituosíssimo sob todos os aspectos, os professores ignorantes dos processos e estudos e aptidões didáticas, indiferentes às questões de ensino, formarão diretoras capazes do ardor Montessoriano? De onde devem partir as reformas? Reformar as escolas primárias, imprimir programas e estatutos e regimentos, decretar leis – de que vale tudo isso se não temos educadores? (MOURA, 1919, p. 227).

Para Maria Lacerda de Moura, o governo estaria se empenhando em dar lugares de diretores de escolas e grupos escolares a “bacharéis e professores incompetentes, gente incapaz de encarar de frente o complexo problema da educação” (MOURA, 1919b, p. 227). Já os programas das escolas estariam sendo forjados nas secretarias por “amanuenses”, sob a direção de um só homem, que nem sempre estaria à altura da imparcialidade que deveria presidir as questões de alcance social. Assim, a professora apontava para o fato de que o regime adotado pelo governo brasileiro não poderia, de modo algum, solucionar os problemas da educação no país (MOURA, 1919b, p. 227). Sobre Minas Gerais, a professora tinha uma posição ainda mais refinada sobre o assunto, apontando algumas vertentes dos erros que eram cometidos e das possibilidades de avanço no setor educacional:

Em Minas, de 4 em 4 anos temos reformas de ensino. Cada Secretário do Interior ao tomar conta da pasta quer ser um grande propulsor de reformas pedagógicas: arvora-se em conhecedor do magno problema e lança as bases da regeneração nova! E tudo fica na mesma... Esquecem-se de que as leis são impotentes se se não reformam os costumes (MOURA, 1919, p. 227).

Como é possível perceber, a professora destacava a necessidade de tirar as questões educacionais da esfera pura e simplesmente burocrática e política para inseri-las em um contexto de maior valorização e entendimento do aluno e dos métodos de ensino. Sobre esse último, a indicação era que se evitassem os métodos negativos, representados pela memorização e a punição, que não teriam serventia para a construção da imaginação e da representação infantis, tão importantes nessa fase da vida. “A imaginação representativa é a que dirige a 1ª infância. Constrói e destrói” (MOURA, 1919b, p. 229).

A criança anima os seus bonecos os seus brinquedos, inventa utilidades, dá nome e dá vida ao que lhe cerca. Grita, pula alegremente, mostrando cada coisa nova que inventa, chama alguém para admirar e destrói em seguida para recomeçar novamente. Um brinquedo que se lhe dá é novidade durante algumas horas ou apenas minutos: será destruído e a criança voltará com intenso prazer aos seus pedaços de papel, madeira, caixinhas, etc. (MOURA, 1919b, p. 229-230).

Buscando oferecer um modelo de escola ideal para a infância, Maria Lacerda de Moura visou fornecer, também, informações sobre o trabalho desenvolvido pelo educador espanhol Ferrer e Guardia na sua *Escola Moderna*¹⁸³. Assim como em Montessori, faziam parte dos ideais de Ferrer os princípios de liberdade e de ciência para a formação integral do sujeito. O ensino racional, sobretudo o de base científica, buscava combater a superstição e o dogma, fazendo nascer a curiosidade infantil, um dos principais vetores para o ensino eficaz.

Segundo Gallo (2013), a escola de Ferrer era o contraponto da escola em que havia estudado e que abominava: uma escola centrada nos dogmas religiosos, com os alunos fechados em uma sala, em condições insalubres e sem higiene, organizada por sistema meritocrático, que premiava os acertos e castigava os erros. Já a escola que idealizaria e criaria, *A Escola Moderna*, seria um local amplo e arejado, com salas bonitas e decoradas, com espaços diversos, como pátios externos para a prática de atividades ao ar livre¹⁸⁴. Sua proposta pedagógica se daria a partir das ciências naturais em atenção constante para os problemas sociais, articulação a qual chamou de "pedagogia racional". Um processo educativo que educava pela razão, para que cada ser humano fosse capaz de raciocinar por si mesmo, de conhecer o mundo e emitir seus próprios juízos de valor, sem seguir nenhum mestre, nenhum guia.

Segundo Maria Lacerda de Moura, a pedagogia racionalista idealizada por Ferrer teria como objetivo combater o Deus das religiões: "A escola é uma arma poderosa a serviço das religiões" (MOURA, 1919b, p. 247). A educação racional seria, também, a responsável pela educação para a liberdade, ao se negar em manter "na ignorância e na fé a maioria comodista e pobre de meios para enxergar mais longe" (MOURA, 1919b, p. 246).

A professora ainda destacava que a escola racionalista, segundo os preceitos de Ferrer, deveria ser: 1) De educação universal e não excepcional; 2) Conforme as vocações e não

¹⁸³ Francisco Ferrer e Guardia (1859-1909) nasceu na Espanha, e se tornou conhecido por ter sido um educador anarquista que criou a *Escola Moderna*, amparada em preceitos de liberdade, ciência e racionalismo.

¹⁸⁴ A primeira *Escola Moderna* começou a funcionar em 1901, permanecendo ativa até 1906, quando foi fechada pelo governo espanhol e teve todo o seu material destruído. O governo tomou essa medida porque apontava Ferrer como mentor do atentado a bomba, em Madri, contra o rei Afonso XIII. Em 1909, Ferrer foi novamente acusado como mentor das revoltas populares da Espanha, tendo sido preso, julgado e condenado pelo delito de rebelião militar. Antes de ser fuzilado, escolheu como últimas palavras o grito: "*Viva a Escola Moderna!*" (GALLO, 2013).

arbitrária; 3) Convergente e não divergente; 4) Ativa e não passiva; Composta e não simples; 5) Integral e não parcial.

O ensino deveria basear-se na evolução natural da criança, fazendo-a crescer e se transformar em um indivíduo consciente e útil. Entretanto, os tempos eram difíceis! Ferrer era anarquista e seus métodos previam condições que não seriam totalmente aceitas pela sociedade da época, como a coeducação, por exemplo. Considerada a única forma de elevar o nível moral das sociedades, a educação de ambos os sexos, sem distinção, desvendaria o mistério que envolvia a questão sexual de homens e mulheres, e a necessária igualdade social entre eles.

Á vida é em comum na família, entre irmãos e irmãs, pai e mãe, marido e mulher; - porque não vivermos unidos desde a infância, aprendendo a nos conhecer mutuamente, evitando o juízo falso que cada indivíduo de um sexo faz dos outros do outro sexo? Porque a mulher se entrega facilmente caindo na rede que lhe arma o homem amado? Pelo falso conhecimento que ela tem da vida, pela ignorância completa do homem com que tem de viver de um modo ou de outro, conhecimento adquirido exclusivamente na convivência diária. É inútil trancar a mulher a sete chaves; é inútil, não; é prejudicial ao próprio homem (MOURA, 1919b, p. 242).

A professora chama atenção de seus leitores para o apoio que o fundador da *Escola Moderna* recebia de cientistas reconhecidos de seu tempo, como o médico criminalista Cesari Lombroso e o professor Claparède, que se manifestaram em favor dos estudos e ações de Ferrer: “A Escola de Ferrer, fundada em 1890, em Lausanne, merece uma menção especial para os métodos maravilhosos, rompendo com a tradição” (Claparède, *apud* MOURA, 1919b, p. 250).

Entretanto, de acordo com Maria Lacerda, desenvolver os métodos racionalistas de Ferrer não seria tarefa fácil para o professor, como não seria no caso dos método montessoriano. Antes, seria preciso construir o respeito pela liberdade, não se importando com a possibilidade de ir contra os espíritos conservadores e reacionários. O movimento em favor do ensino laico também deveria ser sua bandeira, apontando aos alunos a diversidade e a liberdade de crenças e o livre arbítrio. Só assim os professores poderiam dar origem à *Escola Moderna* e sua máxima: *Educação Científica e Racionalista*.

A existência de algumas escolas modernas no Brasil entusiasmou Maria Lacerda de Moura, como a de São Paulo, por exemplo, aberta pelo professor João Penteadó, em 1912. Entretanto, lamentava que outras tentativas teriam sido frustradas, seja pela falta de recursos e formação de educadores aptos a trabalharem com os preceitos de Ferrer, seja pela resistência a um modelo de escola visto como fruto do anarquismo.

De acordo com Batalha (2000), o anarquismo no Brasil começou a se difundir a partir de 1890, em um contexto no qual a república, antes foco de esperança, começava a dar lugar à decepção daqueles que buscavam a regulamentação do trabalho e a garantia de direitos políticos e sociais. Muito pelo contrário, a república não promovera a libertação do “quarto estado”, o proletariado, como haviam almejado os trabalhadores envolvidos no movimento republicano, que encontraram no socialismo e no anarquismo projetos que visavam retomar o rumo do qual a república supostamente se desviara (BATALHA, 2000). O principal meio de divulgação do movimento anarquista no contexto brasileiro se dava através de grupos de propaganda e periódicos, que buscavam difundir seu ideário, que passava, entre outros aspectos, pelo antiestatismo, pela recusa da luta político-parlamentar, pelo anticlericalismo e pela rejeição de qualquer forma de opressão sobre o indivíduo, muitos destes presentes nos ideais da *Escola Moderna* de Ferrer.

Entretanto, como esclarece Gallo (2007), no lugar de anarquismo seria mais correto falar em anarquismos, já que foi grande a diversidade de perspectivas desse movimento. Segundo o autor, a força do anarquismo estaria justamente em não se solidificar em um único princípio, o que imporá a constituição de uma doutrina. Para que entendamos a real dimensão de sua filosofia política, é necessário que vejamos o anarquismo como “constituído por uma atitude”, a de negação de toda a qualquer autoridade e a afirmação da liberdade.

O próprio ato de transformar essa atitude radical em um corpo de ideias abstratas, eternas e válidas em qualquer situação seria a negação do princípio básico da liberdade. Admitir o anarquismo como uma doutrina política é provocar o seu sepultamento, é negar sua principal força, a afirmação da liberdade e a negação radical da dominação e da exploração (GALLO, 2007, p. 20).

Nesse caso, é oportuno observar que Maria Lacerda de Moura via no anarquismo um movimento libertário, que poderia trazer a livre ação individual e, conseqüentemente, social. Foi nesse sentido que, assim como o espiritismo, o anarquismo também manteve estreita relação com a ciência. De acordo com Gallo (2013), a relação entre anarquismo e ciência se justificava, principalmente, pela possibilidade que esta última oferecia em emancipar as classes trabalhadoras exploradas, dando-lhes conhecimentos sobre a vida e o trabalho social; e de funcionar como ferramenta de combate ao obscurantismo católico, libertando a população de dogmas injustos e cerceadores. Essas duas funções atribuídas à ciência pelo anarquismo são facilmente identificadas na proposta pedagógica de Ferrer, que apontava à educação que cada criança deveria aprender a raciocinar por si mesma, conhecer o mundo e emitir seus próprios

juízos de valor. Esse modelo, chamado de educação libertária, seria o ideal para a escola nova que se pretendia implantar¹⁸⁵.

Como foi possível perceber, Maria Lacerda de Moura buscou vários modelos para a efetivação de seu projeto de estudo científico da criança. A partir de suas leituras republicanas, identificadas no livro *Em torno da educação*, encontrou leituras que lhe forneceram informações sobre a importância da ciência na efetivação de uma educação infantil que garantiria uma república sólida e eficaz para o futuro. Já com as leituras libertárias, feministas e anarquistas, expressas no livro *Renovação*, encontrou na ciência subsídios para uma educação para a infância que fornecesse meios para uma sociedade mais igualitária e justa. Para cada uma dessas leituras, teve encontros que marcaram sua forma de pensar sobre a educação da infância e os estudos científicos que pretendeu realizar sobre elas, como os com Maria Montessori e Francisco Ferrer. Tais encontros também marcaram o início de um novo pensamento, tanto social como educacional, que se consolidaria em Maria Lacerda de Moura e geraria ações também de libertação e de mudança pessoal, quando abandonou a cidade de Barbacena e a educação institucionalizada e seguiu para São Paulo, iniciando sua liderança em movimentos anarquistas e feminista.

Depois dessa produção escrita e do parecer final que a Secretaria do Interior de Minas Gerais lhe deu sobre seu requerimento, Maria Lacerda de Moura mudou-se para São Paulo. Tal fato parece ter se dado mais em função das suas próprias tensões profissionais e ideológicas do que simplesmente pela hostilização que a cidade de Barbacena teria lhe direcionado, como apontam alguns estudos, como o de Leite (1984). Como foi observado nas fontes, a professora não ocupou um lugar marginal na sua trajetória em Barbacena. Ao contrário, teve uma atuação de valorização e reconhecimento, seja pela sua atuação na escola normal, seja pela participação intelectual nos debates sobre a educação da infância. Entretanto, apesar de ter lhe dado condição para pensar o seu projeto de educação científica da infância, aquele espaço não lhe forneceu meios para efetivá-lo.

Mesmo com a mudança para São Paulo e o desligamento da escola oficial, Maria Lacerda de Moura ainda iria se voltar para mais um livro sobre os estudos científicos da infância, *Lições de Pedagogia*, de 1925. Como veremos no capítulo seguinte, mais do que angariar novas informações para o estudo científico da infância, *Lições de Pedagogia* buscou

¹⁸⁵ Segundo Gallo (2007), os esforços anarquistas na área da educação se iniciaram com a crítica à escola tradicional, que, frequentemente, era gerida ou mantida por ordens religiosas. A principal acusação libertária foi mostrar que as escolas buscavam reproduzir a estrutura da sociedade de exploração e dominação, ensinando os alunos a ocuparem lugares sociais pré-determinados (GALLO, 2007).

popularizar tais conhecimentos, sobretudo para os professores, como sempre quis a educadora mineira.

CAPÍTULO 4 – LIÇÕES DE PEDAGOGIA: A POSSIBILIDADE DE EFETIVAÇÃO DO ESTUDO CIENTÍFICO DA INFÂNCIA

Desejaria imenso publicar este meu livro como uma série grande de enquetes e testes. Não me foi possível conseguir, para isso, LICENÇA da Secretaria do Interior do Estado de Minas Gerais. Oficiei ao Secretário há anos, remeti o ofício por intermédio de um dos chefes de Seção da Secretaria, soube que o ofício já havia corrido algumas repartições e obtido informações favoráveis ao meu projeto de proceder a esses estudos experimentais nas escolas públicas primárias e normais de Minas Gerais e, ao final, perdeu-se o meu requerimento ou deixaram para ocasião mais oportuna... ou acharam de pouca importância ... e não obtive resposta alguma até hoje.

Maria Lacerda de Moura, *Lições de Pedagogia*

Mesmo com uma trajetória reconhecida como professora da Escola Normal de Barbacena e de todo um trabalho e interesse voltados para as questões da educação da infância, amplamente divulgados em seus dois primeiros livros e no requerimento enviado à Secretaria do Interior de Minas Gerais, Maria Lacerda de Moura abandonou, em 1921, a profissão docente institucionalizada e se mudou para São Paulo.

Mais do que uma fuga de pessoas e opiniões, Maria Lacerda de Moura pareceu querer se libertar de uma condição na qual não se encaixava mais: a de professora da república que, segundo ela própria, seria uma figura desprovida de liberdade de pensamento e de ação diante da sociedade e até mesmo da própria escola.

Com relação à sociedade, de fato, ainda era muito restrito o espaço dado à mulher no início do século XX, em meio a uma cidade do interior de Minas Gerais, para abordar de temas ainda incipientes e geradores de desconfiança, como o feminismo e o anarquismo. Como já apontado no capítulo anterior, à mulher eram destinados poucos espaços de atuação, como o da casa e o da escola – espaços amplamente explorados por Maria Lacerda de Moura na tentativa de se colocar como uma intelectual de seu tempo, que via na educação científica da mulher e nos estudos científicos da criança a possibilidade para a melhoria da sociedade brasileira.

Contudo, até mesmo no espaço escolar Maria Lacerda de Moura sofreu restrições na sua atuação, ainda que se propusesse a buscar meios para a melhoria da condição de aprendizagem da criança, ao propor experiências de psicologia experimental nas escolas de Barbacena. Mesmo naquele espaço autorizado à sua participação, seja com mulher, seja como professora, Maria Lacerda de Moura teve sua atuação cerceada e até mesmo ignorada, como ela mesma destacava, o que pode ter contribuído com uma necessidade, já iminente, de buscar novos espaços de atuação, mais livres e autônomos.

Foi assim que, em São Paulo, passou a se dedicar à direção de uma revista feminina, a aulas particulares, e também à vida de escritora. Mesmo em meio às constantes mudanças pelas quais ainda passaria dali para frente, como a descrença pela luta feminista¹⁸⁶ e a escolha pelo convívio em uma comunidade anarquista, sua atuação como professora e escritora nunca seria abandonada¹⁸⁷.

Lecionando de forma autônoma e, muitas vezes, gratuita e escrevendo sobre aquilo que considerava pertinente diante da sociedade de seu tempo, Maria Lacerda de Moura acreditava alcançar seus ideais de luta por uma sociedade mais justa, mais livre e igualitária. Através de seus escritos, mais do que fazer circular suas ideias, buscou efetivá-las, apontando dimensões sociais diversas, dentre as quais a educação. Foi assim que, mesmo afastada da escola do governo republicano, continuou a pensar sobre as condições de formação da criança, e a ciência continuava a fornecer propostas e teorias para a ação do professor.

Foi nesse contexto que, em 1925, publicou o livro *Lições de Pedagogia*, que pode ser considerado o último livro de Maria Lacerda de Moura voltado especificamente para as questões da educação da infância. Mesmo publicado já em sua fase de vida em São Paulo, o livro foi pensado e construído a partir da sua trajetória anterior, a de Barbacena, no contexto de formadora de normalistas para o trabalho com a infância.

Mais do que um manual de formação de professores, *Lições de Pedagogia* pode ser considerado uma possibilidade de Maria Lacerda de Moura efetivar seu projeto científico da infância, a partir do momento em que expõe e exemplifica experiências possíveis de serem realizadas pelos professores em sala de aula. Assim, o interesse na análise desse livro se dá pelo fato de esclarecer o que teria sido e como teria se desenvolvido o projeto de estudo científico da infância que Maria Lacerda de Moura pretendeu realizar em Barbacena.

¹⁸⁶ Como visto no capítulo anterior, Maria Lacerda de Moura não acreditava na principal reivindicação feminista, o sufrágio, como condição de melhoria da vida da mulher em sociedade.

¹⁸⁷ Dentro da comunidade anarquista, Maria Lacerda de Moura lecionava gratuitamente aos filhos de desertores da Primeira Guerra Mundial (LEITE, 1984).

4.1 – Um manual para a formação de normalistas

Lições de Pedagogia foi um título dado de forma recorrente às publicações pertencentes à literatura pedagógica do início do século XX. Além da publicação de Maria Lacerda de Moura, há outras obras com títulos iguais ou bastante semelhantes, como *Lições de Pedagogia: teoria e prática* (1915), de Manoel Bomfim, e *Lições de Pedologia e psicologia experimental* (1910), de Faria de Vasconcellos, que circularam no Brasil naquele período. Para além dos títulos, a aproximação entre essas obras também se dava por terem sido frutos de aulas lecionadas em Escolas Normais pelos seus autores (SILVA, 2013).

Pintassilgo (2006), ao analisar o contexto português, observa que tais livros constituíram uma espécie de manual para a prática docente no decorrer dos anos finais do século XIX e início do século XX, divulgando as novas ideias e práticas de ensino, em contraponto a modelos considerados tradicionalistas e ultrapassados diante de uma nova configuração que a sociedade assumia em termos de organização e de descobertas científicas. Assim, houve uma relativa homogeneidade do conteúdo desses manuais se vistos em seu conjunto, sobretudo quando abordavam algumas categorias que buscavam conferir cientificidade à pedagogia no tratamento dos temas educacionais. Para o autor, essa função explicaria o sucesso editorial de algumas dessas obras, que tiveram sucessivas reedições. No caso brasileiro, o livro *Lições de Pedagogia*, de Manoel Bomfim, é exemplo desse sucesso, tendo tido três edições (1915, 1917, 1926). Também merece relevo o livro *Lições de Pedologia e psicologia experimental*, de Faria de Vasconcellos, que, apesar de ter sido publicado em Portugal, teve ampla circulação no Brasil, tendo sido, inclusive, fonte de leitura de Maria Lacerda de Moura, em Minas Gerais, e de Clemente Quaglio, em São Paulo¹⁸⁸.

A publicação das *Lições de Pedagogia* de Maria Lacerda de Moura já havia sido anunciada em 1919, na abertura do livro *Renovação*. Isso indica que a professora já teria interesse em publicar suas aulas e estudos sobre as questões que perpassavam a prática pedagógica ainda na fase de Barbacena. Essa informação se torna importante na medida em que indica que o livro pode ser tomado como fonte de informações sobre o projeto científico da infância que a professora pretendeu realizar em sua cidade.

Ao contrário das “Lições” publicadas por Bomfim e Vasconcellos, as *Lições de Pedagogia* de Maria Lacerda de Moura não teriam tido ampla circulação, e nem mesmo teriam sido adotadas em alguma escola normal, já que a professora não estava mais ligada a esse tipo

¹⁸⁸ Maria Lacerda de Moura cita o livro em *Renovação* e *Lições de Pedagogia*. Já a leitura de Quaglio é citada por Monarcha (1999, p. 254), como mencionado no capítulo anterior.

de instituição. Nesse sentido, a publicação do livro pode revelar apenas o seu desejo de registrar, publicamente, o projeto de estudos científicos da criança que pretendeu realizar em Barbacena, chamando atenção para o seu conhecimento sobre as questões científicas aplicadas à infância e para o descaso do estado mineiro na condução do seu requerimento.

Como as demais publicações de Maria Lacerda de Moura, *Lições de Pedagogia* traz a assinatura da autora logo na capa, juntamente com o título da obra e a indicação de que se tratava do primeiro volume. Além disso, aparecem o local e a data da publicação, Tipografia Paulista, 1925¹⁸⁹.

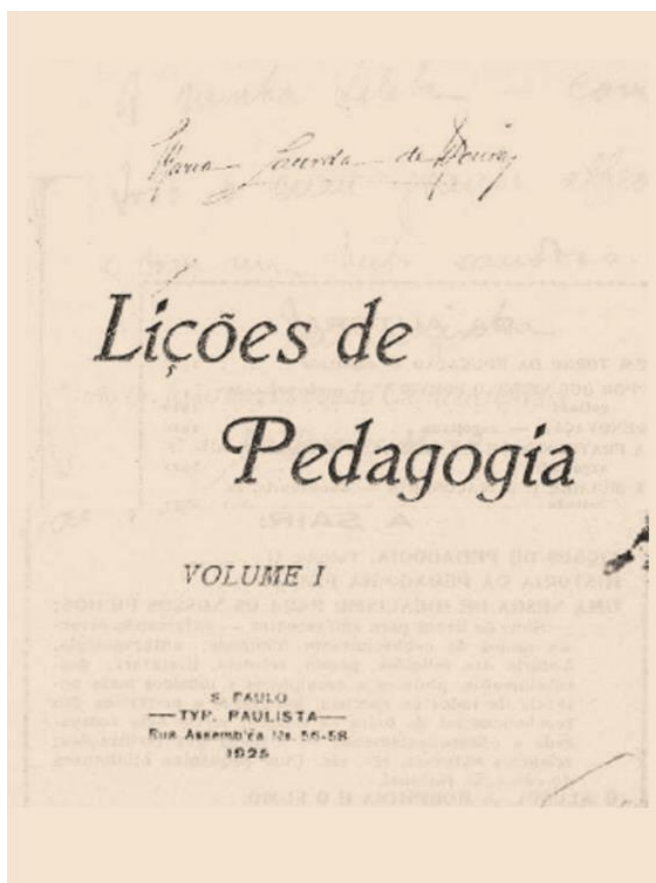


Figura 28: Capa do livro *Lições de Pedagogia*, 1925

Fonte: Moura, 1925

As informações da capa indicam o interesse da professora em dar continuidade a *Lições de Pedagogia* em outros volumes, o que demonstra que ela não teria esgotado todas as lições

¹⁸⁹ Não foram encontradas informações sobre a tipografia responsável pela publicação de *Lições de Pedagogia*.

que pretendia levar para os seus leitores nesse primeiro volume. Maria Lacerda de Moura chega mesmo a informar que o volume dois já estaria “a sair”, juntamente com outros títulos, como veremos a seguir.

Na folha seguinte à contracapa, onde todas as informações da capa se repetem, há os títulos das obras de Maria Lacerda já publicados e a publicar, como mostra a figura abaixo:

DA AUTORA:	
EM TORNO DA EDUCAÇÃO — esgotado	1918
"POR QUE VENCE O PORVIR?" — conferencia, ex- gotada	1919
RENOVAÇÃO — esgotado	1919
A FRATERNIDADE E A ESCOLA — Conferencia — exgotada	1922
A MULHER E A MAÇONARIA — Conferencia, ex- gotada	1922
A MULHER HODIERNA E O SEU PAPEL NA SO- CIEDADE ACTUAL E NA FORMAÇÃO DA CI- VILIZAÇÃO FUTURA — Conferencia, ex- gotada	1923
"A MULHER E' UMA DEGENERADA", esgotado	1924
NO PRÉLO:	
"A MULHER E' UMA DEGENERADA" — 2.a edição	1925
A SAIR:	
LIÇÕES DE PEDAGOGIA. Volume II	
HISTÓRIA DA PEDAGOGIA FEMININA.	
UMA NESGA DE IDEALISMO PARA OS NOSSOS FILHOS: — Série de livros para adolescentes — enfocando diver- sos ramos de conhecimentos humanos: anthropologia, historia das religiões, poesia, sciencia, literatura, des- cobrimentos, pintores e esculptores e musicos mais no- taveis de todas as epochas; heroísmos e martyrios dos revolucionarios de todos os tempos, mythologia compa- rada e consequentemente — historia das civilizações; sciencias naturaes, etc. etc. Uma pequenina bibliotheca de educação racional.	
O ALCOOL, A MORPHINA E O FUMO.	
ANTHOLOGIA REBELDE: Florilegio contendo trechos escolhidos de autores re- volucionarios.	
MONTESSORI E A RENOVAÇÃO DA ESCOLA.	

Figura 29: Publicações Maria Lacerda de Moura

Fonte: Moura, 1925

É possível observar que quase todos os livros já publicados até então, como *Em torno da educação* (1918), *Por que vencer o porvir?* (1919), *Renovação* (1919), *a Fraternidade e a escola* (1921), *A mulher e a maçonaria* (1922), e *A mulher hodierna e seu papel na sociedade atual e na formação da civilidade futura* (1923), mesmo esgotados, não foram novamente

publicados, exceto *A mulher é uma degenerada?*, com primeira publicação em 1924, seguida de mais duas edições posteriores.

O fato de escolher não publicar novamente a maioria de seus escritos pode revelar tanto a constante mutação de ideias pelas quais passou Maria Lacerda de Moura, que poderia não ver mais a necessidade de retorno a seus debates anteriores, como também uma possível falta de condição financeira, constantemente anunciada em carta escrita a uma amiga: “minha querida amiga, saudações muito afetuosas. Minha revista, era uma vez... por dificuldades econômicas [...] As minhas condições econômicas não me permitem senão um viver modestíssimo e de muito trabalho. Destino!” (CARTA DE MARIA LACERDA DE MOURA À AMIGA ALBININHA, 1926). Apesar disso, Maria Lacerda de Moura não deixaria de publicar novas obras, a exemplo dos mais de dez livros que publicou daquela data em diante, embora não mais contemplando temas educacionais.

No prelo estaria uma segunda edição de *A mulher é uma degenerada?* Ao que tudo indica, esse foi um dos poucos livros reeditados por Maria Lacerda de Moura. Tal fato talvez possa ser explicado pelo seu interesse em esclarecer, de forma científica, que a mulher não era fisiologicamente inferior ao homem, como afirmava o médico português Miguel Bombarda¹⁹⁰, que definia a mulher como um organismo degenerado. Confrontando a teoria de Bombarda, que julgava “ridículo” qualquer esforço em prol da independência da mulher e de sua elevação à mesma condição masculina, o livro de Maria Lacerda levantou-se também contra parte considerável da sociedade que aceitava essa teoria (LAGUARDIA, 2012). Ao dar ao seu livro o título de *A mulher é uma degenerada?*, em forma de pergunta retórica, Maria Lacerda de Moura dava uma réplica ao livro de Bombarda e se colocava, mais uma vez, em defesa da condição feminina.

Em seguida, são anunciados os seis livros “a sair”: *Lições de pedagogia*, vol. 2; *História da pedagogia feminina*; *Uma nesga de idealismo para nossos filhos*; *O álcool, a morfina e o fumo*; *Antologia rebelde*; e *Montessori e a renovação da escola*. Provavelmente, nenhum desses livros chegou a ser publicado, apesar de pretenderem se direcionar a temas tão caros a Maria Lacerda de Moura, como as questões científicas aplicadas à educação da infância. Pode estar relacionada a esse fato a mudança de Maria Lacerda de Moura para uma comunidade anarquista em Guararema, interior de São Paulo, em 1926, onde começou a conviver com objetores da Primeira Guerra Mundial, que defendiam a liberdade e criticavam as hierarquias sociais. Nesse contexto, seus ideais sofreriam novas mudanças, o que se traduziu na publicação de livros

¹⁹⁰ Miguel Bombarda (1851-1910), médico português que se dedicou ao estudo do sistema nervoso humano.

voltados para temas anarquistas, como *Fascismo – Horda de Embrutecedores* (1934), *Serviço militar obrigatório para a mulher. Recuso-me! Denuncio!* (1933), *Fascismo - filho dileto da Igreja e do Capital* (1933), *Civilização – Tronco de escravos* (1931), entre outros, nos quais expunha a sua indignação contra o nacionalismo, a Igreja, o poder dos Estados e os regimes totalitários, defendendo o pacifismo e a igualdade social¹⁹¹ (RAGO, 2012). Assim, a inflexão em sua produção literária e a não publicação das obras educacionais previstas se assentam nas significativas mudanças em sua trajetória, traço que marca a história de Maria Lacerda de Moura.

A página seguinte foi reservada à dedicatória do livro. Dessa vez, a homenagem se faria para uma amiga, D. Augusta:

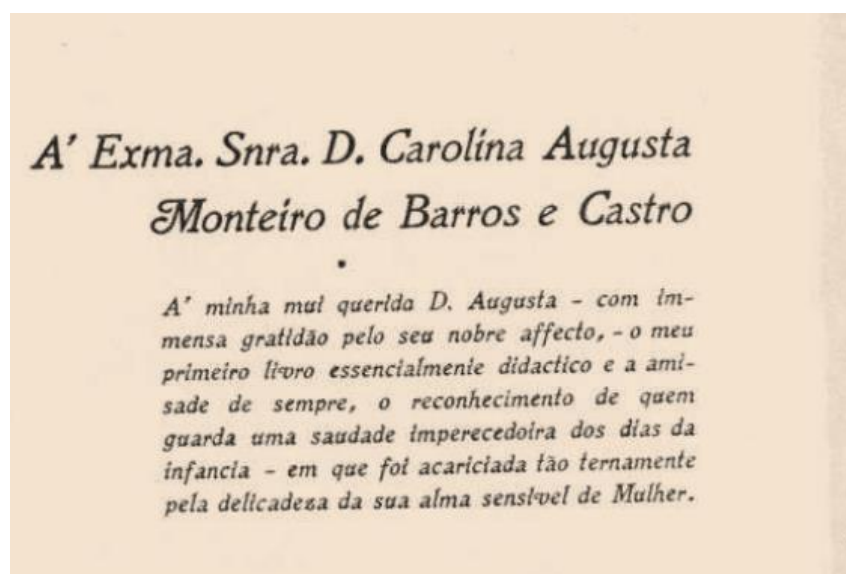


Figura 30: Dedicatória de *Lições de Pedagogia*

Fonte: Moura, 1925

Apesar de não terem sido encontradas informações sobre Carolina Augusta, é possível perceber, pelo texto, que se tratava de uma amiga da época de Barbacena, que teria participado da sua infância como uma espécie de cuidadora ou pessoa próxima da família. Ao contrário de uma ruptura com o contexto de Barbacena, *Lições de Pedagogia* revela uma ligação ainda muito

¹⁹¹ Com o fim da comunidade de Guararema, que se deu em 1935, diante da repressão do governo de Getúlio Vargas, Maria Lacerda de Moura voltou para Barbacena, onde buscou retomar suas aulas particulares de professora de preparatórios para o ginásio. Contudo, de acordo com Leite (1984), uma nova rejeição da cidade fez com que se mudasse para o Rio de Janeiro, onde viveu até sua morte, em 1945.

forte de Maria Lacerda de Moura com pessoas e temas que lhe foram importantes no período em que lá viveu, e que buscava resgatar ou dar continuidade.

Também na dedicatória é revelada a característica principal do livro. De acordo com Maria Lacerda de Moura, *Lições de Pedagogia* era “essencialmente didático”, ou seja, um livro para instruir e direcionar o leitor que a ele teria acesso. No caso, o livro seria destinado às normalistas, configurando-se como um conjunto de textos e reflexões sobre temas educativos, que envolviam métodos, teorias e experimentos para o ensino, a aprendizagem e o estudo científico da criança. “Escrevi principalmente para as alunas de Escolas Normais e para professores primários” (MOURA, 1925, p. 264).

As páginas seguintes à da dedicatória foram destinadas à exposição dos “juízos” de leitura das obras anteriormente publicadas, já mencionados no capítulo anterior. Foram 23 juízos de leitura realizados por diferentes pessoas e jornais dos mais distintos lugares do país e do exterior. Entre eles, podemos citar Manoel Bomfim e Olavo Bilac, do Rio de Janeiro; *A gazeta* e a *Folha da Noite*, de São Paulo; *O templário* e o *Jornal da Manhã*, de Pelotas; o jornal *Minas Gerais*, de Belo Horizonte; *O tempo*, do Rio Grande do Sul; *O Brasil literário*, do Recife; o *Diário de Notícias* e *A Batalha*, de Lisboa; e o *La Vanguarda*, de Buenos Aires.

Como já exposto anteriormente, ao distribuir seus livros para diferentes pessoas e lugares e ao publicar os melhores juízos sobre eles, Maria Lacerda de Moura parecia utilizar uma estratégia para ter certa visibilidade e legitimidade dentro do campo educacional, ou mesmo uma afirmação ou extensão da posição de intelectual adquirida em Barbacena. Como estaria ocupando um novo espaço e iniciando uma nova trajetória no momento da publicação de *Lições de Pedagogia* – a de São Paulo –, seria interessante demonstrar que já possuía um espaço de reconhecimento intelectual no campo da educação.

Antes de adentrar no primeiro dos quatro capítulos que compõem as 270 páginas do livro, Maria Lacerda de Moura lançou mão de uma epígrafe de autoria daquela que nortearia grande parte das ideias que desenvolveu no livro: Maria Montessori:

Le moderne teorie dell'evoluzione, da Naegeli a De Vries, considerano in tutto lo svolgimento del duplice albero biologico: animale e vegetale – Il fattore interno come l'essenziale nella trasformazione della espécie e nella trasformazione dell'individuo. Le origini dello sviluppo, sia nella successione filogenetica come in quella ontogenetica, sono interiori, Il bambino non cresce perchè si nutre, perchè respira, perchè sta in condizioni termiche e barometriche adatte: cresce perchè la vita potenziale in lui si svolge, facendosi attuale; perchè germe fecondo donde proviene la sua vita, si sviluppa, secondo il destino biologico fissato dall'eredità. Infanti l'uomo adulto si nutre, respira, sta sotto le medesime condizioni barometriche e termiche, ma non cresce. Tutte le vittorie e tutto il progresso umano riposano sulla forza interiore – *Pedagogia Scientifica* – Montessori (MOURA, 1925, p. 1)¹⁹².

O texto, em italiano, revela que, possivelmente, Maria Lacerda de Moura teve acesso direto à obra de Montessori, e não somente aos seus comentadores ou a outros manuais de seu tempo. Indica, também, a predileção da autora pelas ideias da médica italiana ao escrever o seu livro, mesmo recorrendo a vários outros autores e teorias para elucidar as questões educacionais de seu tempo.

Além disso, a epígrafe inicial é esclarecedora sobre o que seria tratado de forma mais sistemática em sua publicação: as ideias científicas aplicadas à educação. Ao citar o trecho do livro *Pedagogia Scientifica*, de Montessori, a professora mineira demonstrava seu interesse pelos estudos científicos da infância, de que tanto se ocupou na trajetória em Barbacena. Assim, é preciso considerar que, mesmo em São Paulo, onde suas ações foram marcadas e reconhecidas pelo envolvimento com movimentos feministas e anarquistas, Maria Lacerda de Moura continuava a pensar a condição científica de educação da infância ao publicar o seu livro, ainda que escrito na sua trajetória anterior.

Na epígrafe, fica claro que tais estudos eram fundados na crença da contribuição das teorias da evolução e da hereditariedade para a educação da infância. Montessori chamava atenção para “o fator interno como essencial para a transformação do indivíduo”, ou seja, para “um destino biológico fixado pela hereditariedade”, de modo que cada ser estaria apto, geneticamente, a cumprir um percurso. A fala de Montessori revela que as condições do meio poderiam até impedir a formação adequada da criança, mas não mudariam o seu quadro genético, o seu “fator interno”, previamente determinado pela natureza.

¹⁹² Tradução para o português: “A origem do desenvolvimento, sabe-se tanto na sucessão filogenética, quanto na ontogenética, são interiores. A criança não cresce porque se nutre, porque respira ou porque se encontra em condições térmicas e barométricas favoráveis: cresce porque a vida potencial nela se desenvolve, em expressões ativas, porque o germe fecundo, que lhe deu a vida, desenvolve-se segundo um destino biológico fixado pela hereditariedade. Na verdade, o homem adulto se nutre, respira, está sob as mesmas condições térmicas e barométricas, mas não cresce. Todas as vitórias e todo progresso humano assentam-se na força interior”.

Maria Montessori, como outros de seu tempo, foi influenciada pelos estudos do embriologista Haeckel (1834-1919), que, a partir de pesquisas, formulou a chamada “lei biogenética” ou “teoria da recapitulação”. Segundo esta, o desenvolvimento do indivíduo orgânico, a série de mudanças por que cada pessoa passa durante a vida, é condicionada pela filogênese, ou desenvolvimento da linhagem orgânica à qual pertence. Nesse caso, a hipótese da recapitulação, ou herança biogenética, definia que a ontogênese repete a filogênese. Para Haeckel, a “história do embrião” (ontogenia) deve ser completada com uma segunda, da mesma validade, a história da raça (filogenia). Ambas seriam dimensões da ciência evolutiva e estariam, portanto, mutuamente conectadas, sendo frutos da ação recíproca das leis da hereditariedade e adaptação (GOUVEA e GERKEN, 2010, p. 50).

Ao tomar o trabalho de Montessori e de outros autores ligados, de alguma maneira, ao positivismo e ao evolucionismo do final do século XIX (como Spencer e Bain) e à pedagogia moderna, como os franceses Gabriel Compayré (um dos autores cujos textos estão mais presentes no discurso dos manuais), Binet e Claparède, Maria Lacerda de Moura escreveu os quatro capítulos de seu livro, apontando para a importância das condições hereditárias das crianças em seu processo de escolarização.

Apesar de citar vários estudiosos e cientistas daquele tempo e suas contribuições para o que chamava de estudo científico da infância, a professora não elencou as fontes de leitura do seu trabalho, procedimento considerado comum dentro das práticas de escrita da época, como identifica Pintassilgo (2006).

Apesar de o livro estar dividido em quatro capítulos, essa divisão representa nada mais do que a tentativa de organização das lições por sua autora. Como ela própria evidenciou, mais do que organizar os temas, queria repeti-los, de sorte que muitas informações contidas no livro se reproduzem ao longo dos capítulos. Dessa forma, mais do que tratar de diferentes temas, a professora quis reforçar alguns conhecimentos que lhe pareciam mais importantes para a prática pedagógica, deixando para os próximos volumes, apesar de não terem sido publicados, a exposição de novas lições.

Assim, em todos os capítulos, a autora ressaltava a importância do estudo do organismo da criança para o processo educacional e o papel da pedagogia e da educação nesse contexto. Assim, no capítulo 1, apresentou informações sobre o surgimento e os objetivos de uma pedagogia científica, fortemente amparada pela psicologia experimental, pela higiene e por outras ciências que auxiliariam, de alguma forma, no conhecimento do desenvolvimento infantil e nas suas relações com a prática educativa. Foi também nessa direção que pensou os

capítulos 2, 3 e 4, nos quais se voltou para o esclarecimento da importância dos sentidos e do crescimento físico para o desenvolvimento intelectual da criança.

Para o tratamento desses temas, assentados no estudo científico da criança, Maria Lacerda de Moura adotou uma linguagem clara e objetiva, com exemplos de sua realidade como professora de Escola Normal de Barbacena para ilustrar suas ideias. Diferentemente de *Em torno da educação e Renovação*, em que apresentava um discurso vibrante e desafiador, envolto em ideais feministas e anarquistas, *Lições de Pedagogia* trouxe uma fala mais didática, na qual as referências sociais, políticas e religiosas estão menos presentes. “A minha linguagem é simples e tenho preocupação didática; a repetição, a etimologia dos vocábulos científicos, técnicos e, por vezes, a singeleza necessária para os cérebros ainda não habituados a esse gênero de estudos” (MOURA, 1925, p. 264).

4.2 – O estudo da criança: condição para uma pedagogia científica

Explicar a condição e o significado da pedagogia naquele momento foi o passo inicial que Maria Lacerda de Moura quis dar em *Lições de Pedagogia*. Assim como outros autores de manuais destinados a professores normalistas daquele período, a professora mineira esclarecia seus leitores sobre a origem da palavra pedagogia, seu significado em diferentes contextos e lugares, as transformações históricas pelas quais teria passado, as diferenças decorrentes de sua relação com a educação e a sua condição naquele momento. Afinal, como as suas lições eram sobre pedagogia, era natural que fizesse esses esclarecimentos.

Contudo, mais do que dizer que o pedagogo seria aquele que conduziria a criança até a escola e, conseqüentemente, até o processo educacional – definição histórica muito comum nos manuais –, Maria Lacerda de Moura buscou demonstrar os objetivos da pedagogia e da educação, apontando suas especificidades em direção a um fim comum: oferecer a plena formação do indivíduo.

Segundo a professora mineira, **a educação** seria “um conjunto de esforços agindo no sentido do aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do indivíduo, preparando-o para a vida, em proveito da coletividade”. Já **a pedagogia** seria “o conjunto de teorias deduzidas da observação e da experimentação, estabelecidas com o fim de tornar fácil e pronta a ação educativa” (MOURA, 1925, p.4). Nesse caso, a educação seria o objetivo da pedagogia, que, por sua vez, seria a teoria da educação.

Em linhas gerais, o mais importante seria o normalista compreender a pedagogia como sistematização dos preceitos educativos, organização e desenvolvimento dos conhecimentos produzidos ao longo do tempo. Por seu lado, a educação seria a aplicação da teoria produzida pela pedagogia. A relação entre as duas seria, nesse caso, mútua e indissociável:

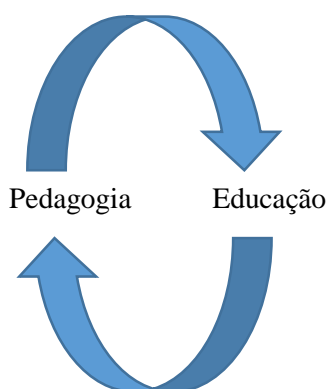


Figura 31: Relação mútua entre a pedagogia e a educação
Fonte: organizado pela autora da tese

Do mesmo modo, Maria Lacerda de Moura buscava apontar as especificidades do pedagogo e do educador, ao mesmo tempo em que evidenciava a estreita relação entre ambos. O primeiro seria o indivíduo que estuda e estabelece as leis e as teorias pedagógicas. Já o segundo seria aquele que colocaria em prática o que o pedagogo formulou na teoria, adquirida da experiência educativa. Exemplificando essa diferença, a professora esclarecia que o estudioso poderia ser pedagogo e não saber transmitir a educação, como no caso de Rousseau, “um extraordinário pedagogo que não soube ser educador” (MOURA, 1925, p. 5).

Para que alguém pudesse estabelecer uma pedagogia, ou seja, uma teoria da educação, a observação do processo educacional seria metodologia primordial. Esse processo, por sua vez, não seria estático, imutável; ao contrário, seria suscetível de transformações em função de cada lugar, de cada tempo e espaço em que se desse: na Idade Média, entre os gregos, os israelitas, os hindus, na Igreja Católica, no protestantismo, para os positivistas, para as repúblicas, para o comunismo, para a anarquia, enfim, para toda e qualquer forma que a sociedade assumisse no decorrer do tempo haveria um processo educativo específico, que acompanhava as diferentes demandas geradas. De forma resumida, Maria Lacerda de Moura buscava demonstrar aos atuais e futuros professores daquele momento que as definições de educação se multiplicavam segundo os conceitos, os ideais filosóficos e religiosos, patrióticos, políticos e sociais de cada época e de cada lugar. Assim, se a educação se transformasse, também se transformaria a

pedagogia. Ao adentrar nessa discussão, Maria Lacerda de Moura parecia querer justificar o propósito de seu livro, que teria sido gerado, por sua vez, pela demanda de seu tempo.

O período em que Maria Lacerda de Moura viveu demandava uma sociedade mais produtiva, ordeira e civilizada, que faria a população se livrar dos vários males que a acompanhavam, como as doenças, o ócio e a pobreza. No caso brasileiro, o ideário republicano, assim como outros pensamentos políticos e religiosos do momento, buscava alcançar uma realidade bem diferente da que se apresentava. Com a expansão da imigração, o crescimento dos centros urbanos e a industrialização do início do século XX, os problemas sociais e sanitários cresciam a cada dia, como a pobreza, as epidemias de febre amarela, de peste bubônica, de varíola, tuberculose, entre outras (SOUZA, 2008).

Ao lado dessas demandas surgiram as descobertas científicas do século XIX, entre as quais as teorias da evolução e da hereditariedade, que impactaram profundamente os vários campos do conhecimento, que passaram a buscar soluções viáveis para regenerar e civilizar as populações. Para Foucault (1999), foi para executar essa tarefa propriamente política que, a partir de finais do século XIX, começou a ganhar corpo uma forma de poder positivo, que associou políticos, professores, médicos e higienistas, entre outros, em torno de uma certa profilaxia social.

O evolucionismo tornou-se, com toda naturalidade, em alguns anos do século XIX, não simplesmente uma maneira de transcrever em termos biológicos o discurso político, não simplesmente uma maneira de ocultar um discurso político sob uma vestimenta científica, mas realmente uma maneira de pensar as relações de colonização, a necessidade das guerras, a criminalidade, os fenômenos da loucura e da doença mental, a história das sociedades com suas diferentes classes, etc. Em outras palavras, cada vez que houve enfrentamento, condenação à morte, luta, risco de morte, foi na forma do evolucionismo que se foi forçado, literalmente, a pensá-los (FOUCAULT, 1999, p. 307).

No campo da pedagogia, isso se deu de diferentes formas. O conceito de evolução, por exemplo, daria lugar ao conceito de desenvolvimento e às consequentes etapas evolutivas da criança, esclarecendo ao educador sobre as fases e as condições de crescimento e educação. Mais do que isso, a educação, amparada nos novos conhecimentos produzidos pelas ciências, foi representada como condição de evolução normal da criança, oferecendo referenciais eficazes para a sua aprendizagem e formação (RAMOS DO Ó, 2009).

Assim, para ser eficiente, ou seja, para formar um bom cidadão no futuro, a educação e – consequentemente, a pedagogia – deveria se amparar em bases científicas, traduzidas no estudo do “organismo vivo” da criança, ou seja, na sua condição física e psíquica, que deveria

ser compreendida de forma individualizada. “Antes de saber o que se deve ensinar à criança, o que é preciso é conhecer fisiologicamente e psicologicamente quem se pretende ensinar e educar” (VASCONCELLOS, 1910, p. 8). Seria justamente esse “processo de individualização”, forma de poder constituído pelas ciências¹⁹³, que forneceria à pedagogia “saberes” “verdadeiros” sobre a criança, capazes não só de direcionar a prática educativa, mas também de transformar a realidade social¹⁹⁴ (FOUCAULT, 1984). “A ciência da educação, tal como deve ser compreendida, é a grande obra de renovação social” (MOURA, 1925, p. 47).

Entre os expoentes dos estudos científicos que se direcionaram de forma direta e indireta para o conhecimento da criança estariam Binet, Claparède, Montessori, Weber, Fechner, Wundt e “tantos outros” que, segundo Maria Lacerda de Moura, estariam “revolucionando” o ambiente escolar e mostrando que a educação saltaria muito além dos conceitos estreitos que a fechavam, entrando no domínio da questão social (MOURA, 1925, p. 17).

Os diferentes estudiosos, que expressavam as múltiplas influências da ciência na educação, ajudariam na transformação do ambiente escolar, na reeducação dos professores e na substituição dos métodos de ensino vigentes. O que se daria dali em diante seria um estudo metódico da criança, conduzido sob a guia da antropologia pedagógica e da psicologia experimental. “Também a Pedagogia, como já fez a Medicina, tende a sair do campo puramente especulativo para fundar suas bases sobre indagações da experiência” (MOURA, 1925, p. 15).

Essa nova condição da educação se efetivaria, principalmente, através da observação sistemática da criança. Os professores deveriam ser verdadeiros cientistas nesse processo, recorrendo ao seu espírito de curiosidade diante de um ser em processo de evolução, como um religioso da natureza, que aprende com a própria criança a aperfeiçoar-se como educador. “O professor deverá ter a curiosidade do cientista” (MOURA, 1925, p. 118).

Amparada nos estudos de Montessori, Maria Lacerda de Moura detalhava esse processo de observação, que deveria se voltar para o dia a dia da escola, na atenção para a natureza infantil, para as especificidades geradas pela hereditariedade no corpo físico. O professor deveria permitir as livres manifestações da criança e dar-lhe liberdade em suas práticas dentro do ambiente escolar, pois, só assim, conseguiria informações mais reais para a constituição da pedagogia científica. “É necessário que a escola permita as livres manifestações naturais da

¹⁹³ Foucault assevera que o poder não é apenas repressor, ou seja, não age somente de forma coercitiva e negativa. Ele também pode ser positivo a partir do momento em que produz efeitos produtivos para quem o exerce (FOUCAULT, 1979).

¹⁹⁴ Para Foucault (1979), o exercício do poder cria objetos de saber, fá-los emergir, leva a um modo institucionalizado de acumular informações e de fazê-las circular.

criança, para que nasça a Pedagogia Científica” (MOURA, 1925, p. 16). Segundo a professora, seria essa a pedagogia que lutaria contra um modelo ultrapassado de educação. “A Pedagogia Científica Moderna é uma alavanca de destruição de todos os processos empíricos, antigos e em uso, até hoje, em escolas de todos os países” (MOURA, 1925, p. 16).

Segundo Ramos do Ó (2009), a pedagogia buscava adquirir o seu estatuto de ciência justamente na crítica aos modelos tradicionais de ensino e na adesão a metodologias científicas, nas quais o corpo individualizado da criança seria a possibilidade de descoberta de uma nova e mais promissora educação.

A pedagogia adquiria o seu estatuto de ciência, de um lado, na crítica aos métodos autoritários da escola tradicional – que via todos os estudantes da classe como um só e se limitava ao básico “ler, escrever e contar” - e, de outro, na procura da educação “integral” do indivíduo, tomado em si e para si”. A “Educação Nova” - designação que na transição para o século XX identifica as tentativas de renovação pedagógica na Europa e nas Américas - alicerça-se no conhecimento detalhado da diferença de cada criança. Fala mesmo da “lei da individualidade”, querendo por tal significar que todo o indivíduo difere mais ou menos, na relação dos seus caracteres físicos e psicológicos, dos demais. É pois está uma ciência do singular que, legitimada pelo laboratório e pela observação experimental, postula a necessidade de uma escola “por medida” (RAMOS DO Ó, 2009, p. 115).

Maria Lacerda de Moura, à semelhança de outros autores do campo da educação, apresentava uma perspectiva que, de um lado, compreendia a psicologia como ciência aplicada, em contraposição a autores como Wundt, que afirmava uma ciência básica, conduzida em laboratório. Por outro, entendia a pedagogia como fundada em preceitos científicos. Neste caso, os saberes do professor, frutos de sua experiência, foram considerados ultrapassados.

O educador idealizado por Montessori e desejado por Maria Lacerda de Moura para as novas demandas da escola que se queria moderna e eficiente deveria ser como um psicólogo. “Não o psicólogo livresco ou de laboratório, mas o adivinho, o observador, o intuitivo” (MOURA, 1925, p. 30). Deveria oferecer à criança instrumentos necessários para o próprio desenvolvimento, através, sobretudo, dos estímulos que despertariam a “vida interior”.

Por isso, é preciso saber mais alguma coisa além das noções de cálculo, leitura, língua pátria, e história. Ela quer na diretora (professor), tal como idealizaram Itard e Séguin “o espírito de abnegação do cientista que prepara uma experiência e espera que ela lhe revelará o amor a essa curiosidade sagrada e aspiração do mais alto ideal. Quer nela o devotamento do cientista mais que a cultura técnica (MOURA, 1925, p. 33).

A idealização de Montessori partia da crença de que a criança seria dotada de potencialidades inatas, bastando ao professor dar condições para que pudesse seguir seu curso natural e desvelar-se naturalmente. Seria preciso “dar vazão” à imensa riqueza de que a criança era possuidora. “Criar as condições para esse desabrochar é, portanto, a finalidade da educação” (ANTUNES, 2012, p. 200).

De acordo com Antunes (2012), Montessori pode ser considerada uma das expressões do escolanovismo ao formular estudos e apontamentos sobre o desenvolvimento físico e psicológico da criança, que se daria através de uma observação sistemática e calculada. Dessa forma, compreendia que a pedagogia científica deveria partir da fisiopsicologia e da hereditariedade para o estudo da criança em seu processo educacional. A educação deveria estar atenta ao desenvolvimento interno da criança, dado pela natureza, pelas condições hereditárias. Somente a partir disso o professor poderia iniciar suas atividades, fazendo uso desse desenvolvimento para direcionar aprendizagens ofertadas pelo meio. De forma esquemática, podemos afirmar que a pedagogia científica só seria possível através da observação sistemática do processo de educação, que, por sua vez, somente traria dados verdadeiros se a criança estivesse em seu estado pleno de liberdade.

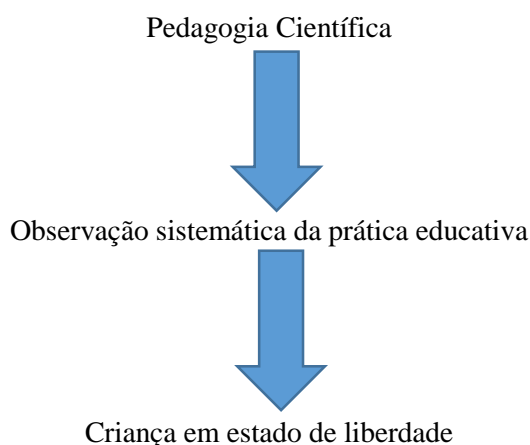


Figura 32: A formação da Pedagogia Científica
Fonte: organizado pela autora da tese

Apesar de dar maior destaque à hereditariedade, colocando-a como lei na vida dos indivíduos, Maria Lacerda de Moura não deixava de apontar a importância da influência do meio, incluindo o processo educativo. Para ela, a educação estabeleceria limites, sobretudo

naquelas pessoas cujo padrão de normalidade não teria sido alcançado pelo organismo. Segundo a professora, ainda que algumas qualidades hereditárias persistissem depois de todo o esforço educativo, estas poderiam, ao menos, diminuir a sua intensidade após a formação. Da mesma forma, um meio que não oferecesse condições mínimas de alimentação, descanso e saúde poderia atuar negativamente na formação de um indivíduo. “Se a hereditariedade é força, é lei, - também as aptidões se desenvolvem por efeito do hábito e se transformarão em tendências que se acumulam para novas fontes de hereditariedade” (MOURA, 1925, p. 47). “Todo o homem é produto da hereditariedade e do meio” (MOURA, 1925, p. 38). Se a hereditariedade é o fator interno, o meio é o fato externo” (MOURA, 1925, p. 221).

Quantos mestres, aliás competentíssimos, ignoram por que processos o ensino é fixado e apreendido pelas células nervosas e não procuram conhecer os motivos pelos quais um aluno é mais inteligente ou menos aplicado e exigem de um e do outro menino a mesma lição dada ao rapaz – sem estabelecerem o confronto de idade, da saúde, das condições econômicas, etc., etc. (MOURA, 1925, p. 53).

Apesar do grande valor atribuído às teorias e aos métodos desenvolvidos por Montessori, é possível inferir que Maria Lacerda de Moura sofreu influências múltiplas de estudos e teorias alicerçados no movimento da Escola Nova. Além de Montessori, constituíram esse movimento Claparède, Ferrière, Dewey, Decroly, Cousinet, Freinet entre outros que, apesar de partirem de diferentes pontos científicos, reconheciam-se, de certa forma, na obra de Pestalozzi ao considerarem a natureza, o caráter e a experiência como as três fontes da aprendizagem e ao defender a ideia de um método pedagógico orgânico da criança¹⁹⁵. Nesse caso, o escolanovismo pode ser caracterizado pela ciência da psicologia da criança; pela experiência e pela experimentação; pelos métodos e instrumentos pedagógicos específicos; pela ação sobre os contextos; e pela pedagogia ativa (PEYRONNIE e VERGNIUUX, 2011).

Pelo seu caráter experimental, especulativo, teórico e prático ao mesmo tempo, com base científica, apoiando-se nas leis sociológicas e históricas, na biologia, na antropologia, na psicologia, na ética, na higiene, na medicina etc., etc., - a Pedagogia Científica merece especial destaque entre os ramos de conhecimentos científicos estudados ultimamente pelos mais altos cérebros da mentalidade científica dos últimos tempos, entre os quais notam-se: Sergi, Itard, Wundt, Binet, Montessori, Claparède, etc, etc. (MOURA, 1925, p. 18).

¹⁹⁵ Pestalozzi entendia que a criança teria em si todas as “faculdades da Natureza Humana”. Sendo assim, a educação deveria seguir esses ideais, com base na intuição e no contato direto com as diversas experiências que cada aluno deve concretamente realizar no próprio meio (GAMBI, 1999).

Para Maria Lacerda de Moura, a pedagogia científica seria constituída por uma multiplicidade de saberes, advindos de diferentes campos do conhecimento, como ilustrado do quadro abaixo:

Ciências, artes, theorias basicas e auxiliares da Pedagogia :	Psychologia
	Sociologia
	Physiologia
	Ethica
	Hygiene
	Pediatrics
	Esthetica
	Historia das civilizações
	Logica
	Biologia
	Orthopedia
	Orthophrenia
	Anatomia
	Pedologia
Tiphologia	
Anthropologia	

Figura 33: Ciências, artes e teorias auxiliares da pedagogia

Fonte: Moura, 1925, p. 59.

Para a professora mineira, cada um desses saberes se transformaria ao adentrar o campo pedagógico, constituindo um novo conhecimento, bem diferente daquele específico de cada ciência ou arte, se tomado de forma isolada. “O que é certo é que nenhuma delas tem um objetivo fora das preocupações educativas; nenhuma, por si, preenche os fins a que se propõe a pedagogia” (MOURA, 1925, p, 18).

Nesse caso, a **sociologia**, por exemplo, forneceria informações sobre o desenvolvimento da sociedade, abrangendo a evolução histórica dos povos. “Como a Pedagogia se propõe a desenvolver energias persistentes, corpos sadios e inteligências robustas a serviço da Humanidade – a sociologia lhe não pode ser indiferente” (MOURA, 1925, p. 62). Já a **História da civilização** esclareceria sobre os acontecimentos dos povos e nações, incluindo os da pedagogia, em todos os seus preceitos e teorias. “São as teorias dos melhores educadores de todos os tempos”, que deveriam ser aproveitadas (MOURA, 1925, p. 62). A **anatomia** revelaria

a estrutura do corpo e, conseqüentemente, o papel de cada órgão no processo educacional. A **fisiologia**, por sua vez, esclareceria sobre o funcionamento de cada órgão, dando condições à pedagogia para prever e intervir nas reações físicas. A **antropologia**, que seria o estudo das raças humanas sob o ponto de vista biológico e social, traria à pedagogia uma espécie de história do homem em seu processo de desenvolvimento físico e social, que deveria servir de parâmetro para as transformações da educação. A **biologia**, ou o “tratado sobre a vida”, revelaria as leis orgânicas dos seres vivos aos professores, que deveriam conduzir suas ações a partir delas. Já a **ortopedia** esclareceria sobre as formas de correção das deformidades do corpo da criança, principalmente aquelas que poderiam se dar dentro de sala de aula, com relação à postura, por exemplo. A **lógica** ajudaria os professores a perceberem a coerência entre os princípios e as conclusões do raciocínio de cada aluno. A **ortofrenia**, ou “pedagogia emendativa ou de correção”, propunha-se a codificar os princípios segundo os quais deveriam ser dirigidas as faculdades mentais dos educandos, estabelecendo uma espécie de padrão de conduta normal (MOURA, 1925, p. 68). Para auxiliar a aprendizagem de alunos cegos, a **tiphologia** (tiflogia) seria de grande importância, já que seria justamente a arte da pedagogia que se dedicaria ao estudo dos cegos. A **pediatria**, como medicina específica da criança, conduziria ao aprimoramento do conhecimento global infantil. A **didática**, ou a arte de ensinar, compilaria todos os métodos e conteúdos de ensino para o educador. A **ética**, ciência da moral, elucidaria sobre os deveres dos homens, sobre as condutas autorizadas, sendo indispensável à pedagogia, já que pretendia o aperfeiçoamento moral. A **estética**, “ciência do belo”, determinaria o caráter do que é belo nas produções artísticas e naturais. Já a **higiene** seria um conjunto de preceitos buscados em todos os conhecimentos humanos, mesmo fora e além da medicina, para cuidar da saúde e poupar a vida. Para além de afastar os perigos das moléstias através de informações e esclarecimentos aos alunos, a higiene ofereceria à pedagogia a possibilidade de aperfeiçoar o homem para as futuras gerações (MOURA, 1925). Como bem acentua Monarcha (1999), a “grande pedagogia” não seria mais uma disciplina entre outras, “mas o conjunto das ciências do homem, presidido pela orientação analítica e experimental” (MONARCHA, 1999, p. 272).

Maria Lacerda de Moura daria um destaque maior à **psicologia** em sua exposição, sinalizando a primazia dessa ciência para a constituição da pedagogia científica. “A medicina está para a fisiologia, assim como a Pedagogia está para a psicologia: ela é a ciência psicológica aplicada à arte da educação e limitada a esta arte” (MOURA, 1925, p. 19).

A importância da psicologia para a pedagogia já teria sido destacada pela professora quando redigira seu requerimento solicitando à Secretaria do Interior de Minas Gerais a realização de experiências de psicologia experimental aplicada à pedagogia, sinalizando o seu

valor para o estudo científico da criança. Por se tratar de um documento burocrático de solicitação, o texto era conciso, breve no que diz respeito ao assunto a ser tratado, o que dificulta a compreensão do projeto que a professora pretendia desenvolver.

Naquele momento, Maria Lacerda de Moura remeteu as bases de seus estudos à psicologia experimental, apresentada como ciência capaz de revelar informações específicas sobre a criança patricária e seu processo de educação. No entanto, apesar de ter exposto sua crença nos referidos experimentos e de citar os nomes de autores referências nesses estudos, Maria Lacerda de Moura não teria exposto, de forma explícita, quais experiências pretendia desenvolver nem como elas se dariam no espaço escolar. Apesar de o relatório do inspetor regional ter sinalizado algumas atividades que a professora poderia realizar, Maria Lacerda de Moura não chegou a explicitar as etapas do trabalho que faria.

Em *Lições de Pedagogia*, Maria Lacerda de Moura deixou claro que a importância da psicologia para a pedagogia residia no fato de esta ciência oferecer ao professor procedimentos de experiência e metodologia capazes de revelar dados sobre os alunos e, conseqüentemente, para pensar ações educativas a partir da própria criança, do seu estado físico e mental. Nesse caso, Maria Lacerda de Moura acentuava que, longe de ser abstrata e analítica, a psicologia aplicada à educação deveria ser viva e concreta, já que amparada na vida e nas ações da própria criança.

É preciso lembrar que o último parecer emitido pela Secretaria do Interior de Minas Gerais ao requerimento refutava o pedido justamente por considerar que a ação do educador em relação à criança deveria ser viva e concreta e não abstrata, como a de um psicólogo: “A ATTITUDE DE UM EDUCADOR EM RELAÇÃO À CRIANÇA DEVE SER VIVA E CONCRETA. Opõem-se a ela à do psicólogo, que é ABSTRACTA E ANALYTICA”¹⁹⁶ (PARECER DE N. 5, SI, 07/11/1920).

Apesar de relatar em seu livro que não recebera a resposta do seu requerimento, Maria Lacerda de Moura parecia querer responder os dizeres do parecerista, esclarecendo sobre o seu verdadeiro interesse no uso da psicologia experimental aplicada à pedagogia. Em *Lições de Pedagogia*, ela explica que o educador deveria atuar de modo diferente de um cientista de gabinete, que era isolado e afastado da realidade da educação. Pelo contrário, a prática educativa deveria partir da ação concreta do professor, da lida diária com os alunos em processo de desenvolvimento na escola. “[...] o espírito de análise, de observação é adquirido no trato com as próprias crianças” (MOURA, 1925, p. 53).

¹⁹⁶ A letra maiúscula é utilizada no documento original, o que denota interesse em chamar atenção do leitor para essa parte do texto.

Nesse caso, diferentemente do que aconteceu na Escola Normal da Praça, em São Paulo, com a instalação de um gabinete de psicologia pedagógica preparado com artefatos mecânicos diversos, Maria Lacerda de Moura parecia buscar um modelo mais simplificado para realizar seus experimentos.

De acordo com Monarcha (1999), o gabinete da Escola Normal da Praça, concebido e executado sob a supervisão do médico italiano Ugo Pizzoli, apresentava-se nos moldes de um laboratório de antropologia e psicologia experimental. Os artefatos mecânicos que compunham o mobiliário científico viabilizam a “operação analítica que, por meio de estudos metódicos, desmembrava a figura acabada, estabelecendo diversos planos de investigação” (MONARCHA, 1999, p. 266).

As instalações laboratoriais da Escola Normal da Praça estavam distribuídas em duas seções, estabelecidas em salas diferentes e supridas com o mobiliário científico originário da psicofísica, ou psicofisiologia (MONARCHA, 1999). A primeira seção, denominada “Gabinete de Antropologia pedagógica”, era destinada à realização de exames que determinavam a criança na sua forma externa a partir de instrumentos como o antropômetro, para a medição do tamanho; dois espirômetros, um de imersão, do professor Pizzoli, e outro de ar ou de fole (de Mathieu), para a medida da capacidade pulmonar; um “campímetro” ou “perímetro” ocular para estudar e determinar a extensão do campo visual; “compassos”, para medir o diâmetro do crânio e da face, entre outros. Já a segunda seção, denominada “Gabinete de Psicologia Pedagógica ou Gabinete de Psicologia Experimental”, destinava-se a realizar exames psicológicos da inteligência. Entre os instrumentos para a realização dos experimentos estavam os “chronoscópios”, destinados a medir o tempo de reação dos atos psíquicos; o “chronômetro”, para medir o senso do tempo; “o ergógrafo”, para observar a fadiga muscular, entre outros (MONARCHA, 1999, p. 269).

Amparada na fala de Montessori, Maria Lacerda de Moura chamava atenção dos professores para os fins da experimentação, e não para o processo em si, ou para os “excessos das medidas dos sábios de gabinete”. Para ela, mais do que especular medidas, o exame pedagógico, ou seja, aquele realizado pelo professor, deveria servir para a melhor compreensão da educação e para a melhoria desta e de seus métodos. O objetivo da pedagogia que se queria moderna e científica era adaptar o ensino e o trabalho escolar infantil às exigências do desenvolvimento físico e mental da criança. “O crescimento físico influi no crescimento mental” (MOURA, 1925, p. 217).

Pensando nessa lógica, Maria Lacerda de Moura indicou, em *Lições de Pedagogia*, algumas das possibilidades de estudos e experimentos que os professores poderiam realizar nas

escolas. Ao que tudo indica, essas experiências seriam parte das que a professora pretendia realizar com os alunos das escolas de Barbacena.

4.3 – Os sentidos, o desenvolvimento físico e as condições do meio: o estudo científico da criança para Maria Lacerda de Moura

Segundo Maria Lacerda de Moura, a escola não seria lugar de experiências complicadas, que fadigavam e enervavam, ao mesmo tempo, a criança e o professor. “O trabalho do educador, entretanto, deve ser mais simples e não se pode confundir com o do investigador de gabinete” (MOURA, 1925, p. 262).

O ponto de vista expresso pela professora se parece muito com o do inspetor regional, Alceu de Souza Novaes, no parecer que realizou sobre o requerimento, o que sugere uma compatibilidade entre eles no entendimento das possibilidades de execução dos experimentos e testes entre os escolares naquele período. Naquele momento, o inspetor deixava claro que as experiências autorizadas à professora seriam as mais simples, como ressaltado no capítulo 2 desta tese.

Em *Lições de Pedagogia*, Maria Lacerda de Moura elencou as experiências que julgou mais simples de serem realizadas pelos professores e, ao mesmo tempo, que seriam mais úteis, ajudando-os a melhorar a condição física e mental de seus alunos, através da elaboração de eficazes condições de ensino e de aprendizagem. Além disso, os dados gerados por essas experiências deveriam servir de parâmetro para outras experiências a serem realizadas no contexto da educação brasileira, já que os dados que possuía eram, segundo a professora, somente aqueles advindos de outras realidades, de outros países. “Uma base tirada das cifras das escolas europeias ou americanas do norte há de, forçosamente, divergir da nossa” (MOURA, 1925, p. 228).

Essa afirmação pode ser facilmente verificada em alguns manuais que circularam no Brasil naquele período, como no já citado *Lições de Pedologia e Psicologia experimental*, de Faria de Vasconcellos, em que são apresentadas as “cifras”, ou dados, adquiridos com as experiências de medidas realizadas em criança de escolas de outros países.

ESTATURA					
IDADES	VARIOT e CHAUMET (França)		IDADES	BOAS (América)	
	Rapazes	Raparigas		Rapazes	Raparigas
1- 2 anos	74,2	73,6	5 1/2 anos	41,7	41,3
2- 3 >	82,7	81,8	6 > >	43,9	43,3
3- 4 >	89,1	88,4	7 > >	46,0	45,7
4- 5 >	96,8	95,8	8 > >	48,8	47,7
5- 6 >	103,3	101,9	9 > >	50,0	49,7
6- 7 >	109,9	108,9	10 > >	51,9	51,7
7- 8 >	114,4	113,8	11 > >	53,6	53,8
8- 9 >	119,7	119,5	12 > >	55,4	56,1
9-10 >	125,0	124,7	13 > >	57,5	58,5
10-11 >	130,0	129,5	14 > >	60,0	60,4
11-12 >	133,6	134,4	15 > >	62,9	61,6
12-13 >	137,6	141,5	16 > >	64,9	62,2
13-14 >	145,1	148,6	17 > >	66,5	62,7
14-15 >	153,8	152,9	18 > >	67,4	—
15-16 >	159,6	154,2	—	—	—

Figura 34: Medidas de estatura e peso de alunos franceses

Fonte: Vasconcellos, 1910, p. 43

Ao contrário de Vasconcellos e de outros autores que publicaram as suas *Lições*, Maria Lacerda de Moura não se deteve em apresentar os dados de experiências realizadas em outros países. Voltou-se mais para o destaque da importância de realização desses estudos no Brasil e para a indicação dos que poderiam ser realizados facilmente nas escolas do país.

Tais experimentos deveriam partir do estudo de aspectos fisiológicos, psicológicos e de condições de vida da criança. No caso da fisiologia e da psicologia, estes deveriam ser entendidos de forma associada, cujos estudos deveriam ser “realizados em conjunto”, “formando um todo ou a fisiopsicologia” (MOURA, 1925, p. 37). Estes se fariam no sentido de “classificar, dividir e apropriar o ensino às aptidões, às tendências, segundo os temperamentos e as vocações, segundo o poder fisiopsicológico” (MOURA, 1925, p. 37).

Nesse número se incluem – o caráter, o temperamento, o exame das faculdades intelectuais (atenção, percepção, observação, memória, associação de ideias, comparação, raciocínio, abstração, generalização, reflexão, imaginação, julgamento, etc.), as características da fadiga, a hereditariedade, etc., etc. (MOURA, 1925, p. 37).

A falta dos estudos fisiopsicológicos da criança, juntamente com a inexistência de investigação sobre as suas condições de vida (condições do meio), estaria gerando, segundo a professora, muitas falhas na escola, como a classificação dos alunos exclusivamente pelo

mérito, por exemplo. Essa classificação era realizada de forma errada e injusta ao levar em conta somente a questão do mérito para considerar uma criança normal ou anormal em termos de inteligência e ao deixar de lado as questões orgânicas e do meio que os afetavam direta e indiretamente dentro da escola. Para ela, os professores não viam a diferença entre a idade cronológica “(data de nascimento)” e a idade fisiológica “(altura, peso, etc.)”, e não estavam atentos às condições sociais a que cada criança estaria exposta – condições que poderiam afetar seu organismo e, conseqüentemente, sua atividade intelectual. Nesse caso, as crianças pobres deveriam merecer atenção especial do professor, já que não possuíam uma alimentação adequada e tinham “péssimas” condições de higiene. “É mais fácil verificar o desenvolvimento pela idade fisiológica do que pela idade cronológica” (MOURA, 1925, p. 212).

Eis aí os casos da dificuldade na distribuição dos prêmios e dos castigos. E as nossas salas de aula recebem crianças de estatura e de estados de saúde diversos, de idades desiguais, - comparando-se apenas a quantidade de conhecimentos! E é por aí, e só por aí que se classificam os 1º, 2º e 3º lugares das classes, e, por aí, dão notas de exames e distribuem recompensas e castigos. Se a professora tem dois casos de precocidade na sua classe – dará, por todo o sempre, os prêmios a esses dois colegas. E isso é justo? (MOURA, 1925, p. 213).

A problemática indicada por Maria Lacerda de Moura se refere à emergência da escola graduada, em que as crianças, distribuídas em classes homogêneas, deveriam apresentar o mesmo rendimento escolar. Nesse contexto, as diferenças nos rendimentos individuais configuram-se como problema, demandando uma compreensão das causas das discontinuidades entre os alunos.

Os dados sobre os sentidos e o desenvolvimento físico de cada criança poderiam revelar aos professores diferentes problemas orgânicos que afetam o aluno no seu processo de aprendizagem e, conseqüentemente, no seu desenvolvimento intelectual.

De acordo com Schultz e Schultz (2015), as técnicas de investigação do corpo, decifradas ao longo do século XIX por diferentes cientistas, passaram a ser aperfeiçoadas, cada vez mais, para a exploração da mente. O interesse dos fisiologistas ao realizarem experiências diversas que partiam do corpo individual consistia em identificar os mecanismos que estariam por traz dos fenômenos mentais. A relação entre corpo e mente foi buscada através de dados quantitativos obtidos, em grande parte das vezes, por medidas anatômicas, pela quantidade de estímulos oferecidos aos sentidos e pelo tempo de reação. Em linhas gerais, a ideia que perpassava os diferentes estágios da pesquisa fisiopsicológica era a de que a “qualidade mental” dependeria da “qualidade física”, ou seja, a medicação física produzia a medição psíquica. De

acordo com os autores, foi justamente a partir dessa possibilidade de empregar os métodos experimentais das ciências naturais na pesquisa dos fenômenos mentais que teve origem a psicologia experimental (SCHULTZ E SCHULTZ, 2015).

O que é a psicologia moderna senão a fisiologia mais melindrosa do cérebro? Como explicar razoavelmente os complexos fenômenos do espírito sem invocar as leis da fisiologia cerebral? Como caminhar com segurança por esse labirinto interminável de tortuosidade sem pedir apoio aos dados firmes da ciência [...] (GOULART *apud* MONARCHA, 1999, p. 244).

Norteadando seu caminho pela objetividade fornecida pelas ciências naturais, a psicologia tomou a explicação dos fenômenos psíquicos pelas fórmulas físicas que regem o ser humano. Foi nessa configuração que ela buscou, no corpo físico, a razão de existência de “resíduos irrealis da experiência humana”, buscando se livrar de qualquer especulação filosófica (CANGUILHEM, 1973, p. 110). Assim, ao realizar investigações que partiam da psicofisiologia, a psicologia experimental pressupunha a correspondência entre as ações orgânicas e o psíquico em geral.

Segundo Maria Lacerda de Moura, a psicologia experimental já teria demonstrado, naquele momento, a necessidade da investigação dos sentidos das crianças para o seu pleno desenvolvimento cerebral. “Os sentidos são os mais altos instrumentos de perfectibilidade da inteligência” (MOURA, 1925, p. 147).

Feré, fisiopsicologista demonstra a importância das sensações para constituição do pensamento, e diz: “Quando o cérebro pensa é todo o corpo que entra em ação”. A frase de Ferrer demonstra a relação entre as funções do corpo e da mente, a fisiopsicologia (MOURA, 1925, p. 192).

Os estudos científicos teriam provado que o cérebro – e, conseqüentemente, a inteligência – se aperfeiçoaria com o auxílio dos órgãos sensoriais: visão, audição, tato, olfato e paladar. Nesse caso, quanto mais a criança estivesse exposta a atividades estimulantes dos sentidos, mais desenvolveria seus órgãos sensoriais. “Binet tirou a conclusão que a sensibilidade tátil é muito maior nas crianças inteligentes, e, assim sendo, as experiências da sensibilidade tátil são muito úteis na verificação do grau de inteligência” (MOURA, 1925, p. 177).

Os professores precisavam conhecer a acuidade sensorial dos seus alunos, já que o funcionamento regular e normal dos órgãos e sentidos teria grande importância para a vida psíquica e educacional. As perturbações sensoriais seriam um dos fatores do atraso mental. As

medidas serviam, justamente, para caracterizar esse estado mental, determinando a forma com que nele se revestiam os diferentes processos psíquicos, como a percepção, a memória, a atenção e a imaginação, entre outros. A partir desses dados, seria possível adaptar os processos e métodos de educação aos tipos mentais que as explorações sensoriais e intelectuais revelavam, segundo a professora mineira.

Da mesma forma, o bom funcionamento do organismo e das condições do corpo da criança teria ligação direta com a atividade mental. Além disso, do desenvolvimento físico da criança dependeria uma boa saúde, o que também contribuiria para o melhor desempenho da criança no ambiente escolar e social. “O ar introduzindo-se nos pulmões em quantidade suficiente – opera delicada massagem nos órgãos adjacentes, obrigando-os a melhor funcionamento” (MOURA, 1925, p. 105). Nesse sentido, Maria Lacerda de Moura apontava a necessidade da verificação, pela antropologia pedagógica, do crescimento físico da criança, que envolvia a medição da estatura, do peso, do perímetro torácico, da altura do tórax, do segmento cefálico, do tronco, da bacia, dos membros, do diâmetro biacromial, das funções respiratórias e circulatórias e da força muscular, entre outras.

Autoridades eminentes da ciência, nos afirma, alguém tem demonstrado que uma geração de respiradores normais bastaria para regenerar fisicamente a humanidade e as enfermidades seriam tão raras que, ao se manifestarem, as considerariam como objeto de curiosidade (MOURA, 1925, p. 105).

4.3.1 - Alguns experimentos: O exame dos sentidos

Para Maria Lacerda de Moura, teria sido Rousseau o primeiro a dissertar sobre a importância dos sentidos para a vida; e Pestalozzi o primeiro a realizar atividades práticas para o seu desenvolvimento. “Todo ponto de partida da educação intelectual reside nas sensações, dizia o célebre educador suíço, admirável intuitivo” (MOURA, 1925, p. 145).

Além dos sentidos clássicos – visão, audição, tato, olfato e paladar –, a professora indicava a importância de muitos outros, resultados dos desdobramentos dos primeiros, como o sentido cromático, o sentido do espaço visual, o sentido da proporção, o sentido térmico, o sentido da dor, o sentido muscular, o sentido bórico (que diz respeito à sensação do peso), o sentido esteriognóstico (sensação do contato, pressão), o sentido do equilíbrio, entre outros.

Para examinar a situação de cada um desses sentidos nos alunos, era preciso que o professor propusesse determinadas atividades pedagógicas, além de realizar algumas medidas. Para as atividades pedagógicas, ele deveria selecionar materiais didáticos que interessassem às crianças e que, ao mesmo tempo, fossem necessários à educação sensorial. Já as medidas deveriam ser realizadas de acordo com as indicações de célebres estudiosos, mas de forma esporádica, uma vez que poderiam gerar algum tipo de fadiga entre os escolares.

Para a exemplificação das atividades pedagógicas, a autora recorreu, em grande parte, às indicações de Montessori. Já com relação às medidas e ao uso de alguns instrumentos de investigação sensorial, Binet foi a referência mais destacada em *Lições de Pedagogia*.

O sentido da **visão**, por exemplo, deveria ser observado e avaliado através dos desenhos das crianças, que, de acordo com Montessori, deveriam ser livres ou direcionados da forma mais agradável e atraente possível. Nesse caso, o professor poderia solicitar que a criança escolhesse algum objeto de seu interesse para reproduzi-lo através do desenho, no qual poderia ser analisada a percepção das cores, das proporções, entre outras. Entre as diferentes anomalias que poderiam ser identificadas por essa atividade estariam a visão astigmática, caracterizada por ver tudo alongado; e o daltonismo, dificuldade na distinção de diferentes cores. Já as medidas poderiam ser realizadas através do exame de vista pedagógico, como indicado por Binet. Tal exame seria realizado dentro do espaço escolar, pelo professor, e de forma prévia ao exame médico. Este último só aconteceria caso alguma alteração fosse identificada no exame pedagógico. “O exame de vista, segundo Binet e Simon, é dividido em duas partes: a parte pedagógica feita pelo professor e a parte médica feita pelo especialista, no caso que o primeiro exame constate anomalias” (MOURA, 1925, p. 162).

O exame pedagógico consistia em avaliar a distância com que a criança seria capaz de ler caracteres impressos, de grandeza determinada. Apesar de mencionar que existiria uma diversidade de aparelhos para a medida pedagógica da visão, Maria Lacerda de Moura apontava o cromatoestesioscópio e as escalas optométricas como suficientes para esse processo. Segundo a professora, o cromatoestesioscópio poderia ser produzido facilmente pelo professor, assim como a escala optométrica. O primeiro consistiria em uma tábua e rodela de madeira com diferentes nuances de cores, onde a criança deveria fazer associações, colocando cada tonalidade no lugar respectivo. Nesse caso, a sensibilidade com relação às cores estaria sendo medida na criança. Para esse mesmo fim, outros materiais poderiam ser utilizados, como os novelos de lã indicados por Montessori. Já a escala optométrica de Binet e Simon consistia na exibição de letras ou de imagens – para aqueles que ainda não liam –, a certa distância, para que os alunos pudessem identifica-los.

A escala contém letras diversas. É colocada ao ar livre, à altura dos olhos, em muro descoberto, em o interior do pátio. O exame é feito entre 10 e 2 horas, evitando-se os dias nublados. A escala contém ordens de letras em diversas dimensões. As letras estão isoladas, não formando palavras, para evitar o esforço de adivinhação na leitura - pelo aspecto de palavras conhecidas. Há, na escala, três linhas de caracteres de tamanhos diversos. Na linha inferior há de existir três letras de 7mm, de altura, para serem lidas a 5m de distância. A proporção está em relação com as linhas superiores. A segunda é lida a 10m de distância; letras de 14mm. A terceira é lida a 15m; também, letras de 70mm, deveriam ser lidas a 50m. Leitura de 3 letras sobre 7. Tolerar o erro de 4 letras sobre 7. Explicam que esse formalismo de 5m, de distância, altura das letras, número de erros, - é importante: evitar negligência por parte do professor quando procede ao exame. A distância e o tamanho das letras é calculada pelos cientistas sob base experimental. Para as crianças até 6 anos, que não sabiam ler, distinguir a 7 metros, de distância, um quadrado, uma cruz de 21mm de altura (MOURA, 1925, p. 126).

A mesma escala poderia ser utilizada para a testagem da assimetria ocular, que identificaria possíveis diferenças entre a acuidade visual das vistas esquerda e direita. Para isso, bastaria ao professor adaptar o experimento, vendando, de forma alternada, cada um dos olhos da criança.

Também através da observação de atividades direcionadas e das medidas realizadas, problemas em outros sentidos poderiam ser identificados pelo professor, como a gagueira e a má respiração, por exemplo, que eram indicadores de problemas na **audição**. O exame desse órgão, segundo Maria Lacerda de Moura, poderia ser facilmente realizado através da observação da oralidade das crianças ao lerem textos, cantarem e conversar. O professor atento deveria observar a dicção dos vocábulos, a entonação da voz, a harmonia do canto, o volume da fala, buscando perceber alguma anormalidade. A acuidade auditiva também poderia ser verificada pelo processo de Liebman – que consistia em fazer a criança ouvir o som de diversos objetos para que pudesse nomeá-los sem o auxílio da visão –, pelo uso dos apitos de Pizzoli de campainhas, pela distinção das vozes dos colegas, entre outros. Com relação aos instrumentos para a medida da audição, Maria Lacerda de Moura citava o acúmetro de Toulouse e Vaschided¹⁹⁷ e o diapasão de Pierre e Bonnier¹⁹⁸ (MOURA, 1925, p. 174). Contudo, afirmava que a audição era um sentido delicado e de difícil medição via instrumento. Nesse caso, a observação do professor através de atividades direcionadas trariam mais informações, a exemplo do ditado, recomendado por Binet.

¹⁹⁷ Instrumento elétrico que emite sons ritmados e que se destina a medir a acuidade auditiva.

¹⁹⁸ Pequeno instrumento metálico em forma de “U” montado sobre um cabo que, posto em vibração, produz um som de altura determinada e usado no diagnóstico da surdez e problemas neurológicos.

Binet aconselha o ditado, dando liberdade ao aluno de perguntar e o professor tomará notas do número de perguntas de cada aluno e, corrigindo e anotando erros, o professor mais ou menos acertará no fim de alguns ditados e saberá colocar as crianças, nas carteiras, segundo as anomalias respectivas, entregando aos médicos as outras cujas anomalias precisem de cuidados clínicos especializados (MOURA, 1925, p. 173).

Maria Lacerda de Moura destacava que, de forma geral, “a escola deveria considerar como surdos aqueles que, colocados na parte mais afastada da classe, não compreendessem, de maneira alguma, o professor, diz Binet”. Nesse caso, o professor seria o principal responsável pela primeira identificação da “criança de ouvido normal e anormal” (MOURA, 1925, p. 172).

Já para o sentido da **voz**, problemas como a “blesidade” (pronúncia em que há troca de uma consoante forte por uma fraca), a gagueira, defeitos no timbre, no ritmo, arrastamento ou a pressa na fala, e também problemas na dicção poderiam indicar alguma anormalidade nesse sentido. Do mesmo modo, o sentido da voz poderia ser facilmente examinado pelo professor através de atividades em que a criança fosse estimulada a falar e a cantar.

Já o **tato** ou a **sensibilidade tátil** poderia ser medido através do compasso de Weber, “cuja abertura, maior ou menor, indicaria a maior ou menor sensibilidade dos dois pontos do compasso na superfície do corpo da criança” (MOURA, 1925, p. 181). Amparada nas considerações de Binet, Maria Lacerda de Moura indicava, mais uma vez, a estreita relação entre os sentidos e a capacidade mental. Através do sentido tátil, por exemplo, poder-se-ia revelar o grau de inteligência da criança através da sua atenção voluntária. “De suas experiências resultou a classificação dos tipos mentais (alunos das escolas primárias de Paris): simplistas, distraídos, interpretadores” (MOURA, 1925, p. 181). Entre as atividades para a identificação de problemas no sentido tátil estariam os jogos de cabra cega e as atividades que faziam distinguir diferentes objetos com as mãos ou outras partes do corpo.

Assim, coloquem-se em uma sacola pedras, tecidos em retalhos, caroços de frutas, favas, pedaços de madeira diversas, tecidos de algodão, lã e seda, ásperos e lisos, transparentes e tapados, pedaços de metal, pregos e moedas diversas, chaves, lápis etc., etc. faça-se que a criança vá tirando os objetos e os descreva de olhos fechados (MOURA, 1925, p. 179).

Já o sentido do **olfato**, por sua vez, teria uma relação íntima com a memória. Através dele, lembranças do passado e associações diversas poderiam se dar, por exemplo, ao sentir a fragrância de um perfume. Assim, algumas das atividades recomendadas pela professora consistiam em fazer com que a criança distinguisse diferentes cheiros em suas diversas gradações, substâncias odorantes e inodoras entre frutas, legumes, flores, entre outras.

Já o **paladar** poderia ser investigado por meio da arguição sobre os diferentes sabores entre “frutas, manteigas, queijos, doces, açúcar, sal, nozes, amêndoas, castanhas, substâncias picantes como o limão vinagre, cravo, canela, pimenta, coisas amargas como lúpulo, quina, losna, etc.” (MOURA, 1925, p. 204). Tudo deveria ser identificado pelo aluno, sem recorrer à visão, nomeado o produto e classificado entre frutas, verduras, etc.

Também os desdobramentos dos sentidos clássicos deveriam ser investigados pelo professor, já que teriam grande importância na vida psíquica da criança, como o **sentido muscular**, por exemplo, que desempenharia importante atuação nas funções mentais, além de informar sobre a direção, a extensão, a rapidez dos movimentos voluntários, peso, posição, resistência, etc. “A psicologia moderna, ou melhor: a psicofisiologia constata que todo o fenômeno físico tem um lado motor ou necessita de movimento” (MOURA, 1925, p. 192).

As crianças mais fortes em musculatura, mais elásticas em movimentos, mais aptas para os trabalhos de arte – são mais inteligentes, isso prova, ainda uma vez, que o movimento concorre para o desenvolvimento intelectual ou por outra – que os fenômenos menos intelectuais necessitam para que sejam completos, de movimentos (MOURA, 1925, p. 192).

Maria Lacerda de Moura indicava que uma das formas de analisar a inteligência da criança era justamente pedir que apontasse possíveis diferenças de pesos entre objetos com tamanhos diferentes, mas com o mesmo peso: “o cérebro rudimentar do atrasado não raciocina e, acha o maior mais pesado” (MOURA, 1925, p. 193).

Já o **sentido cromático**, ou o sentido de distinção das cores, seria facilmente examinado diante da aplicação do “processo mudo”, em que o professor tomaria um objeto colorido e, sem mencionar a cor, pediria à criança outro objeto idêntico. A partir dessa lição, que, segundo Maria Lacerda de Moura, teria sido indicada pelos estudos de Séguin, poderiam ser identificadas anomalias diversas, como o daltonismo diacromático, o que Pizzoli definiria de “cegueira para todas as cores”; a acloropsia, “cegueira para o verde”; a aneritropsia, cegueira para o vermelho, entre outros. Para ela, era preciso atenção do professor para essa atividade, pois “os anormais apresentam dificuldade de definição das cores” (MOURA, 1925, p. 194).

Para o **sentido da proporção**, a indicação era que o professor propusesse atividades de agrupamentos de objetos, nas quais as crianças deveriam fazer associações segundo as espessuras, tamanhos e semelhanças entre eles.

Os demais sentidos, como o **sentido orgânico** (sensação de inquietação, dor, cansaço, sede, angústia, entre outros); o **sentido térmico** (conhecimento de diferentes temperaturas: frio quente, morno); e o **sentido bórico** (sensação dos diferentes pesos: leve, pesado, etc.) poderiam

ser facilmente investigados na criança a partir de atividades diversas, com materiais simples e convidativos, nas quais elas pudessem interagir de forma individual e livre, revelando informações importantes de serem identificadas pelo professor atento e observador.

Observa-se que a autora lançou mão não apenas de referenciais da fisiologia, mas também de experimentos e atividades pedagógicas, indicadas pelo método intuitivo. Este, ao advogar um ensino fundado no desenvolvimento das sensações, propunha atividades como as citadas pela autora. Porém, tinha-se em vista o aprendizado do aluno e não a avaliação de suas capacidades sensoriais.

4.3.2 - Outros experimentos: as medidas do crescimento físico

Segundo Maria Lacerda de Moura, as fases e as “marchas” do desenvolvimento físico influenciariam poderosamente o desenvolvimento mental. Assim, a necessidade de estudar e de medir esse crescimento se colocaria não somente sob o ponto de vista físico, mas também intelectual. Por sua vez, o estudo comparativo entre crianças “normais” e “atrasadas” revelaria não só a o desenvolvimento mental, mas também a influência, no corpo físico, de variáveis como raça, estado de saúde, condições sociais, entre outras informações.

Amparada em Binet, Maria Lacerda de Moura afirmava que os exames antropométricos e a vigilância sobre o crescimento físico da criança na escola se justificariam a partir de duas razões: 1) Para determinar o gênero e o tipo de atividades intelectuais que seriam dadas às crianças; e 2) Para determinar o gênero e o tipo de exercício físico para se dar a cada criança. Afinal, para a professora mineira, o objetivo das observações e medidas dos alunos seria, justamente, oferecer melhores condições de aprendizado e desenvolvimento físico e mental para as crianças.

A medição pedagógica indicada pela professora se daria sobre todas as variáveis do crescimento do corpo infantil, como a estatura e o peso; e das suas partes isoladas, como o perímetro torácico, a altura do tórax, o segmento cefálico, o tamanho do tronco, da bacia, dos membros e do diâmetro biacromial. Também as funções respiratórias, circulatórias e a força muscular eram consideradas variáveis para a medição do crescimento físico da criança. Nesse caso, informava que tanto as medidas isoladas de cada variável como o cruzamento de dados entre algumas ou todas elas poderiam revelar informações importantes sobre os alunos, ou até mesmo classificá-los dentro de alguns índices já estabelecidos na época, como, por exemplo, o “coeficiente de robustez”, dado pela relação entre estatura, o peso e o perímetro torácico.

Segundo as indicações de Godin, médico francês citado pela professora em seu requerimento, outras partes do corpo também poderiam ser medidas pelo professor, como a grossura dos braços, das pernas, dos dedos, do pescoço, entre outras. Nesse caso, Maria Lacerda de Moura alertava, novamente, que o professor deveria ter em mente que essas e as demais medidas poderiam variar de acordo com cada criança, com a sua idade, condições sociais, fadiga, entre outras variáveis.

Diferentemente do que aconteceria com os sentidos, o acompanhamento do crescimento físico dos alunos se daria apenas através das medidas. Assim, a medida da **estatura**, por exemplo, deveria ser realizada pela “toesa vertical”, haste de madeira ou de ferro, dividida em centímetros, fixada a um suporte sobre o qual se mantinha o escolar encostado. Com essas medidas, a indicação era a que o educador organizasse uma “tabela de crescimento”, na qual seriam escritas as medidas observadas em cada criança, em cada idade e, separadamente, em cada sexo. Além de uma forma de registro, a tabela serviria de alerta para o professor caso a medida de algum aluno destoasse do grupo de crianças.

Já para a medida das outras variáveis físicas, Maria Lacerda de Moura apontava alguns instrumentos utilizados por Binet e de fácil manejo pelos professores, como a balança para a medida do **peso**; o compasso de espessura para a largura dos ombros e para a **dimensão torácica**; o espirômetro para medir a **respiração**, e o dinamômetro para medir a **força muscular**. “É um aparelho muito simples: uma elipse tendo, no interior, o quadrante indicado em quilogramas, a cifra de pressão e, medindo assim, as forças musculares despendidas pelos músculos do antebraço, quando uma das mãos o aperta (MOURA, 1925, p. 261).

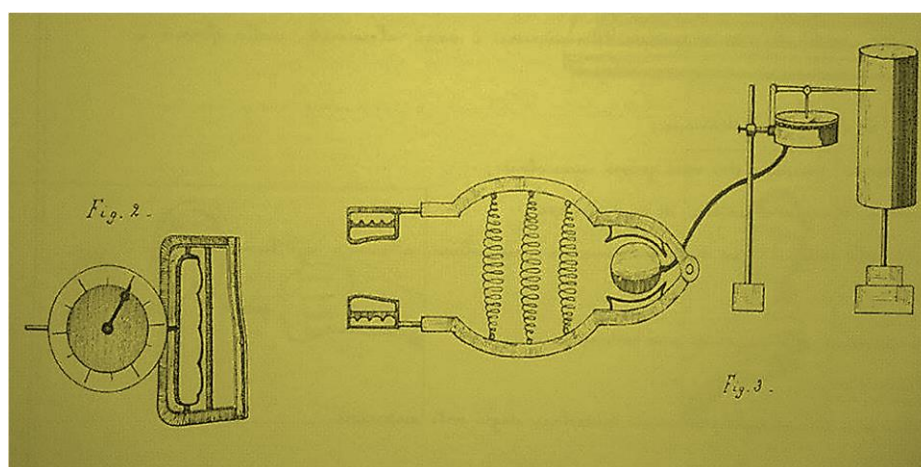


Figura 35: Modelos de espirômetros

Fonte: Gandini, 1995

Apesar de já ter deixado claro que as “cifras” geradas em outros países não serviriam de parâmetro para a análise dos resultados das medidas dos alunos brasileiros, Maria Lacerda de Moura apresentava algumas constatações sobre o crescimento físico das crianças, como aquelas que perpassavam as fases do ano, por exemplo. “As pesquisas feitas por cientistas, entre eles Binet, demonstram que nas férias do verão, as crianças aumentam de peso mais do que nos 9 meses escolares” (MOURA, 1925, p. 231). Esses dados deveriam ser levados em conta pelo professor quando do diagnóstico de seus alunos.

Com relação à medida do **segmento cefálico**, Maria Lacerda de Moura apresentava cautela nas suas indicações, asseverando que, apesar de muitos antropologistas apontarem a correspondência entre o tamanho da cabeça e a inteligência, muito ainda havia que ser pesquisado nesse campo para que esse tipo de análise fosse empregado com esse interesse na escola. Amparada em argumentos previamente expostos em dois de seus livros, *Em torno da educação* e *A mulher é uma degenerada?*, a professora afirmava que, a seu ver, a inteligência nunca seria proporcional ao tamanho do cérebro (MOURA, 1925). Nesse sentido, declarava que a medida da cabeça, a ser realizada pelo professor, seria feita somente para o acompanhamento do crescimento físico do aluno e para a comparação com as outras medidas da face.

A volta da cabeça é medida com a fita métrica e os seus diâmetros com o compasso craniométrico. Das diversas medidas de estatísticas em diversos países é fácil verificar que entre 12 e 14 anos nos meninos e 11 e 12 anos nas meninas o crescimento da circunferência cefálica aumenta consideravelmente e é precedido de um retardamento de crescimento no ano anterior (MOURA, 1925, p. 236).

Ao identificarmos as indicações de experiências que Maria Lacerda sugeria aos professores e que, possivelmente, pretendia realizar com os escolares de Barbacena no ano de 1919, observamos que há uma aproximação muito grande entre aquilo que a professora propunha e o que o inspetor regional indicou em seu relatório de resposta ao requerimento, bem como das desenvolvidas por Quaglio e Pizzoli. Ainda que Maria Lacerda de Moura afirmasse não ter tido retorno com relação ao seu pedido e, conseqüentemente não ter lido o relatório produzido pelo inspetor regional, suas ideias e as de Alceu de Souza Novaes sobre a aplicação da psicologia experimental convergiam para um mesmo fim: a aplicação de experimentos a partir da psicofisiologia, que envolviam a observação e a medição dos sentidos e do crescimento físico.

Nesse caso, é preciso considerar que, mesmo não tendo tido acesso ao conteúdo do relatório do inspetor, Maria Lacerda de Moura possivelmente conhecia as suas ideias e indicações, já que ele teria sido o responsável pela fiscalização da escola normal em que atuava em Barbacena e, por conseguinte, teria acompanhado e avaliado o trabalho da professora. O próprio encaminhamento do requerimento à Secretaria do Interior pode, também, ter sido realizado por Novaes, que também pode ter sido o responsável por informar Maria Lacerda de Moura sobre os pareceres favoráveis que seu projeto havia recebido na Secretaria do Interior.

Oficiei ao Secretário há anos, remeti o ofício por intermédio de um dos chefes de Seção da Secretaria, soube que o ofício já havia corrido algumas repartições e obtido informações favoráveis ao meu projeto de proceder a esses estudos experimentais (MOURA, 1925, p. 236).

Assim, uma hipótese a ser levantada diz respeito ao conhecimento prévio de Novaes sobre o interesse de pesquisa de Maria Lacerda de Moura, já que seu relatório parece respaldar o projeto que a professora mineira pretendia realizar. Corroborando essa hipótese está o fato de o inspetor ter aprovado, de forma integral, o pedido da professora, além de ter elogiado a sua atuação como docente e escritora em Barbacena e de ter ressaltado a sua coragem em romper com o “tradicionalismo ronceiro” existente nas escolas de Minas Gerais naquele momento. Assim, a partir dessa hipótese, podemos inferir que, mais do que uma proposta de projeto independente, o estudo científico da criança proposto por Maria Lacerda de Moura pode revelar uma vontade conjunta, que partia de uma intelectualidade mineira, ainda que restrita, interessada em avançar na organização da escola no estado, a partir do desenvolvimento de uma pedagogia científica. Ainda vale lembrar que esse não teria sido o primeiro elo entre Maria Lacerda de Moura e Alceu de Souza Novaes, já que, sendo ambos de formação espírita, teriam tido o mesmo posicionamento em relação à influência da religião na escola, considerando que esse espaço deveria ser laico, como determinado pela legislação da época.

Para além dos experimentos, que envolviam observações e medidas dos sentidos e do crescimento físico, Maria Lacerda de Moura indicava que os professores deveriam promover a profilaxia entre os seus alunos, ou seja, deveriam possibilitar meios para a prevenção de todo e qualquer problema que pudesse gerar algum tipo de deficiência no organismo infantil. Para isso, o professor, na sua missão de observador, deveria ficar atento a toda e qualquer mudança de seus alunos, especialmente as repentinas, como alteração no humor e sonolência, indícios de alguma alteração interna, entre outros.

Para a professora mineira, a grande maioria dos problemas identificados no corpo e na mente da criança seria gerada pela própria escola, através, por exemplo, da má distribuição de luz nas salas de aula, das posições viciadas dos alunos nas carteiras, das letras mal impressas nos livros e outros materiais de leitura, da falta de ventilação nos ambientes, além de um ensino sem estímulos e voltado para a memorização mecânica e punitiva. Tudo isso contribuiria para a formação de um “quadro deprimente no organismo e na psicose da criança”. “É o regime do temor, da emulação, de castigos e prêmios, de opressão, de esforço, de exigências” (MOURA, 1925, p. 224).

É nesse sentido que Maria Lacerda de Moura indicava a importância das informações e dos dados encontrados nos experimentos realizados. Estes deveriam servir, justamente, para direcionar a conduta docente no espaço escolar, aprimorando as ações voltadas para a criança em processo de aprendizagem, como colocar os alunos em carteiras de acordo com a acuidade visual e da audição de cada um; estabelecer a distância adequada entre as carteiras e o quadro negro, mudar de posição alunos distraídos na classe, reduzir os trabalhos escolares para que não fossem realizados à noite, dispor os móveis de acordo com a estatura dos alunos, regular a intensidade da luz, evitar livros mal impressos ou mapas desbotados, não deixar a criança olhar muito de perto as atividades impressas, evitar o cansaço gerado por atividades mal elaboradas, proibir o uso de binóculos, propiciar a renovação do ar constantemente nos ambientes escolares, não exigir atenção prolongada em uma única atividade, estabelecer um tempo adequado de aula, oferecer papel amarelado e não branco para o aluno escrever, enfim, criar toda uma organização escolar voltada para a prevenção e transformação do organismo infantil.

Em geral os melhores alunos tomam os primeiros lugares, as melhores carteiras da frente, perto do professor dos mapas, do quadro negro. A ordem deveria ser diversa: adiante ficariam os atrasados, os menos atentos, os de visão e audição anormais (MOURA, 1925, p. 153).

O professor deveria, ainda, evitar a fadiga entre os escolares, grande responsável pela diminuição da atividade intelectual nas crianças e de distúrbios orgânicos vários, como dores de cabeça, náuseas, palidez, fraqueza, entre outros. Por isso, mais do que saber fazer as medidas e as observações do escolar, o professor deveria conhecer as consequências de seus resultados em cada organismo, sobretudo no contexto brasileiro, em que as mazelas sociais eram diversas.

Faz pena olhar de perto as crianças brasileiras das escolas públicas: rosto pálido ou excessivamente corado pela agitação das células nervosas (começo de fadiga), orelhas transparentes ou congestionadas pela posição forçada nas carteiras, olhos vivos, febris ou sem expressão, indiferentes, nada compreendendo, pernas finas, tez embaciada, ausência de alegria (MOURA, 1925, p. 86).

Além de promover a profilaxia, os professores deveriam educar e melhorar as condições do organismo infantil. Isso se daria mediante atividades físicas salutares, específicas para cada sexo, como os “exercícios calistênicos”, para as mulheres, e a “ginástica sueca”, para os homens (MOURA, 1925, p. 101). Os primeiros seriam aqueles que promoveriam, nas meninas, a energia física e a graça natural do sexo, através de movimentos harmoniosos, marchas ritmadas, danças, atitudes e poses de estatuária, acompanhadas de cânticos executados pelas próprias alunas. Já a ginástica sueca ofereceria aos meninos o fortalecimento dos músculos e, conseqüentemente, a prevenção de doenças nas vértebras e nas articulações, através de exercícios em aparelhos ou com traves horizontais. “Todos eles tem por objetivo fazer trabalhar os músculos dorsais, laterais e abdominais, estabelecer o alargamento do peito, o recuo das espáduas, promover a agilidade, etc. A ginástica sueca é higiênica, é médica, é educativa” (MOURA, 1925, p. 104).

Como aponta Vago (2000), a inserção da “ginástica” nas práticas das escolas fundamentou-se, dentre outras razões, na crença em suas possibilidades de transformar os corpos das crianças “raquíticas”, “débeis” e “fracas” em desejados corpos sadios, belos, robustos e fortes (VAGO, 2000, p. 9). Segundo o autor, foi justamente nas primeiras décadas do século XX que esse novo campo disciplinar entrou no Ensino Primário em Minas Gerais, por meio da Reforma do Ensino de 1906, que estabelecia, entre outros, que as escolas deveriam oferecer 25 minutos diários de atividades físicas aos escolares, inclusive aos sábados. A Ginástica Sueca e a Calistenia foram indicadas como os principais exercícios a serem executados nas escolas, constituindo-se em atividades ritmadas e de fácil execução. Além de melhorar a condição do organismo físico, tais exercícios foram vistos como um “recurso higiênico” para o combate da fadiga entre os escolares (VAGO, 2000, p. 10).

Outro tipo de exercício recomendado por Maria Lacerda de Moura, tanto para os meninos como para as meninas, seria a ginástica respiratória, responsável pela oxigenação do organismo e, conseqüentemente, pela revitalização do cérebro e do sistema nervoso (MOURA, 1925).

De acordo com Moreno (2015), a ginástica respiratória foi um dos princípios de um sistema maior de movimentos ginásticos recomendados para as escolas no início do século XX.

Ela deveria acontecer de modo concomitante com todo e qualquer exercício em conformidade com a “verdade fisiológica”, que indicava que a constituição de um homem forte dependia de sua respiração. Nesse sentido, os órgãos respiratórios foram considerados primordiais na prática física, desaprovando-se, assim, qualquer movimento que comprimisse o peito ou que causasse interferências na liberdade respiratória. A indicação era que os exercícios proporcionassem um adequado transporte de oxigênio na cabeça e ao tórax (MORENO, 2015, p. 131).

Para além das atividades físicas, Maria Lacerda de Moura preconizava que o professor deveria ensinar às crianças os cuidados com o corpo, como o vestuário, com a alimentação, com o asseio pessoal, o uso de roupas adequadas às atividades e às estações do ano, a limpeza do corpo e dos espaços onde estavam inseridas, entre outras medidas higiênicas para a boa saúde. Além da prevenção do organismo para a prática educacional, essas medidas ajudariam, também, no combate à mortalidade infantil e à miséria fisiológica, consideradas os grandes males da sociedade do início do século XX.

Assim como a psicologia experimental ajudaria na captura dos dados sobre os sentidos e o desenvolvimento físico e mental, a higiene ajudaria na profilaxia destes, devendo o professor ter conhecimento adequado e preparação prática para o uso dessa ciência dentro do espaço escolar.

O educador lhe ensinará cuidados especiais e exigirá dela, observância de preceitos higiênicos como escovar os dentes, pentear-se, mudar de roupas, tomar banhos, lavar as mãos antes e depois das refeições, respirar pelo nariz e fazer ginástica respiratória, dormir com a boca fechada, mastigar bem, comer devagar e sem gulodice, comer a horas certas – como medida higiênica e como disciplina da vontade, não tirar escondido e devorar avidamente, não atirar a merenda ao chão e comê-la depois, não beber num copo já servido, não aceitar restos dos outros, não tomar café, chás ou qualquer excitante, não chupar bicos de borracha, não se deixar beijar, não brincar com a terra para aprender a comê-la ou não contrair verminoses (MOURA, 1925, p. 115).

As recomendações de higiene dadas por Maria Lacerda de Moura caminhavam ao lado de um contexto maior em um país onde as intervenções higienistas foram tomadas como meio de sanear a sociedade e melhorar as condições de saúde da população na tentativa de alcançar o lema “Ordem e Progresso”, expresso na bandeira nacional. A população geral deveria ser auxiliada na manutenção de sua saúde e na saúde de seu meio para que se desenvolvesse e, assim, desenvolvesse o país. Corroborando essa ideia, Freitas (2005) destaca que o higienismo tornou-se condição para a afirmação de uma ciência missionária, imbuída da missão de converter um país arcaico e doente num país moderno e saudável. Mensurar as capacidades,

sanear e dar argumentos científicos às hierarquizações da sociedade eram gestos intelectuais conexos, diante de uma república permanentemente atacada como incompleta e considerada abaixo das expectativas de todos os republicanos (FREITAS, 2005, p. 79).

De acordo com Gondra (2000), a higiene, considerada o ramo da medicina que se preocupou, sobretudo, com uma medicina social, pois descrevia os objetos sociais em conformidade com os cânones dessa ciência, foi parte integrante das práticas escolares nas primeiras décadas do século XX. Dentro dessa instituição, as crianças receberiam os princípios higienistas direcionados ao cuidado com o corpo e com a saúde. Além disso, esperava-se que esses conhecimentos fossem reproduzidos em seus lares, contribuindo para a missão de realizar a educação sanitária e higiênica da população (VAGO, 2002). Da mesma forma que os laboratórios de antropologia educacional ou de psicologia experimental eram apresentados como precursores de uma ciência da educação infantil, o higienismo foi também convertido em ciência precursora da organização do sistema público de ensino (FREITAS, 2005).

Em Minas Gerais, a disciplina Higiene já fazia parte do currículo escolar na primeira década do século XX. Também é preciso lembrar que a própria Maria Lacerda de Moura foi responsável por esse conteúdo na Escola Normal em que trabalhou, ocupando a cadeira de Pedagogia e Higiene.

Para a professora mineira, a importância da higiene na escola estaria na prevenção e na correção de defeitos e anomalias orgânicas nos escolares, o que significaria melhorar as condições do aluno, auxiliando-o a ganhar terreno contra o atraso mental (MOURA, 1925).

A partir desse contexto, vê-se que tanto a higiene como a psicologia experimental ocuparam um lugar de destaque nas indicações de Maria Lacerda de Moura para o estudo científico da infância, sendo tomadas por ela, e por todos aqueles que queiram modificar as condições de uma infância “anormal”, como um eficaz “sistema disciplinar” do corpo e da mente, como um saber-poder que incidiria sobre o corpo da criança, gerando efeitos disciplinares e efeitos regulamentadores (FOUCAULT, 2009b). De acordo com Freitas (2005), deve-se trazer à lembrança que a psicométrica e a pedagogia experimental, no Brasil, desdobravam-se das ações laboratoriais produzidas sob a cura da antropologia, de certa forma também interpretada como uma ciência capaz de organizar a ação da medicina enquanto ciência da sociedade.

O encontro dessa ciência com a psicologia experimental tornou a criança e o homem miscigenado objetos de práticas laboratoriais destinadas a aferir possibilidades e, principalmente, impossibilidades das pessoas diante dos imperativos da civilização (FREITAS, 2005, p. 77).

O sistema disciplinar, de acordo com Foucault, seria todo o aparato envolvido em um regime de poder que, emaranhado em diferentes saberes, técnicas e discursos científicos, produz saberes que estrategicamente vão servir de mecanismo para moldar o comportamento dos indivíduos e também criar modelos que possibilitam vigiá-los e controlá-los de acordo com uma norma, ou, com um padrão de normalidade estabelecido (FOUCAULT, 2009b). Conforme o autor, dentro desse sistema, o exame ocupa um lugar de destaque, a partir do momento em que permite a obtenção de um certo campo de saber que se liga, ao mesmo tempo, a uma forma de exercício de poder. Para Foucault, o “exame” seria a vigilância permanente, classificatória, que permite distribuir os indivíduos, julgá-los, medi-los, localizá-los e, por seguinte, utilizá-los ao máximo. Através do processo do exame, põem-se dentro de um só mecanismo relações de poder que permitem constituir um saber. Através do exame permite-se ao mestre, ao mesmo tempo, transmitir seu saber e levantar um campo de conhecimentos sobre seus alunos. Para Foucault, o exame na escola marcou o início de uma pedagogia que funciona como ciência (FOUCAULT, 1979, 1994). Trata-se do começo da operação de individualização do corpo infantil, em que cada criança passa a ser vista como uma unidade, ocupando o seu lugar na fila ou na classe. Apesar de um exame individual, na verdade, constrói-se um eixo de poder que leva o sujeito diretamente ao múltiplo. Ainda que caracterizado como indivíduo, ele é percorrido por um processo de busca pela homogeneidade de um conjunto, a população.

Nesse caso, mais do que saber como estavam as crianças em suas condições físicas e intelectuais nas escolas, a práticas das medidas e das observações indicadas por Maria Lacerda de Moura permitiam o exercício de um poder direto sobre elas, ao possibilitar ações de profilaxia e educação do corpo e da mente dos alunos.

4.3.3 – A observação das condições do meio

A série de medidas e observações realizadas sobre o corpo e os sentidos dos alunos seria, por sua vez, relacionada aos dados das condições do meio de cada criança. Como já ressaltado por Maria Lacerda de Moura, as condições sociais desfavoráveis, como a pobreza, por exemplo, poderiam causar anormalidades ou defeitos no desenvolvimento normal do aluno, como os relativos ao peso, à força muscular, à estatura, ao desenvolvimento intelectual, entre outras. “As crianças ricas ou em melhores condições econômicas têm mais força muscular que as pobres, mal alimentadas; que os filhos das classes remediadas são mais vigorosos que os pobres” (MOURA, 1925, p. 245).

O professor deveria ter consciência, por exemplo, de que o peso da criança dependeria de sua alimentação, que, se inadequada ou insuficiente, afetaria diretamente seu rendimento escolar. “As crianças pobres, os proletários mal alimentados, salvo exceções, são os que menos aproveitam quer no desenvolvimento físico, quer no mental” (MOURA, 1925, p.119).

Aqui, mesmo que brevemente, a professora mineira retoma suas posições sociais expressas em *Renovação*, apontando as injustiças e a exploração perpetradas contra as classes mais pobres como o grande problema do mundo.

[..] até que a sociedade se reorganize de modo a prover fartamente a subsistência de todos, pelo trabalho organizado, a promover o bem estar para todos, a sentir a significação da expressão – fraternidade humana”. Conservamo-nos indiferentes, criminosamente indiferentes à miséria social, à dor universal. (MOURA, 1925, p. 119).

Nesse sentido, o professor deveria ficar atento aos seus alunos no que dizia respeito à frequência à escola, aos resultados apresentados pelas medidas do crescimento e também às condições de higiene da criança e de seus familiares.

Tal como fizera para o desenvolvimento dos sentidos e do corpo infantil, Maria Lacerda de Moura aponta medidas profiláticas também para os males que poderiam ser gerados pelas condições do meio.

Como já indicava em *Renovação*, a assistência à infância seria uma das formas mais eficazes de se evitar os problemas gerados pela pobreza. Tal assistência deveria, agora, partir não só do meio social, com as instituições próprias para esse fim – como a idealizada por Moncorvo Filho no Rio de Janeiro –, mas também da própria escola. Nesse caso, então, além do vestuário, da alimentação, da assistência médica e dentária, bem como da assistência escolar e domiciliar, dever-se-ia prover meios para que a criança proveniente de extratos desfavorecidos se mantivesse na escola de forma assídua e saudável. Para isso, as caixas escolares teriam um papel importantíssimo, angariando recursos para fornecer materiais escolares e alimentação aos alunos mais pobres¹⁹⁹. A escola, nesse contexto, seria vista por Maria Lacerda de Moura não apenas como instituição promotora de instrução, mas, principalmente, como local de regeneração da humanidade.

¹⁹⁹ Segundo Bahiense (2013), a Caixa Escolar esteve presentes nas escolas mineiras desde o final do século XIX, constituindo um dispositivo para fomentar a frequência escolar. Seu primeiro regulamento data de 1879, mas foi em 1911 que as caixas escolares se tornaram obrigatórias nos grupos escolares mineiros e facultativas nas escolas isoladas.

Todas as futuras professoras têm por dever levar nas mãos o livro e o fogo sagrado para a regeneração da humanidade. Se a instrução, sem a grandeza de sentimentos elevados de solidariedade humana e sem a saúde – impossível a verdadeira civilização. A maldade provem da ignorância do amor próprio, das ambições pessoais (MOURA, p. 119).

A partir de suas pesquisas, Foucault (1979) sinaliza que a ideia de uma assistência e de uma intervenção médica foi idealizada tanto como uma maneira de ajudar os mais pobres, promovendo-lhe saúde e bem estar, quanto uma forma de evitar a proliferação de indivíduos que poderiam se tornar um transtorno social. Segundo ele, de uma forma geral, a preocupação que rondava governantes e intelectuais da sociedade do início do século XX era a de que esses indivíduos não contribuíssem para o progresso do país, fosse mediante a força de trabalho, fosse pela falta de características que os colocassem como cidadãos sadios e produtivos. Mesmo que de outra forma, percebe-se que as prescrições de Maria Lacerda de Moura se voltavam, em grande parte, para esse contexto maior, em que a assistência aos mais pobres significava a possibilidade de avanço do país.

Para exemplificar o papel das condições do meio no corpo e na mente humana, Maria Lacerda de Moura relatou o momento que vivia em São Paulo, numa conjuntura em que a Revolução de 1924 assolava a cidade e seus moradores²⁰⁰.

No momento em que revejo estas “Lições” – escrevo ao som de metralhadoras e fuzis e tiros de canhão sobre a cidade (capital de São Paulo) indefesa, entregue a soldados há já 36 horas; o pânico é indescritível, mortos e feridos inúmeros – debaixo dos próprios tetos varridos pelas balas, e, até agora, ninguém sabe o motivo, e a insegurança é geral, a expectativa e o pasmo dominam a situação angustiosa de toda essa população (6 de junho de 1924) (MOURA, 1925, p. 120).

Maria Lacerda de Moura chamava atenção para as mães dos oficiais e para toda a “casta governamental”, consideradas por ela como as responsáveis por tantas desgraças perfeitamente evitáveis. A professora questionava se essas mães teriam atentado para seu papel de educadoras algum dia, se alguma professora teria percebido as condições do meio desses alunos, que se tornariam futuros soldados “a fazer o mal” (MOURA, 1925, p. 120).

²⁰⁰ A Revolução de 1924 foi o “levante” tenentista contra o Governo Federal, traduzido no conflito bélico de grandes proporções que além de deixar a capital paulista destruída por bombardeios, deixou mais de quinhentos mortos (ROMANI, 2011).

Analiso a atual organização social que facilita e até impõe as guerras, as revoluções, quando o homem se esquece da sua individualidade consciente para voltar a ser o troglodita das cavernas – nas trincheiras cavadas pelos preconceitos, pelas ambições e pelo egoísmo sórdido. Quantas crianças, quantas mulheres, quantos pais de família e quantos moços cheios de esperança já foram e ainda serão sacrificados pela sanha de soldados de ambos os partidos – senhores da situação numa cidade como São Paulo! (MOURA, 1925, p. 120).

Nesse relato, Maria Lacerda de Moura retoma o seu olhar sobre a importância da mulher – seja no papel de mãe ou de professora – na formação da criança e, conseqüentemente, do futuro cidadão. Sua preocupação, mais uma vez, incidia sobre uma condição feminina entregue às banalidades do dia a dia, que se afastava de uma missão maior, a do cuidado e educação dos filhos e alunos.

Também é preciso observar que, ao se voltar para o relato sobre as condições do meio com especial destaque para a pobreza da classe proletária, Maria Lacerda de Moura se volta para aquilo que lhe impulsionou em *Renovação* e lhe impulsionaria na maioria das publicações posteriores: as questões sociais da população brasileira. A importância dada pela autora a essa esfera foi tão grande que, mesmo se propondo a escrever um livro “essencialmente didático”, ela não deixou de se colocar diante do momento político no qual estava inserida, revelando, mais uma vez, o a sua posição de intelectual engajada.

4.3.4 - O registro dos experimentos, das medidas e das observações

Para que tivessem um bom uso nas práticas de profilaxia e educação, as diversas informações colhidas pelos professores por meio das medidas e observações dos sentidos, do crescimento físico e das condições do meio dos alunos deveriam ser minuciosamente e cuidadosamente registradas, a fim de serem melhor analisadas e confrontadas. Para esse fim, Maria Lacerda de Moura indicava as **cadernetas de saúde**, que considerava uma das necessidades da escola moderna.

Segundo a professora mineira, a caderneta deveria servir, também, de consulta para os médicos ou para os próprios professores para a verificação do crescimento, do peso e da altura, das moléstias, da vacinação, dos acidentes, da dentição, das medidas do tórax, das observações sobre os sentidos, acuidade visual e auditiva, “defeitos” de linguagem, de pronúncia de dicção, como também os “defeitos” de hereditariedade, as atitudes, o temperamento, a atenção, a memória, a percepção, a atitude moral e o comportamento de cada criança; enfim, para a

consulta de quaisquer informações que pudessem colaborar para a efetivação de práticas salutaras dentro e fora do ambiente escolar.

Ainda de acordo com a professora mineira, essa caderneta poderia conter, também, dados da antropometria escolar, tais como coloração da pele, características do rosto, observações frenológicas: (nariz, olhos e expressão, boca); robustez ou raquitismo; força ou fraqueza muscular, entre outras informações que o educador julgasse necessárias para a interpretação da criança em seu estado de formação.

De acordo com Abreu Jr. e Carvalho (2012), as cadernetas de saúde instauradas no Brasil nas primeiras décadas do século XX ainda previam uma parte onde os médicos escolares deveriam fazer suas anotações, em complemento às realizadas pelos professores. Nesse caso, deveriam ser registrados exames clínicos variados, entre eles o “exame dos pelos e das unhas”, por exemplo. As cadernetas ainda trariam uma série de perguntas sobre antecedentes hereditários tais como: “pais vivos?”, “carnal?” “consanguíneos?”, e outras perguntas, entre elas: “Viciado sexualmente?” “Álcool?” “Bebe?”. Segundo os autores, a maioria das perguntas buscava esclarecer não apenas o estado de saúde da criança, mas também a sua “procedência” e sua bagagem hereditária, informações consideradas importantes na busca pela regeneração da raça. “Para isso, era necessária a análise das predisposições hereditárias das crianças e detectar aquelas que podiam desenvolver algum tipo de doença, ou mesmo que pudessem apresentar um desvio moral, causados por herança genética” (ABREU JUNIOR e CARVALHO, 2012, p. 446).

Já para Rocha (2010), tais cadernetas possibilitariam o estudo das relações entre aptidões físicas e intelectuais, podendo constituir, futuramente, um instrumento precioso para a orientação dos alunos na escolha profissional. “O propósito era claro: diminuir os fracassos e possibilitar que cada um utilizasse ao máximo suas aptidões, em benefício da sociedade” (ROCHA, 2010, p. 19).

Foucault (2009b) esclarece que, em adição ao exame, a invenção do registro permitiu a criação de uma série de códigos da individualidade humana. Para ele, foram todas as pequenas práticas disciplinares e de poder sobre os corpos – coerções sobre os gestos, comportamentos, entre outros – que permitiram a criação de conhecimentos das ciências do indivíduo, que, posteriormente, se tornariam as ciências humanas. Ainda segundo o autor, foi esse o momento que marcou a emergência das ciências do homem, como a psicologia e a pedagogia, por exemplo.

A todo esse aparelho de registro e anotações das aptidões, das capacidades, dos resultados de medidas e exames, enfim, do percurso biográfico de cada estudante, Foucault

(2009b) denomina *campo científico-disciplinar*, um arquivo repleto de detalhes e minúcias que expõe os indivíduos num campo de vigilância, situa-os numa rede de anotações escritas; compromete-os em toda uma quantidade de documentos que os captam e os fixam. Assim, os procedimentos de exame são acompanhados imediatamente de um sistema de registo intenso e de acumulação documentária.

Para Foucault (1988), a medicina, a psicologia, assim como outras ciências do indivíduo, como a própria pedagogia pretendia ser, não cessariam de investigar, de observar, tendo como referência única um padrão de normalidade. Por meio da observação do comportamento e das condições de saúde de cada aluno foram produzidos, ao longo da história da educação, boletins, relatórios, relatos clínicos, fichas médicas, enfim, toda uma “verdade” sobre o indivíduo. Da produção dessa verdade surgiu um saber que buscava normalizar a criança para a sociedade, e dessa produção de saber surgiu uma nova “tecnologia de poder”, que, segundo Foucault, aplica-se à vida dos indivíduos: o “biopoder” (FOUCAULT, 1988, p. 133).

Trata-se de um poder que se aplica à vida dos indivíduos, mesmo que se fale nos corpos dos indivíduos, o que importa é que tais corpos são tomados naquilo que eles têm em comum: a vida, o pertencimento a uma espécie. (...) o biopoder faz uma biopolítica da espécie humana. Trata-se de uma biopolítica porque os novos objetos de saber que se criam ‘a serviço’ do novo poder destinam-se ao controle da própria espécie; e a população é o novo conceito que se cria para dar conta de uma dimensão coletiva que, até então, não havia sido uma problemática no campo dos saberes (VEIGA-NETO, 2007, p. 73).

Todo esse aparato indicado por Maria Lacerda de Moura para o estudo científico da infância, mesmo que partindo de experiências mais simplificadas e sem o uso de muitos e elaborados aparelhos de medida, aproximava-se muito dos trabalhos realizados por Clemente Quaglio na Escola Normal da Praça, ainda no início da década de 1910. Ao, novamente, não citar esse trabalho e afirmar que o Brasil não havia produzido “cifras” sobre os alunos em processo de escolarização, a professora mineira, mesmo residindo em São Paulo no ano de publicação de *Lições de Pedagogia*, parecia continuar desconhecendo, ou até mesmo ignorando, o que Quaglio realizara na Escola Normal.

Ainda é importante salientar que os experimentos citados por Maria Lacerda de Moura em *Lições de Pedagogia* não seriam a totalidade do que pretendia publicar aos seus leitores, já que sinalizava a pretensão de dar continuidade no tema em outros volumes do livro. “Quando

tratarmos da educação intelectual falaremos das experiências e dos testes e enquetes” (MOURA, 1925, p. 263).

A partir desse enunciado, é possível considerar que Maria Lacerda de Moura pretendia também discorrer sobre os testes de inteligência idealizados por Binet e Simon. Entretanto, como o segundo volume de *Lições de Pedagogia* não foi publicado e o assunto foi deixado de lado pela professora ao adentrar no universo do anarquismo, resta aqui levantar a hipótese de que Maria Lacerda de Moura pretendia avançar no terreno das experiências da medida da inteligência. Contudo, apesar de sabermos que essas experiências e testes foram bastante disseminados no final da década de 1920 em todo o Brasil, não se pode inferir como eles poderiam ter sido prescritos por uma pessoa tão multifacetada como Maria Lacerda de Moura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*É possível que eu tenha contradições (como todos têm),
que eu erre (nem sou infalível como ninguém é) que eu
seja sensível demais e que a razão me governe menos
que o coração e, posso dizer ainda: todos são
governados pelo sentimento*

Maria Lacerda de Moura, *Renovação*.

Apesar de ter pensado e proposto um estudo científico da criança em meio a um contexto de cidade do interior de Minas Gerais e de tradição católica, no qual sua condição de espírita, anticlerical e feminista era considerada inadequada para a sua condição de mulher e professora de Escola Normal, não se pode considerar Maria Lacerda de Moura como uma mulher fora de seu tempo. Pelo contrário, ela foi o espelho das questões da sua época, dos desafios pelos quais passaram os professores, as mulheres, a infância e os mais pobres no início do século XX. Imersa no tempo em que viveu, traduziu-se como uma intelectual engajada com as causas que presenciou e buscou atuar como uma espécie de bússola ao apontar caminhos para a melhoria da sociedade de seu tempo.

Evidentemente, a formação familiar e institucional contribuiu para que Maria Lacerda de Moura se colocasse diante dos revezes de seu tempo, alicerçando seus ideais e os embates que travou, com crenças e conhecimentos. Seu pai, apontado por ela própria como seu principal educador e incentivador, dera-lhe a confiança na evolução da humanidade, não somente aquela aliada ao plano espiritual das reencarnações conforme ensinava a doutrina espírita, mas também aquela na qual a ação de cada um opera transformações significativas nas necessidades de uma época, tanto no plano individual como no coletivo.

Mesmo não tendo tido uma formação institucional voltada especificamente para as ações que desenvolveu ao longo de sua trajetória como educadora, é possível identificar, tanto na escola católica como na Escola Normal em que estudou, experiências que possibilitaram o seu crescimento reflexivo, mesmo ao imporem condutas distantes e diferenciadas daquelas com as quais partilhava em sua família. Aliado a essas formações estaria, ainda, o autodidatismo – ou, a autoeducação, como ela própria gostava de chamar –, que pode ser considerado a principal

chave de leitura para o entendimento da atuação de Maria Lacerda de Moura, sobretudo com relação ao seu projeto de estudo científico da criança.

O “projeto de estudo científico da criança patricia” também pode ter sido impulsionado por um contexto diverso que marcou o final do século XIX e o início do XX, em que o cientificismo se colocava como condição de explicação e resolução dos problemas de ordem física e social. Este esteve presente na trajetória espiritual de Maria Lacerda de Moura, pois forneceu ao espiritismo estatuto de ciência ao dar legitimidade a suas práticas mediúnicas; contribuiu com a sua atuação no movimento feminista, fornecendo informações sobre a real condição intelectual da mulher em uma sociedade patriarcal; e alicerçou a sua participação no movimento anarquista, que via na racionalidade científica a melhor forma para uma educação efetiva e livre de dogmas e direcionamentos políticos.

As redes de sociabilidade nas quais esteve inserida também são indicativos sobre o interesse de Maria Lacerda de Moura pelo estudo científico da criança. Nessas redes estiveram presentes pessoas que pensaram a educação sob um viés científico, como Belisário Penna e Renato Kehl; também os que buscaram na ciência outras formas de pensar a educação, como José Oiticica e Manoel Bomfim; e aqueles que almejavam mudanças para o processo educacional, como o inspetor Alceu de Souza Novaes.

O interesse pelos estudos científicos da infância se materializou no requerimento que escreveu à Secretaria do Interior de Minas Gerais, em 1919, que não pode ser entendido nem como o começo nem como o fim de seu projeto, mas como uma primeira tentativa de efetivar os estudos e pesquisas que pretendia desenvolver. Apesar de frustrada, essa tentativa pode expressar, por um lado, o interesse em ir além das atividades que vinha desenvolvendo no âmbito da Escola Normal de Barbacena, buscando assumir um lugar de pesquisadora e não apenas divulgadora de conhecimentos científicos sobre a infância; por outro, o seu engajamento com os desejos republicanos de efetivação de uma escola graduada, considerada a única organização possível para a efetiva educação de uma maior parte da população. Nesse sentido, podemos afirmar que a intensão de aplicação da psicologia experimental à pedagogia, naquele período histórico, estava mais ligada à busca por uma melhor organização da escola de massa, identificando as crianças com dificuldades e monitorando os efeitos das práticas de classificação e exclusão do aluno dentro dessa instituição.

Seu pioneirismo ao propor esse projeto em Minas Gerais, apontado por ela própria e pelo inspetor Alceu de Souza Novaes, reafirma não só o seu engajamento nas causas de sua época, mas também o desejo de conquista de um espaço como intelectual e pesquisadora da educação, um dos poucos autorizados à mulher naquele período.

O grande tempo de tramitação na Secretaria do Interior e os diferentes pareceres emitidos sobre o pedido de Maria Lacerda de Moura até o momento da sua aprovação – que, por sua vez, só se deu de forma parcial –, revela um cenário ainda incipiente de recepção da psicologia experimental em Minas Gerais. Isso pôde revelar, por um lado, as desconfianças quanto à implementação desse novo campo de pesquisa nos grupos escolares do estado; por outro, o receio de disponibilizar o acesso a essas instituições e o início desses experimentos em Minas Gerais por uma professora-mulher-espírita, ficando a autorização do seu trabalho restrita às escolas isoladas, consideradas menos importantes que os grupos escolares no período (GOUVEA, 2015).

A mudança de um ideal republicano para uma postura mais libertária, exposta claramente em seus dois primeiros livros, *Em torno da educação* e *Renovação*, não fez com que Maria Lacerda de Moura abandonasse sua crença na ciência como condição de transformação e melhoria da educação da criança. Pelo contrário, seus estudos e intenções de pesquisas se tornaram o motor de suas novas ideias, apontando a importância da ciência para a condução de um ensino mais racional e livre das amarras sociais. Nesse cenário, tanto a criança como a mulher seriam beneficiadas. A primeira com um ensino mais centrado em seus interesses e subjetividade; a segunda, com a garantia de seu real potencial de realização pessoal e social. A valorização da mulher se faria especialmente em seus papéis de mãe e professora, justamente por serem considerados os principais e mais importantes para a formação da infância no país. Sem a educação da mulher, não haveria educação da infância. Sem o conhecimento científico por parte das mães e professoras, não haveria um estudo sobre a criança, nem mesmo a descoberta das demandas para a sua formação.

Esse estudo científico sobre a criança, por sua vez, ocorreria por meio de experiências seguras, baseadas em metodologias advindas das ciências naturais, tidas como as que trariam os resultados mais verdadeiros para o campo da educação. Nesse caso, o corpo da criança seria o ponto de partida. Sua fisiologia deveria ser investigada e relacionada com aspectos da inteligência e condutas emocionais e sociais. Assim, todas as dimensões do físico infantil deveriam ser observadas e medidas na escola.

Foi em *Lições de Pedagogia* que Maria Lacerda de Moura registrou as possibilidades dessas experiências nas escolas e, conseqüentemente, as que pretendia desenvolver em Barbacena. Estas só poderiam ser realizadas dentro de uma nova configuração de escola nova e moderna, livre dos tradicionalismos que atrasavam o desenvolvimento da educação. Por sua vez, essa nova escola só se estabeleceria através de uma pedagogia científica, que se faria a partir da contribuição de diferentes campos do conhecimento científico, principalmente

daqueles advindos da biologia e da nascente psicologia. Nestes, ganharam especial destaque a psicologia experimental e a higiene, a primeira traduzida pela investigação de um objeto acessível, controlável e quantificável (MONARCHA, 1999), que determinava a relação entre corpo e mente. Já a segunda pela dinâmica de prescrições saudáveis, estabelecendo a relação entre corpo e sociedade.

Nesse cenário, o corpo da criança e a sua origem social deveriam ser desvendados e interpretados em suas relações com o desempenho escolar. Foi assim que se partiu de um exame e observação dos sentidos, do crescimento físico e do meio social ao qual a criança pertencia para, depois, tentar compreender e medir a sua inteligência.

Dentro desse cenário descrito e exemplificado por Maria Lacerda de Moura estiveram presentes as figuras mais ilustres dos estudos científicos sobre a infância. Binet, Simon, Claparède, Montessori, Pizzoli, Pestalozzi, William James, Stuart Mill e Stanley Hall são apenas alguns dos nomes que a autora mobilizou para conferir verdade à sua fala e prescrições para a escola que ela queria moderna. Diante da profusão de nomes e estudos citados por ela, podemos considerar que a professora mineira possuía não apenas um amplo conhecimento sobre o assunto, mas também uma forma peculiar de lidar com essas informações, trazendo, de diferentes vertentes, aquilo que mais contribuía para a resolução dos problemas que identificava na escola brasileira, fazendo um “hibridismo”, ou seja, uma espécie de adaptação dos conhecimentos obtidos em livros de psicologia da época – em sua maior parte de estrangeiros –, para a realidade que conhecia e com a qual lidava²⁰¹ (PICKREN, 2012).

Essa profusão de ideias e autores citados em *Lições de Pedagogia* também pode ser interpretada como característica dos libertários, que pinçavam na diversidade do conhecimento, aquilo que poderia ser utilizado para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda é possível inferir que, mais do que citar o nome de variados autores e estudos da infância, Maria Lacerda de Moura quis fazer, em *Lições de Pedagogia*, o registro do próprio projeto, aquele que pretendeu realizar em Barbacena. Já que não tivera autorização do seu pedido no formato que havia solicitado em 1919 e tampouco a resposta por parte da Secretaria do Interior, Maria Lacerda de Moura viu, na publicação de um livro, a possibilidade de marcar essa tentativa e, até mesmo, de realizá-la ao disponibilizar o seu projeto. No livro, essa questão

²⁰¹ Segundo Pickren (2010), o processo de hibridação acontece quando culturas e práticas diferentes se encontram e se misturam, gerando um novo conhecimento. Para ele, esse processo foi recorrente na psicologia dos Estados Unidos, constituída por uma heterogeneidade de ideias advindas de diferentes países, com diferentes práticas e culturas.

fica clara quando a professora demonstra total descontentamento em não ter tido retorno do seu requerimento por parte da Secretaria do Interior de Minas Gerais.

Como visto, a resposta ao requerimento de Maria Lacerda de Moura se daria depois da sua partida para São Paulo e de sua desvinculação da Escola Normal em que trabalhou, o que pode ter contribuído para que a autorização não fosse enviada a Barbacena e, conseqüentemente, não chegasse ao seu conhecimento. Entretanto, mais do que a autorização, percebe-se que Maria Lacerda de Moura buscava um espaço de reconhecimento ao propor para Barbacena e Minas Gerais a realização de uma proposta de estudo e pesquisa reconhecida em outros países. Ao contrário disso, encontrou a burocracia, a demora e, no seu entender, até mesmo o desinteresse por parte do governo do estado na realização desses estudos nas escolas.

Mesmo com a publicação de *Lições de Pedagogia*, é possível afirmar que o projeto de estudo científico da infância pensado e proposto por Maria Lacerda de Moura não teve a visibilidade tampouco o reconhecimento que a professora desejava. Até hoje, ele esteve esquecido, tanto pelo contexto da prática educacional do período em que a professora mineira atuou como pela historiografia da educação e da psicologia. Mesmo não tendo sido executado, tal projeto pode ser considerado uma das primeiras – senão a primeira – tentativas de inserção dos estudos de psicologia experimental nas escolas de Minas Gerais, revelando informações não somente sobre tais estudos científicos sobre a infância, mas principalmente, sobre o contexto de recepção destes em um espaço e tempo pouco favoráveis à manifestação intelectual de uma mulher espírita, anticlerical e libertária.

Apesar de uma nova mudança de trajetória, que pode ser vista como o fechamento de um ciclo de publicações sobre a infância, a fase anarquista em São Paulo e a escrita de vários livros sobre o assunto ainda não significaria a desistência de Maria Lacerda de Moura pelos estudos científicos e pela atuação em Barbacena. Quando do retorno à cidade, gerada pelo fim da comunidade anarquista na qual vivia em São Paulo e pela perseguição política do período Vargas, a professora doou 70 livros à biblioteca da escola onde estudou e trabalhou: a Escola Normal de Barbacena. Entre eles, encontravam-se os seguintes títulos: *A mulher no Brasil* – M. F. Pinto Moreira; *Catecismo Cívico* – Milton da Cruz; *Idéas revolucionárias* – Cesar Campos; *O poder da vontade* – S. Smilles; *Como escolher um bom marido* – Dr. Renato Kehl; *Evolução do Feminismo* – Mariana Coelho; *Porque mulher moderna* – Elza de Alencar Araripe; *O progresso feminino e sua base* – Else Nascimento Machado; *Voto feminino e feminismo* – Diva Nolf Nazario; e *As bases da moral: Estudo de Psychologia Physiologica* – Dr. Domingos

Jaguaribe²⁰² (OFÍCIOS DA DIRETORIA DA ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE BARBACENA, 1937).

Longe de ser um descarte de ideais, a doação desses livros pode ser interpretada como um interesse de Maria Lacerda de Moura em levar para a escola e para a cidade um novo olhar sobre as questões que lhe moveram em suas diferentes trajetórias e que pretendia dar continuidade atuando como educadora, na divulgação de ideias e visões de mundo. Entretanto, uma nova rejeição pela cidade, ou a certeza de que ali não teria, novamente, espaço de atuação, fez com que Maria Lacerda de Moura se mudasse para o Rio de Janeiro, onde manteve uma espécie de exílio individual até a sua morte, em 1945.

Se Maria Lacerda de Moura tem um lugar de reconhecimento como liderança feminista e anarquista, esta tese pretendeu lançar luzes sobre a sua atuação como educadora, sobretudo, na proposição de um projeto de estudo científico sobre a infância. Por se tratar de uma mulher multifacetada e em constante movimento, temos a certeza de que muito ainda pode ser melhor conhecido e escrito sobre essa figura fundamental para pensarmos o lugar da mulher educadora na sociedade ao longo do século XX.

²⁰² A lista completa os livros oferecidos por Maria Lacerda de Moura à Escola Normal Municipal de Barbacena está no **ANEXO** desta tese.

REFERÊNCIAS

ABREU Jr., Laerthe de Moraes; CARVALHO, Eliane Vianey. O discurso médico-higienista no Brasil do início do século XX. **Trabalho, educação e saúde**, Rio de Janeiro, vol. 1, n. 3, p.427-451, 2012.

AGUIAR, R. C. **O rebelde esquecido**: Manoel Bomfim. Rio de Janeiro: Toopbooks, 2000.

ALMEIDA, Ana Maria Araujo de. **Um “mestiço irrecusável”**: Tito Lívio de Castro e o pensamento cientificista no Brasil do século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

ANTUNES, Mitsuko Aparecida Makino. **A psicologia no Brasil**: leitura histórica sobre sua constituição. São Paulo: Educ & Unimarco, 1999.

_____. **História da Psicologia no Brasil**: primeiros ensaios. Rio de Janeiro: EdUERJ, Brasília, 2001.

_____. Psicologia e Educação em periódicos brasileiros anteriores a 1962. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 6, n.2, p. 193-200, 2002.

_____. Em defesa dos testes tupiniquins - sobre "O methodo dos Testes", de Manoel Bomfim. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasil, v. 1, p. 32-33, 2005.

_____; CAMPOS, Regina Helena de Freitas; *et al.* (Orgs.) **Dicionário Biográfico da Psicologia no Brasil – Pioneiros**. São Paulo, SP: BVS-PSI - Ministério da Saúde, 2007. v. 1.

_____. Psicologia e educação no Brasil: um olhar histórico-crítico. In: MEIRA, Marisa Eugênia M.; ANTUNES, Mitsuko A. M. (Orgs.). **Psicologia Escolar**: teorias críticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, v. 1, p. 139-168.

_____. Psicologia e Educação no Brasil: uma análise histórica. In: AZZI, Roberta Gurgel; GIANFALDONI, Monica Helena Tieppo Alves (Orgs.). **Psicologia da Educação**. v. 1. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 9-32.

_____. Educação, ciência e psicologia no Sistema Montessori: por uma psicologia do desenvolvimento da criança. In: LOURENÇO, E.; ASSIS, R. M. de; CAMPOS, Regina Helena F. (Orgs.). **História da Psicologia e contexto sociocultural**. v. 1. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012, p. 197-224.

ARAÚJO, Inês Lacerda. Vigiando e punindo ou educando? **Revista Educação** - Foucault pensa a educação. São Paulo: Segmento, p. 26-35, 2007.

ARAÚJO, Saulo de Freitas. A ideia de uma psicologia científica em Wilhelm Wundt: uma visão panorâmica. **Scientiae Studia** (USP), v. 7, p. 209-220. São Paulo, 2009.

ARAKI, Mauro Junji. **Filosofia e psicologia em William James**. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. A psicologia educacional e o ensino da paixão, do prazer e da dor (Minas Gerais, 1920-1960). **Cadernos de História da Educação**, n. 7, p. 247-260, jan./dez. 2008.

BAHIENSE, Priscilla N. **A fim de "arrancar do erro e da ignorância pequeninos seres": as caixas escolares em Belo Horizonte (1911-1918)**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

BERTOLLI FILHO, Claudio. **História Social da Tuberculose e do Tuberculoso: 1900-1950**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2001.

BICCAS, Maurilane de Souza. **O impresso como estratégia de formação**: Revista do Ensino de Minas Gerais (1925 – 1940). Belo Horizonte: Argumentvm, 2008.

BINET, Alfred, SIMON, Théodore. **Testes para a medida do desenvolvimento da inteligência nas crianças**. São Paulo: Melhoramentos, 1929.

BORTOLOTTI, Karen Fernanda da Silva, CUNHA, Marcus Vinicius. Anísio Teixeira e a psicologia: o diálogo com a psicanálise. **História da Educação**, Porto Alegre, v.17, n. 41, p. 57-75, set/dez. 2013.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 183-191.

BUENO, José Geraldo Silveira. A produção social da identidade do anormal. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 163-185.

CAMARA, Sônia. Sementeira do Amanhã: o primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e sua perspectiva educativa e regeneradora da criança pobre. In: **Anais do VI Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação**. Uberlândia: EDUFU, 2006.

_____. Inspeção Sanitária escolar e educação da infância na obra do médico Arthur Moncorvo Filho. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 57-85, set./dez. 2013.

CAMPOS, Regina Helena Freitas. História de la Psicología Aplicada a la Educacion. Se Reproducen las Contradiciones o la Dominacion de Clases? **Revista de Psicologia** (Peru), PERU, v. 7, n.7, p. 53-63, 1989.

_____. Notas para uma história das ideias psicológicas em Minas Gerais. Psicologia: possíveis olhares, outros fazeres. **Conselho Regional de Psicologia** - 4a. Região. CRP-04, Belo Horizonte: 1992a.

_____. Helena Antipoff: da orientação sociocultural em psicologia a uma concepção democrática de Educação. **Psicologia: Ciência e profissão**, v. 12, n. 1, Brasília. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98931992000100002>. Acesso: 5 set. 2015.

_____. Os Arquivos Helena Antipoff e a História da Psicologia no Brasil. **Cadernos de Psicologia**, Ribeirão Preto, SP, v. 1, p. 3-12, 1997.

_____; *et al.* Lourenço Filho, a Escola Nova e a Psicologia. In: LOURENÇO FILHO, Manuel Bergstrom. **Introdução ao estudo da nova escola**: bases, sistemas e diretrizes da pedagogia contemporânea. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002, p. 15-53.

_____. História da psicologia e história da educação: conexões. In: VEIGA, Cynthia Greive; FONSECA, Thaís Nívia de Lima (Orgs.). **História e historiografia da educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003, p. 129-158.

_____. Psicologia e educação no Brasil no início do século XX: o diálogo com especialistas europeus, o olhar sobre a cultura brasileira. In: AZZI, Roberta Gurgel; GIANFALDONI, Mônica Helena T. A. (Orgs.). **Psicologia e Educação**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011, p. 33-49.

_____; GOUVEA, Maria Cristina Soares; GUIMARÃES, Paula C. David. A recepção da obra de Binet e dos testes psicométricos no Brasil: contra faces de uma história. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 14, n. 2[35], 2014.

_____. Reflexões sobre a evolução e tendências contemporâneas na historiografia da psicologia educacional no Brasil. In: YAMAMOTO, Oswaldo Hajime; COSTA, Ana Ludmila Freire (Orgs.). **Escritos sobre a profissão do psicólogo no Brasil**. Natal, RN: Editora UFRN, 2010, p. 213-226.

_____. The UFMG Archives of the History of Brazilian Psychology. **Boletim do CDPHA**, v. 25, p. 228-244, 2014.

CANGUILHEM, Georges. O que é psicologia? **Revista Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 30/31, p. 104-123, jul-dez, 1973.

_____. Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CARNEVALE, Flávia Guia. “**A mineira ruidosa**”: cultura popular e brasilidade na obra de Alexina de Magalhães Pinto (1870-1921). Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. Barbacena: a família, a política e uma hipótese. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, n. 20, p. 125-193, jan. 1996.

_____. **Os bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das letras, 1987.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 291-309.

CATANI, Denise Barbara, SILVA, Vivian Batista da. Memória e história da profissão dos professores: as representações sobre o trabalho docente nos manuais pedagógicos. **Educação em Foco**, vol. 12, n. 1, março/ agosto 2007. Disponível em <<http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2009/10/343o-2-Ana-Maria-7.pdf>>. Acesso: 10 nov. 2015.

CELLARD, André. A análise documental. In: POUPART, Jean *et al.* (Orgs.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 295-316.

CHAMON, Carla Simone. **Maria Guilhermina Loureiro de Andrade**. A trajetória profissional de uma educadora (1864- 1914). Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

CHAUÍ, Marilena. Intelectual Engajado: uma Figura em Extinção? In: NOVAES, Aduino (Org.). **O Silêncio dos Intelectuais**. São Paulo, Companhia das Letras, 2006, p. 19-43.

CLAPARÈDE, Edouard. **Psicologia da criança e pedagogia experimental**: introdução, histórico, problemas, métodos, desenvolvimento mental. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1940.

COLOMBO, Dora Alice. **Pedagogia espírita**: um projeto brasileiro e suas raízes histórico-filosóficas. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

DEL PRIORE, Mary. **Do outro lado**: a história do sobrenatural e do espiritismo. São Paulo: Planeta, 2014.

DIAS, Maria Aparecida Lima. **O espírito da educação**: Maria Lacerda de Moura (1918-1935). Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Apresentação. In: _____, INÁCIO, Marilaine Soares (Orgs.). **Políticos, literatos, professoras, intelectuais**: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009, p. 7-20.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos pardieiros aos palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF, 2000.

FERNANDES, Rogério. Estratégias de ironia e de sarcasmo contra a educação feminina em Portugal (séculos XVIII/XIX). **Faces de Eva**, n. 9, Edições Colibri: Universidade Nova de Lisboa, p. 13-27, 2003.

FERREIRA, Denise Cristina. **Educação e sociedade**: Lições pedagógicas de Maria Lacerda de Moura (1889-1945). Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Campina Grande, 2012.

FERREIRA, Antônio Gomes. A criança e a pedologia no contexto da Primeira República em Portugal. In: MOURÃO, Alda; GOMES, Angela de Castro (Orgs.). **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. p. 299-316. Disponível em <https://digitalis-dsp.uc.pt/jspui/bitstream/10316.2/35879/1/A%20experie%CC%82ncia_artigo12.pdf?ln=pt>. Acesso: 10 out. 2015.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **História da sexualidade II**: o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Os anormais**: Curso no Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **A ordem do discurso**: aula inaugural no *Collège de France* pronunciada em 2 de dezembro 1970. São Paulo: Loyola, 2009a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009b.

FREITAS, Marcos Cezar de. **Alunos rústicos, arcaicos e primitivos**: o pensamento social no campo da educação. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011.

GALLO, Sílvio. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. **Pró-Posições**, vol. 24, n. 2, Campinas, mai. ago. 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-73072013000200015&script=sci_arttext>. Acesso: 23 de out. 2015.

_____. **Pedagogia libertária**: anarquistas, anarquismos e educação. São Paulo: Imaginário; Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007.

GAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

GANDINI, Mario. **Istrumenti ed apparecchi di psicomètria, di psicologia pedagogica e di pedagogia emendativa ideati dal dott.** Ugo Pizzoli. San Giovanni in Persiceto, Bologna: Leopoldo Fusconi Editore, 1995.

GOMES, Mônica Liliana. **O pensamento feminista de Maria Lacerda de Moura**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1998.

GONÇALVES, Irlen. Antônio. **Cultura escolar**: práticas e produção dos grupos escolares em Minas Gerais (1891-1918). Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

GONDRA, José Gonçalves. Medicina, higiene e educação escolar. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes (Orgs.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 519-550.

_____. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”: Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, Marcos Cezar de; KUHLMANN JR., Moysés (Orgs.). **Os Intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, 2002, p. 289-318.

_____. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

GOULD, Stephen Jay. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da educação em Minas Gerais: histórias do vivido**. Tese (Doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1985.

GOODWIN, C. James. **História da psicologia moderna**. Tradução Marta Rosa. São Paulo: Cultrix, 2005.

GOUVEA, Maria Cristina Soares. Discursos, saberes e poder: estudo de escritas de professores e especialistas nas revistas educacionais portuguesas (1880-1900). **Revista Portuguesa de Educação**, 21(2), p. 91-114, 2008.

_____, GERKEN, Carlos Henrique Souza. **Desenvolvimento humano: história, conceitos e polêmicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. A produção histórica de categorias de apreensão do aluno na educação portuguesa (1880-1900). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 3 (27), p. 63-97, set./dez. 2011.

_____. O projeto republicano de instrução e as escolas isoladas urbanas: entre a transitoriedade e a transparência (Belo Horizonte-1906-1927). **Anais do VIII Congresso Brasileiro de História da Educação**. Universidade Federal de Maringá, 2015. Disponível em <<http://www.8cbhe.com.br/>>. Acesso: 28 dez. 2015.

GUIMARÃES, Paula Cristina David. **“Tudo presta a quem tudo precisa”**: discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de São João del-Rei, 2011a.

_____. O discurso médico sobre a educação da infância pobre veiculado pela *Revista do Ensino de Minas Gerais* (1925-1930). **Cadernos de História da Educação**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2011b.

_____; ABREU JR. Laerthe de Moraes. O discurso moral sobre a educação da infância pobre presente na *Revista do Ensino de Minas Gerais* (1925-1930). **Cadernos de Pesquisa em Educação: PPGUE UFES**, v. 17, n. 33, p. 176-199, jan./jun. 2011c.

_____. A atuação das "Instituições Auxiliares da Escola" sobre educação da infância mineira na década de 1920. **Educação em Revista** (UFMG. Impresso), v. 29, p. 149-166, 2013a.

_____. 'Tudo presta a quem tudo precisa': discursos sobre a escolarização da infância pobre veiculados pela Revista do Ensino de Minas Gerais (1925-1930). **Revista Brasileira de História da Educação**, 2013c, v. 13, n. 3 (33), p. 87-116, set. – dez. 2013.

_____. O discurso da psicologia sobre a educação da infância pobre em Minas Gerais. **Revista Estudos Históricos** (Fundação Getúlio Vargas), vol. 27, n. 53, 2014.

HERSCHMANN, Micael M. A arte do operatório: medicina, naturalismo e positivismo (1900-1937). In: **A invenção do Brasil moderno: Medicina, educação e engenharia nos anos 20 e 30**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 43-65.

HOCHMAN, Gilberto. **A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Anpocs, 1998.

HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss de língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

ISOBE, Rogéria Moreira Rezende. **HISTEDBR On-line**, Campinas, n.44, p. 107-130, dez.2011.

JACÓ-VILELA, Ana Maria. **Dicionário histórico de instituições de Psicologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Imago; Brasília, DF: CFP, 2011.

JANNUZZI, Gilberta. As políticas e os espaços para a criança excepcional. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 187-227.

JINZENJI, Mônica Yumi. **Cultura impressa e educação da mulher no século XIX**. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

KARDEC, Allan. **O livro dos Espíritos**. Araras, SP: Instituto de difusão espírita, 2008.

_____. **O que é o espiritismo: noções elementares do mundo invisível, pelas manifestações dos Espíritos, com o resumo dos princípios da Doutrina Espírita e as principais objeções que podem ser apresentadas**. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 2011.

KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. São Paulo: Cortez, 1995.

KUHLMANN JR., Moysés. Ideias sobre a educação da infância no 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, Rio de Janeiro, 1922. In: **Anais do II Congresso Brasileiro de História da Educação**, Natal: NAC, 2002. p. 1-13.

_____. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

_____, FERNANDES, Rogério. Sobre a história da infância. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes (Org.). **A infância e a sua educação: materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004, p. 15-33.

LAGUARDIA, Angela Maria Rodrigues. Maria Lacerda de Moura e Miguel Bombarda: perspectivas da ciência no limiar do século XX. In: **Amonet- Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas**. (Org.). *Women Science and Globalization: What's UP?*. Lisboa: Editorial Minerva, 2012, v. 1, p. 121-129.

LANCILLOTTI, Samira Saad Pulchério. Manuais de Psicologia – instrumentos de trabalho utilizados na formação dos professores paulistas (1920-1940). **Cadernos de História da Educação**, v. 12, n. 1, p. 29-44, jan./jun. 2013.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Outra Face do Feminismo: Maria Lacerda de Moura**. São Paulo: Ática, 1984.

LÉVY, Bernard-Hery. **Elogio dos intelectuais**. Rio de Janeiro: Rocco, 1988.

_____; FERRAZ, A. L. **Maria Lacerda de Moura: Trajetória de uma Rebelde**. 2003 (Vídeo digital 32:00).

_____. **Maria Lacerda de Moura: uma feminista utópica**. Florianópolis: Editora Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.

LIMA, Ana Laura Godinho, VIVIANI, Luciana Maria. Conhecimentos especializados sobre os problemas de rendimento escolar: um estudo de manuais de psicologia da Revista da Educação. **História da Educação**. Porto Alegre, v. 19, n. 46, p. 93-112, mai. ago. 2015.

LONDOÑO, Fernandes Torres. A origem do conceito Menor. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1996, p. 129-145.

LOURENÇO FILHO, Manuel. B. Psicologia no Brasil (1955). **Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada**, Rio de Janeiro, v.23, n.3, p.113-142, jul./set., 1971.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORI, Mary (Org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 443-481.

MACIEL, Maria Eunice de S. A Eugenia no Brasil. **Anos 90: Revista do Programa de Pós-Graduação em História**, v.7, n. 11. Porto Alegre, p. 121-143, 1999.

MALUF, Marina, MOTT, Maria Lúcia. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, Fernando A. (Org.). **História da vida privada no Brasil: República da Belle Époque à Era Republicana**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 367-422.

MARCELLOS, Cintia Fernandes; ARAUJO, Saulo de Freitas. A Questão da Consciência na Psicologia de Wilhelm Wundt. **Estudos e Pesquisas em Psicologia (UERJ)**, v. 11, n. 1, p. 311-332, 2011.

- MASSENA, Nestor. **Barbacena: a terra e o homem**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1985.
- MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. Campinas: Pontes, 1990.
- MENDES, Samanta Colhado Mendes. **As mulheres anarquistas na cidade de São Paulo: 1889-1930**. Dissertação (Mestrado em História e Serviço Social). Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2010.
- MASSIMI, Marina. A discussão sobre psicologia científica e educação na revista *A Ordem* de 1930 a 1945. **Cadernos de Psicologia** (UFMG), UFMG, v. 9, p. 69-84, 2000.
- MIRANDA, Jussara Valéria de. **“Recuso-me”! Ditos e escritos de Maria Lacerda de Moura**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Uberlândia, 2006.
- MONARCHA, Carlos. **Escola Normal da Praça: o lado noturno das luzes**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1999.
- _____. **Lourenço Filho e a organização da psicologia aplicada à educação: São Paulo, 1922-1933**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), 2001.
- _____. **Brasil arcaico, escola nova: ciência, técnica e utopia nos anos 1920-1930**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- _____. Arquitetura escolar republicana: a escola normal da praça e a construção de uma imagem de criança. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 101-140.
- MORAES, José Geraldo Vinci de. REGO, José Marcio. **Conversa com Historiadores Brasileiros - Evaldo Cabral de Mello**. São Paulo: Ed. 34, 2002.
- MORENO, Andrea. A propósito de Ling, da ginástica sueca e da circulação de impressos em língua portuguesa. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 37, p. 128-135, 2015.
- MOURÃO, Paulo Kruger Corrêa. **O ensino em Minas Gerais no tempo da República: 1889-1930**. Edição do Centro Regional de Pesquisas Educacionais, 1962.
- NICOLAS, Serge, & FERRAND, L. Alfred Binet and higher education. **History of Psychology**, vol. 5, n. 3, p. 264-283, 2002. Disponível em: <http://www.researchgate.net/profile/Serge_Nicolas/publication/11141568_Alfred_Binet_and_higher_education/links/0c96053200eb4894f3000000.pdf>. Acesso: 5 ago. 2015.

_____. La psychologie cognitive d'Alfred Binet. L'Année Psychologique, n. 111, p. 87-116, 2011. Disponível em : <http://www.necplus.eu/download.php?file=%2F11675_A99F3D03013740DAFFA8FB91AB4C0286_APY_APY111_01_S0003503311001047a.pdf&cover=Y&code=ffbf2814de571280e7fa9d615b280fd>. Acesso: 07 ago. 2015.

_____ & SANITIOSO, R. B. **Alfred Binet (1857-1911)**: A biographical sketch. Psychology & History / Psychologie & Histoire, n. 11, p. 1-20, 2011. Disponível em: <https://509c0104-a-62cb3a1a-s-sites.googlegroups.com/site/psychologyandhistory/ARTICLENICOLAS%26SANITIOSO%282011%29PSYCHOLOGY%26HISTORY.pdf?attachauth=ANoY7cpwgzMIfDbwtLbq_UvGn5ewtvDUsY7v1F41b3G6pJy_BCzAoEQeMnzT8nhZQA5ULQWz9J2UTdEdwQFVX3WQ_SvobR-EyhgLKYYiKZIpBYXyzjHPbFTfgP8uYsQSvyfXmKbpgsHLCfJbd7yJpzkp9J7SZBtHStvjZAW0QHo24DLJK63VhpHo4tQAxmNvnLkqPxOhBeNH8D3zxSED9gicalZdjs4GbsNy91GKNlcErTfnA_6_hEEHQtVwtHeu_uXBygo01vtLS9OkY2WeIeUj2HQnvqJIUGg%3D%3D&attredirects=0>. Acesso: 05 ago. 2015.

NOFUENTES, Vanessa Carvalho. **Um desafio do tamanho da nação**: a campanha da Liga Brasileira Contra o Analfabetismo (1915-1922). Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

NUNES, Sílvia Alexim. Histeria e psiquiatria no Brasil da Primeira República. **História, Ciência, Saúde-Manguinhos**, v. 17, supl. 2. Rio de Janeiro, dezembro de 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702010000600006>. Acesso: 10 out. 2015.

OLIVEIRA, Priscila Marília de; ARCE, Alessandra. A *Coleção Biblioteca de Educação* e a concepção de criança e desenvolvimento infantil: uma análise das obras escritas por Claparède, Pièron, Binet e Simon e por Lourenço Filho. **Cadernos de História da Educação**, v. 11, n. 2, p. 595-614, jul./dez. 2012.

OLIVEIRA, Tiago Siqueira de. **A Liga da Defesa Nacional**: um projeto de modernização para o Brasil. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2012.

PACHECO, Joice Oliveira. **O pensamento de Maria Lacerda de Moura sobre a emancipação feminina**: contribuições e desafios para a educação contemporânea. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade do Vale dos Sinos, 2010.

PEYRONNIE, Henry; VERGNIoux, Alain. Escolanovismo. In: ZANTEN, Agnès (Coord.). **Dicionário de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011, p. 346-352.

PICKREN, Wade E. Waters of March (Águas de Março): circulating knowledge, transforming psychological science and practice. In: LOURENÇO, Érika; Assim, Raquel Martins de; Campos, Regina Helena de Freitas (Orgs.). **História da psicologia e contexto sociocultural: pesquisas contemporâneas, novas abordagens**. Belo Horizonte: Ed. Pucminas, 2012.

_____. Hybridizing, transforming, indigenizing: psychological knowledge as mélange. **Boletín informativo de la sociedad española de historia de la psicología**, n. 44, p. 6-12, 2010.

PINTASSILGO, Joaquim. Os manuais de pedagogia no primeiro terço do século XX: entre a tradição e a inovação. In: PINTASSILGO, Joaquim *et. al* (Orgs.). **História da escola em Portugal e no Brasil: circulação e apropriação de modelos culturais**. Lisboa: Edições Colibri, 2006, p. 175-200.

PRATES, Maria Helena de Oliveira. A Escola de Aperfeiçoamento: teoria e prática na formação de professores. In: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; PEIXOTO, Ana Maria Casassanta (Orgs.). **Lições de Minas: 70 anos da Secretaria da Educação de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais, 2000, p. 67-79.

RAGO, L. Margareth. "Ética, anarquia e revolução em Maria Lacerda de Moura". As Esquerdas no Brasil. **A Formação das Tradições, 1889-1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, v. 01, p. 273-293.

_____. Entre o feminismo e o anarquismo: Maria Lacerda de Moura e Luce Fabbri. **Verve** (PUCSP), v. 21, p. 54-77, 2012.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMOS DO Ó, Jorge. Poder-saber-querer: os terrenos disciplinares da alma e do autogoverno no primeiro mapa das ciências da educação (1879-1911). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 6, n. 2 [12], p. 11-30, 2006.

_____. A governamentalidade e a história da escola moderna: outras conexões investigativas. **Educação e realidade**, 34 (2), p. 97-117, mai./ago., 2009.

RICHTER, Liane Peters. **Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

ROCHA, Heloisa H. Pimenta. A educação da infância: entre a família, a escola e a medicina. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, vol. 25, n. 1, p. 235-262, 2010.

ROMANI, Carlo. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, v. 12, n. 23, p. 161-178, jul./dez. 2011.

RUCHA, Martine. A Escola de psicologia de Genebra em Belo Horizonte: um estudo por meio da correspondência entre Edouard Claparède e Hélène Antipoff (1915-1940). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 8, n. 2 [17], p. 181-205, 2008.

SANGLARD, Gisele; FERREIRA, Luiz Otávio. Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920). **Estudos Históricos**, vol.27, n. 53. Rio de Janeiro. Jan./Jun., 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010321862014000100071&script=sci_arttext#B23>. Acesso: 10 nov. 2015.

SASS, Odair; MINHOTO, Maria Angélica Pedra. Ensino secundário e psicologia na década de 1930: a perspectiva de Antônio Carneiro Leão. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 11, n. 1 [28], p. 193- 220, 2012.

SAVASSI, Altair José. **Barbacena: 200 anos**. Belo Horizonte: Lemi S.A, 1991.

SCHMIDT, Benito Bisso. O Deus do progresso: a difusão do cientificismo no movimento operário gaúcho da I República. **Revista Brasileira de História**, v. 21, n. 41. São Paulo, p. 113-126, 2001.

SCHUELER, Alessandra F. M.; MAGALDI, Ana Maria. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. **Tempo**, Revista do Departamento de História da UFF, v. 26, p. 32-55, 2009.

SCHUULTZ, Duane P.; SCHUULTZ, Sydney Ellen. **História da psicologia moderna**. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

SCHWARCZ, Lílían Moriz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SILVA, Carlos Manique. O tema dos “modos de ensino” nos manuais pedagógicos em Portugal e no Brasil (segunda metade do século XIX – anos de 1920). **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas-SP, v. 13, n. 3 (33), p. 235-256, set./dez. 2013.

SIRINELLI, Jean François. Os intelectuais. In: Remond, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-269.

SOUZA PATTO, Maria Helena. **Psicologia e ideologia: uma introdução crítica à psicologia escolar**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1986.

SOUZA, Tatiana de. **Tecnologias políticas do gênero no Brasil**: a contribuição do pensamento de Maria Lacerda de Moura. Dissertação (Mestrado em Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, 2009.

SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Por uma nação eugênica: higiene, raça e identidade nacional no movimento eugênico brasileiro dos anos 1910 e 1920. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 146-166, jul./dez 2008.

TEZZARI, Mauren Lúcia. **Educação especial e ação docente**: da medicina à educação. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

VAGO, Tarcísio Mauro. Cultura Escolar, cultivo de corpos: educação physica e gymnastica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte (1906-1920). In: **23ª Reunião Anual da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação** (ANPED), 2000, Caxambu, MG. Disponível em <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0227t.PDF>>. Acesso: 10 dez. 2015.

VALDEMARIN, Vera Teresa. Lições de coisas concepção científica e projeto modernizador para a sociedade. **Cadernos CEDES** [online]. 2000, vol.20, n.52, p. 74-87.

VEIGA, Cynthia Greive. A escola e a República: o estadual e o nacional nas políticas educacionais. **Revista Brasileira de História da Educação**, v.11, n. 1(25), p.143-178, jan./abr. 2011.

VIDAL, Diana Gonçalves. Júlia Lopes de Almeida e a Educação Brasileira no Fim do Século XIX: um estudo sobre o livro escolar Contos Infantis. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga: Universidade do Minho, v. 17, n. 1, p. 29-45, 2004.

VIEIRA, Carlos Eduardo. Intelectuais e educação. **Pensar a Educação em Revista**, ano 1, vol. 1, abr. – jun., Belo Horizonte/Curitiba, 2015, p. 1-23. Disponível em <http://pensaraeducacaoemrevista.com.br/vol_1/vol_1_no_1_Carlos_Eduardo_Vieira.pdfem>. Acesso: 01 set. 2015.

VIEIRA, Rita de Cássia. **O Psicólogo e o seu fazer na educação**: contando uma outra história. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

WADSWORTH. James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista brasileira de História**, vol.19, n.37. São Paulo, set., 1999. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881999000100006#not17>. Acesso: 20 dez. 2015.

WARDE, Mirian Jorge. O futuro está nas mãos da psicologia e da pedagogia (São Paulo, dos anos dez aos anos trinta do século XX). In: **XVII Encontro Regional de História - ANPUH**, 2004, Campinas. CD-ROM XVII Encontro Regional De História. Campinas: Unicamp, 2004.

_____. Para uma história disciplinar: psicologia, criança e pedagogia. In: FREITAS, Marcos Cezar de. (Org.). **História Social da infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2011, p. 311-334.

_____. G. Stanley Hall e o child study: Estados Unidos de fins do século XIX e começo do século XX. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá-PR, v. 14, n. 2 (35), p. 243-270, mai./ago. 2014.

FONTES DOCUMENTAIS

A Pétala, anno 1, n.4, 5 de dezembro, 1918.

Ata de reunião da Congregação da Escola Normal de Barbacena, 19 de fevereiro de 1919. **Livro de Atas Congregação da Escola Normal de Barbacena**.

Binet, A., & Vaschide, N. **Mesures anatomiques chez 40 jeunes garçons** (travaux de l'année 1897). L'Année Psychologique, 4, 133-136, 1898. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/psy_0003-5033_1897_num_4_1_2890>. Acesso: 4 de ago. 2015.

Binet, A., & Vaschide, N. **La physiologie du muscle dans les expériences de vitesse** (travaux de l'année 1897). L'Année Psychologique, 4, 267-279, 1898. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/psy_0003-5033_1897_num_4_1_2900>. Acesso: 4 de ago. 2015.

Binet, A., & Vaschide, N. **L'effort respiratoire pendant les expériences à l'ergographe** (travaux de l'année 1897). L'Année Psychologique, 4, 280-294, 1898. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/psy_0003-5033_1897_num_4_1_2901>. Acesso: 4 de ago. 2015.

Binet, A., & Vaschide, N. **Réparation de la fatigue musculaire** (travaux de l'année 1897). L'Année Psychologique, 4, 295-302, 1898. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/psy_0003-5033_1897_num_4_1_2902>. Acesso: 4 de ago. 2015.

Binet, A. **Etudes préliminaires de céphalométrie sur 59 enfants d'intelligence inégale choisis dans les écoles primaires de Paris** (travaux de l'année 1900). L'Année Psychologique, 7, 369-374, 1901. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/psy_00035033_1900_num_7_1_3222>. Acesso: 4 de ago. 2015.

Binet, A. **Recherches complémentaires de céphalométrie sur 100 enfants d'intelligence inégale choisis dans les écoles primaires du département de Seine-et-Marne**, 1901. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/psy_00035033_1900_num_7_1_3223>. Acesso: 4 de ago. 2015.

BOMFIM, Manuel. **Noções de psicologia**. Rio de Janeiro: Livraria Escolar, 1916-1917.

_____. **Pensar e dizer**: estudo do symbolo no pensamento e na linguagem. Rio de Janeiro: Casa Electros, 1923.

_____. **Lições de Pedagogia**: theoria e prática da educação. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1926.

DEPOIMENTO do Sr. Octavio Brandão sobre Maria Lacerda de Moura. **Entrevista realizada por Miriam Lifchitz Moreira Leite**, 1979.

DEPOIMENTO da Sra. Graciema Bertoletti sobre Maria Lacerda de Moura. **Entrevista realizada por Miriam Lifchitz Moreira Leite**, 1979.

Dr. Belisário Penna: Barbacena faz-lhe brilhante recepção. **CIDADE DE BARBACENA**, n.1535, 28 de setembro de 1919.

Guia de Fundos e Coleções do Arquivo Público Mineiro. Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fundos_colecoes/brtacervo.php?cid=3517k. Acesso: 03 mar. 2015.

Livro de Atas de Exames da Escola Normal de Barbacena, 1906-1912.

MOURA, Maria Lacerda de. **Em torno da educação**. Livraria Teixeira, 1918.

_____. MOURA, Maria Lacerda de. **Requerimento**. Barbacena, 1919a.

_____. **Renovação**. Belo Horizonte: Tip. Athene, 1919b.

_____. **Carta de Maria Lacerda de Moura a Belisário Penna**, 3 de fevereiro de 1919.

_____. **Carta de Maria Lacerda de Moura a Belisário Penna**, 21 de outubro de 1919.

_____. **Carta de Maria Lacerda de Moura a Albininha**, em 1926.

_____. **Guerra a guerra!** O Combate, n. 4, 1928, p. 3.

_____. **Religião do Amor e da Beleza**. São Paulo: Condor, 1926.

_____. **Han Ryner e o Amor Plural**. São Paulo: Unitas, 1928.

_____. **Civilização** – tronco de escravos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1931.

_____. **Amai e não vos multipliqueis**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1932.

_____. **Serviço militar obrigatório para a mulher?** Recuso-me! Denuncio! São Paulo: A Sementeira, 1933.

_____. **Clero e Fascismo** – Horda de Embrutecedores. S. Paulo: Editorial Paulista, 1934.

_____. **Ferrer, o Clero Romano e a Educação Laica.** São Paulo, 1934.

_____. **Fascismo** - filho dileto da Igreja e do Capital. São Paulo: Editorial Paulista, s/d.

_____. Autobiografia. **O Combate**, São Paulo, 3 ago. 1929, n. 5, 110, p. 3.

_____. Profissão de fé. **A Lanterna**. São Paulo, 9 de fevereiro, n. 388, 1935, p. 3.

Ofícios da Diretoria da Escola Normal Municipal de Barbacena, 1937.

Termo de fiscalização de Arthur Napoleão Pereira, 18 de abril de 1910. **Livro Registro de Visitas de Fiscalização da Escola Normal Municipal de Barbacena.**

Termo de fiscalização de Luiz Ernesto Cerqueira, 16 de setembro de 1912. Livro **Registro de Visitas de Fiscalização da Escola Normal Municipal de Barbacena.**

Termo de fiscalização do Inspetor Regional Alceu de Souza Novaes, 24 de novembro de 1914. **Livro Registro de Visitas de Fiscalização da Escola Normal Municipal de Barbacena.**

Termo de fiscalização do Inspetor Regional Alceu de Souza Novaes, 26 de dezembro de 1915. **Livro Registro de Visitas de Fiscalização da Escola Normal Municipal de Barbacena.**

VASCONCELOS, António de Sena Faria de. **Lições de pedologia e pedagogia experimental.** Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1910.

APÊNDICE

Levantamento realizado nos Anais do Congresso Brasileiro de História da Educação e do Congresso de Pesquisa e Ensino em História da Educação de Minas Gerais

LEVANTAMENTO REALIZADO NOS ANAIS DOS CONGRESSOS DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS (2001-2013)		
I CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS Belo Horizonte, março de 2001. 61 trabalhos apresentados		
AUTORES (AS)	TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS
Não há trabalhos sobre o tema		
II CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS Uberlândia, maio de 2003. 151 trabalhos apresentados		
AUTORES (AS)	TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS
Não há trabalhos sobre o tema		
III CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS São João del-Rei, maio de 2005 86 trabalhos apresentados		
AUTORES (AS)	TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS
1	Walquíria Rosa, Josemir Barros, Lucy E. Paixão, Maria de Lourdes Ribeiro, Nelso L. Silva, Regina R. Leal, Regina C. Campos	Serviço e orientação e seleção profissional – SOSP: investigação sobre a História da Educação e a História da Psicologia em Minas Gerais (1949-1994) 1949-1994

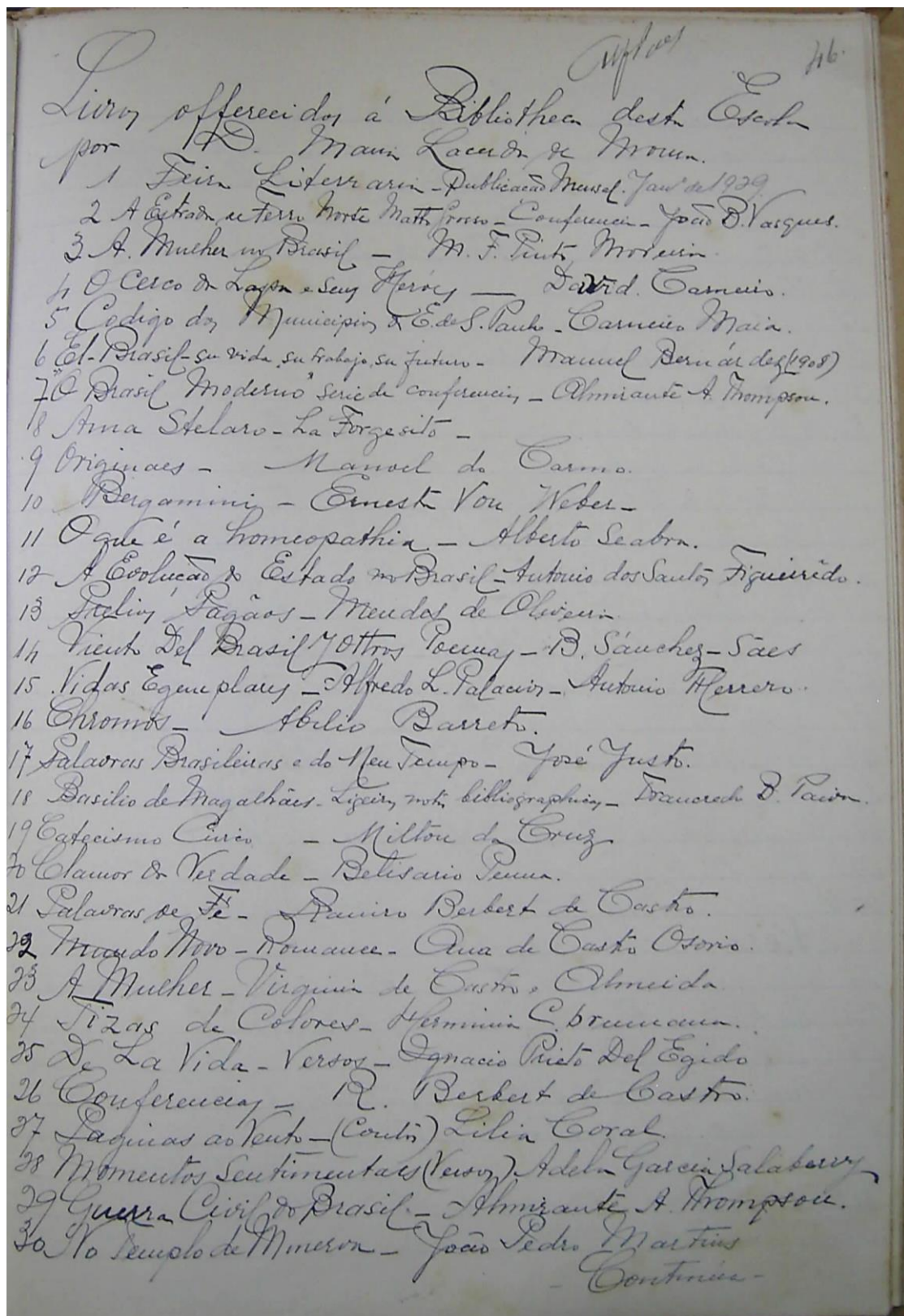
IV CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS			
Juiz de Fora, maio de 2007 170 trabalhos apresentados			
AUTORES (AS)	TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS	
Não foram localizados os Anais do evento para a pesquisa			
V CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS			
Montes Claros, maio de 2009 107 trabalhos apresentados			
AUTORES (AS)	TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS	
Não há trabalhos sobre o tema			
VI CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS			
Viçosa, agosto de 2011 130 trabalhos apresentados			
Não há trabalhos sobre o tema			
VII CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS			
Mariana, setembro de 2013 170 trabalhos apresentados			
2	Fabiana Aparecida Olívia, Laerthe de Moraes Abreu Junior	As concepções de psicologia pedagógica de Helena Antipoff para o estudo experimental da criança: o inquérito realizado com alunas da escola de aperfeiçoamento de Belo Horizonte, MG em 1929	1929
3	Marília Novais da Mata Machado, Rodolfo Luís Leite Batista	As práticas em psicologia na antiga faculdade Dom Bosco de Filosofia, ciências e letras e sua relação com o campo educativo de São João del-Rei do século XX	Segunda metade do século XX
4	Paula Cristina David Guimarães	O estudo científico da infância na história da educação mineira	Século XX
5	Paula Cristina David Guimarães	Maria Lacerda de Moura e o “estudo científico da criança patricia”	1908-1921

LEVAMENTAMENTO REALIZADO NOS ANAIS DOS CONGRESSOS BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO (2000-2013)			
I CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Rio de Janeiro, novembro de 2000. 231 trabalhos aceitos			
AUTORES (AS)		TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS
6	Lilian Rose Margotto (UFES)	Explicações psicológicas, crianças e moral nos periódicos educacionais paulistas das primeiras décadas do século XX.	1900-1930
7	Mônica Yumi Junzenji e Maria Cristina de Soares Gouvêa (UFMG)	Os saberes “psicológicos” sobre a infância e a formulação de uma pedagogia no Brasil no século XIX.	Século XIX
II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Natal, Rio Grande do Norte, novembro de 2002. 428 trabalhos aceitos Anais não localizados para a consulta			
III CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Curitiba, Paraná, novembro de 2004. 418 trabalhos apresentados Não há trabalhos sobre o tema pesquisado			
IV CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Goiania, Goiás, novembro de 2006 457 trabalhos apresentados			
AUTORES (AS)		TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS
8	Rosimeire Simão	A psicologia da criança e a pedagogia funcional de Edouard Claparède: continuidades e rupturas no pensamento de um importante educador mundial	Início do século XX
V CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Aracaju, Sergipe, novembro de 2008. 932 trabalhos apresentados			

AUTORES (AS)		TÍTULOS DOS TRABALHOS	PERÍODOS ESTUDADOS
9	Cristina de Almeida Valença	Higienização, racionalização e nacionalização: os ideais da ABE difundidos por Helvécio de Andrade em Sergipe	1908-1930
VI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Vitória, Espírito Santo, maio de 2011. 876 trabalhos apresentados			
10	Carlos Monarcha	A semiologia do escolar construída pelo D. Hugo Pizzoli (Itália-Brasil)	(1872-1948)
11	Adir da Luz Almeida	Movimentar o binóculo, entrelaçar saberes: Arthur Ramos e o serviço de ortofrenia e higiene mental no Rio de Janeiro de 1930	1930
12	Maria de Lourdes da Silva, Samara Santos Bastos	Psiquiatria e Pedagogia: um estudo das propostas educativas da medicina psiquiátrica de Inaldo de Lira Neves-Manta (1926-1940)	1926-1949
13	Karen F. da Silva Bortoloti	Anísio Teixeira e os testes psicológicos	
14	Cátia de Regina Papadopoulos	Arthur Ramos e a criança problema: a higiene mental escolar e a psicanálise no antigo Distrito Federal (1934-1939)	1934-1939
VII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO Cuiabá, Mato Grosso, maio de 2013. 876 trabalhos apresentados			
15	Ronaldo Aurélio G. Garcia	Artur Ramos e Durval Marcondes: Higiene Mental, psicanálise e medicina aplicada à educação nacional (1930-1950)	1930-1950
16	Camila Chiari	Educação, pedagogia e psicologia no pensamento educacional de Carlos da Silveira	1930
17	Rodrigo Augusto de Souza	Noções de psicologia da criança: estudo sobre um manual didático de Theobaldo Miranda Santos	1930

ANEXO

Lista de livros doados por Maria Lacera de Moura à Escola Normal Municipal de Barbacena em 1937



- Continuação -
- Publicação Mensal - Dez.º 1929 -
- 31 Feem Literaria - Publicação Mensal - Abril de 1929.
 - 32 Feem Literaria - Publicação Mensal - Prof. Bruno Lobo.
 - 33 Japonezes - No Japão - No Brasil - Prof. Bruno Lobo.
 - 34 Noções de Economia Doméstica - Helio Guimarães
 - 35 La Victorin - Frederic Moutseuy.
 - 36 Minas e Rio Grande do Sul - Delisario Peuna.
 - 37 Ideias Revolucionarias - Cesar Campos.
 - 38 Scenario Norte-Riograndense - Amphilogio Camargo.
 - 39 Tatt silu - S. Paulo 1929 -
 - 40 A America Latina e a Paz - Lindolpho Darbon Luin.
 - 41 Códex do Votade - S. Smilles.
 - 42 Aspectos de Filosofia Universal - M. Carloy.
 - 43 Como escolher um bom marido. - D. Renato Kehl.
 - 44 Maria - Luciano Diart.
 - 45 Dea deusa e Destinação - Lindolpho Darbon Luin.
 - 46 Cinzas: Po... Poemas - Apolônio de Carmo.
 - 47 Evolução do Feminismo - Mariana Coelho.
 - 48 Versos de Uma Mulher - Maria Luiza Carnelli.
 - 49 Porque Mulher Moderna? - Ely de Alencar Araujo.
 - 50 O Progresso Feminino, Sua Base - Ely Nascimento Machado.
 - 51 Joazeiro do Padre Cicero - Lourenço Filho.
 - 52 "La Roche" - Sebastião Faure.
 - 53 Cantiga de Montaña Elias Garcia.
 - 54 Versos Alheios - Rosalia Sandoval.
 - 55 Para que os Brasileiros, leiam - Raciocínio - F. Thompson.
 - 56 Autobiografia Feminina - Candida de Brito.
 - 57 S. Ex. Presidente da Republica, Dr. Manoel de Souza - Adalzo Dittencourt.
 - 58 Mulher de Ajer y de Hoy - L. Aurora Caceres.
 - 59 D'Annunzio Político - Nuno Daniel.
 - 60 Que es el Naturalismo - Prof. Juan Estevé Dufin.
 - 61 Constituição da Republica do Estado de Minas Gerais do Brasil.
 - 62 La Emancipación Civil de la Mujer - F. Albert Moreau.
- Continúa

Alf. José Campesano 97

Continuación

63. *Tratado de Constitución y Leyes de Brasil* - José delgado de Luna

64. *A Grande Alameda* - Ana de Castro Ottonio

65. *A Natidama* - Maria Magalhães.

66. *Volto Feminino e Feminismo* - Tereza Nelly Nazario

67. *As Bases da Moral* - D. Domingos Magalhães.

68. *Ensaios de Sociologia* - D. Carlos -

69. *Esquemas de Revolução* - Ernesto Von Weber

70. *O Livro Foss* - Paulo Mantegazza. -